



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIV - Nº 184 - SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
 José Sarney - (PMDB-AP)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)  
**2ª VICE-PRESIDENTE**  
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)  
**1º SECRETÁRIO**  
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)  
**2º SECRETÁRIO**  
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

**3º SECRETÁRIO**  
 Mão Santa - (PSC-PI) <sup>7</sup>  
**4ª SECRETÁRIA**  
 Patrícia Saboya - (PDT-CE) <sup>6</sup>  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
 1º - César Borges - (PR-BA)  
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)  
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)  
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center"><b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 19</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes          Valdir Raupp (6)          Paulo Duque          Lobão Filho          Francisco Dornelles          Gilvam Borges          Gerson Camata          Geraldo Mesquita Júnior          .....</p> <p align="center"><b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b></p> <p>Vice-Líderes do PMDB          Wellington Salgado de Oliveira          Almeida Lima          Valter Pereira          Gilvam Borges          Leomar Quintanilha (4,5)          Neuto De Conto</p> <p align="center"><b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b></p> <p>Vice-Líderes          João Ribeiro          Renato Casagrande          Inácio Arruda          Marcelo Crivella          .....</p> <p align="center"><b>Líder do PT - 10</b> <b>Aloizio Mercadante</b></p> <p>Vice-Líderes do PT          Eduardo Suplicy          Fátima Cleide          Flávio Arns (3)</p> <p align="center"><b>Líder do PR - 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p align="center"><b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b></p> <p align="center"><b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p align="center"><b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>	<p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 27</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b></p> <p>Vice-Líderes          Alvaro Dias          Kátia Abreu          Flexa Ribeiro          Gilberto Goellner          João Tenório          Rosalba Ciarlini          Lúcia Vânia          Adelmir Santana          .....</p> <p align="center"><b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>Vice-Líderes do PSDB          Alvaro Dias          Lúcia Vânia          Cícero Lucena          Papaléo Paes</p> <p align="center"><b>Líder do DEM - 13</b> <b>José Agripino</b></p> <p>Vice-Líderes do DEM          Jayme Campos (2)          Antonio Carlos Júnior          Rosalba Ciarlini          Efraim Morais</p>
<p align="center"><b>PTB - 8</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b></p> <p>Vice-Líderes          Sérgio Zambiasi          Romeu Tuma</p>	<p align="center"><b>PSOL - 1</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p align="center"><b>Governo</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes          Delcídio Amaral          Antonio Carlos Valadares          João Pedro          Gim Argello          Romeu Tuma</p>
<p align="center"><b>PDT - 6</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p>	<p align="center"><b>PV - 1</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p> <p align="center"><b>PSC - 1</b></p> <p align="center"><b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b></p>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**EXPEDIENTE**

<p align="center"><b>Haroldo Feitosa Tajra</b>          Diretor-Geral do Senado Federal  <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b>          Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações  <b>José Farias Maranhão</b>          Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b>          Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal  <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b>          Diretora da Secretaria de Ata  <b>Denise Ortega de Baere</b>          Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>		
<b>1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS</b>		
Nºs 831 a 891, de 2009.....	60361	
<b>2 – ATA DA 215ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009</b>		
2.1 – ABERTURA		
2.2 – EXPEDIENTE		
<b>2.2.1 – Comunicação da Presidência</b>		
Destinada a Comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia de Zumbi dos Palmares, de acordo com o Requerimento nº 151, de 2009, do Senador Paulo Paim e outros senhores senadores.....	60377	
<b>2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)</b>		
<b>2.2.3 – Oradores</b>		
Sr. Edson Santos (Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial) .....	60379	
Senadora Marisa Serrano.....	60381	
Senador Cristovam Buarque.....	60383	
Senador Inácio Arruda.....	60386	
Senador Osvaldo Sobrinho .....	60388	
Senador José Nery .....	60390	
Senadora Rosalba Ciarlini .....	60392	
<b>2.2.4 Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)</b>		
2.3 – ENCERRAMENTO		
<b>3 – ATA DA 216ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2009</b>		
3.1 – ABERTURA		
3.2 – EXPEDIENTE		
<b>3.2.1 – Pareceres</b>		
Nº 2.097, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 1.210, de 2009, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya, do PDT do Ceará, àquela cidade, conforme noticiado pela Agência Senado no dia 10 de setembro de 2009.....	60401	
Nº 2.098, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal, pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. ....		60405
Nº 2.099, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante).....		60408
Nº 2.100, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008 (nº 4.731/2001, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Teixeira), que denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. ....		60417
Nº 2.101, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009 (nº 6.275/2005, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.....		60426
Nºs 2.102 e 2.103, de 2009, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.....		60434
Nº 2.104, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007, do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás. ....		60452

<p>Nº 2.105, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que <i>inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria</i>. .....</p>	60460	<p><i>área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências</i>. .....</p>	60490
<b>3.2.4 – Comunicações da Presidência</b>			
<p>Nº 2.106, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009, do Senador Efraim Morais, que autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança.....</p>	60466	<p>Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 2009, em apreciação terminativa. ....</p>	60493
<p>Nº 2.107, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009, do Senador Efraim Morais, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Mamanguape</i>. .....</p>	60472	<p>Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 2009, cabendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 49, I, a apreciação terminativa. ....</p>	60493
<p>Nº 2.108, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009, do Senador Cícero Lucena, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó</i>. .....</p>	60473	<p>Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2007. ....</p>	60493
<b>3.2.2 – Comunicações da Presidência</b>			
<p>Inclusão na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 1.210 e 1.295, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente. ....</p>	60484	<p>Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2008. Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 72, de 2009. ..</p>	60493
<b>3.2.5 – Comunicação</b>			
<p>Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 130, de 2007; e 149, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente. ....</p>	60484	<p>Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. <b>(Ofício nº 154/2009, de 19 do corrente)</b> <i>Designação do Senador Marcelo Crivella, como titular, para compor a referida Comissão</i>. ....</p>	60493
<p>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2005; 650, de 2007; 33, 197, 224 e 381, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. <b>(Ofícios nºs 259, 260, 261, 263, 265 e 267, de 2009, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e nº 357, de 2009, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)</b> .....</p>	60484	<b>3.2.6 – Discursos do Expediente</b>	
<b>3.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados</b>			
<p>Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 2009 (nº 3.947/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, recebido da Câmara dos Deputados, que <i>cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça</i>. .....</p>	60486	<p>SENADORA <b>MARISA SERRANO</b> – Questionamentos sobre as causas do apagão elétrico ocorrido em diversas regiões do país na última semana. ....</p>	60493
<p>Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 2009 (nº 4.385/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, recebido da Câmara dos Deputados, que <i>autoriza o Poder Executivo a doar</i></p>		<p>SENADOR <b>ACIR GURGACZ</b> – Reafirma compromisso em defesa dos interesses do Brasil e do povo de Rondônia. Defesa da regularização fundiária, resolução dos passivos ambientais e pagamento aos proprietários rurais pelo serviço de manutenção e conservação da floresta. Homenagem à cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, pela celebração dos 34 anos de emancipação política. ....</p>	60495
		<p>SENADORA <b>IDELI SALVATTI</b> – Expectativa com relação à realização da V Conferência sobre Mudança do Clima que será realizada em dezembro, na cidade de Copenhagen, Dinamarca. Destaque para a aprovação hoje, na CI, de proposições que tratam da criação da Política Nacional de Mudanças do Clima e, do Fundo Nacional de Mudanças do Clima. ....</p>	60497
		<p>SENADOR <b>MÁRIO COUTO</b> – Críticas à administração da Governadora Ana Júlia Carepa. Destaque para a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, reconhecendo razões para uma intervenção federal no Estado. ....</p>	60499

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Satisfação por ter incluído no Orçamento, emenda que deve viabilizar a continuação da obra de duplicação da BR-304, ligando Natal-Mossoró, Mossoró-Fortaleza..... 60501

SENADOR PAULO PAIM – Anúncio da apresentação de requerimento de urgência para o Estatuto da Igualdade Racial. Expectativa com a votação definitiva, na Câmara dos Deputados, dos projetos que tratam do fim do fator previdenciário e do reajuste real para os aposentados. Registro da aprovação, no Senado Federal, de dois projetos de autoria de S. Exª que visam a assegurar a proteção dos professores. .... 60503

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Preocupação com o acidente ocorrido no Projeto do Rodoanel, em São Paulo, e registro das irregularidades constatadas na referida obra, pelo Tribunal de Contas da União. .... 60508

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Crítica à abordagem do problema das mudanças climáticas focada apenas em redução na emissão de dióxido de carbono, sendo importante que o Presidente Lula, na conferência sobre mudanças climáticas que será realizada, em dezembro próximo, em Copenhague, adote postura de ideólogo, e proponha um modelo novo para a civilização, onde o transporte público prevaleça sobre o privado e o consumo seja limitado, de acordo com as restrições ecológicas..... 60511

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas ao fato de o Supremo Tribunal Federal, na decisão proferida ontem acerca da extradição do italiano Cesare Battisti, ter deixado a decisão final para o Presidente Lula..... 60514

SENADOR MÃO SANTA – Comentários a matéria publicada pela Agência Brasil a respeito do crescimento da dívida pública brasileira. Leitura de emails recebidos por S. Exª. .... 60518

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Satisfação e orgulho pela vitória da jovem gaúcha Simone Maria Gatto no concurso de redação promovido pelo Senado Federal, cujo tema foi “muito prazer, sou cidadão brasileiro”, e leitura da redação vencedora, intitulada “O Jogo da Democracia”. Parabéns aos artistas plásticos Cristina Kaschny e Gerson Reichert, selecionados para exporem seus trabalhos na exposição “Artistas Brasileiros – Novos Talentos – Pinturas”, inaugurada no último dia 17 no Salão Branco do Congresso Nacional..... 60521

3.3 – ORDEM DO DIA

**3.3.1 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**

3.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

**3.4.1 – Discursos**

SENADOR OSVALDO SOBRINHO – Defesa de que as Forças Armadas brasileiras detenham meios de fazer o equilíbrio no Cone Sul, em comentário sobre carta do Presidente do Peru dirigida aos

Ministros de Relações Exteriores e da Defesa que participaram do encontro da União Sul-Americana de Nações – Unasul, realizado em Quito, Equador, em 15 de setembro último. Registro da visita feita ontem ao Senado Federal, pelo Senador Jayme Campos. .... 60535

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Louvor à iniciativa da Secretaria de Relações Públicas do Senado por haver promovido concurso de redação entre estudantes brasileiros, e leitura da redação finalista no Estado de Rondônia, intitulada “Uma República Injusta”, da aluna Dagriane Garcia Zancheta, da Escola Estadual de Buritis..... 60537

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Agradecimento aos que prestaram homenagem de pesar a Anderson Cavalcanti de Moraes, sobrinho de S. Exa., e à sua família. Preocupação com a perspectiva de ingresso da Venezuela no MERCOSUL..... 60539

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a questão envolvendo o pedido de extradição do italiano Cesare Battisti, após manifestação definitiva do Supremo Tribunal Federal, ontem, sobre o assunto. Comentários sobre o grande “apagão” ocorrido semana passada, hipóteses que o explicam e justificam o comparecimento ao Senado da Ministra Dilma e do Ministro Edson Lobão..... 60541

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Crítica e preocupação com a decisão tomada, ontem, pelo Supremo Tribunal Federal, no caso Cesare Battisti, transferindo ao Presidente da República a decisão final sobre o assunto. Insatisfação com a baixa execução de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, propondo que passem a ser impositivas ou extintas. .... 60545

**3.4.2 – Leitura de requerimento**

Nº 1.532, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 20 a 24 do corrente. **Aprovado.** ..... 60548

**3.4.3 – Discursos (continuação)**

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários à entrevista concedida pelo Vice-Presidente da República, José de Alencar, ao jornal **Folha de S. Paulo**, na qual o vice-presidente fala do tratamento para combater o câncer e das questões que envolvem a economia do Brasil, o combate à corrupção, a defesa do Tribunal de Contas da União, como órgão fiscalizador..... 60548

**3.4.4 – Leitura de requerimento**

Nº 1.533, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e controle, comunicando a aprovação em 15 de setembro do corrente, o Requerimento nº 72, de 2009-CMA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, Fátima Cleide e Cícero Lucena, conforme cópia em anexo, com o objetivo de representar esta Comissão na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, que será realizada

no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca. .... 60556

### 3.4.5 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Inácio Arruda para integrar comissão temporária externa, criada pela aprovação do Requerimento nº 1.520, de 2009. .. 60557

### 3.4.6 – Discursos (continuação)

SENADOR LÚCIA VANIA – Comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 próximo, e registro do aniversário da morte do Líder do Quilombo dos Palmares, ocorrido 20 de novembro de 1695. Considerações acerca do racismo e da desigualdade social no País, de acordo com dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio..... 60557

### 3.4.7 – Recurso

Nº 17, de 2009, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007..... 60559

### 3.4.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado 190, de 2007, lido anteriormente..... 60559

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar. .... 60561

### 3.4.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPA LÉO PAES – Registro da matéria “O poder maligno do colesterol”, publicada na revista **Isto É**, do dia 18 de novembro corrente..... 60561

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “TCU vê sobrepreço em obra da Petrobrás”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 20 de agosto último. Registro da matéria intitulada “Absolvição de Sarney e saída de Marina estremecem o PT”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 20 de agosto último. Registro da matéria intitulada “Senador cria falso embate, criticam analistas”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de setembro último..... 60565

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “A Petro-Sal se torna uma ANP do B”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 02 de setembro último. Registro da matéria intitulada “Jurista diz que censura é atentado à Constituição”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 03 de setembro último. .... 60569

### 3.5 – ENCERRAMENTO

## 4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

### 4.1 – Atos do Presidente

Nºs 466 a 470, de 2009. .... 60571

## SENADO FEDERAL

### 5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

### 6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação  
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

### 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

## CONGRESSO NACIONAL

### 10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 831, DE 2009

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Tabirensense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabira, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 632, de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Tabirensense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 832, DE 2009

**Aprova o ato que outorga permissão à Alvorecer Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 395, de 3 de novembro de 2004, que outorga permissão à Alvorecer Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 833, DE 2009

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 254, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 834, DE 2009

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis do Piauí – PI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis do Piauí, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 359, de 28 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis do Piauí – PI para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 835, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Centro Urbano de Nova Lacerda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 579, de 15 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária do Centro Urbano de Nova Lacerda para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 836, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 169, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúba, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 837, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 171, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 838, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Bonópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 133, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Bonópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 839, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mascote, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 4 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mascote, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 840, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Marzagão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marzagão, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 420, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Marzagão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marzagão, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 841, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à FM Industrial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 129, de 28 de março de 2006, que outorga permissão à FM Industrial Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 842, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 718, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Mirante para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 843, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras – FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 844, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 753, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Educativa, Cultural e Informativa Freirogeriense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Rogério, Estado Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 845, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sem Fronteiras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 497, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio sem Fronteiras FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 846, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 522, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 847, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Tradicional FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 540, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Tradicional FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 848, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária – AIRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuitã, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária – AIRC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuitã, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 849, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária do Município de Ibiraiaras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraiaras, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Integração FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 851, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Costa Rica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº de 226, de 18 de abril de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de março de 2001, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Costa Rica Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 852, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 747, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristal do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 853, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Perspectiva Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 28 de junho de 2007, que outorga permissão à Perspectiva Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 854, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 855, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Santa Luz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 369, de 4 de julho de 2007, que outorga autorização à Rádio Comunitária Santa Luz FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 856, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Jacuiense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuí, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 406, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Jacuiense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 857, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras – RJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 794, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras – RJ para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Barras, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 858, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 606, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medeiros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Piracicaba Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 609, de 5 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 860, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Super Difusora AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 226, de 28 de maio de 2007, que outorga permissão à Super Difusora AM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 861, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itapevence de Radiodifusão – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 401, de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Itapevence de Radiodifusão – ACIR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 862, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 863, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim – Rádio JG FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim – Rádio JG FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 864, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 26, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Edwiges para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento

Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 865, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à ACR Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 44, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à ACR Associação Comunitária de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 866, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 870, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 867, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 871, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Iguaçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 868, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 625, de 13 de novembro de 2007, que outorga autorização à Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João da Serra Negra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 869, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó-ARCOC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 486, de 12 de agosto de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caarapó-ARCOC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 870, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Centro Cultural de Josenópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 479, de 22 de setembro de 2003, que outorga autorização à Centro Cultural de Josenópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Josenópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 871, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 544, de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasil Novo, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 872, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Fonte e Vida do Embu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 873, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Setor Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Setor Norte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almas, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 874, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Quixeramobim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Quixeramobim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 875, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Concordeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 277, de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária Concordeense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 876, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 28 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 877, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Centro Comunitário Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 18 de setembro de 2008, que outorga autorização à Centro Comunitário Esperança para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 878, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 260, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 879, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição – ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 795, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição – ARCOM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 880, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 54, de 5 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Comunidade Padre Cícero para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joaquim Gomes, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 881, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 882, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Remanso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 24 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Remanso para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 883, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza – FUNPROMIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 550, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Fundação Francisco Ferreira de Lima de Proteção a Maternidade, a Infância, ao Idoso e a Natureza – FUNPROMIN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 884, DE 2009**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Televisão S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de novembro de 2008, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 12 de fevereiro de 2006, a concessão outorgada à Empresa Paulista de Televisão S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 885, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rosanense De Comunicação Social – ARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 263, de 15 de maio de 2008, que outorga autorização à Associação Rosanense de Comunicação Social -ARCOS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 886, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Canoa, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 864, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Social do Município de Lagoa da Canoa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Canoa, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 887, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipu, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.801, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Maguari de Baturité Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 888, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural dos Amigos de Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 640, de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural dos Amigos de Horizonte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 889, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária Mais Esperança FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de Guabiraba, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 890, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 120, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente “Poeta Bernardino Valença Borba” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cortês, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos

termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2009**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dos Moradores e Comunicadores do CAPUAN – AMCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 863, de 24 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores e Comunicadores do Capuan – AMCC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de novembro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

# Ata da 215ª Sessão, Especial em 19 de novembro de 2009

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos e encerra-se às 13 hoas e 40 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra e o dia de Zumbi dos Palmares, nos termos do **Requerimento nº 151, de 2009**, de autoria deste Senador.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos. *(Palmas.)*

Convidamos, neste momento, representando a meu convite o conjunto do movimento sindical brasileiro, as centrais, as confederações e também a Cobap, o Exmº Sr. Dirigente e Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, José Augusto da Silva Filho. *(Palmas.)*

Gostaríamos de registrar a presença, nesta manhã que antecede o dia 20 de novembro, data da morte do grande líder Zumbi dos Palmares, da Srª Marlete Queiroz, representando a etnia cigana, que fez questão de vir aqui prestar sua homenagem. Peço uma salva de palmas. *(Palmas.)* E ainda o Ronn Marckes e Adriana Gonçalves, a quem também peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

O Senador Mão Santa, que já está aqui, vai presidir a sessão, como sempre presente, histórico, lutador.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI. *Fora do microfone.*) – Pode presidir primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faço questão, Senador Mão Santa, que V. Exª presida neste momento e faça o pronunciamento do Presidente, porque eu tenho o meu pronunciamento.

Em seguida, eu queria, por ser uma sessão histórica, que o Ministro Edson Santos fizesse o seu pronunciamento, até porque ele tem outros compromissos e terá que ir à Bahia, para um grande evento.

Depois, Senador Mão Santa, se V. Exª permitir, eu venho presidir para que V. Exª faça o seu discurso e depois eu encerro a sessão. V. Exª abre. Pode ser?

Então, Senador Mão Santa, está tudo combinado. *(Palmas.)*

*O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Bom-dia, encantadoras senhoras do meu Brasil e meus senhores.

Esta é a 215ª sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia de Zumbi dos Palmares.

A minha maior glória é sempre estar atrás do Paim. Dos projetos de lei que ele faz em benefício dos trabalhadores e dos aposentados eu quase sempre sou o relator. E Deus escreve certo por linhas tortas. Eu estou sucedendo ele aqui, o que é uma glória para mim.

Conforme o Protocolo, compete ao membro da Mesa Diretora que substitui o Presidente da Casa ler as suas palavras.

Então, essas são as palavras do Presidente Sarney, que representamos neste instante:

Minhas senhoras e meus senhores, mais do que uma simples celebração do calendário brasileiro de efemérides, esta sessão especial em comemoração ao Dia Nacional de Consciência Negra e ao Dia de Zumbi dos Palmares é um verdadeiro libelo em defesa de um Brasil igual, de um Brasil que não comporte mais diferenças e preconceitos de nenhuma espécie, aí incluído o preconceito motivado pela cor da pele.

A brilhante iniciativa do Senador Paulo Paim – um negro que não defende só os negros, mas também os deficientes, os idosos e os aposentados – de propor a realização deste evento deve, pois, ser aplaudida de pé, uma vez que reflete o desejo de todo o povo brasileiro. Desejo de refletir sobre a questão racial, mas também desejo de agir para que a igualdade saia do papel e se torne, de uma vez por todas, real.

Cabe a todos nós, não só Parlamentares, mas a todos nós brasileiros, trabalhar no dia a dia, como filosofia de vida mesmo, a rejeição ao preconceito e a concepção da igualdade como condição necessária ao desenvolvimento do Brasil como uma nação ver-

dadeiramente justa, em que todos tenham oportunidades iguais.

A marginalização do negro em nossa sociedade tem suas raízes no modelo de exploração do Brasil pela metrópole portuguesa. A escravidão negra, adotada após o fracasso da tentativa de subjugar o elemento indígena, foi, ao lado do latifúndio e da monocultura, um dos pilares da prosperidade colonial.

Com o advento da abolição da escravatura, processo histórico que culminou com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, os negros brasileiros enfrentaram um longo e duro processo de adaptação à nova realidade da economia nacional, que tinha no trabalho assalariado o seu sustentáculo.

O processo de absorção da mão de obra escrava podemos dizer ainda não acabou. E digo isso porque nem precisamos recorrer à frieza das estatísticas para constatar que o profissional negro ainda hoje é bem menos remunerado que um branco que exerce as mesmas funções. Quando se trata de mulheres negras, então, bem sabemos que elas se encontram na base da pirâmide salarial dos brasileiros.

São situações inadmissíveis neste início de século XXI, precisamente 121 anos após a Abolição. Constatações como essa que acabo de mencionar, referentes ao mundo do trabalho, são apenas uma pincelada num universo de situações desfavoráveis que os negros e negras deste País ainda enfrentam em seu cotidiano.

Infelizmente, é preciso afirmar que por vezes o negro ainda é tratado como cidadão de segunda classe, e um dos exemplos disso é a falta de acesso a uma educação de qualidade. Nesse quesito, sabemos, por exemplo, que a política de cotas nas universidades públicas nem de longe resolve o problema, posto que a solução definitiva está no acesso aos Ensinos Fundamental e Médio de qualidade, capazes de promover o ingresso dos negros na universidade exclusivamente por mérito, como sói ocorrer.

Muito já foi feito, é preciso dizer. Mas ainda há muito que fazer para chegarmos a uma situação ideal.

Para encerrar, nada melhor do que evocar a memória de Zumbi dos Palmares, morto há 314 anos na luta pela libertação dos escravos. É preciso, pois, lutar e lutar muito, sem nunca desistir. Só assim construiremos todos juntos um País mais justo, mais humano e mais igual.

Essas são as palavras do Presidente do Senado da República. (Palmas.)

Eu não poderia deixar de dizer as minhas, de coração.

Aí está o herói Zumbi, mas quis Deus estivesse aqui Paulo Paim, representando a raça negra e a gran-

deza dos gaúchos. Um dos feitos mais memoráveis da nossa história libertadora se deu no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, liderada por Bento Gonçalves. Por 10 anos, ele sustentou aquela guerra com negros soldados, os Lanceiros Negros. A eles tinha sido prometido que, após a guerra, os escravos seriam libertos, nasceria o governo do povo, pelo povo, para o povo: a República. Não foi cumprida a promessa, como sempre. Os Lanceiros Negros foram sacrificados pelo Exército brasileiro. E Paim é um desses descendentes. Paim, com certeza, é negro daqueles bravos Lanceiros Negros gaúchos.

E eu posso dizer como o poeta do meu Nordeste, Gonçalves Dias: "Meninos, eu vi!" Meninos, ontem, eu vi esse bisneto do Zumbi e neto dos Lanceiros Negros, essa honra e glória da raça negra, o nosso Barack Obama do Brasil, Paim Paim, era quase 23h, cansado, cansado mas feliz. (Palmas) Ele tinha prestado solidariedade a sua campanha libertadora: nossos idosos, nossos velhinhos, nossos avós e aposentados. Fizeram vigília lá na Câmara. Aqui nós aprovamos. As leis são do Paim e eu me orgulho de ter sido o Relator, seu Cireneu.

Eu quero dizer que eu vi o Paim, cansado, noites indormidas, apoiando, solidário, os velhinhos idosos nessa campanha, nessa nova campanha libertária daqueles que trabalharam e cujos salários foram castigados pelo Governo brasileiro. Eu vi!

As minhas últimas palavras são um pedido de que os meus aplausos se somem aos seus aplausos, homenageando a grandeza negra da nossa raça, hoje aqui simbolizada por Paulo Paim. (Palmas.)

No ritual, na liturgia, como diz o nosso Presidente Sarney, seria a vez do Paulo Paim, que é o subscritor e idealizador dessa homenagem. Mas, devidos os compromissos, nós chamamos S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Edson Santos para proferir as suas palavras e usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Queremos cumprimentar a Escola Classe Incra 8 de Brazlândia, pela presença neste evento em homenagem à raça negra, que enriquece o Brasil. (Palmas.) O que nós somos mesmo é uma mistura dos índios, que eram os donos da terra; os brancos, vindos de Portugal; e os bravos negros, que fizeram a grandeza da raça brasileira, com suas crenças religiosas, sua capacidade de trabalho, seu otimismo. Enfim, eu acho que, das três raças, é a que merece mais ser cultivada.

Aqui, há um exemplo: o Paim é melhor do que todos nós. Ele simboliza... O Pelé, jogador de futebol, era melhor do que todos nós. Então, essa é uma verdade.

Com a palavra S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Edson Santos, que também, sem dúvida alguma, é o melhor dos Ministros que aí estão. (*Palmas.*)

**O SR. EDSON SANTOS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o 3º Secretário da Casa, que preside esta sessão, Senador Mão Santa, e o Senador Paulo Paim, subscritor do requerimento para realização desta sessão, grande lutador e pioneiro nos debates sobre a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo em nosso País no âmbito do Legislativo.

Quero cumprimentar o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores e 1º Vice-Presidente do Diap, aqui presente.

Quero cumprimentar, fora da Mesa, rompendo certo protocolo, nosso companheiro Joel Zito Araújo, cineasta, que está com a grata tarefa de registrar este momento da história do nosso País em que a questão racial ganha cada vez mais relevo na agenda política do Brasil. Então, cumprimento com muito carinho e consideração o companheiro Joel Zito. (*Palmas.*)

Meus amigos, esta data é fruto da luta de muitos brasileiros. No início, era pequeno o número de pessoas que contestavam a visão oficial, a posição oficial que caracterizava o Brasil como um país de democracia racial, onde todos eram iguais perante a lei. Inclusive, isso era o preâmbulo das Constituições. Mas, devido à persistência, à inteligência e à capacidade de articulação desses brasileiros, esse discurso vem sendo desmontado aos poucos.

Uma das figuras a que ainda hoje rendo homenagem em vida é o Senador da República Abdias Nascimento (*Palmas.*), fundador do Teatro Experimental do Negro, um dos pioneiros na ação de desmonte da farsa da democracia racial que imperava em nosso País, em contraposição à política de segregação existente nos Estados Unidos e de *apartheid* vigente na África do Sul.

O movimento negro é o grande responsável pela evolução do pensamento político nacional no que se refere às relações raciais em nosso País, acentuando a necessidade de o Brasil rever sua posição de nublar seu olhar à questão da promoção da igualdade racial.

O movimento negro veio ganhando corpo na sociedade brasileira. Na década de 70, seu discurso ganha a sensibilidade da academia, das universidades, que começam a produzir estudos mostrando o quadro de desigualdade vigente em nosso País.

É importante ressaltar que os estudos apenas mostram, com números e dados, o quadro de desigualdade. Mas qualquer pessoa que chegasse ao

Brasil veria que não era um país de iguais. Na posse do Presidente Jânio Quadros, o Embaixador alemão, aqui representando o Governo da Alemanha, estranhou que, na posse de um Presidente da República de um país de democracia racial, os negros só ocupassem os salões servindo os convidados. Então, que democracia era essa?

Mas é importante, mais do que nosso olhar, que isso se traduza em estudos e que se sistematize e se desnude a realidade de nosso País. Neste aspecto, hoje, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – aqui chega a Senadora Marisa Serrano, a quem cumprimento, companheira e muito solidária à nossa causa –, é fundamental que os estudos mostrem essa realidade. E hoje, há uma bibliografia bastante considerável, Senador Paim, mostrando o quadro de desigualdade em nosso País.

É importante mostrar também que esse processo ganhou corpo no ambiente político brasileiro quando a Constituição da República, em 1988 – que qualifico como a Constituição mais permeável e sensível ao clamor da sociedade –, passou a não mais dizer em seu preâmbulo que todos são iguais perante a lei. A Constituição da República fixa, em seu art. 3º, ao Estado a necessidade da promoção da igualdade entre os homens, independentemente da sua etnia, de gênero e de sua opção religiosa. (*Palmas.*)

Isso, meus amigos, abre caminho para esse momento que estamos vivendo hoje no Brasil.

A Constituição da República vai mais além. Ela criminaliza o racismo no nosso País. Ela identifica as comunidades remanescentes de quilombos como passíveis de regularização fundiária e fixa ao Estado brasileiro a obrigatoriedade de assistência a esse segmento, visando integrá-lo à sociedade brasileira, podendo, inclusive, usufruir dos momentos virtuosos de nossa economia.

É importante fixarmos isso porque a ação do nosso Estado em função da promoção da igualdade entre os homens tem o amparo constitucional e tem origem nos movimentos que influenciaram na elaboração da nossa Carta Magna.

Quero salientar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, fruto da Constituição da República, o Presidente Sarney cria a Fundação Cultural Palmares, que é o primeiro instrumento a dar visibilidade à questão negra no Brasil a partir do viés cultural. (*Palmas.*) E a Fundação Palmares até hoje desempenha esse papel em parceria com a Ceppir. É ela que certifica as comunidades remanescentes de quilombos, a partir da verificação da sua história, do seu vínculo com a terra, como um primeiro passo no resgate de direitos das comunidades remanescentes de quilombo.

Mas eu diria mais ainda. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, envia à Comissão pela Erradicação da Discriminação, da ONU, um documento reconhecendo as desigualdades raciais em nosso País e fixando ao Estado brasileiro a responsabilidade pela superação dessas desigualdades. É importante a gente situar o debate dessa forma porque a questão do combate à discriminação, do combate às desigualdades raciais não é de um partido, não é de um governo, pois é um desafio para o Estado brasileiro. (*Palmas.*) E é nesse diapasão que o Presidente Lula cria, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem como objetivo coordenar as ações do Estado brasileiro, do Governo brasileiro, no âmbito da promoção da igualdade racial.

Nós entendemos que essa questão não é de um ministério, de um órgão de governo que vai cuidar, que vai ter recurso para cuidar da comunidade negra, da comunidade indígena ou da comunidade cigana.

Esse é um desafio para o Estado brasileiro, para o Governo brasileiro. Então, o Ministério da Educação, no que lhe compete, deve ter um recorte racial em sua atuação, o Ministério da Saúde, do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, enfim, todos os Ministérios, todos os órgãos de governo devem ter uma preocupação e um recorte em função da busca da igualdade em nosso País.

Quero dizer, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que hoje nós temos, aqui nesta Casa, um documento que reputo da maior importância, que vai transformar as políticas de promoção da igualdade racial não numa política de governo, mas numa política de Estado. Vai inserir, de forma definitiva, na agenda política do Brasil a questão do combate às desigualdades raciais, do combate ao preconceito e do combate à discriminação racial.

Falo do Estatuto da Igualdade Racial (*Palmas*), que é de iniciativa do Senador Paulo Paim, que teve uma tramitação primeira aqui nesta Casa, foi à Câmara Federal, recebeu várias modificações, mas chegamos a um entendimento amplo sobre a matéria, tanto que Senadores e Deputados de vários partidos estão vindo aqui dar o testemunho da seriedade e da profundidade com que os debates ali foram encarados. O projeto foi votado por unanimidade na Comissão Especial, tendo o Deputado Ônix Lorenzoni, do Democratas, a iniciativa de pedir a dispensa de plenário da apreciação deste projeto. (*Palmas.*)

As senhoras e os senhores veem que, neste ambiente político, de disputa legítima de posições, nós conseguimos chegar a um denominador comum no âmbito do Estatuto da Igualdade Racial, que é o estatuto que, eu diria, corresponde à realidade do pensamento brasileiro, do pensamento político e que atende

às necessidades mais elementares e fundamentais da sociedade brasileira, no que se refere a ser uma diretriz para o Estado brasileiro atuar no âmbito da promoção da igualdade racial.

O Estatuto trata da questão quilombola, entendendo a questão da terra como resolvida, no Decreto nº4887, do Poder Executivo, mas avança no âmbito da fixação da obrigatoriedade do Estado na assistência técnica às comunidades agrícolas quilombolas e ao financiamento de suas atividades, que têm uma certa especificidade e que devem ser entendidas, pela administração pública e pelos órgãos financiadores, nessa especificidade estabelecida por sua história e por sua cultura.

O Estatuto trata da questão da saúde, da educação, do acesso ao trabalho, da questão da liberdade religiosa, institui a capoeira num cenário de legalidade, acolhendo-a como uma manifestação cultural de nosso povo e como um desporto característico de nosso País, oriundo de nosso País. Mas, hoje, você vai à Alemanha, aos Estados Unidos, em qualquer lugar do mundo, há pessoas praticando a capoeira, que é um esporte nacional.

Então, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu entendo que devemos buscar esse mesmo ambiente que construímos na Câmara Federal aqui no Senado da República, porque não interessa nós aprovarmos aqui um documento que vai causar a divisão, a divergência, o conflito. Nós queremos que seja aprovado um documento que una a sociedade brasileira em torno da promoção da igualdade racial.

Já passa da hora de o Brasil tratar desse tema com a seriedade que ele exige; o Brasil, que teve 350 anos de trabalho escravo, em que o homem e a mulher negra foram escravizados para sustentar a economia deste País seja na cultura da cana-de-açúcar, da mineração e da cultura de café, o que era justificado inclusive com o fato de nós sermos seres “quase que humanos”, seres de categoria inferior, então, não era pecado a exploração do nosso trabalho, do nosso corpo; o Brasil, que, em 121 anos de abolição, teve uma abolição que não vislumbrou, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o acesso à terra, o acesso ao trabalho, o acesso à educação como instrumentos de inclusão do negro de forma qualificada na sociedade brasileira.

Penso que já é o momento de se resgatar não uma dívida, porque dívida traz uma confusão na cabeça das pessoas. Será que eu devo? Eu vou ter que pagar ao negro o que ele sofreu? Na verdade, é um resgate de direitos. É uma obrigação do Estado brasileiro oferecer mecanismos de inclusão do homem negro e da mulher negra nas atividades econômicas qualificadas no nosso País.

O Senador Mão Santa, ao ler a saudação do Presidente Sarney, qualificou, de uma forma muito nítida, as desigualdades raciais em nosso País num ambiente de trabalho. Isso tem origem, Sr. Senador – e o senhor sabe disso melhor do que eu, pela sua experiência de vida –, na falta da qualificação, por parte do Estado, para que as pessoas pudessem desenvolver as suas potencialidades em toda a sua plenitude. E hoje é evidente que a gente deve cuidar da educação, da melhoria da qualidade da educação, para o conjunto da população brasileira, mas é preciso ter um foco especial na população negra. A população negra hoje é 50,6% da população brasileira. Isso não é política de minoria. Isso é uma política voltada à maioria da população brasileira. E é fundamental também que se vislumbre a possibilidade de atender a uma pequena parcela de jovens – negros e negras – que têm capacidade, potencialidade e vontade de adentrar a universidade. Daí, as políticas de ação afirmativa serem um instrumento temporário, que vão corresponder a uma necessidade imediata de nosso País.

Eu quero solicitar aqui, com muita humildade, aos Senadores que a gente se dispa das emoções e que, com base na razão, na História do Brasil, a gente aprecie o Estatuto da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

É evidente que o Senado tem a prerrogativa e a autonomia para promover as mudanças que considerar importantes, necessárias, embora eu ache que os Deputados tenham esmiuçado, e o Estatuto tenha sofrido um diagnóstico bastante profundo. O Senador Mão Santa, que é médico, sabe disso. Fizeram um *check-up* geral no projeto do Estatuto. Mas é sempre facultado ao Senador introduzir essa ou aquela modificação, e nós respeitamos essa prerrogativa do Senado da República. Mas o fundamental, Sr. Senador, é que se vote, que se enfrente esse problema.

E nós estamos dispostos, esse é um desafio a que me dou, tendo em vista as futuras gerações, para que a gente tenha efetivamente um país despido de preconceito, onde o cidadão e a cidadã possam desenvolver a sua capacidade em toda a sua plenitude. Cabe ao Estado brasileiro prover o indivíduo, dar condição para o seu desenvolvimento. Acho que é nesse parâmetro que temos que encarar o Estatuto da Igualdade Racial.

Por fim, quero dizer que não é só o Poder Público. Tenho tido reuniões com o setor privado, com inúmeras representações do setor privado, do setor financeiro, do setor da indústria brasileira, e há uma sensibilidade muito grande, Sr<sup>a</sup> Senadora Marisa Serrano, para a questão da inclusão do negro nos quadros funcionais – a questão da inclusão até existe, mas a questão da mobilidade no âmbito das empresas. Penso que,

se encarmos as questões dessa forma, estaremos construindo um Brasil melhor para todos nós vivermos com mais segurança, com mais tranquilidade e com mais democracia.

Por isso, saúdo aqui o Senador Paulo Paim pela iniciativa. (*Palmas.*)

Saúdo aqui o Senador Cristovam Buarque, também lutador da nossa causa, um advogado nosso aqui nesta Casa. (*Palmas.*)

Quero dizer que estou disposto e disponível, caso as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores considerem oportuno, para estar aqui, em qualquer momento que solicitado, para ajudar nas negociações e nos entendimentos visando aprovarmos o Estatuto da Igualdade Racial, que trará um benefício imenso para a sociedade brasileira. Essa não é uma lei para os negros; é uma lei para o conjunto da sociedade brasileira e assim deve ser entendida.

Muito obrigado. Foi um prazer estar aqui com as senhoras e com os senhores. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Essas foram as palavras do Ministro Edson Santos, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Na história da nossa República há um grande orador, José do Patrocínio, da raça. E ele agora iguala ou supera José do Patrocínio com a sua capacidade de oratória. E os nossos cumprimentos ao Presidente da República por criar e pela escolha do Ministro Edson Santos.

Queremos também cumprimentar o Sr. José Augusto da Silva Filho, que é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). Ele é 1º Vice-Presidente do Diap e Diretor-Secretário Geral do CNTC.

Se acordo com a liturgia tão defendida pelo Presidente da Casa, Sarney, a palavra seria do Paulo Paim, que é o subscritor, mas, com a gentileza que a raça negra sempre tem, ele cede a palavra à encantadora Senadora e professora Marisa Serrano, que representa um dos mais novos Estados do Brasil, Mato Grosso do Sul, a beleza e a decência da professora do nosso Brasil. (*Palmas.*)

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa. É um prazer enorme estar aqui. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque.

Cumprimento com carinho especialíssimo o Ministro Edson Santos. Seja sempre bem-vindo a esta Casa. Esta é a sua Casa; é a Casa de todos os brasileiros.

Cumprimento José Augusto da Silva Filho. É um prazer enorme vê-lo aqui.

E cumprimento todos os presentes que se dispuseram, nesta manhã, a partilhar conosco das questões maiores do povo brasileiro.

É com grande alegria que participo hoje, aqui, desta sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra e ao Dia de Zumbi dos Palmares, celebrados em 20 de novembro.

Sei que ainda falta um longo caminho a percorrer em relação à busca da igualdade de direitos entre negros e brancos. Medidas afirmativas ajudam, mas não encerram a dívida imensa – no sentido em que falou o Ministro – que o Brasil tem com os afrodescendentes, devido aos infindáveis anos de escravidão. Os negros representam, como disse o Ministro, 49% da população brasileira e ainda há muito a ser conquistado para que haja de fato direitos iguais.

No início do ano, a chegada de um negro à presidência dos Estados Unidos representou uma grande conquista para os afrodescendentes – por que não dizer? – em todo o mundo. Nunca, em tempo algum, a posse de um presidente de um país democrático teve tanta repercussão e foi, ao mesmo tempo, tão minuciosamente analisada e comentada como a de Barack Obama.

Cito o compositor negro americano Quincy Jones, que escreveu à época: “Depois de tudo o que nosso povo suportou, do genocídio da travessia atlântica nos navios negreiros, à tortura de corpo e espírito e o desmonte sistemático de nossas famílias sob a escravidão, chegando ao racismo institucionalizado e à luta pelos direitos civis, um homem de aparência como a minha agora se tornaria presidente dos Estados Unidos”.

Uma declaração do próprio Presidente Obama na imprensa americana corroborava esta sensação de chegada ao poder como valorização do negro na esfera do imaginário social: “Há uma geração inteira que vai crescer achando normal que o posto mais elevado do Planeta seja ocupado por um afro-americano. É uma coisa radical. Muda como as crianças negras olham para elas mesmas. Também muda como crianças brancas olham para crianças negras. E eu não subestimaria a força disso”. Essas palavras exemplificam os efeitos positivos que a chegada de um negro ao poder no país mais poderoso do mundo representou na cabeça de todas as pessoas. (*Palmas.*)

Quero dizer ainda, quanto às críticas, todas, aqui no Brasil, do movimento negro, que existem os problemas todos que presenciamos. O Ministro fez colocações aqui, todas muito pertinentes, mas eu quero dizer que a alegria nossa está na expressiva vitória que foi a aprovação pela Câmara dos Deputados do Estatuto da Igualdade Racial. (*Palmas.*) Após anos de tramitação... Quantos anos, Senador Paim? Dez anos

de tramitação. Apesar das críticas ao esvaziamento da proposta, o projeto representa mais um passo na definição de critérios, a fim de garantir o respeito e a inserção, de fato, da comunidade negra na sociedade brasileira. Para o nosso nobre colega, o Senador Paim, a aprovação do Estatuto seria a real carta de alforria da nação negra.

O que quero mesmo ressaltar aqui é que o preconceito no Brasil existe, sim, e precisa ser combatido. Vou novamente citar a educação como ponto-chave para garantir uma sociedade mais justa e igualitária. O grande debate da erradicação do racismo deve ser levado para as escolas – falo isso como professora com quarenta anos de magistério – e lá servir como uma caixa de ressonância para o resto do País. (*Palmas.*)

A luta do movimento negro em meu Estado, o Mato Grosso do Sul, tem sido a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, de autoria do ex-Deputado Federal Ben-Hur Ferreira, um grande amigo e meu companheiro. (*Palmas.*) Essa lei obriga a inclusão de disciplina no Ensino Básico sobre a cultura e a história da África e dos afrodescendentes. Ela tenta corrigir a ausência da previsão desse tipo de conteúdo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, a nossa LDB. A presença dessa temática no ambiente escolar é essencial para valorizar a diversidade étnico-racial e cultural presente no Brasil. É importante mostrar a outra faceta da África, em vez de expor apenas suas mazelas. Hoje, aquele continente vira notícia apenas por suas epidemias, sua pobreza e seus conflitos étnicos. Na escola, é estudada somente como fonte de mão de obra dos negros no período escravocrata, quando sabemos que há uma intensa riqueza cultural totalmente relegada a segundo plano, desconhecida dos nossos jovens. Do conhecimento, pode-se chegar à admiração e ao respeito a um povo alegre, espontâneo, cuja musicalidade se destaca, só para citar alguns exemplos. Por isso, é importante, sim, ressaltar a preocupação com o currículo escolar e com a formação dos educadores.

É por isso que é tão importante promover a formação dos nossos educadores de maneira responsável e com enfoque para o respeito às diferenças raciais, como também para o respeito às diferenças religiosas e de opção sexual. É preciso formar educadores desprovidos de preconceitos. A vivência da diversidade étnico-racial no espaço escolar exige que professores e gestores da educação elaborem estratégias de ação voltadas para a cidadania, a democracia, a emancipação e a esperança. Que fiquem atentos todos os educadores ao material didático, que coloquem o assunto racismo e suas formas de combatê-lo em pauta e que

reforcem os princípios de solidariedade, tolerância, ética e igualdade de oportunidades.

Quero ainda aproveitar a minha fala aqui para fazer uma homenagem póstuma ao professor Jorge Manhães, um dos fundadores do grupo pioneiro na defesa da cultura e da cidadania negra no meu Estado, Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*) O grupo TEZ, que significa Trabalho e Estudo Zumbi, foi criado em 1985, lá em Campo Grande, e há 24 anos vem conquistando políticas públicas de enfrentamento no movimento negro. Figuras proeminentes, como o próprio Ben-Hur Ferreira, que eu citei aqui; quero lembrar o Dr. Aleixo Paraguassu Filho, que foi Secretário de Educação do Estado, Juiz de Direito, uma figura incrível e uma das pessoas mais respeitadas em Mato Grosso do Sul; Dr<sup>a</sup> Luiza, Ângela Brito, Ana José, Jaceguara Dantas, Carlos Porto, José Roberto, Professora Patolina, Professora Nilda, Jane Guedes e tantos outros, todos companheiros, amigos, quase todos educadores, aliás, todos educadores e pessoas proeminentes da sociedade do meu Estado.

Quero terminar dizendo que uma Nação não se constrói e robustece sem os alicerces democráticos e se não reconhecer e não valorizar as peculiaridades raciais e, mais do que isso, se não as traduz em direitos sociais juridicamente assentados. Essa tem de ser a nossa luta, a de todos os brasileiros, independentemente de raça, cor, etnia, ideologia e religião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esta foi a Senadora do PSDB do Mato Grosso do Sul, e professora, que fez sua homenagem à raça negra.

Convidamos, agora, para usar da palavra, o Professor Cristovam Buarque, do PDT.

Anuncio aqui a presença, com muita honra, em nosso plenário, de João Bilola, Coordenador para Assuntos de Igualdade Racial do GDF; a Sr<sup>a</sup> Ísis Albuquerque, do Grupo Teatral Prof<sup>a</sup> Zilda Dias; e a família Ventura, quilombola. Antes nos lembramos da família Silva, que o Paim nos convidou a defender em seu quilombo de Porto Alegre e que queriam despejar. E também Sales Augusto dos Santos, representante da Fundação Cultural Palmares; e Júlio Romário Silva, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal.

Na tribuna, o Professor Cristovam Buarque, que traduz a grandeza cultural desta Casa.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, cumprimento todos da Mesa, cumprimento todos aqueles que aqui vieram prestar esta homenagem no Dia da Consciência Negra.

Eu quero dizer que eu fiquei pouco tempo no Ministério da Educação, mas um ponto que me deixa orgulhoso é o de ter sido, com a minha assinatura e com a do Presidente Lula, sancionada a Lei nº 10.639, que cria o dia que podemos chamar de Zumbi e, ao mesmo tempo, institui a obrigatoriedade do ensino da história africana, da história indígena e da história dos povos africanos no Brasil. Pena que, como muitas leis no Brasil, algumas não são praticadas, inclusive pelo desinteresse não só de autoridades, mas também da sociedade civil.

Na semana passada, organizei um debate na Comissão de Direitos Humanos sobre o ensino da cultura e da história indígenas e africanas, mas ninguém esteve presente, fora quatro depoentes. Colocamos, inclusive, essa reunião no circuito fechado que a nossa Unilegis tem em cada Assembleia, mas lá nas Assembleias ninguém compareceu, e não pudemos realizar o debate. Mas vou insistir. Vou insistir porque uma lei como essa não pode ficar apenas como um papel. É preciso haver um grande interesse, interesse que leve à formação de professores, interesse que leve à adoção das disciplinas, interesse que vai exigir, inclusive, que todos lutem pelo horário integral nas escolas, porque não há como colocar mais essa disciplina tirando uma das obrigatórias, como Geografia e Matemática. Não dá! É preciso aumentar o horário que as crianças ficam na escola.

Mas eu não vim aqui para falar só desse meu orgulho – isso é apenas um detalhe. Vim aqui para dizer da importância de fazermos essa comemoração permanentemente no Brasil para que as pessoas neste País percebam que este é um País com mais de uma raça e não um País que esconde as suas raças, como tem sido a história do Brasil ao longo dos séculos.

Fico indignado quando vejo as pessoas que lutam contra as cotas não assumirem que as cotas tiram lugares de outros que entram mais facilmente na universidade e dizem que as cotas vão trazer o racismo. Se não houvesse o racismo, não se precisaria de cotas. (*Palmas.*) É o contrário: as cotas são a reação para vencer o racismo. É claro que é um racismo discreto, escondido, debaixo do tapete. Se a luta pelas cotas, Senador Paim, não tivesse servido para mais nada, já teria prestado um grande serviço, o de trazer o assunto de que o Brasil é um país também de negros, que as pessoas escondiam, seja chamando de pardos, de mulatos ou dizendo que são brasileiros e, como todos, são iguais.

Iguais, primeiramente, não o são. Quando forem iguais, serão de raças diferentes. A igualdade é de oportunidades. A igualdade pela qual a gente precisa lutar não é a da cor da pele. A riqueza do Brasil é ter

cores diferentes. A falência do Brasil é que a elite rica, intelectualizada e universitária é quase toda de cor branca na pele, traindo a realidade do País.

Alguns me perguntam: “Mas existe racismo no Brasil? Como se mostra isso?” Eu digo: “É fácil. Bastaria que um satélite fizesse uma foto do Brasil, e a gente perceberia o racismo”. Se houvesse uma foto detalhada do Brasil, mostraria que as universidades praticamente só têm brancos e as prisões praticamente só têm pretos (*Palmas*). Se a gente fizesse uma foto da situação educacional, veria que as universidades só têm brancos; e quase todos aqueles deserdados da alfabetização são de cor negra ou próxima da cor negra.

Temos de vencer isso. E acho que movimentos como a criação desse grande dia é uma maneira. Colocar o nome Zumbi no **Livro dos Heróis Brasileiros** é um gesto importante. Mas a verdadeira revolução, a meu ver, é quando não houver a menor desigualdade na qualidade da escola no Brasil entre escola de ricos, escola de brancos, escola de negros, escola de pobres – todas as escolas iguais no Brasil (*Palmas*). E aí que a gente vai quebrar a desigualdade das oportunidades e garantir o respeito às diferenças e à diversidade. É na escola que a gente vai criar isso.

Da mesma maneira, não vai haver saída para a crise ecológica se não for pelas escolas. Não adianta os Presidentes se reunirem em Copenhague e definirem todas as metas do mundo para dióxido e para emissões de dióxido de carbono se as emissões que saem das cabeças das nossas crianças quando crescem é de consumir, consumir, consumir, consumir, o que significa poluir, poluir, poluir. É na escola que a gente vai enfrentar o problema ambiental, o problema do desemprego, o problema da segurança. Cadeia pode até trazer segurança, mas não traz paz. Paz o que traz é a escola. Não é cadeia.

Por isso, deixo aqui uma mensagem: que nós, que somos batalhadores pelo respeito à diversidade, pela igualdade de oportunidades e pelo respeito aos negros brasileiros, lutemos pela igualdade da escola no Brasil. Eu sou, como todos sabem, desde o primeiro momento, um defensor radical das cotas nas universidades. Mas não deixo de puxar a atenção e muitas vezes até orelhas – Paim sabe disso – dos movimentos negros de defesa das cotas quando eu não vejo esse movimento lutando com a mesma força pela erradicação do analfabetismo entre os negros. (*Palmas*.) Não vejo! Vejo e apoio a luta pelas cotas para ingresso na universidade, mas não vejo a luta pela cota de 100% dos negros terminando o ensino médio com qualidade. Tem que incluir isso na luta. Não adianta garantir vaga na universidade... Não adianta, não, é um passo obviamente, mas um passo pequeno garantir vaga para as

universidades que só vão se beneficiar os que terminaram o ensino médio. Ficaram de fora todos aqueles que foram deixados no caminho. Nós não podemos deixar que nenhuma criança seja deixada para trás no caminho.

Por isso, a luta além das cotas já, porque a gente não pode esperar os 20 anos que levará a revolução educacional. Não pode esperar, tem que mudar a cor da cara da elite brasileira já. E o caminho de mudar a cor da cara da elite brasileira já é através das cotas, mas tem que lutar para que, em 20 anos, todas as escolas sejam igualmente boas.

Por isso, peço que se envolvam em algumas outras leis que ainda não pegaram. O Presidente Lula já sancionou a lei que garante vaga na escola para todas as crianças a partir dos quatro anos. Está valendo! E os pais não estão levando seus filhos para a escola aos quatro anos. Está valendo a lei sancionada pelo Presidente Lula, ambas originárias no Congresso, mas ele sancionou – se ele não sancionasse, não valia –, que garante vaga para qualquer jovem que termine o ensino fundamental e quiser fazer o ensino médio. Porque o Brasil é um dos últimos países do mundo, de porte como somos, onde o ensino médio não é uma obrigação do Governo oferecer vagas. A obrigação só fica no ensino fundamental.

Pois, hoje, já vai dos quatro aos dezessete anos. A gente precisa lutar para que isso vire não apenas lei, que já é, mas vire realidade, que precisa.

Digo isso, ao mesmo tempo que fico feliz de ver voltar aqui presente o meu amigo, que precisamos lutar para que, no Brasil, haja uma revolução educacional. Esse é o caminho da igualdade de oportunidades. Esse é o caminho da construção de uma consciência de respeito aos negros, inclusive entre os brancos; de respeito aos índios, inclusive entre os negros; de respeito aos brancos, inclusive entre os índios. É a educação. É com educação que a gente vai fazer com que essa revolução ocorra.

Até lá vamos fazer nossos gestos simbólicos, Senador Mão Santa, como esta sessão. Vamos fazer gestos simbólicos como este dia que estamos comemorando. E vamos fazer, eu proponho, um gesto simbólico, se o Senador Paim quiser assinar comigo um projeto de lei, o Senador Mão Santa também, vamos fazer um projeto de lei que obrigue que, em cada cidade, pelo menos uma escola se chame Escola Zumbi dos Palmares. (*Palmas*) Pelo menos uma escola por cidade, porque, a partir dos nomes, chegando às crianças bem pequenininhas começam a construir uma consciência.

Estudei, Senador Paim, Senador Osvaldo, a primeira escola que fui, aos cinco anos, se chamava Castro

Alves. Eu não tenho a menor dúvida de que, ao ouvir falar nesse nome, no primeiro dia de aula, eu comecei a descobrir que havia poesia, que havia poeta, e que esse poeta era o poeta dos negros, era o poeta da anti-escravidão no Brasil. Isso influi. Sou furioso com o fato de que aqui, no Distrito Federal, não aceitam ainda a minha ideia de pôr nomes nas escolas. As escolas aqui têm números. Eu, ontem, quase consegui convencer o Vice-Governador a que, no aniversário de 50 anos de Brasília, que será no dia 21 de abril do próximo ano, a gente batize todas as escolas brasilienses com nomes. Nomes que possam passar uma mensagem às nossas crianças. Nomes bem escolhidos obviamente, nomes respeitados democraticamente, nomes de pessoas que já morreram e jamais de pessoas ainda vivas, obviamente, mas nomes que passem às nossas crianças a ideia de que há alguma coisa que eles precisam aprender na história do País. E a gente ter uma escola com o nome de Zumbi dos Palmares em cada cidade ajudaria bastante.

Essa é uma ideia que deixo aqui como contribuição nesta sessão, Senador Paim. Convido os quatro Senadores que aqui estão e a Senadora Marisa que já saiu, mas que aqui falou, para que juntos apresentemos esse projeto. Vou preparar e trago para assinatura de todos nós.

E vamos continuar a nossa luta, que é uma luta muito longa. Os Estados Unidos, muito antes de nós, elegeram um Presidente negro. A gente precisa não apenas ter Presidentes negros, a gente precisa ter Presidentes da negritude, até porque há negros que podem, para se eleger, mudar a cor, se não externamente, internamente. Mesmo assim seria um avanço para o Brasil. Mas vamos fazer com que haja Presidentes da negritude, que respeitem o fato de o país ser um país multicultural, mas não um país que esconde a diferença racial, não um país que diz que não é racista porque nega ao negro o direito de ser chamado negro. E eu tenho muitas histórias sobre isso e não vou contar aqui. Mas um País que se orgulhe de termos negros. E que se orgulhe de ter dado aos negros a mesma oportunidade que dá aos brancos e aos índios; que dá aos pobres, não importa a raça, a mesma oportunidade que dá aos ricos. O caminho para isso é a escola igual para todos: o filho do trabalhador na escola onde estuda o filho de seu patrão. Este, para mim, é o *slogan* do socialismo do século XXI: escola igual para todos. E, obviamente, uma escola que passe uma consciência de solidariedade e falta de preconceitos para todas as crianças. Essa é nossa luta e este dia é um dia para lembrarmos da luta.

Um grande abraço para cada uma e para cada um de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, para nos honrar com sua presença nesta mesa, Joel Zito.

Joel Zito é um cineasta vitorioso, produtor, ganha todos os prêmios e está produzindo documentário sobre a saga do povo negro, com a ajuda de Paulo Paim. Eu até sugiro nosso produtor Joel Zito a fazer um filme sobre Paim – a história do Paim. Não está aí a história de Luiz Inácio? E esse Cristovam... O erro... Se o Partido dos Trabalhadores tem feito primária... Eu entendo as coisas... Eu sei, professor... O Paim tinha surgido que nem Barack Obama. O erro foi o Partido do Trabalhador que tirou uma candidata do bolso, não acompanhou a vivência atual do aperfeiçoamento da democracia. Paim seria nosso Barack Obama, já já nosso Presidente da República. (*Palmas.*)

Mas Deus escreve certo por linhas tortas.

Mas, eu queria cumprimentá-lo...

O Senador Cristovam já encerrou, não é?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu já encerrei, mas preciso corrigir um erro grave.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu nunca vi um erro de V. Ex<sup>a</sup>. Ele é um professor.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – É que eu olho tanto para a esquerda sempre que eu não vi o Senador Inácio Arruda sentado aqui à direita minha, não é?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/ Pcdob – CE) – À direita dele, mas à esquerda de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – E claro, quando eu falei dos outros Senadores e do projeto de lei, é claro que a gente tem que colocar, obviamente – ele querendo e vai querer – o Senador Inácio Arruda; até porque como comunista é óbvio que ele tem uma posição favorável à quebra das discriminações e à busca da igualdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Então, o Senador Inácio Arruda vai usar da palavra e eu sei que ele vai enaltecer a raça do Ceará.

Mas eu lembraria a ele a Bíblia que diz que no meio está a virtude. Tem o Ceará, tem o Maranhão e, no meio, está o Piauí.

Então, antes de ele fazer os louros aí à raça cearense, eu queria contar um fato para ilustrar, Paim, porque estamos aqui emocionados.

Olha, o Piauí teve um negro que foi o seu poeta maior, é o poeta da Costa e Silva. O hino é dele.

“Piauí, terra querida,  
Filha do Sol do Equador.  
Pertencem-te a nossa vida,  
Nosso sonho, nosso amor!”  
Na luta teu filho é o primeiro que chega.

Mas atentai bem, a grandeza do piauiense e esta festa. Por isso que estamos aqui. Esse poeta fez concurso para o Itamaraty, da Costa e Silva, tirou o primeiro lugar — Piauí, São Paulo —, e eu vi contado pelo seu filho Alberto da Costa e Silva que é da Academia de Letras. Eu estava no Piauí, ia para São Paulo, e eu ouvi ser contado isso pelo seu filho, Alberto da Costa e Silva, que é da Academia de Letras. Eu governava o Piauí e estava fazendo um convênio com a Fundação Getulio Vargas para supervisionar a Universidade do Estado do Piauí. Aí, eu perguntei: Alberto Costa e Silva, por que é que você entrou no Itamaraty?” Aí ele me disse, Inácio Arruda: “Por vingança”. Aí eu fiquei perplexo: como é que você quis ser embaixador por vingança?” Aí ele me contou o fato:

Meu pai, preto, fez concurso para o Itamaraty. Tirou o primeiro lugar [mostrando a inteligência piauiense] e na entrevista o Barão do Rio Branco [o Barão do Rio Branco! Vá dizer que não tem racismo: chegou, ele tirou o primeiro lugar, e na entrevista ele disse]: ‘É, mas não vou lhe nomear não. Porque você é preto, parece um macaco e o Brasil está se afirmando. Eu não vou mandar para representar na Europa um macaco.

Então, o pai dele ficou amargurado, e esse homem, como piauiense heroico, disse: “Eu entrei por vingança. Meu pai não entrou, mas eu entrei, e a vingança ainda é maior. Eu saí, me aposentei, Governador Mão Santa [eu era Governador mas deixei dois filhos lá”. Então, deu três a um no Barão do Rio Branco, se afirmando, mostrando a grandeza da raça negra. Embora eu saiba que ele vai enaltecer o Ceará, que foi o primeiro Estado que libertou o escravo, que o Dragão do Mar não deixava transportar escravos dos navios negreiros grandes para as terras cearenses.

Então, com a palavra Inácio Arruda, nosso irmão do Ceará.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PcdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr<sup>a</sup> e Srs. Senadores; ilustres convidados que nos honram com sua presença em nosso plenário; nossos amigos que compõem a Mesa, e até os que já estiveram à Mesa, como o Ministro Edson Santos, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial; nosso amigo José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, 1º Vice-Presidente do Diap e Secretário-Geral da CNTC; nosso amigo, convidado à Mesa, Joel Zito, cineasta, que trabalha com a consciência negra, digamos assim; e, especialmente, nosso Presidente, Senador Mão Santa e o nosso colega que tem uma trajetória marcada pela luta, no nosso País, contra desigualdades, seja de que tipo for, especialmente a discriminação contra os negros no

nosso País, que é o nosso Senador Paulo Paim, que nos brinda com essa solenidade do dia de hoje:

Senador Paulo Paim, quero começar exatamente com as razões dessa homenagem, que V. Ex<sup>a</sup> já abordou de forma sincera, franca para o povo brasileiro, que é o processo de luta da formação do Brasil, de como ele se deu. Negro e índio não tinham alma. Alguém, partindo de Roma, disse que negro e índio não tinham alma. Não tendo alma, o Caramuru, meu caro Mão Santa, Domingos Jorge Velho, foi contratado pelo Governador de Pernambuco, à época, uma capitania em franco desenvolvimento da Coroa portuguesa, para perseguir os negros que formaram um quilombo extraordinário porque foi montado num forte, num forte construído com inteligência, num local escolhido de forma estratégica e que era muito difícil, sem inteligência e sem brutalidade, vencê-lo. Era impossível vencê-lo. Só a brutalidade, a crueldade, a perseguição e o fanatismo com que foram perseguidos os negros do Quilombo dos Palmares fizeram com que o quilombo fosse ao final destruído.

Caramuru chegava a tirar as crianças dos seios das mães negras, que estavam sendo amamentadas, colocando-as na fogueira e afirmando que, como não tinham alma não tinha problema nenhum colocá-las na fogueira; era o mesmo que colocar um porco, um frango para assar e depois comer. Praticava um canibalismo na sua brutalidade, na sua crueldade. E esse tipo de crueldade é o mesmo de Guantanamo, é o mesmo das bases e das cadeias que existem por aí fora hoje e que sempre prega muito o uso dessa brutalidade para conseguir confissões, para montar esquemas no sentido de colocar uma pecha num povo, num país inteiro. Hoje se faz isso contra o Irã, contra a Síria, contra o povo iraquiano. Faz-se isso no Afeganistão, no Paquistão e ainda se faz muito na África.

E é preciso homenagear, meu caro Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque e Presidente Mão Santa; é preciso dizer por quê; de onde veio? Por que esse homem é um herói do povo brasileiro? É porque ele resistiu a essa brutalidade, no tempo em que era necessário resistir à brutalidade. E ele o fez. E nós vamos distingui-lo com essa honraria.

E nos disse o Darcy Ribeiro, Senador e estúdio da formação do Brasil, que hoje existe um povo brasileiro no mundo. E o povo brasileiro tem a marca dos negros, tem a marca dos índios e tem a marca dos brancos.

Não se esconde e jamais se poderá esconder a discriminação que ainda existe hoje na sociedade brasileira. O preconceito que ainda existe contra os negros, verdadeiro. E os negros não são só discriminados; não são só fruto do preconceito. É que a maioria esmagado-

ra dos negros é pobre. E pobre é discriminado. Contra os pobres há farto preconceito. E ser pobre e negro é duplo preconceito na sociedade brasileira.

Poderíamos ir mais longe para homenagear o Zumbi, o Dia Nacional da Consciência Negra. Lembrar os grandes estudiosos do nosso País, como Clóvis Moura, grande figura do nosso povo negro. Um brasilianista, americano, Skidmore quando tratou de estudar a formação do Brasil, tratou da presença dos negros. O Darcy, que já citei e a sua obra fabulosa *O Povo Brasileiro*; o Celso Furtado, porque nordestino não precisa ser negro para ser discriminado, qualquer um é discriminado.

Então, esse era Celso Furtado, gigantesco na sua obra, "A formação Econômica do Brasil", fácil de ser lida. Fácil! Vai lá e olha e entende o que é o Brasil.

Não era um intelectual que escrevia para não ser entendido; ele escrevia para ser compreendido pelo povo brasileiro.

Um amigo irmão do Paulo Paim, Abdias do Nascimento, (*palmas.*) aqui Senador da República, negro, pensador, estudioso. E lá atrás, porque outro que não compreendia bem a batalha, digamos assim, da abolição, que era José de Alencar. Foi ele que levou pelas suas mãos um garoto baiano de 18 ou 19 anos e o entregou a um mulato, um mulato que era o maior da língua portuguesa. Esse mulato chama-se Machado de Assis. Não é outro, não meu companheiro; é Machado de Assis. (*Palmas.*) Machado de Assis era mais difícil de ser compreendido do que Celso Furtado, porque tinha uma formação extraordinária, espetacular. E foi ele que recebeu das mãos de José de Alencar um outro jovem garoto chamado Castro Alves, que escrevia para libertar os escravos.

Então, vê-se como é a formação do povo brasileiro, com todos esses homens e mulheres que se uniram a essa luta.

Eu volto ao Ceará, por onde começou o nosso amigo Mão Santa. Lá, no Ceará, também se uniram negros e alguns brancos para lutar pela libertação, assim como Castro Alves e tantos outros, no nosso País. Eu quero juntar dois: o Dragão do Mar e a Maria Tomásia. O Dragão do Mar impedia a entrada dos negros e a Maria Tomásia ia pelo interior do Ceará pregar a libertação dos negros. É por isso que se libertaram os negros primeiramente numa cidadezinha junto ao rio Acarape. A cidade tinha o mesmo nome, a cidade de Acarape, no interior do Ceará, onde havia uma barragem que abastecia a cidade de Fortaleza. É ali que Maria Tomásia para, numa região de canaviais, em uns brejos nas margens do rio Acarape. A região produzia muita cana e, então, tinha muito açúcar e muitos negros, havendo também muita perseguição

aos negros daquela região. É ali que ela para, junto ao Maciço do Baturité, no interior do Estado do Ceará. Realizaram ali também um feito heróico que é a libertação dos escravos em um Município, que é a cidade de Redenção, no Estado do Ceará. Foi a primeira a libertar os negros no Brasil.

O outro é um Presidente do nosso País que podemos dizer que é um Presidente negro, porque esse Presidente que aí está não é branco, não. Nem é azul, nem furta-cor, não. É um Presidente preto lá do Nordeste brasileiro. É por isso que ele reconhece, mesmo com as dificuldades gigantescas que tem esse território brasileiro, a necessidade de formar o povo, de ter mais escolas profissionais, de ter de educar e profissionalizar, porque o nosso tempo ainda exige isso. Vai ter um tempo em que a palavra escravidão, que é o trabalho, que vem do grego... Por isso, prendiam-se os outros na guerra e vendiam como escravos, porque era para trabalhar. Então, a palavra trabalho, de origem grega, significa escravo. Então, vai ter o tempo em que acabará toda escravidão, mas, no nosso tempo, ainda temos de trabalhar. Então, precisa-se formar, educar, profissionalizar.

E o Presidente Lula é o que mais criou escolas técnicas no Brasil inteiro. (*Palmas.*) É o que mais tem expandido a universidade pública federal. É o que compreendeu a necessidade unir o povo latino. Na Bolívia, mais da metade da população é nativa. São os quechuas, que eram a camada superior dos Incas, e os aymaras, que é uma grande civilização, um grande povo. Eles formam 70% da população e não conseguiam dirigir a sua nação. Que estupidez! Agora, quechuas e aymaras estão unidos em torno de um presidente, que é um nativo, que é um aymara. Então, isso é muito significativo.

Aqui, na vizinhança, o Paraguai tem grande população guarani, que é também o idioma oficial daquele País. Por que o povo não poder ser dirigido por um guarani no Paraguai? Qual a razão? E é por isso que o Lula criou uma universidade, que é uma universidade brasileira, fica no Brasil, mas é latino-americana, metade das vagas para os sul-americanos, para quechuas, para aymaras e para os povos dessa região.

E lá em Redenção, meu caro Presidente, o Presidente da República propôs, e está aqui na Câmara Federal... Parece que está tendo um enganchamento, meu caro Paim, parece que pelas razões de estar destinada à população africana e à brasileira está tendo uma dificuldade, um enganchamento. Vamos ver se a gente desengancha isso lá na Câmara. Refiro-me à criação da universidade luso-afro-brasileira. Metade das vagas vão ser destinadas a africanos, africanos negros e a outra metade para os brasileiros, especial-

mente os negros do Brasil para que a gente possa garantir ascendência social.

Por qual razão, Sr. Presidente? Porque existe, sim, a discriminação, existe, sim, o preconceito, mas há uma razão básica para a discriminação e o preconceito – alguns querem passar a borracha por cima, escondê-la, –, que é uma brutal luta de classes no nosso tempo. E essa brutal luta de classes tem razões profundas do ponto de vista social. E é preciso combatê-la pelos vários meios, uns fazem uma revolta popular e assumem o governo no seu país e é justo, é correto, do ponto de vista da luta dos povos no mundo em todos os tempos. Outros encontram meios para driblar essa batalha que nós travamos cotidianamente no nosso País. E uma delas, digamos que o Presidente Lula busca nos ajudar a resolver, e acho que a conquista da Unilab é muito importante para o nosso País. Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, que já vou assinar o projeto do Senador Cristovam, juntamente com todos que estão à Mesa e os que chegarem depois, e sobretudo vamos trabalhar para que a gente resolva uma pendência inaceitável.

Está aqui o Senador Paim, mestre do Estatuto, para combater essas desigualdades brutais do Brasil, que falamos lá, ele já tratou disso sobejamente, mas nós apenas, digamos assim, sublinhamos todas as questões, que nós criamos caminhos, pequenas veredas para dar soluções a esses problemas de discriminação, de perseguições que ainda existem na sociedade brasileira, de preconceitos. O fundo de tudo isso é, na verdade, ainda uma luta de classes encarniçada que se trava no mundo inteiro e que se reflete no nosso País.

Por isso eu peço, Sr. Presidente, que nós demos a maior força para aprovarmos, de uma vez por todas, o nosso Estatuto e também aprovarmos a criação da universidade, da Unilab no Estado do Ceará, no Município de Redenção.

Saúdo, uma vez mais, o nosso companheiro Paulo Paim e todos que compreenderam a necessidade de ter no Brasil o Dia da Consciência Negra, que é o nosso 20 de novembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos a esse Líder maior do PCdoB no Brasil. E aqui adentra essa mulher de Mossoró, a primeira cidade que libertou os negros no Brasil.

Infelizmente, não foi o Ceará. Ela veio aqui cobrar... E ela foi três vezes Prefeita daquela cidade.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Terra da minha mãe. Então, estamos irmanados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – E a dos meus avós é Açú, cidade vizinha.

Agora, quero anunciar a presença de Neudo, Gilmar Machado e Peixoto, Diretores do Sindicato dos Comerciantes e da CUT do Distrito Federal, que estão prestigiando esta sessão.

Convidamos o Senador do PTB, Osvaldo Sobrinho, que representa aquele que libertou o trabalhador brasileiro, Getúlio Vargas.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa; Senador Paim, primeiro subscritor do requerimento para realização desta sessão e que honra este Senado pela sua luta, pelo seu trabalho; Sr. José Augusto da Silva, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Senador Inácio Arruda; Senadora que nos honra com a sua presença; companheiros que lutam para que a história faça justiça ao seu trabalho e às suas lutas; hoje é um dia memorável, e o Senado Federal faz justiça à história daqueles que ajudaram e que ajudam a construir este País.

Não é possível escrever a História do Brasil ou do povo brasileiro sem escrever a história do negro neste País, que é uma história linda, uma história bonita, uma história de luta, uma história de exemplos, uma história de pessoas que edificaram as raízes deste País.

Este País não teria a história linda que tem se não fosse a existência e o trabalho de vocês.

Acredito que todos nós temos de lutar para que a igualdade chegue rapidamente a este País. Não é possível, em pleno século XXI, ainda se falar em racismo, que indiscutivelmente existe, e existe de forma monstruosa. Uma forma que desigual os homens, na liberdade, nos direitos, nas pretensões e nas oportunidades.

Aqui falou o nosso Senador Cristovam Buarque que essa igualdade só vamos conquistar por meio do processo educativo. É verdade. Não existe outra forma de avançarmos, se não investirmos em educação e se não dermos oportunidade para que todos ingressem na universidade e possam, por meio da competência e da inteligência, mostrar aquilo que sabem. Essa luta pela educação tem de ser travada por todos nós, a fim de que todos possam vencer e ser qualificados por aquilo que podem produzir e não por aquilo que está na sua epiderme ou pela cor que possuem.

Acredito que o Brasil tem de reescrever a sua história, e a História do Brasil parte da sua população. Somos uma população arco-íris, em que todas as cores fazem parte da nossa história. Portanto, é necessário entender que este é o povo brasileiro: diferenciado. Não há no mundo povo igual, porque somos feitos do índio, do negro, do branco, das raças de todos que para cá vieram e que fizeram nossa riqueza. A riqueza que

está aí não foi feita pela elite brasileira, não. A riqueza que aí está – e o Brasil é tido como potência hoje – é a produzida por todos nós. A luta daqueles que por aqui passaram não pode ser em vão.

Vejo aqui a luta do Senador Paim todos os dias, todas as horas. Quando assume a tribuna, é para falar sobre as desigualdades, combatendo as desigualdades, seja do negro, do índio, dos sem-terra, dos aposentados, daqueles que não têm voz, que não podem falar, que não podem gritar e só gritam pela dor e pelo sofrimento. Sua luta aqui, Senador Paim, tem sido por aqueles que não podem manifestar seu pensamento e sua vontade. Eu diria até que a sua luta aqui e a de outros companheiros também é a que lá, alguns anos atrás, na África do Sul, foi encetada por Mandela (*Palmas*). O grande Mandela, o homem do século, que verdadeiramente quebrou paradigmas, deu sua vida e sua existência por uma causa. Ficou 27 anos encarcerado, preso e humilhado, mas não renunciou à sua luta e às suas convicções. Brigou, lutou, falou e triunfou. Hoje, a África do Sul é dos negros, que a comandam com seriedade, responsabilidade e progresso. É prova de que valeu a pena a luta.

A luta do Bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, homem que lutou, brigou também e tem conseguido, nas suas lutas, vitórias importantes. (*Palmas*)

Não podemos deixar de falar também no Reverendo Luther King, que deu a sua vida, a sua existência, por uma causa também americana, pelo povo americano.

Não podemos deixar de falar aqui de outras grandes pessoas que passaram por este Congresso, como Benedita da Silva, nossa colega na Constituinte, que lutou, trabalhou, e luta até hoje por causas maiores como a nossa.

Não podemos deixar de falar no Caó, também nosso colega aqui, cujos projetos todos foram em defesa da raça negra. Não sei onde anda Caó. Está no Rio de Janeiro? Grande homem, grande lutador, inteligente, competente, que aqui deixou a sua marca.

Edmilson Valentim, nosso Deputado Federal, que aqui passou também como Constituinte, do PCdoB.

Não podemos deixar de falar no Senador que passou aqui e que assumiu sua negritude, Valdo Varjão, de Mato Grosso. “Negro sim, escravo não” era o lema dele.

Não podemos deixar de falar no Rinaldo Ribeiro de Almeida, lá de Cuiabá, vereador, que lutou e luta todos os dias, intransigentemente, na defesa de suas convicções. Jacy Proença, ex-Prefeita de Cuiabá, Secretária Municipal hoje, que luta também, todos os dias.

São pessoas cuja voz, cujo trabalho são apenas o reflexo da luta de Zumbi. Zumbi está em cada um de

vocês, em cada um de nós. Em cada um daqueles que assomam à tribuna e assumem convicções também. Em cada um daqueles que não têm medo de falar a verdade, de mostrar ao Brasil que precisa quebrar alguns paradigmas, que precisa fazer um reencontro com a sua história, com o seu povo, com a sua gente, com as suas origens, com as suas raízes.

Precisamos fazer o reencontro desta Nação, pagando as grandes dívidas sociais que temos, principalmente com os negros, dívida esta que muitos teimam em dizer que não existe, mas existe e é profunda. Ela está na alma daqueles que comandam este País, das elites dominantes, que não têm a mínima responsabilidade com a igualdade social. É necessário, sim, lutarmos todos os dias. É necessário trabalharmos nesse sentido.

E feliz o povo que tem aqueles que podem cantar para que haja justiça. Feliz o povo que teve um Castro Alves para cantar as suas ilusões, as suas desilusões e as suas razões. Feliz o povo que teve José de Alencar, que, no seu tempo, na sua hora, no seu momento, falou aquilo que pensava. Feliz o povo que tem um pouco do espírito, da alma, das lágrimas de Zumbi. Feliz o povo que vem aqui hoje, faz a sessão no Congresso Nacional, no Senado da República, para dizer que temos dívidas, sim, a pagar.

Portanto, Senador Paim, neste momento estou feliz de participar desta sessão, porque aqui podemos fazer o registro da nossa confissão de fé de que este País, lindo como é, grande como é, de dimensões continentais, com uma população de quase 200 milhões de brasileiros, este País precisa fazer uma revisão de sua História. Mas aqui, a cada dia, todos os momentos, há sempre uma pregação, há sempre uma luta colocada. E com relação a essa luta toda do Senado da República, do Congresso Nacional, quero fazer aqui a homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, que tem feito por merecer. Feliz o povo que tem um Paim numa Casa congressual defendendo os seus direitos. (*Palmas*) Feliz o povo que tem um Cristovam Buarque, que não se cansa em falar em educação nesta Casa. E fala todos os dias, e fala com convicção. É uma nota só? É, mas fala todos os dias. Infelizes aqueles que nunca falam. Felizes, minha Senadora, aqueles que têm a senhora na Comissão de Assuntos Sociais defendendo as suas convicções. E o Mão Santa, que não se cansa de falar todos os dias aqui também, fala com convicção.

Estou feliz por participar desta equipe de homens e mulheres que, todos os dias, têm temas e temas em nome daqueles não podem falar.

Tem muita gente que pode falar e fala demais. Mas há alguns que não podem falar e têm que ter representantes aqui. Não esqueçam: os senhores têm

que continuar com representantes autênticos aqui nesta Casa, porque assim a sua voz será sempre alta e será sempre ouvida.

Fico feliz e agradeço a oportunidade. E quero dizer que contem comigo nesta luta, porque tenho certeza de que ela é justa e que o Brasil deve a vocês, o Brasil nos deve, nesta luta de remissão dos pecados que cometeu durante a sua história toda.

Muito obrigado. Felicidade a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Essas foram as palavras do Senador Osvaldo Sobrinho, que também põe por terra uma discriminação, a discriminação que a imprensa tem contra suplente. Aí está o brilho do suplente de Senador que mostrou a sua oratória, a sua coragem e a sua cultura.

E eu citaria aqui o grande estadista deste País, Fernando Henrique Cardoso, que adentrou aqui como suplente de Franco Montoro, e V. Ex<sup>a</sup> enterra também essa discriminação que a imprensa faz do suplente.

Eu chamaria um outro que enriquece este Senado da República e que adentrou aqui como suplente, lá do Pará, um dos mais bravos políticos do Brasil e representa o PSOL. José Nery é chamado a usar da palavra.

O PSOL esse Partido...

Não... V. Ex<sup>a</sup> está depois... É para ficar mais aqui, abrilhantando a Mesa. Tem de ficar uma mulher... Bote a cadeira aí para Rosalba Ciarlini, porque Mesa que só tem homem, eu num... Jesus só tinha homem do lado dele e deu no que deu... Agora, sim, tem uma mulher.

Com a palavra José Nery, que traduz aqui a bravura da mulher política, criadora do PSOL, Heloisa Helena.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Presidente, é com grande satisfação que saúdo todos os presentes à Mesa, o Senador Paulo Paim, autor do requerimento para esta sessão especial, o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores e Diretor Primeiro Vice-Presidente do Diap, Diretor Secretário Geral da CNTC, o Sr. José Zito, cineasta, a Senadora Rosalba Ciarlini e também o Ministro Edson Santos, Ministro-Chefe da Secretaria Especial das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que esteve conosco até há pouco. É com grande entusiasmo que eu saúdo também os colegas Senadores presentes no Plenário: o Senador Sobrinho, de Mato Grosso, o Senador Cristóvam e os demais Senadores que aqui compareceram para apoiar, prestigiar e celebrar a luta dos negros e negras do nosso País, a luta das comunidades afrodescendentes, que estão aqui representadas por nu-

merosas entidades que atualizam a cada dia a luta do nosso povo, especialmente das comunidades do povo negro, em prol da igualdade e da justiça social.

Quero saudar também, com especial entusiasmo, o Prefeito Bertoldo Couto, do Município de Marituba, na região metropolitana de Belém, do meu querido Estado do Pará.

Com certeza, com a sua presença aqui, homenagem também os 143 Prefeitos do meu Estado, o Pará, bem como as municipalidades brasileiras naquilo que elas têm feito para também se comprometerem a realizar, elaborar e executar políticas públicas que efetivamente contribuam para que o princípio da igualdade e da democracia, que deve existir, não faça diferença entre etnias, raças ou qualquer outra diferença que não seja a necessidade de buscarmos sempre o respeito e a igualdade.

Começo ainda o meu pronunciamento me referindo de forma especial ao Senador Paulo Paim, autor do pedido desta sessão destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia de Zumbi dos Palmares. Porque, é justo dizer, se as causas sociais, em especial as causas em busca da igualdade racial, da democracia, dos direitos sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro, dos aposentados, a luta do salário mínimo, a luta por dignidade, têm nesta Casa um símbolo. Quando aqui homenageamos o Diap em outra oportunidade, eu disse que os brasileiros, em especial os do Rio Grande do Sul, têm motivos de sobra para se orgulhar de um dos seus dignos representantes nesta Casa, o Paim, que, para nós, não é apenas o operário, o sindicalista, Deputado Federal por anos e Senador da República. O Paim – chamo-o assim, com essa intimidade toda, por conta de tudo aquilo que nos une contra a injustiça, pela dignidade e contra qualquer tipo de discriminação –, como eu disse e reafirmo desta tribuna, o Paim não é apenas tudo isso que eu disse, pois Paim é uma instituição.

Sei que, dizendo isto, homenagem todas as suas iniciativas, os projetos de lei, de emenda constitucional e, principalmente, a luta que aqui realizou para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que foi à Câmara e agora retorna ao Senado para, de maneira conclusiva, oferecermos ao País um instrumento legal que oriente a forma correta de tratamento dos negros e negras do nosso País e a sua integração com todas as raças e todas as etnias, porque somos um país de um povo só. Não é a cor, não é a raça, não é a renda, não é o grau de instrução, não é a riqueza, não são os bens que devem nos diferenciar. Todos somos um mesmo povo.

*(Palmas.)*

Por isso, não é admissível qualquer tipo de discriminação e de desigualdade. No dia em que formos capazes de tratar como iguais, mesmo nas diferenças, na diversidade, estaremos tendo, construindo de fato a verdadeira democracia e a verdadeira integração que não pode excluir ninguém, mas também não pode privilegiar ninguém em detrimento de qualquer condição social, econômica, política ou cultural. Por isso que é tão bonita a luta daqueles e daquelas que, ao longo da nossa história, têm, de forma corajosa e decidida, lutado contra qualquer tipo de escravidão.

Lembro que este ano completamos, em 13 de maio, 121 anos do fim formal da escravidão. Mas, tristemente, sob outras formas, o Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra estimam que, no Brasil, anualmente, entre 25 mil e 40 mil pessoas sejam submetidas a condições degradantes de trabalho análogas à condição de escravo, escravo contemporâneo. Como dizia um sonhador da igualdade, como afirmou, em sua missa do Quilombo dos Palmares, missa esta hoje lembrada como um símbolo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Não sei se houve tempo limitado para os demais, mas vou protestar aqui e falar mais um pouco.

Falava de uma missa celebrada por Dom Hélder Câmara lá no Recife, no Nordeste brasileiro, que, na sua saudação a Maria, dizia: “Igualdade. Basta de escravidão, de qualquer tipo, de qualquer natureza”.

Portanto, ainda voltando ao Senador Paulo Paim, que foi autor do requerimento que criou, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil, e, na qualidade de Presidente, incumbiu-me, com o apoio dos demais Pares, de presidir essa Subcomissão, que vem atuando no sentido de aprofundarmos essa luta de combate ao trabalho escravo, monitorar as políticas públicas e, sobretudo, aprofundar, melhorar a legislação brasileira, para coibir esse tipo de crime.

Nesses termos, ganha sentido cada vez maior a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 438, de autoria do ex-Senador paraense Ademir Andrade, aqui aprovada no Senado em 2001 e aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004. Até hoje aguarda a votação em segundo turno, porque um setor comprometido com aquele tempo de escravidão, do obscurantismo, tem dificultado a aprovação dessa PEC, que vai expropriar, vai confiscar a propriedade de quem submeter trabalhadores a condições análogas às de escravo.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, foi com satisfação não pelo tema em si, mas pelo gesto, que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, aprovou o projeto de lei que criou o Dia Nacional e a Semana de Combate ao Trabalho Escravo, agora a Lei nº 12.064, sancionada pelo Vice-Presidente no exercício da presidência José Alencar, há poucos dias, com a presença da Senadora Fátima Cleide, do Senador Pedro Simon e de outros parlamentares. Essa semana visa mobilizar a sociedade brasileira e as outras instituições em geral para o combate sem tréguas no sentido e aprovar a PEC contra o trabalho escravo, bem como a adoção de medidas e de políticas que se assemelhe nessa direção.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres convidados, quero fazer referência à trajetória do meu Estado do Pará, que se destaca no cenário nacional como o Estado brasileiro que mais titulou áreas em prol dos remanescentes das comunidades quilombolas, cujos direitos estão consagrados no art. 68 da Constituição Federal e no art. 322 da Constituição do Estado do Pará. Nos últimos 11 anos, foram expedidos 34 títulos, beneficiando 18 comunidades, atendendo 735 famílias, numa área de 28.788 hectares. Porém, a luta para o reconhecimento e a titulação de todas as comunidades ainda está longe de ser concluída. Segundo dados do Conselho Estadual do Negro, há, no Pará, 50 mil remanescentes de quilombos em mais de 320 áreas, a grande maioria, portanto, aguardando a regularização fundiária.

Quero também, nesta oportunidade, prestar minha homenagem a todas as entidades que, no Estado do Pará, ao longo do tempo, têm-se dedicado à defesa da luta por justiça, igualdade, respeito e reconhecimento dos direitos da população negra; e àquela que é a entidade protagonista, que iniciou esse trabalho há mais de trinta anos, o Cedenpa, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, entidade que teve o protagonismo e presença marcante do trabalho da Professora Universitária Zélia Amador de Deus, a quem presto uma singela homenagem, lembrando aqui o seu trabalho e a sua luta.

Também quero lembrar o Movimento Afrodescendente do Pará, Mocambo; o Círculo Palmarino; a União de Negros pela Igualdade, Unegro; e também o Conselho Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará, Malungo.

**O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE)** – Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Com satisfação, ouço o Senador Inácio Arruda.

**O Sr. Inácio Arruda** (Bloco/PCdoB – CE) – Sei que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está se esgotando; mas, com a presidência de Mão Santa, ele nunca se esgotará.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Com certeza.

**O Sr. Inácio Arruda** (Bloco/PCdoB – CE) – Tratando V. Ex<sup>a</sup> de fazer homenagens especiais, eu gostaria de citar uma figura que foi praticamente nosso guia numa obra extraordinária do nosso tempo. Eu fui autor de um substitutivo chamado Estatuto da Cidade, na Câmara. A obra vinha do Senado, das mãos de um cearense, Pompeu de Souza, que é de Redenção. Pompeu de Souza é de Redenção, no Ceará. Fez o primeiro trabalho sobre o Estatuto da Cidade, mas um dos grandes guias desse movimento das cidades brasileiras é um homem extraordinário, brasileiro, negro: Milton Santos, que eu gostaria de deixar registrado para a nossa memória de grandes lutadores do povo brasileiro. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Agradeço, Senador Inácio Arruda.

Parece que há convergência de nossas homenagens, uma vez que elas se somam justamente porque quero encerrar o meu pronunciamento citando e homenageando o geógrafo e intelectual Milton Santos. Apesar do seu falecimento há dois anos, suas ideias, suas lutas, sua voz, seu compromisso são de uma contemporaneidade absolutamente edificante. Ele disse: “O fato de eu ser negro e a exclusão correspondente acabam por me conduzir à condição de permanente vigília”.

Por isso, estejamos todos com Milton Santos e tantos lutadores da causa de negros e negras em nosso País, vigilantes e atuantes para fazer valer os direitos que estão na nossa Constituição, nas nossas leis, como compromisso inarredável dessa luta por igualdade.

Portanto, me somo e somo o meu compromisso e o compromisso do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, junto a todas as lutas do povo brasileiro e, em especial, dos negros e negras para construir o Brasil da igualdade, da felicidade, sem exclusão, onde todos tenham assento, tenham direito à educação, ao ter e ao saber.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora para usar da palavra, depois da brilhante oratória do representante do PSOL José Nery, a Senadora Rosalba Ciarlini.

Rosalba Ciarlini representa aqui a grandeza da cidade histórica de Mossoró, que foi a primeira cidade brasileira a libertar os escravos. E ela, extraordinária médica, fez da ciência médica a mais humana das

ciências, foi sempre uma benfeitora da humanidade, tendo sido por três vezes Prefeita daquela encantadora cidade. Foi uma extraordinária Prefeita. É uma extraordinária Senadora, e há uma expectativa e esperança do povo do Rio Grande Norte em vê-la Governadora do Estado.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Mão Santa. A apresentação que o senhor faz da minha pessoa a todos os convidados que aqui vieram me deixa ainda mais estimulada para que nós possamos fazer valer esse nosso mandato nas lutas, principalmente contra as desigualdades, sejam regionais – porque eu venho de uma região em que, nós sabemos, a Região Nordeste, em comparação com outras regiões, ainda existe muita discriminação e muitos preconceitos –, seja de ordem social, das pessoas.

Como o senhor bem falou, aqui ao lado do nosso colega, o Exm<sup>o</sup> Senador Paulo Paim tem sido, como aqui colocou o Senador Osvaldo Sobrinho, do Mato Grosso, em brilhante oratória, realmente um exemplo de luta contra todas as formas de discriminação.

Mas eu quero dizer que, realmente, eu venho de um Estado, de uma região, de uma terra que tem muitos marcos de lutas de liberdade. A terra em que eu nasci – eu nasci já ouvindo essa história – foi a primeira cidade, cinco anos antes da Lei Áurea, que libertou os seus escravos. Foi a sociedade abolicionista mossoroense que, no dia 30 de setembro de 1883, encaminhou ao Senhor Imperador um telegrama – está lá nos registros – dizendo: “Senhor Imperador, Mossoró é livre. Aqui não existem mais as amarras da escravidão”.

Na luta libertária pelas mulheres, o nosso Estado, o Rio Grande do Norte, aquele pequenininho que se vê no mapa com um formato semelhante ao de um elefante – Estado pequenininho e forte –, foi o que proporcionou à mulher votar pela primeira vez. Celina Guimarães Viana, uma professora, e mais algumas companheiras tiveram esta coragem, esta ousadia de convencer o Governador da época, e obtiveram a autorização para votar.

Só que há um fato interessante: os votos que foram dados ao Governador, que foi candidato ao Senado da República e que recebeu o voto dessas mulheres, Mão Santa – veja como o tempo era ainda mais discriminatório –, foram anulados quando ele chegou ao Senado – este Senado iluminado por Deus e sob as luzes da inteligência de Rui Barbosa. Mas foi graças a essa luta que, depois, no Brasil, de forma unânime, em todos os recantos, a mulher pôde votar e ser votada.

Mas o que quero aqui dizer aos senhores é que a luta da liberdade não parou com a libertação dos es-

cravos nem com o voto feminino. É uma luta de todo dia. Existem novas amarras que temos que libertar. Existe realmente muita coisa ainda.

E o meu sonho é o de que, um dia, a nossa Constituição não seja desrespeitada; que a nossa Constituição não seja, de forma alguma, violentada, porque está lá o artigo que diz que todos são iguais perante a lei. Repito: todos são iguais perante a lei. Se somos iguais, por que temos ainda de lutar tanto? Por que existe diferença de cor, por que existe qualquer tipo de diferença? Todos somos iguais perante a lei. Mas não se admite que seja discriminado e negado, por questões de cor, qualquer tipo de direito – não é privilégio –, seja na educação, na saúde ou no trabalho. E sabemos que isso infelizmente ainda existe.

É para lutar contra essa discriminação e essa diferenciação que estamos aqui neste Dia da Bandeira, da nossa sagrada Bandeira, fazendo uma homenagem ao Dia do Zumbi, Dia da Igualdade Racial. Digo aos senhores, como Democrata, que meu Partido já está na defesa do Estatuto da Igualdade Racial (*Palmas*). Foi pedida a urgência para sua aprovação. O Relator na CCJ é o Democrata Senador Demóstenes, de Goiás.

Vou desde já começar uma luta, porque, no plenário, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Paim, quero avocar para mim a Relatoria para que possamos não ter nenhum obstáculo, agilizar e ter, o mais rápido possível, esse Estatuto, que já foi tão debatido, analisado e discutido na Câmara, onde teve a defesa de um Deputado gaúcho (Democrata) e companheiro do Senado Paulo Paim. Divergem nos Partidos, mas não nos objetivos maiores, no valor da vida, de igualdade, fraternidade e solidariedade. Refirme ao Deputado Federal Onyx Lorenzoni. (*Palmas*.)

Então, quero mostrar que estamos levantando, no Dia da Bandeira, essa Bandeira do Brasil bonita, que todos adoramos e reverenciamos. Mas para que ela possa brilhar mais alto e realmente mostrar todo o seu valor, deveremos poder dizer que no Brasil não existem mais amarras de jeito nenhum, porque, na Constituição, todos são iguais perante a lei.

Tomara Deus que o poeta Vinícius de Moraes, aquele que dizia “sou o branco de alma mais negra que existe no Brasil”, se incorpore em todos os brasileiros para que todos possamos dizer: se somos brancos, amarelos, de que cor for nessa nesta aquarela brasileira, nossa alma é negra, de amor, solidariedade e reconhecimento ao trabalho, à luta e ao direito de sermos todos irmãos.

Axé, meu irmão Zumbi! (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –  
Bela oratória de Rosalba Ciarlini.

Neste auspicioso instante, quero crer que represento com grandeza a história do Senado, ocupando a Presidência. Estava previsto, agora, como orador o Senador Paulo Paim.

Então, em nome da história do Senado e de Rui Barbosa, que fez a Lei Áurea – e Princesa assinou e o povo jogou flores –, em nome da nossa história de luta e igualdade, convido para estar como Presidente, falar como Presidente desta Casa aquele Senador que não iguala a raça negra, não, que faz todos nós refletirmos que a raça negra tem dado a grandeza deste País. Digo isso com muita convicção, porque, como a Rosalba Ciarlini – Rosalba, V. Ex<sup>a</sup> que nasceu em Mossoró, eu nasci em Parnaíba, Piauí. E havia um homem muito rico, filho de Domingos Dias da Silva, um português, Simplício Dias da Silva. Foi ele que financiou a guerra para expulsarmos os portugueses do norte que queriam fazer um país. E ele pegou seus escravos e mandou para a Europa. Está no livro **As Barbas do Imperador**. Construiu a segunda orquestra do Brasil, de artistas negros.

E há uma cena que eu gostaria de contar, já que ela enaltece Mossoró.

A minha terra deu o único jurista que se iguala a Rui Barbosa: Evandro Lins e Silva. Mas deu o maior Ministro de Planejamento deste País: João Paulo dos Reis Velloso. João Paulo dos Reis Velloso foi Ministro.

Lembro-me, Paim, e quero contar essa cena, essa cena do respeito que a minha cidade tem à raça negra. Eu era Deputado Estadual, o Governador era Lucídio Portela, irmão de Petrônio. E fomos buscar o Ministro do Planejamento, parnaibano, aquele que foi a luz, o farol dos militares no período revolucionário.

Todo o progresso se deve a João Paulo Reis Velloso. Fez o I PND, o II PND. E deu grande exemplo. Nunca fez uma indignidade, uma imoralidade, uma corrupção. Mas a cidade toda foi buscar o filho Ministro. Eu Deputado Estadual ao lado do Governador e dele, e aquela caravana enorme, eufórica, com o Ministro luz do País e, de repente, quando vejo, no sol quente do Piauí, onze horas, ele ia ver a ponte do Jandira, que nos liga ao Maranhão, Paim, e ele disse: “Para, para, para. Mão Santa, a casa do professor José Rodrigues. Era um professor de Português, negro. Então, aprendi desde aí a não ter discriminação.

Outro dia, morreu meu maior amigo, Paulo Evangelista de Carvalho, Vereador, e aqui é o Paim. “Para, para, para”. E, no sol quente, centenas de carro a esperar o filho da terra, Ministro, a dar ordem de serviço para a ponte de Jandira, e eu o acompanhei, e ele adentrou a casa do professor José Rodrigues Silva, negro, professor de Português. (*Palmas*.)

Então, fiquei acompanhando e vendo o Ministro, o maior nome da história da minha cidade, rendendo-se ao professor José Rodrigues, de Português, negro.

Então, aprendi desde aí a respeitar, a admirar.

Então, nessa tradição histórica, simbolicamente queremos colocar para falar da Presidência deste Senado, não como um Senador comum, mas o Senador maior da história da raça negra no Parlamento brasileiro, Paulo Paim.

*O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem, meus amigos e minhas amigas, agradeço muito ao Senador Mão Santa, que, neste momento, me passa a Presidência para que eu possa fazer o pronunciamento e encerrar esta sessão.

Quero dizer aos meus amigos e às minhas amigas que estão aqui que sei que diversos gostariam de usar a palavra. Só não vamos, infelizmente, permitir, coisa que faço sempre quando presido os trabalhos nas Comissões, devido ao horário, inclusive, aqui na Mesa, o Joel Zito, meu amigo, cineasta... Joel Zito, para vocês terem uma idéia, que está aqui, com essa simplicidade, ganhou já todos os prêmios que alguém poderia ganhar como cineasta. Ele, outro dia, me telefonava da Alemanha, onde estava a convite, fazendo palestra sobre o tema. O próprio Joel Zito abriu mão da palavra, como também o José Augusto, que falaria pelo movimento sindical, abriu mão da palavra, devido ao tempo.

Então, quero agradecer muito a Assis Albuquerque, que estava disposta a fazer aqui uma poesia em homenagem ao Movimento Negro. Quero agradecer ao jornalista Walter Brito, que falaria também aqui se tivesse tempo adequado, por indicação do Movimento Social, que está aqui, neste momento no plenário. Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, se fizeram presentes aqui nesta atividade não em homenagem ao Paulo Paim, mas à história bonita do povo negro, essa história de homens e mulheres que, durante toda sua vida, deram – eu diria – todo seus anos por essa causa. Lembro, também, que está no plenário Megan Mylan, ganhadora do Oscar de melhor documentário este ano. Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Meus amigos, primeiro, eu quero, rapidamente, cumprimentar todos os Senadores que por aqui passaram: Cristovam Buarque; Inácio Arruda; Senadora Marisa Serrano; Senador Mão Santa, que presidiu a sessão até o momento; Senador José Nery, que se encontra aqui, como sempre, presente em todas. José

Nery, você é um lutador de todas as causas; Senadora Rosalba Ciarlini. Enfim, todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este evento acontecesse. Quero, também, deixar meu abraço aqui ao Ministro Edson Santos, que teve de se retirar, mas fez a abertura deste evento. José Augusto, meu companheiro sindicalista, mais uma vez, aqui presente – já falei dele –, e, naturalmente, Joel Zito, que eu aqui comentava. Eu quero – e vou fazer dessa forma – homenagear a comunidade cigana, que está aqui desde o início; foram os primeiros a chegar e que gostariam de usar da palavra, mas vamos fazer o debate na Comissão. Vou ler o recadinho que você me deu aqui, diplomático, inteligente, mas demarca, corretamente, uma posição: “Senador Paulo Paim, com todo o respeito, quero lhe pedir que ressalte que no Brasil existem índios, negros, brancos e ciganos.” (*Palmas.*)

Parabéns.

Meus amigos, esta é de fato uma sessão emblemática e histórica. E por que eu tenho que dizer isso para vocês? Oxalá eu possa acertar naquilo que eu vou dizer. Esta sessão de homenagem a Zumbi talvez seja a última antes da promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. Por isso ela é simbólica.

O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado por unanimidade nesta Casa. Foi para a Câmara, teve alterações, voltou agora para o Senado. Eu estava aqui presente e notava, há poucos minutos, o Senador Demóstenes Torres, meu amigo Joel Zito, e eu falei com ele aqui e perguntei se eu podia anunciar. Ele me autorizou que anunciasse, já que eu já entreguei à Mesa o requerimento de urgência para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial assinado por todos os Líderes. Todos assinaram. Não houve nenhuma diferença, de Oposição à Liderança do Governo ao requerimento a ser entregue à Mesa. O Senador Demóstenes Torres combinou conosco o seguinte encaminhamento. Na próxima quinta, teremos uma audiência pública com a sociedade civil e todos estão convidados a assistir, na Comissão, ao debate sobre o estatuto. Diz ele: “Depois dessa audiência, Paim, eu darei, em seguida, o meu relatório e, se depender de mim, Paim... – se depender dele somente, ele fará de tudo para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado ainda no mês de novembro, que é o mês da consciência negra.” (*Palmas.*)

Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres. Sei da sua boa vontade, e não foi de graça que o povo de Goiânia, quando eu estive lá numa atividade, recentemente, Joel Zito, eu botei em votação, no plenário de Goiânia, da atividade que estávamos fazendo, se a indicação devia ser o Senador Demóstenes Torres. E foi aprovado, e o Senador Demóstenes Torres

aceitou ser Relator numa comissão fundamental, que é a CCJ.

Mas deixem que eu faça este pronunciamento – e peço um pouco de paciência de vocês – porque ele aponta um pouco dessa bonita caminhada de brancos e negros que lutam pela liberdade, pela justiça e pela igualdade.

Eu me socorri, para iniciar, da professora Tanise Müller Ramos, que relatou, em seu trabalho de mestrado, um fato que aconteceu na Escola Satte, em Porto Alegre. Estava ela com uma turma se deslocando pelo pátio quando uma das alunas apontou para a própria sombra e disse: “Professora, olha só: a nossa sombra. Não dá para ver se somos homens ou mulheres, negros, brancos, índios, ciganos. Somos só humanos”. Veja a beleza do que disse essa criança. (*Palmas.*) Somos só humanos. Por que, então – diz a criança –, nós temos de debater políticas para combater e eliminar o preconceito?

Enfim, histórias como essa, que eu ouço, vejo e recebo materiais são, como eu digo, de arrepiar.

Também nos ensinam que os adultos precisam retomar a pureza e a grandeza das crianças para enxergar o mundo. A escola resolveu adotar como nome da campanha contra o racismo o lema “a sombra”, inspirado somente nesse fato.

Meus amigos, tenho certeza de que amanhã, porque é amanhã, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, muitas histórias como essa serão contadas em nosso País, nas comunidades, nas igrejas, nos sindicatos, nas assembleias legislativas, câmara de vereadores, nas ruas, nos quilombos, nas favelas, enfim, em todos os lugares. Nos diversos setores da sociedade, vamos ver que haverá uma multiplicação de ideias para eliminar o preconceito em nosso País.

O mês de novembro, claro, possibilita uma releitura da história dos negros na formação do povo brasileiro. A participação dos negros na sociedade não foi somente para servir, eu diria, de palanque para o chicote no pelourinho, mas também foi para construir as riquezas do nosso País.

Os negros, não digam que eles foram servís. Nunca foram servís. Lutaram. Pelearam. Mães, nos navios negreiros, se jogavam no mar com o filho na mão tentando voltar para a sua pátria mãe, a África.

A partir daí, criaram os quilombos, resistiram sempre. É incorreto dizer que eles não lutaram dia e noite. Eles queriam somente a liberdade. Jamais este País vai esquecer a história de Zumbi dos Palmares. Jamais este País vai esquecer a história dos lanceiros negros da Revolução Farroupilha. Foi dito a eles:

“Lutem contra o poder central que vocês terão a liberdade”. Lutaram, pelearam e depois, covardemente, foram assassinados, foram-lhes tiradas as armas porque eles não queriam parar de lutar até que a liberdade fosse assegurada.

Um dia, Joel Zito, quero estar do teu lado para fazermos um grande documentário sobre a história dos lanceiros negros. É uma história linda que este país tem que conhecer mais, que aconteceu lá no solo gaúcho.

Enfim, eu me lembrarei sempre, além dos lanceiros negros, de João Cândido, o Almirante Negro. Como foi difícil, meu João Cândido! Mas aprovamos aqui, enfim, a anistia a você, que hoje é uma realidade. João Cândido, apresentei também um projeto para você ser herói da Pátria. João Cândido, ficam aqui as minhas palmas para você, lá no alto. Você sabe que você estava certo. (*Palmas.*)

Claro que eu tenho que citar Abdias do Nascimento; 92 anos. É um guri! (*Palmas.*) É um guri peleando pela liberdade e pela igualdade no nosso País. Grande Abdias! Sei que você está assistindo à sessão, Abdias. Você era meu convidado. Você não pôde vir. Mas está aí, 92, 93 anos.

Sabe que eu sou metido a escrever poemas, não é? O poema mais bonito que eu escrevi foi um poema que eu entreguei em mãos ao Abdias Nascimento, na data do seu aniversário.

Claro que eu poderia lembrar-me, aqui, de Benedita da Silva, do Caó, do Edmilson. Mas lembro-me também de Décio Freitas, um homem branco, que foi o primeiro brasileiro a escrever de uma forma, eu diria, diferente a história de Zumbi dos Palmares.

Quando eu me elegi Senador, no jornal **Zero Hora** do Rio Grande do Sul, Décio Freitas, que já faleceu, escreveu – não sei se ele acertou –: “Agora sim! Agora teremos um Zumbi no Senado”. É claro que eu adorei. (*Palmas.*)

Quero dizer que é bom lembrar qual era o espírito dos nossos quilombos, do Quilombo dos Palmares. Era da partilha, do respeito à diferença. Com todos! Com índios, com negros, com brancos, com ciganos, convivendo sempre em plena harmonia.

Como a maioria dos heróis, Zumbi dos Palmares foi assassinado. O nosso grande líder foi assassinado no dia 20 de novembro de 1695. Mas não adianta assassinar os grandes líderes, porque as suas ideias, as suas posições, eu diria que o coração deles e a alma não morrem, continuam sempre norteando as nossas vidas. Quem pensa que matou Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro de 1695, se enganou. Zumbi

continua vivo aqui entre nós, neste plenário em todo o País. *(Palmas.)*

Poderia falar de Oliveira Silveira, um dos líderes também da nossa História. Meu amigo Oliveira, saiba que você nos deixou grande responsabilidade para todos nós. Você, com a sua luta, foi um marco na valorização e da autoestima da comunidade negra.

Enfim, meus amigos, os sinos do Brasil haverão de amanhã dobrar; os sinos vão bater, os sinos vão homenagear, não só Zumbi, mas todos, homens e mulheres, que lutam pela igualdade e pela liberdade. Os sinos, no dia 20 de novembro, dobrarão por brancos, por negros, por índios, por ciganos, por todos que amam a paz e a liberdade. Viva 20 de novembro! *(Palmas.)*

Tomo a liberdade de dizer que um dia, 20 de novembro vai ser feriado nacional. Sei que não será amanhã, mas um dia vai ser.

Apresentei um projeto no Senado, que está na Câmara, e o Senado aprovou por unanimidade. Eu quero ver o dia 20 de novembro não só para discutir o preconceito contra o negro. Eu quero ver o dia 20 de novembro como o dia em que o País para, para discutir, repito aqui e vou repetir quantas vezes for necessário, para combater o preconceito contra os ciganos, contra os negros, contra os índios, contra a opção sexual, contra a opção religiosa, contra a idade, porque, se alguém tem mais idade, passa a ser discriminado. Enfim, eu quero esse dia feriado nacional para discutir a cultura da paz, a cultura da igualdade, a cultura da liberdade, a cultura de direitos iguais de oportunidades. É assim que vejo o dia 20 de novembro.

E alguns me dizem: “Mais um feriado esse do dia 20 de novembro?” Eu lembraria que, nos Estados Unidos da América, o País mais capitalista do mundo, a data de Martin Luther King, negro assassinado pela luta da liberdade do povo norte-americano, é feriado nacional. Se pode lá, pode aqui também. Ora, por que não pode? *(Palmas.)*

Quero só lembrar que o Brasil avançou, apesar da resistência de muitos. Aqui, no Brasil, já temos oito Estados onde 20 de novembro é feriado: Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio de Janeiro. Em outros, é ponto facultativo. Em 757 Municípios já decretaram o ponto facultativo do dia 20 de novembro em homenagem a Zumbi de Palmares. Desses, 284 são lá no meu Rio Grande do Sul; 141, no Mato Grosso; 93, no Rio de Janeiro; 85, em São Paulo; 77 Municípios do Mato Grosso do Sul... Os demais, enfim – Piauí está aqui como ponto facultativo. Rio Grande do Sul também está como ponto facultativo.

Meus amigos, nestes longos anos aqui no Congresso Nacional, tenho alegria enorme de ter pautado a nossa atuação inspirado na história de Zumbi e dos Quilombos na construção de ideias e de projetos, que olharam para todos – todos! –, não somente para os negros, mas também para os negros. E por que não os negros? Os negros só querem oportunidades iguais que os outros também têm. Isso pauta a nossa atuação. Por isso, o Estatuto da Igualdade Racial. Por isso, apresentei e aprovamos, Senador Mão Santa, que nos ajudou muito, e Senador José Nery, o Estatuto do Idoso. Por isso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por isso, trabalhamos muito no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por isso, trabalhamos muito também no Estatuto da Cidade, que aqui já foi lembrado pelo Senador Inácio Arruda.

Enfim, meus amigos, quero terminar – não vou falar tudo o que está neste pronunciamento, porque ele ficará aqui para registro na história –, mas termino dizendo que acredito muito no Estatuto da Igualdade Racial. Perguntam-me, às vezes, de onde inventei o Estatuto da Igualdade Racial, e eu conto, com muito orgulho, que foi inspirado quando eu fui à África do Sul, em nome deste Congresso Nacional. Nelson Mandela estava no cárcere e fui recebido pela Winnie Mandela. Acompanharam-me Edmilson Valentim, Benedita da Silva, Caó, Domingos Leoneli e mais dois Parlamentares à época. Recebi das mãos de Winnie Mandela a “Carta da Liberdade”, escrita pelo Congresso Nacional africano. Ao ler aquela bela carta, eu digo: “O *apartheid* que vejo aqui, embora disfarçado, existe lá no meu País”. *(Palmas.)*

Eu trouxe a Carta da Liberdade. Claro que olhei para a caminhada de Martin Luther King e eu me lembrei da caminhada sobre Washington. Milhares e milhares de negros e brancos caminharam sobre Washington, pressionaram a Suprema Corte, a Suprema Corte decide e aprova as ações afirmativas, e, em seguida, o Congresso dos Estados Unidos referenda. Esse é o Estatuto da Igualdade Racial. Para mim, liberdade do povo negro não é o 13 de maio de 1888, quando se disse que ao negro é dada a liberdade e dane-se. Não foi assegurado nenhum direito. A verdadeira carta da liberdade do povo negro poderá ser votada aqui neste Congresso, neste mês de novembro, que é o Estatuto da Igualdade Racial. *(Palmas.)*

Agradeço, sim, nessa linha, a todos os Líderes de todos os partidos. Está aqui nesta Mesa, está na mão do Presidente Sarney, o pedido para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado em regime de urgência. Falei muito com o Senador Demóstenes

Torres e ele me disse: “Paim, depois da audiência, eu encaminho para a votação”.

Falei com os Presidentes das Comissões, com a Senadora Rosalba, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Garibaldi, da Economia. Todos disseram: “Aprove na CCJ, e nós daremos o nosso parecer em plenário para que a votação se dê de imediato”.

Por fim, para retratar o espírito deste 20 de novembro, quero homenagear a todos que carregam no seu sangue, na sua alma e no seu coração as ideias da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da justiça.

Eu sou daqueles homens que acreditam que podemos construir um mundo melhor para todos, um mundo em que todos tenham direitos de oportunidades iguais. Esse é meu sonho; é o sonho da igualdade, somente isso. Por isso, posso dizer a vocês: viva a liberdade, viva a igualdade, viva brancos e negros, índios e ciganos que adotaram esta causa como eixo de vida, viva Zumbi dos Palmares! (*Palmas.*)

Eu quero agora homenageá-lo. Está aqui escrito, mas eu não vou ler.

Aprendi a respeitar, no meu Rio Grande, um homem negro, campeão – não é, Paulo André? – de todas as Califórnia eu diria, ou da ampla maioria das Califórnia. Ele nasceu com uma diferença de dias com este Senador. Ele nasceu em março, no mesmo ano deste Senador. Ele teria hoje a minha idade. Ele se chama César Passarinho. César Passarinho escreveu e cantou, interpretou canções belíssimas, entre elas uma de que eu gosto muito: “Que homens são esses?” O Rio Grande que está ouvindo sabe o que significa “Que homens são esses?”

Mas tem uma que foi escrita por Rufino Aguiar e Clóvis Souza, interpretada, aí sim, pelo grande campeão das Califórnia da Canção Nativa, que se realiza lá em Uruguiana, no meu Rio Grande do Sul, o inesquecível César Passarinho.

Agora, para encerrar, eu queria que vocês batessem palmas não para a minha fala, mas para ele, que já faleceu. Ele tinha a minha idade e faleceu jovem. Vamos ouvir agora a canção interpretada pelo grande campeão das Califórnia da Canção Nativa, César Passarinho, com o título “O Negro de 35”. Eu pediria que a ouvíssemos de pé e depois encerraremos a sessão. (*Palmas.*)

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** – (PT – RS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores a professo-

ra Tanise Muller Ramos, relatou em seu trabalho de mestrado um fato que ocorreu na Escola João Sate, em Porto Alegre.

Estava ela com sua turma se deslocando pelo pátio quando uma das alunas apontou para a sombra das crianças refletidas no chão.

A menina chamou a atenção das demais ao falar: “Professora, olha nossas sombras. Nem da para ver se somos homens ou mulheres, negros ou brancos. Só humanos”.

Histórias como essa são de arrepiar.

Também nos ensinam que os adultos precisam retomar a pureza dos tempos de criança para enxergar outro mundo.

A escola que estava desenvolvendo um trabalho relativo à questão étnico-racial adotou como lema “a sombra”, inspirado nesse fato.

Tenho certeza que neste dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, belas histórias serão contadas nas comunidades, igrejas, sindicatos, Assembléia Legislativas, Câmara de Vereadores, nas ruas, enfim, em vários lugares e por diversos setores da sociedade dispostos a consolidar as múltiplas culturas que compõem o nosso país.

O mês de novembro possibilita uma releitura da história dos negros na formação do povo brasileiro.

A participação dos negros na sociedade não foi somente de serventia, sob o chicote, mas também ajudaram a construir as riquezas do país. Os negros lutaram e ainda lutam por direitos e oportunidades iguais.

Negros como Zumbi, lanceiros negros, João Cândido, Luisa Manhin, Luiz Gama, Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Décio Freitas o 1º Brasileiro a escrever sobre Zumbi. Escreveu o artigo **Um Zumbi no Senado** quando me elegei em 2002.

O espírito acolhedor do Quilombo de Palmares, de partilha e de respeito às diferenças com índios, negros e brancos e ciganos, convivendo em harmonia, reflete uma solidariedade que é típica dos povos africanos e que foi incorporada à cultura brasileira.

Como a maioria dos heróis Zumbi dos Palmares foi assassinado. O grande líder do Quilombo de Palmares foi morto em 20 de novembro de 1695.

Ele se tornou o símbolo de resistência e de luta contra a escravidão e emblema das ideias de liberdade do povo negro.

A data se tornou referência para a comunidade negra brasileira pelas mãos do poeta gaúcho Oliveira

Silveira, pois até então a referência era o dia 13 de maio.

No ano passado, estivemos aqui para que o Senado Federal entregasse um voto de aplauso ao nosso combativo poeta, o qual hoje está, com certeza, acompanhando as festividades e os momentos de reflexão de outra dimensão.

Meu amigo Oliveira saiba que você nos deixou uma grande responsabilidade, mas acima de tudo, resgatou um marco da valorização e da auto-estima da comunidade negra.

Em seus versos aprendemos a nossa história e resgatamos com auto-estima a nossa memória.

Os sinos de todo o Brasil se dobram ao dia 20 de novembro. Em homenagem aos Negros, brancos, índios, ligando todos que lutam pela liberdade e igualdade.

Senhoras e Senhores Senadores, é com satisfação que digo um dia teremos no Brasil o feriado nacional em alusão a data de morte de Zumbi dos Palmares.

Um dia que servirá para debatermos a cultura da paz, da harmonia, da solidariedade e a luta contra todo tipo de preconceito.

Uma iniciativa que vai ao encontro a nosso projeto, o PLS Nº 302/03, aprovado por unanimidade no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados.

A matéria garantirá o 20 de Novembro como feriado nacional.

Quero lembrar a todos que nos Estados Unidos, o dia de nascimento do líder Martin Luther King, assassinado por lutar em defesa dos direitos civis dos negros de seu país, é feriado nacional. É um dia para se discutir o fim dos preconceitos.

Digo isso para reforçar a importância do dia 20 aqui no Brasil.

Senhoras e Senhores Senadores, hoje em nosso país, oito estados (Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e 757 municípios já decretaram feriado ou ponto facultativo no dia 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares.

Desses 284 municípios são do Rio Grande do Sul, 141 do Mato Grosso, 93 municípios do Rio de Janeiro, 85 de São Paulo, 77 municípios do Mato Grosso do Sul e os demais segmentados pelos estados da federação.

Senhores presidentes, nesses 24 anos de Congresso Nacional fui aprendendo a importância da luta dos Direitos Humanos.

Como todos sabem, sou fruto do movimento sindical, e foi o movimento sindical que me trouxe para este parlamento.

Aqui conheci lutadores valorosos, de grandes temas da sociedade brasileira, mas jamais me esquecerei de Benedita da Silva, Edmilson Valentin e Carlos Alberto Caó os quais, durante a Constituinte, levaram-me para o debate das questões raciais e contra todo e qualquer tipo de discriminação.

Faço aqui uma singela homenagem a todos lutadores pela igualdade, liberdade e justiça.

A todos movimentos sociais e especialmente ao movimento negro citando aquele que lidera nas ruas desse país o combate ao preconceito contra o povo negro.

Hoje ele está com 92 anos de idade.

Abrços ao nosso querido e inesquecível, Abdias Nascimento.

Voltando à Constituinte, aquele foi um momento mágico, pois aprovamos, com o apoio da maioria dos deputados constituintes, já no artigo primeiro, o princípio da dignidade da pessoa humana.

No artigo terceiro aprovamos a redução das desigualdades, a promoção do bem de todos, a recusa de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

No artigo quarto aprovamos a prevalência dos direitos humanos e no artigo quinto a defesa da igualdade.

Mas um dos artigos mais festejados pela comunidade negra foi o artigo quinto, o qual taxou o racismo como imprescritível e inafiançável, bem como o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias das Constituição Federal, que garante o direito de reconhecimento das terras dos remanescentes quilombolas.

No âmbito Constitucional Educacional, não podemos deixar de mencionar os artigos 215, 227 e 242 que tratam da necessidade de fixar datas comemorativas significativas para os diferentes "segmentos étnicos", a garantia da educação sem preconceitos e do acolhimento à contribuição de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e no ensino de História.

Senhoras e Senhores Senadores, a nossa Constituição Cidadã, apresentou para a sociedade brasileira, indicativos do reconhecimento da exclusão do povo negro que, com o passar dos anos, deveria ser alcançada.

Trabalhamos para aprovar a Lei nº 7.716, de 1989, da qual fui relator, para regulamentar o dispositivo constitucional punindo os crimes de preconceito de cor ou raça. Em seguida aprovamos a Lei nº 9.459, de 2007, de minha autoria, que reconhece a injúria racial.

Trabalhamos pela aprovação da Lei nº 10.639, de 2003, que estabelece o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

Enfim, de lá para cá diversas foram as iniciativas e os nossos desafios para o reconhecimento cultural e político da nossa história. Um exemplo é a Anistia de João Cândido, nosso Almirante Negro.

Mas posso dizer, com sinceridade, que mesmo querendo sempre avançar mais e mais no ritmo dos movimentos sociais e dos que estão na base da pirâmide social, sinto que a cada ano que se passa, a sociedade está abrindo os olhos para superar o racismo e a discriminação.

No entanto, muitos ainda estão confusos para compreender que as políticas de promoção da igualdade de direitos e oportunidades para a população negra serão capazes de impulsionar toda a sociedade.

O Estatuto da Igualdade Racial é um dos caminhos para isso. Ele está tramitando no Congresso Nacional desde 2000, já sofreu avanços e retrocessos na opinião da comunidade negra e hoje se encontra em situação de consenso, sem os principais pontos polêmicos, segundo os especialistas.

Aqui no Senado, a versão aprovada por unanimidade, foi o substitutivo do Senador Rodolfo Tourinho, que é mais avançado que o aprovado na Câmara dos Deputados.

Mas após dez anos de tramitação da matéria, creio que devemos trabalhar com a versão possível, com as diretrizes para a superação do preconceito e da discriminação contra quem quer que seja.

O Estatuto da Igualdade Racial que recebeu assinatura de todos os líderes do Senado para ir a votação no plenário, trata de temas como saúde, educação, esporte, liberdade religiosa, mercado de trabalho, acesso a justiça, dentre outros.

É o momento do Estado brasileiro reconhecer que somos iguais nas diferenças e que hoje buscamos a igualdade de direitos e oportunidades.

Acredito, Senhoras e Senhores, que o Estatuto será votado ainda neste mês, mês da Consciência Negra. Inclusive teremos na próxima terça-feira uma audiência pública para debater o tema.

Aproveito para agradecer a todos os líderes partidários por terem assinado o pedido de votação em

regime de urgência urgentíssima no plenário após a apresentação do parecer do relator, senador Demóstenes Torres, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Senhor Presidente, por fim, para retratar o espírito deste dia 20 de novembro, quero homenagear a todos que carregam em seus corações os ideais de trabalho, liberdade, igualdade, solidariedade e justiça, acreditando que podemos construir um Brasil de direitos e oportunidades iguais. Deixo aqui a canção composta por Rufino Aguiar e Clóvis Souza e interpretada pela grande voz das Califórnia da Canção Nativa, realizadas em Uruguaiana (RS), o inesquecível César Passarinho, "**O Negro de 35**:"

A negritude trazia a marca da escravidão  
Quem tinha a pele polianga vivia na escuridão  
Desgarrado e acorrentado, sem ter direito a razão  
Castrado de seus direitos não tinha casta nem grei  
Nos idos de trinta e cinco, quando o caudilho era o rei  
E o branco determinava, fazia e ditava a lei  
Apesar de racional, vivia o negro na encerra  
E adagas furavam palas, ensanguentando esta terra  
Da solidão das senzalas tiraram o negro pra guerra  
(Peleia, negro, peleia pela tua independência  
Semeia, negro, semeia teus direitos na querência)

Deixar o trabalho escravo, seguir destino campeiro  
As promessas de igualdade aos filhos no cativo  
E buscando liberdade o negro se fez guerreiro  
O tempo nas suas andanças viajou nas asas do vento  
Fez-se a paz, voltou a confiança, renovaram pensamentos  
A razão venceu a lança e apagou ressentimentos  
Veio a lei Afonso Arinos cultivando outras verdades  
Trouxe a semente do amor para uma safra de igualdade  
Porque o amor não tem cor, sem cor é a fraternidade  
(Peleia, negro, peleia com as armas da inteligência  
Semeia, negro, semeia teus direitos na querência)

Era o que tinha a dizer.

*(Procede-se à execução da canção.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos.)*

# Ata da 216ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim e Osvaldo Sobrinho

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos e encerra-se às 20 horas e 8 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 19/11/2009 07:39:52 até 19/11/2009 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X					
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR		X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSC	PI	MÃO SANTA		X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PSDB	PA	MÁRIO COLITO		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO		X					
PDT	CE	PATRICIA SABOYA		X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

**Compareceram: 57 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, 19 de novembro de 2009.

Hoje é Dia da Bandeira, símbolo maior da nossa Pátria.

Ei-la, com as cores clássicas, o verde, o amarelo, o azul e o branco, o dizer “Ordem e Progresso” e estrelas que significam nossos Estados.

Esta é uma sessão do Senado da República Federal do Brasil, na sua capital, Brasília. É a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 19 de novembro de 2009. Esta é a 216ª Sessão Deliberativa Ordinária.

No painel, constatamos a presença de 41 Senadores da República na Casa.

Há número regimental.

Declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há pouco, encerramos uma sessão especial em homenagem a Zumbi dos Palmares, que faleceu em 20 de novembro do segundo século de existência do Brasil e que foi o precursor da liberdade do negro do nosso Brasil.

Então, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PARECER Nº 2.097, DE 2009**

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre o Requerimento nº 1.210, de 2009, do Senador **JOÃO PEDRO**, solicitando, voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya, do PDT do Ceará, àquele cidade, conforme noticiado pela Agência Senado no dia 10 de setembro de 2009.

**RELATOR: Senador ARTHUR VIRGÍLIO**

**RELATOR “AD HOC”: Senador EDUARDO SUPLICY**

### **I – RELATÓRIO**

Pelo presente Requerimento, de autoria do Senhor Senador **JOÃO PEDRO**, solicita-se, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação de voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, pela abordagem feita por policiais por ocasião da visita da Senadora Patrícia Saboya àquele cidade. A Agência Senado noticiou o ocorrido em 10 de setembro de 2009.

Na sua justificação, o ilustre autor da medida salienta que a atitude praticada pelos mencionados policiais caracteriza discriminação contra brasileiros que viajam para a Itália, não sendo esta a primeira vez que cidadãos de nosso País são barrados ou maltratados em aeroportos europeus. Tal situação precisa ser levada ao conhecimento do Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis.

O Requerimento veio acompanhado de reprodução da notícia veiculada pela Agência Senado, relatando que o Senhor Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, disse que conversará com o Presidente do Senado sobre a possibilidade de se formalizar pedido ao governo italiano no sentido de punir os policiais de destratarem a Senadora Patrícia Saboya, abordando-a de maneira inadequada e confiscando seu passaporte. O Senador ressaltou, ainda, que a situação deve servir de alerta, e que o abuso de autoridade é agravado pelo fato de que foi praticado contra uma Senadora.

## II – ANÁLISE

O Requerimento se compatibiliza com as regras constitucionais e regimentais sobre o assunto. Não contém nenhum vício de inconstitucionalidade e se mostra em consonância com os arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal. Dispõe o art. 223 que *ao requerimento de voto de censura, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 222*, que, por sua vez, admite requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhantes desde que a homenagem diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

O voto de censura aqui descrito certamente é digno de acolhida, pois a forma como foi tratada a ilustre Senadora merece veemente condenação. De acordo com a notícia transmitida pela Agência Senado, não lhe foi permitido nem mesmo entrar em contato com o embaixador brasileiro em Roma, direito indiscutível de todo e qualquer cidadão brasileiro que se vê em situações difíceis nos países estrangeiros.

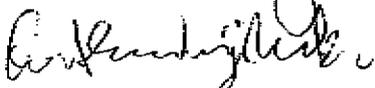
O gesto dos policiais daquele país, destratando uma senadora da República do Brasil, se reveste de imensa gravidade e merece o repúdio desta Casa, formalizado por meio do Requerimento sob análise, merecedor de aprovação por parte desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

## III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.210, de 2009.

Sala de Reuniões, 22 de outubro de 2009.

, Presidente

, Relator



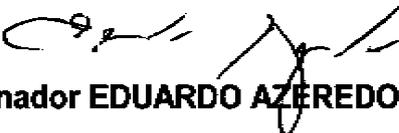
**REQUERIMENTO Nº 1.210, DE 2009****IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Eduardo Suplicy, Relator "Ad Hoc" que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Requerimento nº 1.210, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Suplicy, João Pedro (assina sem voto), Francisco Dornelles, Paulo Duque, João Tenório, Eduardo Azeredo (Presidente), Flávio Torres, Valdir Raupp, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 2009.



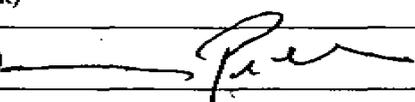
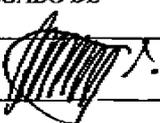
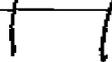
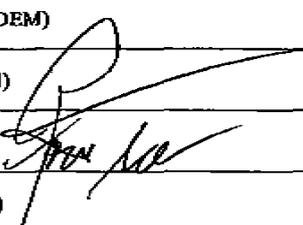
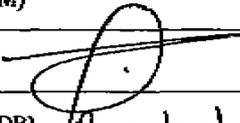
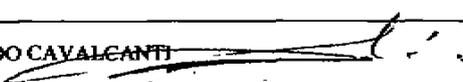
Senador **EDUARDO AZEREDO**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 1210, DE 2009.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/10/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b>	
<b>RELATOR "AD HOC": SENADOR EDUARDO SUPLICY</b> 	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Relator "Ad Hoc"</i>	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT) 	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES 	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP 
PAULO DUQUE 	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM) 	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB) 
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Presidente</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
<b>PDT</b>	
FLÁVIO TORRES 	1 - CRISTOVAM BUARQUE

## **PARECER Nº 2.098, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

**RELATOR: Senador ROMEU TUMA**

### **I – RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, que, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), ouvido o plenário, requer *seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso à política Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em setembro de 2009.*

### **II – ANÁLISE**

De acordo com o inciso VII do art. 101 do RISF, incumbe à CCJ manifestar-se sobre *requerimentos de votos de censura, aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.*

Em sua justificação, o autor do requerimento em exame destaca o fato de que, ao realizar a mencionada operação, a Polícia Federal demonstrou coragem e qualidade de trabalho, tendo em vista que a missão envolveu a investigação de outros órgãos policiais.

Na ocasião, ainda de acordo com o autor do Requerimento, a Polícia Federal, com o auxílio do Ministério Público e das corregedorias das polícias civil e militar, efetuou a prisão de dez policiais militares e civis. Foi detido, também, um ex-membro da polícia militar. Todos são suspeitos de participarem de quadrilhas especializadas em roubo de cargas e no arrombamento de cofres e caixas eletrônicos.

A Polícia Federal tem se destacado no cenário nacional pela importância de suas ações na repressão a diferentes formas de ação criminosa, sobretudo no que se refere ao crime organizado.

Ao cumprir sua missão constitucional, a Polícia Federal tem levado o combate ao crime a um novo patamar, apoiando suas operações em um competente trabalho de inteligência e de integração com outras corporações policiais.

Dessa forma, o cidadão brasileiro tem, na Polícia Federal, um exemplo de órgão público extremamente eficaz, comprometido com os interesses maiores da Nação e capaz de utilizar de forma adequada e muito eficiente os recursos de que dispõe.

No caso da operação que motiva o presente voto de aplauso, é forçoso concordar com o autor do requerimento: uma das mais complexas facetas do trabalho policial é aquela que envolve a investigação de membros de outras corporações. Trata-se de trabalho sofisticado, que depende de ações rápidas e de minucioso planejamento.

O sucesso da operação Roubo S/A – Saque Noturno é um exemplo do que são capazes nossos policiais federais. É, portanto, oportuno e meritório o requerimento, e merece aprovação.

### III – VOTO

Em razão do exposto, e não havendo óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 1.295, de 2009.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009.

**Senador DEMÓSTENES TORRES**

, Presidente

, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROPOSIÇÃO: RQs Nº 1295 DE 2009**

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 11 / 09 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES</b>	
<b>RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA</b>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPICY	3. MARCELO CRIVELIA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

# **PARECER**

## **Nº 2.099, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante).

**RELATOR: Senador RAIMUNDO COLOMBO**

**RELATOR “AD HOC”: Senador ANTONIO CARLOS JUNIOR**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399, de 2007, na origem), de autoria do Deputado Juvenil Alves, que altera os incisos I e II do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, visando a assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal já conferido ao cônjuge supérstite no que se refere à nomeação de inventariante.

Nas razões justificadoras da proposição, o proponente lembra que a Constituição Federal, em seu art. 226, § 3º, consagrou os direitos inerentes ao companheiro, na união estável, ressaltando a obrigação do Estado de outorgar proteção à entidade familiar e facilitar a conversão da união estável em casamento, ficando nítido o anseio da sociedade brasileira.

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – o novo Código Civil – reconheceu diversos direitos ao companheiro, nos termos dos arts. 1.723 a 1.727, além de ter garantido direitos na participação sucessória, conforme consta do art. 1.790, todos do Código Civil.

Por outro lado, o Código Civil de 2002, em seu art. 1.797, outorga aos companheiros o direito à administração provisória da herança até o compromisso do inventariante, não sendo razoável que a atual redação do art. 990 do Código de Processo Civil não permita a nomeação do companheiro como inventariante.

A presente questão se explica pela desatualização do Código de Processo Civil em face dos termos da Constituição Federal e do novo Código Civil, não sendo legítimo que se continuem causando transtornos às partes e aumentando as demandas judiciais nas Varas de Família, sobretudo se considerarmos que grande parte das entidades familiares é constituída no regime da união estável.

Não há emenda a examinar.

## II – ANÁLISE

A matéria se encarta na seara do Direito Processual Civil, e esta Comissão tem competência para se manifestar sobre ela, consoante dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal. De resto, não existem vícios de **regimentalidade**.

A proposta atende aos requisitos de **constitucionalidade** dos arts. 22, inciso I, e 48, da Constituição Federal, sendo livre a iniciativa parlamentar.

A **técnica legislativa**, ditada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, exige, nos termos do art. 5º respectivo, que na ementa seja explicitado, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. A ementa do PLC nº 130, de 2007, refere-se apenas aos dispositivos que serão objeto de

**alteração, deixando de explicitar o seu objeto, merecendo assim uma emenda de redação para reparar tal inobservância.**

O **exame dos fatores de juridicidade** – que compreendem a potencialidade da proposição para inovar o ordenamento jurídico, a presença do atributo da generalidade, sua consentaneidade com os princípios gerais do direito e sua potencial coercitividade – revela que todos os atributos exigidos estão presentes na proposição.

Quanto ao **mérito**, é de todo louvável a adoção de providências para equiparar e harmonizar toda a legislação existente sobre um mesmo tema, a fim de que não nos deparemos com situações esdrúxulas e o Direito possa ser entendido como um sistema lógico, coerente e complexo de normas.

### **III – VOTO**

Em face de todo o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007, com a emenda de redação que a seguir apresento:

#### **EMENDA Nº 1-CCJ**

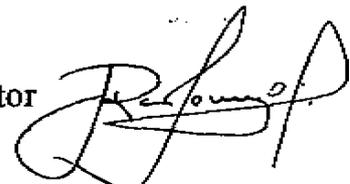
Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara a seguinte redação:

“Altera o art. 990 do Código de Processo Civil, para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante.”

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2009.

**Senador DEMÓSTENES TORRES** , Presidente

, Relator



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 130 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <b>Senador DEMÓSTENES TORRES</b>	
RELATOR: "AD HOC": <b>Sen. ANTONIO CARLOS JUNIOR</b>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYCY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. MARCELO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

**TÍTULO III  
Da Organização do Estado**

---

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

---

**Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:**

**I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;**

---

**TÍTULO IV  
Da Organização dos Poderes  
CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO**

---

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

**Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:**

**I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;**

**II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;**

**III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;**

**IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;**

**V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;**

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

---

**Seção VIII**  
**DO PROCESSO LEGISLATIVO**  
**Subseção I**  
**Disposição Geral**

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

---

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

---

**TÍTULO VIII**  
**Da Ordem Social**

---

**CAPÍTULO VII  
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**

**Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.**

---

**§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.**

---

**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.**

Institui o Código de Processo Civil.

---

**LIVRO IV  
DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

**TÍTULO I  
DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA**

---

**CAPÍTULO IX  
DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA**

---

**Seção III  
Do Inventariante e das Primeiras Declarações**

**Art. 990. O juiz nomeará inventariante:**

**I - o cônjuge sobrevivente casado sob o regime de comunhão, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste;**

**II - o herdeiro que se achar na posse e administração do espólio, se não houver cônjuge supérstite ou este não puder ser nomeado;**

---

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

---

**CAPÍTULO II**

**DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS**

**Seção I**

**Da Estruturação das Leis**

---

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

---

**LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.**

Institui o Código Civil.

---

**LIVRO IV  
Do Direito de Família**

---

**TÍTULO III  
DA UNIÃO ESTÁVEL**

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

---

Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.

---

**LIVRO V**  
**Do Direito das Sucessões**

**TÍTULO I**  
**Da Sucessão em Geral**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

---

**Art. 1.790.** A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes:

- I** - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;
  - II** - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;
  - III** - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;
  - IV** - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.
- 

**CAPÍTULO II**  
**Da Herança e de sua Administração**

---

**Art. 1.797.** Até o compromisso do inventariante, a administração da herança caberá, sucessivamente:

- I** - ao cônjuge ou companheiro, se com o outro convivia ao tempo da abertura da sucessão;
  - II** - ao herdeiro que estiver na posse e administração dos bens, e, se houver mais de um nessas condições, ao mais velho;
  - III** - ao testamenteiro;
  - IV** - a pessoa de confiança do juiz, na falta ou escusa das indicadas nos incisos antecedentes, ou quando tiverem de ser afastadas por motivo grave levado ao conhecimento do juiz.
-

# **PARECER**

## **Nº 2.100, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008 (nº 4.731/2001, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Teixeira), que denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **MARCO MACIEL**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2008 (nº 4.731, de 2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, pretende atribuir ao trecho urbano da rodovia BR-116 no Município de Fortaleza (CE) denominação em homenagem a um ilustre brasileiro, cujo espírito, vida e obra estão muito presentes na religiosidade do nosso povo.

A homenagem é dirigida ao Padre Cícero, a quem o autor da proposição se refere como “expoente da fé cristã e político voltado ao atendimento dos interesses da população”, morto em 1934, aos noventa anos de idade, na cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará. Nos termos do art. 1º do projeto, o trecho da BR-116 compreendido entre o viaduto da Avenida 13 de Maio e o trevo de acesso à Cidade dos Funcionários, ambos situados no trecho urbano da rodovia, em Fortaleza, receberá a denominação “Rodovia Padre Cícero Romão Batista”.

A esta Comissão, à qual o projeto foi distribuído com exclusividade, cabe examinar, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Inicialmente sob a relatoria da Senadora Patrícia Saboya, a proposição não chegou a ser apreciada até o término da sessão legislativa passada. Em substituição a Sua Excelência, que deixou de compor este colegiado, tomos designados para relatar a matéria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

O Padre Cícero Romão Batista nasceu em 1844, na cidade do Crato, e morreu em 1934, na cidade de Juazeiro do Norte, ambas no Estado do Ceará, deixando um enorme legado de fé, que leva anualmente a Juazeiro milhares de romeiros. No dia 2 de novembro de cada ano, caravanas de devotos chegam à cidade para reverenciar sua memória, na expectativa de graças que o “Padim Ciço”, como é carinhosamente chamado, poderá lhes conceder.

Como religioso ou como líder político, o Padre Cícero trabalhou incansavelmente pelo progresso espiritual e material da população pobre da região onde viveu. Não logrou, entretanto, o reconhecimento do “milagre” ocorrido com uma de suas auxiliares no trabalho pastoral, a beata Maria de Araújo – em várias ocasiões, segundo se registra, a hóstia a ela oferecida durante a comunhão teria se transformado em sangue. Todavia, em inquérito instaurado para averiguar as circunstâncias do fato anunciado como milagroso, a Igreja não apenas negou o necessário reconhecimento como puniu o Padre Cícero com a suspensão da ordem.

Foi assim que, impedido de continuar exercendo o apostolado religioso, o Padre Cícero passou a se dedicar à atividade política. Em 1911, foi eleito prefeito do recém-criado Município de Juazeiro do Norte. Durante sua administração, o município experimentou grande crescimento e algumas de suas realizações contribuíram significativamente para que a cidade se tornasse hoje a segunda maior do Estado do Ceará.

Dessa forma, a biografia do homenageado confirma a pertinência e a legitimidade da homenagem, para a qual foi escolhido o trecho urbano da rodovia BR-116 situado em Fortaleza (CE), cidade que abriga o Seminário onde o Padre Cícero realizou os estudos preparatórios para o sacerdócio e ordenou-se padre em 1870.

Reconhecido o mérito da iniciativa, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, tal como disposto, respectivamente, nos arts. 22, inciso XI, 48 e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Verifica-se, igualmente, observância aos critérios que disciplinam a atribuição de designação a componentes do Sistema Nacional de Transportes e, de modo geral, aos bens públicos de propriedade da União, expressos nas seguintes normas legais: (i) Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Transporte, admitindo, para esse fim, “designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade”; e (ii) Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

Por fim, constata-se que a técnica legislativa empregada está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Dois entraves, todavia, se apresentam à aprovação do PLC nº 149, de 2008. Ambos dizem respeito à existência de denominação atribuída por lei à mesma rodovia, em trecho parcialmente coincidente com o escolhido para a presente homenagem. Trata-se, em primeiro lugar, da Lei nº 11.363, de 23 de outubro de 2006, que “denomina ‘rodovia Santos-Dumont’ a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro”. Em segundo, da recentemente sancionada Lei nº 11.916, de 9 de abril de 2009, que “denomina Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da rodovia BR-116” – mais especificamente, o trecho “que liga a cidade de Fortaleza ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará”.

Não obstante, nossa manifestação é pelo acolhimento da nova denominação proposta, sem prejuízo daquelas atribuídas pelas duas leis anteriormente referidas. Para evitar a superposição de denominações no mesmo trecho, é necessário que se proceda à devida compatibilização das três homenagens – as duas já definidas em lei, confrontadas à que ora se pretende instituir –, todas consideradas igualmente justas e merecidas.

É o que fazemos por meio de ajustes a serem introduzidos na Lei nº 11.363, de 2006, e na Lei nº 11.916, de 2009, na forma do substitutivo ao PLC nº 149, de 2008, adiante formulado.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 149, de 2008, na forma do seguinte

#### **EMENDA Nº 1-CE (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, DE 2008**

Denomina “Rodovia Padre Cícero Romão Batista” o trecho urbano da rodovia BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e altera a Lei nº 11.363, de 23 de outubro de 2006, e a Lei nº 11.916, de 9 de abril de 2009, de modo a redefinir os trechos da rodovia BR-116 denominados “Rodovia Santos-Dumont” e “Rodovia Governador Virgílio Távora”, respectivamente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica denominado “Rodovia Padre Cícero Romão Batista” o trecho urbano da rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto da Avenida 13 de Maio e o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

**Art. 2º** A ementa e o art. 1º da Lei nº 11.363, de 23 de outubro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Denomina ‘Rodovia Santos-Dumont’ o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará, e o entroncamento com a rodovia BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.”

“Art. 1º Fica denominado ‘Rodovia Santos-Dumont’ o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará, e o entroncamento com a rodovia BR-040, no Estado do Rio de Janeiro. (NR)”

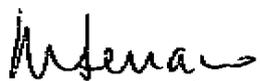
**Art. 3º** A ementa e o art. 1º da Lei nº 11.916, de 9 de abril de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

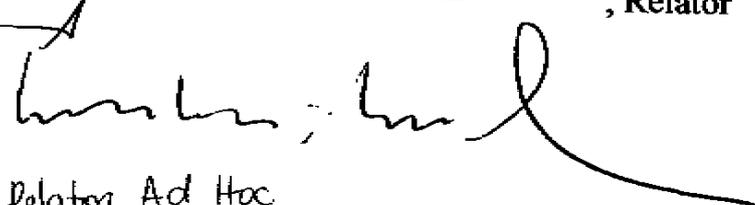
“Denomina ‘Rodovia Governador Virgílio Távora’ o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, e a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará.”

“Art. 1º Fica denominado ‘Rodovia Governador Virgílio Távora’ o trecho da rodovia BR-116 compreendido entre o viaduto de acesso à Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, e a localidade de Pacajus, no Estado do Ceará. (NR)”

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

 <sup>Vice-</sup>Presidente  
(Senadora Marisa Serrano)

 , Relator  
  
Relator Ad Hoc  
(Senador Marco Maciel)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**  
**DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, relatado, ad hoc, pelo Senador Marco Maciel.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**  
Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 149/08 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:

VICE - PRESIDENTE: *Mina* (Senadora Marina Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA RELATOR	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
RELATOR AD HOC MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES <i>Papaléio Paes</i>
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--	--------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

**TÍTULO III  
Da Organização do Estado**

---

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

---

**Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:**

---

**XI - trânsito e transporte;**

---

**TÍTULO IV  
Da Organização dos Poderes  
CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO**

---

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

**Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:**

**I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;**

**II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;**

**III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;**

**IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;**

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

---

### Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

---

### LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977.

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

---

**LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979.**

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001**

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

**LEI Nº 11.363, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006.**

Denomina "rodovia Santos-Dumont" a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "rodovia Santos-Dumont" a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.

**LEI Nº 11.916, DE 9 DE ABRIL DE 2009.**

Denomina Rodovia Governador Virgílio Távora trecho da rodovia BR-116.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada Rodovia Governador Virgílio Távora o trecho da rodovia BR-116, que liga a cidade de Fortaleza ao Município de Pacajus, no Estado do Ceará.

## **PARECER**

### **Nº 2.101, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009 (nº 6.275/2005, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.

**RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO**

#### **I – RELATÓRIO**

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2009 (nº 6.275, de 2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Ricardo Barros, que institui o dia 27 de novembro como o *Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama*. É o que determina seu art. 1º.

O art. 2º da proposição é a cláusula de vigência, prevista para iniciar na data da publicação da lei.

Na justificção do projeto, o autor afirma que o câncer de mama é “o mais comum dos tipos de câncer” e que os altos índices de mortalidade associados à neoplasia são devidos ao “desconhecimento e às dificuldades de acesso aos meios de saúde disponíveis”. Para o Deputado Ricardo Barros, a instituição de uma data específica para ressaltar a importância dessa doença permitirá uma mudança de atitude da população, contribuindo para a redução da mortalidade pelo câncer de mama.

O PLC nº 122, de 2009, foi distribuído unicamente à CE, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

#### **II – ANÁLISE**

A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista da constitucionalidade, não se identificam vícios de natureza formal, pois a matéria situa-se no âmbito da competência legislativa da

União e das atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 24, inciso XII, e 48 da Lei Maior, respectivamente. Tampouco ultrapassa os limites da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Outrossim, não há óbices quanto à juridicidade da proposição.

No tocante ao mérito, entendemos que a proposição merece encaminhamento favorável por parte desta Comissão. O câncer de mama é uma das neoplasias de maior impacto negativo sobre a saúde da população feminina, seja por sua elevada incidência, seja por sua letalidade, sem esquecer a repercussão física e psicológica do tratamento cirúrgico, radioterápico e quimioterápico, todos freqüentemente mutilantes. Ainda que esse tipo de câncer não seja o mais comum, como afirmou o autor da proposição, pois ele é menos freqüente que o câncer de pele, sua repercussão sobre a vida das pacientes acometidas justifica a condição de destaque a ser conferida pelo projeto sob análise.

Atualmente, não há uma causa definida para o carcinoma mamário, mas a ciência médica identificou diversos fatores de risco que contribuem para o aparecimento da doença, sendo a idade o mais importante deles. Dessa forma, busca-se a detecção precoce da neoplasia, visto que a prevenção primária ainda não é factível.

A estratégia de rastreamento recomendada pelo Ministério da Saúde está centrada na realização de mamografia nas mulheres com idade entre 50 e 69 anos, pelo menos a cada dois anos. Também se deve fazer o exame clínico anual das mamas, para mulheres de 40 a 49 anos de idade. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), recomenda-se o exame clínico da mama e a mamografia, anualmente, a partir de 35 anos, para mulheres que apresentem risco elevado para o carcinoma mamário (com história familiar de câncer de mama em parentes de primeiro grau, por exemplo).

Após décadas de pesquisa científica sobre métodos terapêuticos para o carcinoma mamário, essa neoplasia é hoje considerada de bom prognóstico pela medicina. No entanto, a população feminina brasileira ainda convive com elevadas taxas de letalidade pela doença, fruto do retardo no diagnóstico das lesões nos seus estágios iniciais. Em nosso meio, infelizmente, é muito comum ver mulheres indo à mesa de cirurgia quando o câncer já tomou grandes proporções, com metástases em linfonodos ou em outras partes do corpo. Nesse ponto, a recuperação da paciente torna-se muito mais difícil.

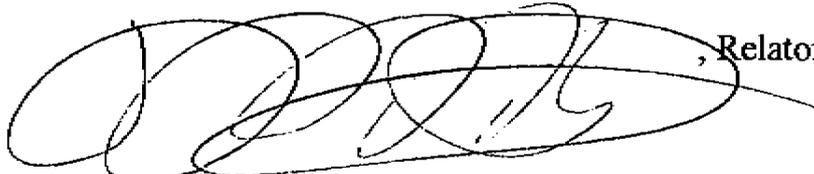
O projeto de lei em comento reveste-se, portanto, de particular relevância, pois poderá contribuir para uma maior conscientização das mulheres a respeito da importância da detecção precoce da neoplasia mamária, inclusive das lesões precursoras. Somente assim conseguiremos reduzir a mortalidade por câncer de mama no Brasil.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

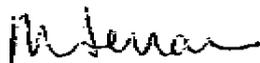
 Vice-  
Presidente  
(Senadora Marisa Serrano)

 , Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 14 (quatorze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator, o Senador Augusto Botelho.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 122/09 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:**

VICE- PRESIDENTE: *M. Serrano* (Senadora Marisa Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO RELATOR <i>[Signature]</i>	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE <i>[Signature]</i>	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA <i>[Signature]</i>	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Signature]</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES <i>[Signature]</i>	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO <i>[Signature]</i>
GERSON CÂMATA	5- VALDIR RAUPP <i>[Signature]</i>
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER <i>[Signature]</i>
MARCO MACIEL <i>[Signature]</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO <i>[Signature]</i>	9- PAPALÉO PAES <i>[Signature]</i>
MARISA SERRANO <i>[Signature]</i>	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>[Signature]</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--------------------------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 122 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM	X				(VAGO)				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO RIBEIRO				
ROBERTO CAVALCANTI	X				MARINA SILVA				
SADI CASSOL					SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FEGURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO PORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

*Mariana*

SALA DAS REUNIÕES, EM/D 11 / 2009

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.**

**Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:**

**I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;**

**II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;**

**III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;**

**IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;**

**V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;**

**VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;**

**VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;**

**VIII - concessão de anistia;**

**IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;**

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

**X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)**

**XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)**

**XII - telecomunicações e radiodifusão;**

**XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;**

**XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.**

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 10, de 1998)~~

**XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

---

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~e) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

---

Of. nº 265/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Ricardo Barros, que “Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.”

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do  
Senado Federal

## **PARECERES**

### **Nºs 2.102 E 2.103, DE 2009**

*Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.*

**PARECER Nº 2.102, DE 2009**  
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)  
(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 714, de 2005).

**RELATOR: Senador JOSÉ JORGE**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 182, de 2005, de iniciativa do Senador CRISTOVAM BUARQUE, tem por objetivo definir como crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores a aplicação indevida de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou a falta de prestação de contas dos recursos aplicados, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa. Essa aplicação indevida, para caracterizar crime de responsabilidade, deve implicar a suspensão da oferta da merenda escolar.

Para tanto, o PLS altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que *dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.*

Caso essas mencionadas irregularidades ocorram, acrescenta o texto do projeto, a inabilitação para o cargo ou função pública, a que se refere o § 2º do art. 1º da lei em tela, será de oito anos.

O PLS intenta que a lei a ser criada entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor do projeto ressalta a relevância social do PNAE e a necessidade de que os recursos repassados aos municípios sejam aplicados adequadamente. A mudançã sugerida permitirã que, segundo alega o autor, em vez de punir a criançã com a interrupçã no fornecimento da merenda, puna-se a autoridade com a suspensã de seu mandato e sua conseqüente inelegibilidade.

O PLS nº 182, de 2005, foi, originalmente, distribuído apenas à Comissão de Constituiçã, Justiça e Cidadania (CCJ). Por força da aprovaçã do Requerimento nº 714, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, a matéria foi encaminhada também para esta Comissão de Educaçã. Após a sua apreciaçã, o projeto será enviado para a CCJ, em decisã terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposiçã.

## **II – ANÁLISE**

Criado em 1955, sob a denominaçã de Campanha da Merenda Escolar, o Programa Nacional de Alimentaçã Escolar (PNAE) tem por objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos de instituiçõs de ensino públicas e filantrópicas de educaçã infantil e de nível fundamental durante a jornada na escola, contribuindo, assim, para o desenvolvimento físico e intelectual dos estudantes e, portanto, para a melhoria da aprendizagem e do rendimento escolar.

A fundamentaçã constitucional do PNAE encontra-se, particularmente, no inciso VII do art. 208 da Constituiçã Federal, que prevê, como dever do Estado, o atendimento ao educando do ensino fundamental em programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentaçã e assistênciã à saúde.

Até 1993, o programa era executado de forma centralizada. Todavia, com a ediçã da Lei nº 8.913, de 1994, o PNAE passou a ser desenvolvido por meio da transferênciã de recursos aos estados e municípios, a quem compete proceder à complementaçã financeira para a melhoria do

cardápio. Desde 1999, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos do gênero, o que propiciou maior agilidade ao programa.

Nos anos seguintes, novos aperfeiçoamentos foram implementados na iniciativa. Assim, estabeleceu-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pela União sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, a saber, semi-elaborados e *in natura*. Também foi determinado o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, o que contribuiu para fomentar o desenvolvimento da economia local.

Além disso, foi prevista a criação, em cada município, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Esses Conselhos são formados por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

O PNAE é atualmente regulado pela Medida Provisória (MPV) nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, que incorporou as inovações efetuadas nos anos anteriores e operou novos aperfeiçoamentos na regulação da matéria. Assim, a MPV prevê, em caso de irregularidade, a suspensão do repasse de recursos, dispõe sobre a prestação de contas do total dos recursos recebidos pelo programa e estabelece a obrigatoriedade de comunicação, pelo Conselho de Alimentação Escolar, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – órgão federal responsável pela gestão do programa–, de toda irregularidade detectada na aplicação dos recursos.

Na verdade, a responsabilização do prefeito por irregularidades na aplicação dos recursos do PNAE já se faz possível por meio de dois instrumentos legais: o próprio Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Com efeito, o art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe que são crimes de responsabilidade dos prefeitos desviar e aplicar indevidamente bens ou rendas públicas em proveito próprio ou alheio, bem como deixar de prestar contas anuais da administração financeira do município, conforme normas da legislação pertinente. O decreto-lei em questão define esses crimes como de ação pública, puníveis com pena de

reclusão ou detenção. Ademais, a condenação nesses crimes acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Por sua vez, o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, prevê três modalidades de improbidade administrativa nas quais poderiam ser enquadrados os prefeitos que aplicassem irregularmente recursos do PNAE. São elas as que dizem respeito aos: 1) atos que importam enriquecimento ilícito (art. 9º); 2) atos que causam prejuízo ao erário (art. 10); e 3) atos que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11). As sanções pertinentes independem das penais e podem variar de acordo com as referidas modalidades de improbidade administrativa, a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Apesar da existência dessas prescrições legais, não vemos obstáculos, no que diz respeito ao mérito e à legislação educacional, para que se crie figura típica no Decreto-Lei nº 201, de 1967, com o propósito de dispor sobre a responsabilidade dos prefeitos quanto à procedimentos irregulares na aplicação de recursos do PNAE. A medida vem reforçar a relevância do programa para a complementação nutricional de nossas crianças e para o reforço de sua aprendizagem.

Igualmente, não existem reservas, no que tange às competências da Comissão de Educação, a que seja fixado em oito anos o prazo de inabilitação ao exercício de cargo e função pública, na hipótese de crime tipificado pelo PLS em tela, ainda que todas as demais hipóteses de crime de responsabilidade, inclusive as mais graves – apenas com reclusão –, restrinjam-se à inabilitação pelo prazo de cinco anos.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005.

Sala da Comissão, em 6 de junho de 2006.

 , Presidente Conjuntural  
Sucedido Roberto Saturnino  
 , Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 182/05 NA REUNIÃO DE 06/06/06  
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL: *Roberto Saturnino*  
(Senador Roberto Saturnino)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE RELATOR	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GILVAM BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
ÍRIS DE ARAÚJO	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

**PARECER Nº 2.103, de 2009**  
**(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA,

RELATOR: Senador ALMEIDA LIMA

RELATOR "AD HOC": Senador WELLINGTON SALGADO

## **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 182, de 2005, de iniciativa do Senador CRISTOVAM BUARQUE, define como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo prefeito, de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que implique a suspensão de oferta da merenda escolar, bem como a omissão no dever de prestar contas dos recursos aplicados, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa. Além disso, amplia o prazo de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, no caso de cometimento desse crime de responsabilidade, de cinco para oito anos.

Para tanto, o PLS altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores.

Em sua justificação, o autor do projeto ressalta a relevância social do PNAE e a necessidade de que os recursos repassados aos municípios sejam aplicados adequadamente, a fim de cumprir os elevados propósitos do programa.

Anteriormente, o PLS nº 182, de 2005, foi analisado pela Comissão de Educação, que emitiu parecer pela sua aprovação.

**Não foram oferecidas emendas à proposição.**

## **II – ANÁLISE**

A matéria, relacionada a direito penal, está inserida no âmbito da competência legislativa privativa da União, conforme dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Não vislumbramos inconstitucionalidade formal ou material no projeto; tampouco observamos óbices de juridicidade ou de natureza regimental.

No mérito, temos que a alteração legislativa promovida pelo PLS nº 182, de 2005, é conveniente e oportuna, não somente porque pune o desvio de conduta da autoridade municipal que faz uso indevido de verba federal, mas principalmente pela necessidade de boa aplicação dos recursos do PNAE, fator de fundamental importância na eficácia da política educacional do País.

Não obstante, apresentamos emendas apenas para aprimorar a redação do projeto, tanto do ponto de vista da melhor técnica penal, quanto da redação legislativa.

## **III – VOTO**

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, com as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, a seguinte redação:

Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo prefeito, de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que comprometa o oferecimento da merenda escolar.

**EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao inciso XXIV do art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, a seguinte redação:

XXIV – deixar de aplicar ou aplicar indevidamente recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comprometendo o oferecimento de merenda escolar, ou deixar de prestar contas desses recursos, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2009.

**Senador DEMÓSTENES TORRES**, Presidente

 Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 182 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <b>Senador DEMÓSTENES TORRES</b>	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC <i>EM Suplyc</i>	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Arval</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES <i>Cesar Borges</i>
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON <i>P. Simon</i>	1. ROMERO JUCA <i>R. Juca</i>
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>F. Dornelles</i>	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA <i>V. Pereira</i>	5. VALDIR RAUPP <i>V. Raupp</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTI
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. ESMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELSEU RESENDE
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vanias</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 182, DE 2005

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO					1 - RENATO CASAGRANDE	X			
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPLYCY	X				3 - MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA	X			
IDELI SALVATTI					5 - CÉSAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 - MARINA SILVA (PV)				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JUCA	X			
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBAO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABRÉU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (PRESIDENTE)					2 - ADELMIR SANTANA	X			
OSVALDO SOBRINHO	X				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 - MARGONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1 - GIM ARGELLO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: DEMÓSTENES TORRES PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 11 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES  
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
U:\CCJ\2009\Reunifil\Voação nominal.doc (atualizado em 28/10/2009).

EMENDA Nº 1-CCJ E 2-CCJ  
 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 182, DE 2005

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGOB & PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGOB & PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPLICY	X				3 - MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INÁCIO ARRUDA	X			
IDELI SALVATI					5 - CESAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 - MARINA SILVA (PV)				
TITULARES - PMDB & PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB/PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JOUCA	X			
ALMEIDA LIMA					2 - RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA			X		6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMOSTENES TORRES (PRESIDENTE)					2 - ADELMIR SANTANA	X			
OSVALDO SOBRINHO	X				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1 - GIM ARGELLO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLAVIO TORRES				

AUT. EMEND.

TOTAL: 20 SIM: 18 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 11 / 2009

Senador DEMOSTENES TORRES  
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
 U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/11/2009)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**

**Do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005,  
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

*Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida, pelo prefeito, de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que comprometa o oferecimento da merenda escolar.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido de inciso XXIV e de § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....  
XXIV – deixar de aplicar ou aplicar indevidamente recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comprometendo o oferecimento de merenda escolar, ou deixar de prestar contas desses recursos, no prazo e forma definidos pelas normas do Programa.

.....  
§ 3º Na hipótese do inciso XXIV, a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, a que se refere o § 2º tem prazo de oito anos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2009.

 , Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

**LEI Nº 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994.**

(Vide Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001)

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.178-36, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.**

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 357/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 4 de novembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, que "Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.", de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Senador **DEMÓSTENES TORRES**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## **DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

### **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 182, de 2005, de iniciativa do Senador CRISTOVAM BUARQUE, tem por intuito definir como crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores a aplicação indevida de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou a falta de prestação de contas dos recursos aplicados, no prazo e na forma definidos pelas normas do Programa.

Segundo a proposta, a caracterização do crime de responsabilidade ocorrerá quando ocorrer a suspensão da oferta da merenda escolar devido à aplicação indevida dos recursos.

Para atingir aos propósitos que almeja, o projeto altera o art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que *dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores*. Acrescenta também, ao mesmo dispositivo, o § 3º que fixa em oito anos o prazo de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública após a condenação definitiva do infrator que cometa as irregularidades mencionadas.

Por fim, a proposta estabelece que a lei a ser criada entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor do projeto salienta a relevância social do PNAE. Da mesma forma, afirma a necessidade de que os recursos repassados aos municípios sejam aplicados de forma adequada. Conforme afirma o autor, a alteração apresentada permitirá que, “ao invés de punir a criança com a interrupção no fornecimento da merenda, puna-se a autoridade com a suspensão de seu mandato e sua conseqüente inelegibilidade”.

O PLS nº 182, de 2005, foi, originalmente, distribuído apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com a aprovação do Requerimento nº 714, de 2005, de iniciativa do Senador Hélio Costa, a matéria foi encaminhada também para Comissão de Educação, onde teve parecer pela aprovação da proposta. O projeto retorna à CCJ, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso I e inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, em especial às relativas ao direito penal, como no presente caso.

Não há inconstitucionalidade na proposição. O projeto diz respeito ao acréscimo de mais uma definição de crime de responsabilidade dos prefeitos, dizendo respeito ao direito penal, e se encontra disposta no rol de matérias de competência legislativa privativa da União, conforme o art. 22, inciso I, combinado com o art. 48, *caput*, da Constituição Federal.

Vale lembrar que a constitucionalidade do projeto ainda está resguardada pela Súmula do Superior Tribunal Federal nº 722, de 26 de novembro de 2003, que decide que “são da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento”.

Quanto à iniciativa parlamentar, por sua vez, o projeto encontra amparo no *caput* do art. 61 do mesmo texto constitucional. Constata-se, ainda, que a matéria não fere as cláusulas pétreas de que trata o § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

No que tange à juridicidade, não vemos empecilhos ao projeto. No entanto, observamos que a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, que *regula o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*, dispõe sobre a prestação de contas do total dos recursos recebidos pelo programa e estabelece a obrigatoriedade de comunicação, pelo Conselho de Alimentação Escolar, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – órgão federal responsável pela gestão do programa –, de toda irregularidade detectada na aplicação dos recursos.

Além dessa norma, o próprio Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, já estabelecem a responsabilização do prefeito por irregularidades na aplicação dos recursos do PNAE.

O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe que são crimes de responsabilidade dos prefeitos *desviar e aplicar indevidamente bens ou rendas públicas em proveito próprio ou alheio, bem como deixar de prestar contas anuais da administração financeira do município, conforme normas da legislação pertinente*. O decreto-lei em questão define esses crimes como de ação pública, puníveis com pena de reclusão ou detenção. Além disso, a condenação nesses crimes acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o cargo ou função pública, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Por sua vez, o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, define três modalidades de improbidade administrativa nas quais poderiam ser enquadrados os prefeitos que aplicassem irregularmente recursos do PNAE. São elas as que dizem respeito aos: 1) *atos que importem enriquecimento ilícito* (art. 9º); 2) *atos que causem prejuízo ao erário* (art. 10); e 3) *atos que atentem contra os princípios da Administração Pública* (art. 11). As sanções pertinentes independem das penais e podem variar de acordo com as referidas modalidades de improbidade administrativa, a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

A despeito de existirem tais determinações legais, não vemos impedimento para que se associe crime de responsabilidade dos prefeitos a procedimentos irregulares na aplicação de recursos do PNAE.

Por fim, acreditamos que a proposição é meritória, pois o PNAE atende plenamente as necessidades nutricionais dos alunos durante o horário de aula e sua interrupção prejudica o crescimento e desenvolvimento dos mesmos. Por isso, consideramos também oportuna à inabilitação do infrator ao exercício de cargo ou função pública pelo prazo de oito anos, na hipótese de crime tipificado pela proposição em tela.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

## **PARECER**

### **Nº 2.104, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no município de Jataí, no Estado de Goiás.

**RELATOR: Senador GILVAM BORGES**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 650, de 2007, de iniciativa do Senador Marconi Perillo, autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no município goiano de Jataí.

O art. 2º do Projeto define o objetivo da nova instituição, consistente no exercício de atividades típicas relacionadas à pesquisa, ao ensino e à extensão.

Pelo art. 3º do PLS, um estatuto e as normas legais pertinentes definirão a estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFSOG.

Em seguida, o projeto estabelece, no art. 4º, que a criação da universidade subordina-se à disponibilidade prévia, consignada no orçamento da União, de dotações necessárias ao seu funcionamento.

Ainda no PLS, o art. 5º, determina o início de vigência da Lei na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

A visível necessidade de atuação mais efetiva do Poder Público federal na expansão da oferta de educação superior decorre da crescente demanda de jovens brasileiros por esse nível de ensino. Entre eles, a maioria não detém condições de fazer frente aos encargos educacionais cobrados por estabelecimentos de ensino não-gratuitos.

No que tange à expansão da educação formal do povo brasileiro, os interesses dos indivíduos em tudo se coadunam com os interesses do Estado, já que Brasil não pode prescindir da pesquisa e de profissionais altamente qualificados para atingir um grau pleno de desenvolvimento socioeconômico.

Atento a essa realidade, o Senador Marconi Perillo intenta garantir ao Estado de Goiás a instalação de uma nova universidade federal. Trata-se ótima oportunidade de convidar a União a assumir maior grau de responsabilidade na oferta de educação superior. Relembramos que a omissão federal, em passado recente, obrigou entes federados subnacionais – Estados Federados e, por vezes, municípios – a suprir demandas locais, mediante investimentos públicos elevados no setor. No entanto, a sustentabilidade de tais iniciativas encontra-se comprometida, em face da escassez de recursos.

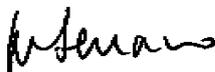
A criação da UFSOG aprofunda o compromisso da União com a educação superior e com o próprio desenvolvimento do Centro-Oeste, na medida em que cria a perspectiva de que o município de Jataí se converta em vetor do desenvolvimento de Goiás, ao interiorizar, naquele Estado, as oportunidades de estudo em universidade pública, gratuita e de qualidade.

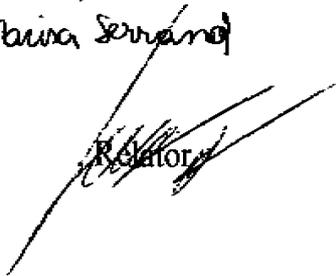
No que se refere aos aspectos formais, inexistem óbices à aprovação do PLS 650, de 2007. Redigida conforme a boa técnica legislativa, a proposição não apresenta vícios que atentem contra sua constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

 Vice-  
, Presidente  
(Senadora Marisa Serrano)

  
Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

#### DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 15 (quinze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator o Senador Gilvam Borges.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 650/07 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:**

VICE- PRESIDENTE: M. Serrano (Senadora Marisa Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDEIJ SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLYC <i>[Handwritten Signature]</i>
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
RELATOR	4- NEUTO DE CONTO <i>[Handwritten Signature]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- VALDIR RAUPP
GERSON CAMATA	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
(VAGO)	

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER <i>[Handwritten Signature]</i>
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES <i>[Handwritten Signature]</i>
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

650/2007

TITULARES: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI					JOAO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE					EDUARDO SUPLICY	X			
PAULO PAIM					JOSE NERY				
INACIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES: MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FERCY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES: BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES	X			
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR: PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOAO VICENTE CLAUDINO				
ROMBU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR: PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 16 SIM; 15 NÃO; -- ABS; -- AUTOR; -- PRESIDENTE: /

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/11/2009

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Of. nº 263/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

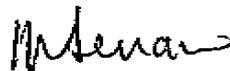
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás.”

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**  
Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do  
Senado Federal

## **RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES**

### **I – RELATÓRIO**

Considera-se o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 650, de 2007, em que o autor, Senador Marconi Perillo, propõe a criação da Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no município de Jataí, Estado de Goiás, conforme estabelece o art. 1º.

Dispõe o art. 2º, como objetivos da universidade proposta, o oferecimento de ensino superior, o desenvolvimento de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e a promoção da extensão universitária.

O art. 3º reza que tanto a estrutura funcional quanto a forma de funcionamento da UFSOG deverão ser definidos em estatuto e nas normas legais pertinentes, com a observância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em seguida, o art. 4º estabelece que a criação da referida instituição subordina-se à prévia consignação das dotações necessárias ao seu funcionamento, no Orçamento da União.

Por fim, o PLS, no art. 5º, estatui que a lei de criação da UFSOG entrará em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

O projeto de lei em tela visa a democratizar a educação pública superior de qualidade em Goiás, de forma mais específica, na região sudoeste do Estado, onde a população jovem se vê obrigada a seguir para Goiânia, a fim de concluir seus estudos superiores na Universidade Federal de Goiás (UFG) ou em outros estabelecimentos de ensino.

Segundo a justificação do projeto, o crescimento econômico e o desenvolvimento da cidade de Jataí e da região sudoeste de Goiás passam pelo incremento de profissionais qualificados formados em nível superior.

No que tange aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que diz respeito à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Entendo que o projeto é meritório e digno de acolhida por esta Comissão.

## III – VOTO

Diante do exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

Publicado no DSF, de 20/11/2009.



, Relator

# **PARECER**

## **Nº 2.105, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria.

**RELATOR: Senador ROMEU TUMA**

### **I – RELATÓRIO**

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para que sobre ele se pronuncie em sede de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 33, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília.

A iniciativa guarda amparo na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispôs sobre os critérios de inscrição de vultos históricos naquele Livro.

**Não foram oferecidas emendas à proposição.**

## **II – ANÁLISE**

Em sua justificação, o autor da iniciativa chama a atenção para a representatividade desse grande patriota, figura decisiva na consolidação do Brasil republicano.

Natural de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado foi um dos mais influentes políticos brasileiros do início do século XX.

Advogado de formação, Pinheiro Machado, ainda muito jovem, integrou, como voluntário, as fileiras do exército na defesa do País, por ocasião da Guerra do Paraguai.

Fundador do primeiro partido republicano da província de Missões, no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado empenhou-se, desde então, na campanha a favor da proclamação da República.

Com o advento do novo regime, elegeu-se senador por seu Estado natal, tendo participado do Congresso Constituinte de 1890/1891, no Rio de Janeiro.

Em 1893, com a eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado voltou a integrar as forças de combate, tendo logrado a vitória, pela qual recebeu a patente de general.

De volta ao Senado, consolidou seu reconhecido papel de articulador político, destacando-se como uma importante liderança política à frente do Partido Republicano Conservador.

Morreu tragicamente, vítima de crime político, no Rio de Janeiro, deixando um grande vazio na cena nacional.

À vista da ilustre trajetória histórica de Pinheiro Machado, nada mais justificável que a iniciativa de inscrição do seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, conforme dispõe a proposição em comento.

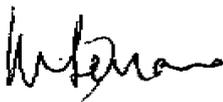
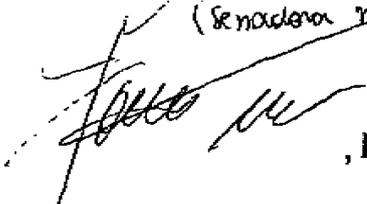
Sob a perspectiva constitucional, legal e regimental, tampouco há reparos a fazer.

A matéria se encontra disciplinada na Lei nº 11.597, de 2007, e os critérios dela constantes foram plenamente atendidos pela proposição, especialmente no que respeita à defesa e à construção da Pátria “com excepcional dedicação”, exigida dos agraciados, conforme consta do *caput* do art. 1º daquela norma.

### III – VOTO

Pelo exposto, analisado o mérito, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

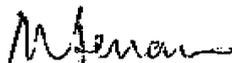
 Vice-  
Presidente  
(Senadora Marisa Serrano).  
 , Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

### DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 15 (quinze) votos favoráveis o presente projeto, relatado pelo Senador Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 033/09 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:

VICE- PRESIDENTE: *M. Serrano* (Senadora Maíra Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE <i>F. Cleide</i>	3- EDUARDO SUPLYC <i>Eduardo Suplyc</i>
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER <i>Gilberto Goellner</i>
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	9- PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI
RELATOR <i>Romeu Tuma</i>	

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

33 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, DB, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, DB, B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATI					JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO					ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY	X			
PAULO PALM					JOSE NERY				
INACIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB & PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM & PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES	X			
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI					JOAO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/11/2009

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 11.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

---

OF. nº 261/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

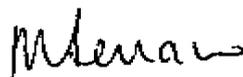
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 033, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, que “Inscribe o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria.”

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

# PARECER

## Nº 2.106, DE 2009

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009, de autoria do Senador EFRAIM MORAIS, que autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no município de Esperança.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

### I – RELATÓRIO

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 197, de 2009, de autoria do Senador EFRAIM MORAIS, que confere ao Poder Executivo autorização para criar *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba, no Município de Esperança. A proposição autoriza o Poder Executivo, ainda, a:

1º) criar os respectivos cargos de direção e as funções gratificadas indispensáveis ao funcionamento da escola;

2º) dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, as denominações das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, assim como sobre o processo de implantação e de funcionamento da instituição; e

3º) lotar no estabelecimento os servidores que se fizerem necessários, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme o PLS, o *campus* de Esperança será instituição destinada à formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e

profissional para atender às necessidades socioeconômicas da Paraíba, assim como para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Por fim, o início da vigência da lei proposta será a data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas à proposição, que tem decisão terminativa nesta Comissão.

## II – ANÁLISE

A necessidade de qualificação para o trabalho, de relevância cada vez maior, em virtude das demandas do setor produtivo, torna prioritária a ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica pelo Poder Público.

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, particularmente após a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. O projeto em exame acompanha a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que apresenta todas as condições para sediar uma nova instituição federal de educação tecnológica.

Trata-se do Município de Esperança, com população de cerca de 30 mil habitantes e localizado na região central do Agreste Paraibano. Cumpre registrar que o município – e adjacência – possui sua base econômica na fruticultura e na pecuária.

Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.*

À luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível questionar a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar instituições de ensino.

Acrescentamos, por fim, que o projeto foi redigido conforme a boa técnica legislativa.

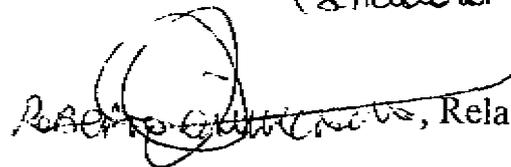
### III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

 Vice-  
, Presidente

(Senadora Marisa Serrano)

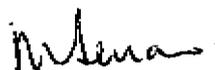
 Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

#### DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 14 (quatorze) votos favoráveis o presente projeto, relatado pelo Senador Roberto Cavalcanti.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 197/09 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b> <i>Mausa</i> (Senadora Mausá Serrano)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
IDEI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPPLY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI RELATOR	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA
<b>MAIORIA (PMDB e PP)</b>	
VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)</b>	
RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA

197 12009

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI	X				JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PALM	X				JOSÉ NERY				
INACIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERACLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES	X			
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

*Marisa Serrano*

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 11 / 2009

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

---

### LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

---

Ofício nº 259/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

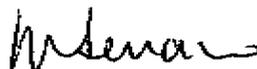
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança."

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do  
Senado Federal

## **PARECER**

### **Nº 2.107, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009, de autoria do Senador EFRAIM MORAIS, que autoriza o Poder Executivo a criar **campus** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no município de Mamanguape.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

#### **I – RELATÓRIO**

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 224, de 2009, de iniciativa do Senador EFRAIM MORAIS, que confere ao Poder Executivo autorização para criar *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba, no Município de Mamanguape.

A proposição autoriza o Poder Executivo, ainda, a:

- 1º) criar os respectivos cargos de direção e as funções gratificadas indispensáveis ao funcionamento da escola;
- 2º) dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, as denominações das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, assim como sobre o processo de implantação e de funcionamento da instituição; e
- 3º) lotar no estabelecimento os servidores que se fizerem necessários, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme o PLS, o *campus* de Mamanguape será uma instituição destinada à formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional, para atender às necessidades socioeconômicas da Paraíba, assim como para contribuir com o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Por fim, o início da vigência da lei proposta é marcado para a data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas à proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão.

## II – ANÁLISE

A necessidade de qualificação para o trabalho, de relevância cada vez maior em virtude das demandas do setor produtivo, torna prioritária a ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica pelo Poder Público.

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, particularmente após a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. O projeto em exame acompanha a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para ser sede de uma nova instituição federal de educação tecnológica.

Trata-se do Município de Mamanguape, localizado na microrregião do Litoral Norte do Estado da Paraíba, cuja base econômica está assentada na fruticultura e na indústria de transformação, além do grande potencial para o turismo rural.

Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.*

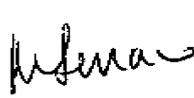
À luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível apontar inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, em projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar instituições de ensino.

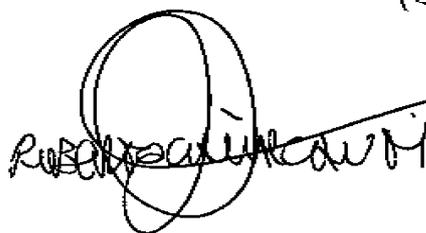
Por fim, o projeto encontra-se redigido conforme a boa técnica legislativa.

**III – VOTO**

Em vista do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

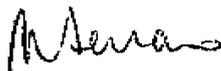
 Vice -  
, Presidente  
(Senadora Marisa Serrano)

 , Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 15 (quinze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator o Senador Roberto Cavalcanti.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 224/09 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE: *M. Serrano* (Senadora Marisa Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI RELATOR	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 224 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI					JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLÉIDÉ	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY				
INACIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBAO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SERGIO GUERRA	X			
SÉRGIO ZAMBIASI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
					SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

*Marisa*

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/11/2009

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.**

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 3º .....

.....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

Of. nº 267/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

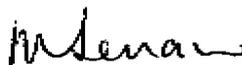
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Efraim Morais, que "Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Mamanguape."

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

## **PARECER**

### **Nº 2.108, DE 2009**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no município de Piancó.

**RELATOR: Senador EFRAIM MORAIS**

#### **I – RELATÓRIO**

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 381, de 2009, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, que confere ao Poder Executivo autorização para criar *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) da Paraíba, no Município de Piancó.

A proposição autoriza o Poder Executivo, ainda, a:

1º) criar os respectivos cargos de direção e as funções gratificadas indispensáveis ao funcionamento do *campus*;

2º) dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, as denominações das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, assim como sobre o processo de implantação e de funcionamento do *campus*; e

3º) lotar no *campus* os servidores que se fizerem necessários, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme o PLS, o *campus* de Piancó será uma instituição destinada à formação e qualificação de profissionais de educação superior, básica e profissional, com vistas a atender às necessidades socioeconômicas da Paraíba e contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Por fim, o início da vigência da lei proposta é marcado para a data de sua publicação.

O autor justifica a proposição pela necessidade que o País tem de qualificar os estudantes e de reduzir as desigualdades existentes entre as regiões. Ressalta também o apoio da Prefeitura Municipal de Piancó, que, em escritura pública, formalizou a doação de terreno para a construção do *campus* pretendido.

Não foram oferecidas emendas à proposição, que tem decisão terminativa desta Comissão.

## **II – ANÁLISE**

A necessidade de qualificação para o trabalho, aspecto de relevância cada vez maior em virtude das demandas do setor produtivo, torna prioritária a ampliação, pelo Poder Público, do acesso à educação profissional e tecnológica.

Nos últimos anos, a rede federal de educação profissional e tecnológica voltou a crescer, particularmente após a edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. O projeto em exame acompanha a tendência de valorizar essa modalidade de ensino, mediante a iniciativa de indicar ao Poder Executivo uma localidade que possui todas as condições para abrigar uma nova instituição federal de educação tecnológica.

Trata-se do Município de Piancó, localizado na microrregião de mesmo nome, que, por sua vez, pertence à mesorregião do Sertão Paraibano. Município histórico, Piancó foi o lugar onde faleceu o grande bandeirante Domingos Jorge Velho, além de constituir um dos marcos por onde passou a Coluna Prestes em 1926.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005, e sua economia está baseada na agropecuária, com possibilidades de desenvolvimento do turismo rural.

Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.*

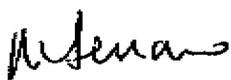
À luz desse parecer, por conseguinte, não seria possível apontar inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, em projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar instituições de ensino.

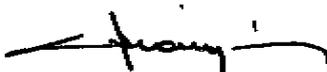
Por fim, o projeto encontra-se redigido conforme a boa técnica legislativa.

### III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

 Vice-  
Presidente  
(Senadora Marisa Serrano)

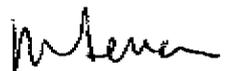
 , Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

#### DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator o Senador Efraim Morais.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.



#### SENADORA MARISA SERRANO

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 381/09 NA REUNIÃO DE 10/11/09  
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE: *W. Serrano* - (Senadora Marisa Serrano)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)

IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA

### MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	RELATOR
ADELMIR SANTANA	5- ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6- MARIA DO CARMO ALVES
FLÁVIO ARNS	7- (VAGO)
EDUARDO AZEREDO	8- MARCONI PERILLO
MARISA SERRANO	9- PAPALÉO PAES
	10- SÉRGIO GUERRA

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 281/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELEI SALVATTI					JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY	X			
PAULO PAIM					JOSÉ NERY				
INÁCIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCA				
MAURO FÉCURY					FRANCISCO DORNELLES				
GIL VAM BORGES	X				PEDRO SIMÓN				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS	X			
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA	X				MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLAVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALEO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

*W. Serrano*

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/11/2009

SENADORA MARISA SERRANO  
Vice-Presidente, no exercício da presidência,  
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

---

### LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

---

Ofício nº 260/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

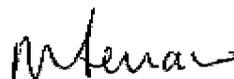
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cícero Lucena, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó.”

Atenciosamente,



**SENADORA MARISA SERRANO**

Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do  
Senado Federal

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres n°s 2.097 e 2.098, de 2009**, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os **Requerimentos n°s 1.210 e 1.295, de 2009**.

A Presidência comunica que as matérias constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres n°s 2.99 e 2.100, de 2009**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2007** (n° 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante); e
- **Projeto de Lei da Câmara n° 149, de 2008** (n° 4.731/2001, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Teixeira), que denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os **Ofícios n°s 259, 260, 261, 263, 265 e 267, de 2009**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e **n° 357, de 2009**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara n° 122, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado n°s 182, de 2005; 650, de 2007; 33, 197, 224 e 381, de 2009**.

Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Re-

gimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos sejam apreciados pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios recebidos:

Of. N° 259/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria

Senhor Presidente

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 197, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Efraim Morais, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança.”

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Of. N° 260/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Nossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 381, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cícero Lucena, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campos campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Pancó.”

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Of. nº 261/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, que “Inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro dos Heróis da Pátria”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,  
Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Of. nº 263/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marconi Perillo, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no Município de Jataí, no Estado de Goiás”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,  
Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Of. nº 265/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado Ricardo Barros, que “Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama”.

Atenciosamente, Senadora **Marisa Serrano**,  
Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Of. nº 267/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

**Assunto:** Aprovação de matéria.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Efraim Morais, que “Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Mamanguape”.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**,  
Vice-Presidenta no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 357/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 4 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005, que “Al-

tera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar.”, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, \_ Senador **Demóstenes Torres**,  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 294, DE 2009 (nº 3.947/2008, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República)**

**Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS:**

**I – destinados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:**

- a) 1 (um) DAS-4;**
- b) 4 (quatro) DAS-3; e**
- c) 2 (dois) DAS-2; e**

**II – destinados ao Ministério da Justiça:**

- a) 1 (um) DAS-6;**
- b) 3 (três) DAS-5; e**
- c) 3 (três) DAS-4.**

**Art. 2º O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos criados por esta Lei nas estruturas regimentais do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Justiça.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.947, DE 2008**

**Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça .**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS:

**I** – destinados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

- a) um DAS 4;
- b) quatro DAS 3; e
- c) dois DAS 2; e

**II** – destinados ao Ministério da Justiça:

- a) um DAS 6;
- b) três DAS 5; e
- c) três DAS 4.

**Art. 2º** O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos criados por esta Lei nas estruturas regimentais do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Justiça.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

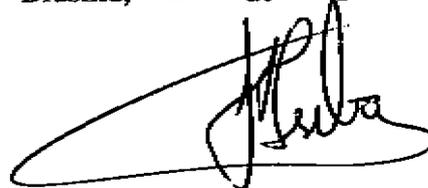
Brasília,

Mensagem nº 652, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS destinados ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça”.

Brasília, 29 de agosto de 2008.



**EM nº 00217/2008/MP**

Brasília, 26 de agosto de 2008.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. **Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS no âmbito do Poder Executivo Federal, os quais serão alocados às estruturas do Gabinete de Segurança Institucional - GSI e do Ministério da Justiça - MJ.**
2. **A proposta tem por objetivo a criação de cargos em comissão, dada a indisponibilidade de cargos desta natureza passíveis de remanejamento, para atender às demandas do GSI, tais como: prevenção da ocorrência e articulação do gerenciamento de crises; segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares; prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica, dentre outras.**
3. **Assim, com vistas a proporcionar ao GSI a reestruturação organizacional necessária para maximizar sua eficácia administrativa e bem desempenhar suas competências legais, propomos a criação de sete cargos em comissão, nos seguintes níveis: um DAS-4; quatro DAS-3; e dois DAS-2.**
4. **Complementarmente, o presente Projeto de Lei visa criar cargos em comissão destinados à implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, instituído pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, com o objetivo de articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas.**
5. **O PRONASCI tem como público-alvo prioritário jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência.**
6. **Ressaltamos que, para implementação do Programa, foi utilizada a atual estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, que no entanto tem se mostrado insuficiente para o seu gerenciamento do Programa. Para plena implantação do PRONASCI, faz-se necessária a criação de uma estrutura própria de gestão.**

7. Dessa forma, a proposta que ora apresentamos cria um DAS 6 para a nomeação de um Secretário Executivo-Adjunto no Ministério da Justiça, a quem caberá, dentre outras atribuições, a coordenação das ações do PRONASCI. Propomos, também, a criação de três DAS 5: um para a institucionalização de área de assuntos federativos, outro para área de apoio às estruturas policiais, a quem caberá a interlocução com estados e municípios para a implementação do Programa e um último para área de interlocução com as polícias e órgãos de segurança envolvidos no PRONASCI. Para apoiar as ações desses dirigentes, especialmente nas áreas jurídicas, de comunicação, internacional, relações institucionais, formação de pessoal e planejamento orçamentário, propomos a criação de três DAS 4.

8. Do ponto de vista orçamentário, quando todos os cargos forem alocados nas estruturas do GSI e do Ministério da Justiça e prontamente providos, a despesa prevista para o exercício de 2008, será de R\$ 446.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil reais), considerando os meses de setembro a dezembro, e de R\$ 1.334.612,00 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil e seiscentos e doze reais) para cada exercício dos anos subseqüentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos sociais.

9. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao exercício de 2008 será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008 - Lei Orçamentária Anual para 2008, e os cargos a serem criados respeitam os limites estabelecidos no Anexo V - Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal a Qualquer Título - da referida Lei.

10. Essas, Senhor Presidente, são as razões que envolvem a matéria e justificam a presente proposta que ora submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 295, DE 2009

(nº 4.385/2008, na Casa de origem)  
(De iniciativa do Presidente da República)

**Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências.**

**O CONGRESSO NACIONAL, decreta:**

**Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar o Lote 46 do Setor de Embaixadas Norte, em Brasília, Distrito Federal, para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina.**

**Art. 2º A escritura de transferência da propriedade deverá conter cláusula de reversão do imóvel, caso ocorra alteração da finalidade da doação.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

## **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.385, DE 2008**

**Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências**

**O CONGRESSO NACIONAL, decreta:**

**Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar o Lote 46 do Setor de Embaixadas Norte, em Brasília, Distrito Federal, para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina.**

**Art. 2º A escritura de transferência da propriedade deverá conter cláusula de reversão do imóvel, caso ocorra alteração da finalidade da doação.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

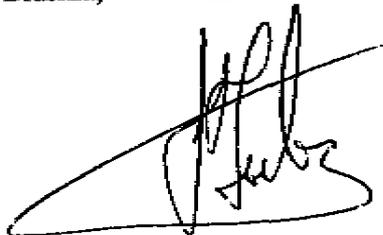
**Brasília,**

Mensagem nº 906, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da Delegação Especial Palestina e dá outras providências":

Brasília, 20 de novembro de 2008.



EM nº 00297 CGPI/DOM-I-MRE - BRAS PALE DIMU

Brasília, 1º de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que destina área para a instalação da sede da Delegação Especial Palestina em Brasília.

2. Constitui matéria de especial interesse, no âmbito da política externa brasileira, a doação de lote à Palestina, no Setor de Embaixadas, a fim de que a Delegação Especial Palestina tenha sede própria em Brasília. Houve, no decorrer da última década, diversas tentativas de cessão de uso e doação do Lote 46, do Setor de Embaixadas Norte, mas a transferência de propriedade não foi possível em razão de condições especiais previstas na legislação brasileira.

3. O Governo brasileiro mantém relações com a Organização para a Libertação da Palestina desde 1975, mesmo ano em que a entidade instalou escritório de representação no País. Em 1993, em decorrência do primeiro Acordo Israelo-Palestino de Oslo e de demais demonstrações de reconhecimento por parte da comunidade internacional pelos avanços alcançados na negociação de paz no Oriente Médio, decidiu-se elevar o "status" da representação palestina no Brasil para o de "Delegação Especial Palestina no Brasil".

4. Na esteira dessas boas relações, e em atenção a pedido do Presidente Yasser Arafat, concedeu-se, inicialmente, "Permissão de Uso a Título Precário" do Lote 46, localizado no Setor de Embaixadas Norte, a fim de instalar a sede da Delegação Especial Palestina. À época, foi necessário lançar mão de recurso alternativo à doação, pelo fato de a Palestina ainda não

ser um Estado com território constituído, em condições de oferecer reciprocidade. Posteriormente, a medida foi anulada pelo governo do Distrito Federal. Uma vez anulado o termo de cessão de uso, nova tentativa foi levada a cabo em 2005, quando a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou lei de doação. Todavia, no âmbito desse processo, o Tribunal de Contas do DF apontou vícios de forma e de conteúdo que levaram ao abandono da iniciativa.

5. O Brasil tem votado favoravelmente às resoluções no âmbito das Nações Unidas em defesa da criação de um Estado palestino independente. Ademais, mantém firme apoio a todas as iniciativas tendentes a uma retomada das negociações de paz e favoráveis ao estímulo do diálogo direto entre as partes, seja na forma de resoluções no âmbito da Organização das Nações Unidas, seja na forma de conferências regionais e internacionais. Assim foi que acompanhou com interesse e aprovação os entendimentos alcançados na conferência de Madri, em 1991, os Acordos de Oslo, em 1993, a Iniciativa Árabe de Paz de Beirute, em 2002, e o Mapa do Caminho para a Paz, em 2003. Na Conferência de Annapolis, em novembro de 2007, expressei confiança na retomada do processo de paz, a qual o Brasil buscou viabilizar, na Conferência de Doadores de Paris, em 17 de dezembro último, por meio de contribuição expressiva.

6. O Brasil não tem poupado esforços no sentido de melhorar as condições de vida do povo palestino e colaborar com a pacificação da região, a fim de levar à formação de um Estado palestino soberano, geograficamente coeso e economicamente viável. É conveniente, pois, que a Delegação Especial da Palestina encontre no território brasileiro tratamento acolhedor compatível com os esforços empreendidos pelo País no âmbito internacional.

7. Em vista do que precede, pelas razões de natureza legal e política expostas, a doação do Lote 46 do Setor de Embaixadas Norte à Autoridade Nacional da Palestina deve dar-se por meio de lei federal, de iniciativa do Poder Executivo, em conformidade com o que prescreve a Constituição Federal. Permito-me, assim, submeter a Vossa Excelência o anexo projeto de Lei, para encaminhamento ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os Projetos que acabam de ser lidos tramitarão nos termos do inciso V do § 1º do art. 91 do Regimento Interno. O **Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 2009**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa; e o **Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 2009**, será apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, nos termos do art. 49, I, pela de Constituição, Justiça e Cidadania.

As matérias poderão receber emendas perante a primeira ou única Comissão do despacho, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2007**, de autoria do Senador Almeida Lima, que altera dispositivos dos Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para ampliar os casos de aplicação da pena de perda de bens e valores e garantir sua execução e a reparação do dano sofrido pelo ofendido; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 554 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para permitir a sustentação oral nos julgamentos de agravos nos Tribunais.

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o **Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2008**, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o **Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2007**, rejeitado, vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Resolução nº 72, de 2009**, que *suspende a execução do art. 1º do Decreto nº 3.979, de 30 de janeiro de 1995, do Estado da Bahia* (alterou a base de cálculo da gratificação de produção atribuída aos servidores do grupo Operacional Fisco).

Tendo sido aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 154/2009-GLDBAG

Brasília, 19 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senhor Marcelo Crivella como membro titular na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Marcelo Crivella para integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do expediente encaminhado pela liderança do Bloco de apoio ao Governo.

Há oradores inscritos.

Pediu à nossa Secretaria Executiva, Drª Cláudia Lyra, a inscrição para uma comunicação inadiável o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia.

Há lista de oradores inscritos.

Está inscrita, por permuta com o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Marisa Serrano, que, há pouco, falou da tribuna em homenagem à Zumbi dos Palmares. Ela representa o novo Estado do Mato Grosso do Sul e a beleza e a inteligência da professora do Brasil. Essa brava e extraordinária mulher representa o PSDB. Eu até diria o seguinte: acho que está na hora de mudar esse negócio de José Serra e Aécio. Nenhum dos dois, vamos candidatar é a Marisa Serrano, que representa a mulher brasileira. Aí vamos ter uma mulher mesmo na Presidência.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Apoiado!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O Geraldo Mesquita Júnior apoiou.

V. Exª, regimentalmente, usaria da palavra por dez minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra de V. Exª, porque tenho aprendido muito com seus pronunciamentos.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente! É sempre um prazer enorme tê-lo aqui na Presidência desta Casa. V. Exª se tornou conhecido no país inteiro por meio da TV Senado,

pela sua cultura e principalmente pelo seu tino e pela sua perspicácia a respeito de todos os temas.

Srs. Senadores, a história é um processo que nos ensina que a arrogância é sempre uma péssima companheira. Os acontecimentos devem ser olhados sob a ótica da cautela e da humildade, porque no Brasil nada se transforma como num passe de mágica. Nossa realidade tem uma dinâmica que se constrói no aprendizado do dia a dia, com muita ponderação, paciência e bom senso. É assim que o brasileiro trabalha. É pensando, discutindo e conversando que as coisas vão acontecendo neste País.

A questão do recente apagão que atingiu 18 Estados brasileiros e mudou a rotina de mais de 60 milhões de pessoas é emblemática. É o exemplo que quero dar para isso que acabei de colocar como conceito.

Independentemente de sermos Governo ou Oposição, temos que atuar sempre em favor da transparência. O povo tem o direito de saber aquilo que se passa no País, tem o direito de saber o que aconteceu com ele, por que tivemos um apagão. Isto é, tem o direito de saber onde está o erro, o que faltou, o que vamos fazer para consertar aquilo que aconteceu. Quero dizer que o cidadão brasileiro tem direito à verdade e a explicações plausíveis.

Tenho acompanhado o debate sobre as causas desse desastre e posso concluir que, seja qual for a origem do problema, uma coisa é certa: ele ensinou a todos nós – políticos, técnicos, empresários, especialistas no assunto – que o imponderável nos espreita e qualquer governante que se arrogar dono da verdade vai, certamente, perder sempre.

Tenho visto, no debate político brasileiro, esse erro se repetir. O processo eleitoral do próximo ano começou prematuramente e sob os auspícios do Presidente Lula. Já falamos isso aqui e todos têm falado muito nisso. Mas, principalmente, o que me preocupa é a sinalização que este Governo e os políticos ligados a este Governo têm dado de que vão colocar no centro do debate as comparações entre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula.

Essa é uma preocupação que me cala fundo, Senador Geraldo Mesquita. Afinal de contas, o mundo muda, as circunstâncias mudam, a forma de as pessoas conviverem entre si muda e, principalmente, os interesses mudam. Portanto, não há como a gente querer comparar dez anos atrás com o momento de hoje.

Quero dizer que o que devemos fazer é justamente uma comparação global, da época da globalização, da época da Internet, da época em que as coisas se tornam velhas simultaneamente, pois algo que agora é novidade não o será daqui a pouco. Antes falávamos em séculos; hoje estamos falando em décadas. Então,

as mudanças estão acontecendo muito rapidamente e, portanto, não há como não pensarmos nas mudanças como processo histórico. E aqui, nada mais justo do que pensarmos na nossa história, nos problemas que estamos enfrentando e nessa forma de perspectiva histórica e de um processo de construção permanente que deve afetar todos nós.

Por isso, tornou-se comum dizer que muitas das conquistas do Governo Lula foram gestadas no Governo Fernando Henrique. E também muitos dos problemas que foram evitados no atual Governo ocorreram por causa de medidas adotadas naquele período, como a queda da inflação, a política cambial, as criações das metas inflacionárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o saneamento dos bancos. Tudo isso deu o substrato e a força para que o Governo Lula conseguisse superar aquilo que hoje é uma das maiores crises por que o mundo já passou. E o Brasil passou esse momento histórico de uma forma mais segura.

Acredito que dizer que o apagão do Governo Fernando Henrique é igual ao apagão do Governo Lula não é possível. São dois momentos diferentes, características diferentes e, provavelmente, origens diferentes. Embora a gente não saiba ainda qual é a origem efetiva daquilo que aconteceu há duas semanas aqui no País.

Por isso acredito muito que iludir a sociedade é dizer a ela que essa comparação deve existir e é sobre ela que vamos fazer nossos debates futuros. Isso é iludir mesmo a população e a sua boa-fé.

Cada tempo tem o seu tempo. E é isso que temos que ter em mente, trabalhando com questões fundamentais. O que quero é um debate honesto, sem mistificações, um debate às claras, que a população brasileira possa acompanhar e possa, sim, saber aquela linha, aquela metodologia, aqueles conceitos que são melhores para ela e aquilo que lhe dá mais tranquilidade para o seu futuro e da sua família.

Portanto, eu quero dizer que, quando ouvi a Ministra Dilma dizer, com muita arrogância, que apagão não iria acontecer nunca no Governo Lula, uma semana depois acontece o “apagão”. Parece até que Ele, lá em cima, resolveu mostrar que arrogância não é o melhor para governar este País, que este é um País de homens e mulheres que não usam arrogância e prepotência como pano de fundo da discussão das questões mais importantes do País. O povo brasileiro não é visto dessa maneira. Poucos são aqueles que dirigem este País que são vistos com extrema arrogância. E a Ministra Dilma mostrou isto: a prepotência em emitir conceitos que, logo depois, foram destruídos.

Descobrir essas causas do “apagão”, desse último “apagão”, é essencial principalmente porque demonstra um compromisso com o futuro do País.

E aqui eu quero fazer uma pausa, Senadora Maria, que está aqui conosco – é um prazer enorme –, e Senador Geraldo Mesquita. O povo brasileiro quer, sim, entrar numa campanha política para 2010 pensando no futuro. Não interessa a ele voltar ao passado e fazer comparação de governos. O que o povo brasileiro quer? O que nós queremos? É saber se quem vai governar o País vai ter competência gerencial para fazer com que este País avance no desenvolvimento, principalmente no desenvolvimento sustentável. Essa é a linha que o povo vai querer. Nós vamos discutir, em 2010, as propostas de quem vai dirigir este País.

Não interessa discutir propostas de quem já passou.

O povo não vai ser governado pelo Lula. Vai ser um outro governante. E esse governante deve dizer à população brasileira, de forma clara, lúcida e competente, qual é o rumo que o País vai ter nos próximos anos.

É desse rumo e do nosso futuro que vai depender muito a vida, a segurança e a tranquilidade do povo brasileiro.

Eu quero dizer a todos os que trabalham neste País, em qualquer área, que todo cidadão brasileiro vai querer saber se a educação vai melhorar. Ele vai querer saber se as filas nos postos de saúde vão diminuir. Ele vai querer saber se vai haver mais trabalho. Ele vai querer saber se o meio ambiente vai estar apto a lhe oferecer uma vida digna por muitos e muitos anos. Ele vai querer saber de todos aqueles pontos de referência importantes para a sua vida.

Portanto, quando eu vejo colocarem a política como uma questão maior no equilíbrio, mas principalmente na comparação entre dois Governos, eu quero dizer que, como o “apagão”, nós precisamos saber das verdades que existem, das linhas que cada um está tomando, daquilo que é importante para o País, mas precisamos muito mais garantir o nosso futuro.

Eu quero saber se o apagão aconteceu e o que estão fazendo para resolver a causa. Eu quero saber se apagão vai ter sempre. Eu quero saber se isso é o início e o prenúncio de algo mais grave que possa acontecer no País. Eu quero saber se a construção das novas usinas vai dar conta do recado. Eu quero saber se talvez não seja só usinas hidroelétricas, talvez precisemos passar para outras fontes de energia, não ficarmos só dependendo de seca ou excesso de águas. Quer dizer, são coisas que nós precisamos saber. Isso, sim, nós queremos saber, mas não é só saber por saber. Não é saber só para bater no Governo.

Não é saber só para fazer oposição ao Governo. Eu quero saber pelo nosso futuro, para o povo brasileiro saber para onde nós vamos e que segurança nós temos para caminharmos.

E é pensando nisso que eu quero aqui lembrar algo que aconteceu na semana passada também. O “apagão” está sendo usado também para dar luz a outros temas fundamentais da nossa realidade. E eu quero fazer minhas aqui as palavras do Senador Cristovam Buarque, que disse, nesta tribuna, algo fundamental: o “apagão” colocou na agenda brasileira os apagões invisíveis do dia a dia. E falou dos apagões invisíveis: o apagão do Enen e do Enad, o apagão da infraestrutura, o apagão moral e ético, o apagão da segurança pública, o apagão da Previdência Social, o apagão da censura à imprensa, enfim, tudo aquilo que está latente, enfraquecendo a força moral do povo brasileiro.

E nós precisamos reagir. Precisamos fazer e compreender que é nesse diapasão que é importante discutirmos as questões brasileiras agora e para o próximo ano, principalmente para as eleições do próximo ano, principalmente garantindo a obediência à lei e garantindo a todo o povo brasileiro a tranquilidade de saber que nós temos um Governo que vai a fundo nos problemas e que não usa a mistificação da propaganda para enganar o povo.

E é com essa tranquilidade, com essa transparência, com essa seriedade que a gente espera que o Governo dê respostas aos nossos grandes problemas brasileiros.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, que representa o Mato Grosso do Sul e o PSDB, convidamos para usar da palavra agora, para uma comunicação inadiável, Acir Gurgacz. Ele representa o Estado de Rondônia.

Seu Partido é?

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT – RO) – PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – E ele é do Partido de Leonel Brizola, que tem aqui uma Bancada forte, valente, muita aguerrida.

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – É verdade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de agradecer a acolhida que aqui recebi de todos os membros desta Casa do Parlamento brasileiro.

Reafirmo aqui que minha atuação nesta Casa se pautará pela defesa dos interesses do Brasil e do povo de Rondônia, um dos Estados mais jovens da Nação

brasileira, que tanto merece melhores condições de desenvolvimento econômico e social.

Rondônia, apesar dos infortúnios históricos que tem atravessado, é hoje o Estado que mais cresce na Região Norte do País, se constituindo num polo de atração de migrantes e de investimentos de toda ordem alavancados pelo complexo hidrelétrico em construção no rio Madeira e por outras obras estruturantes do PAC.

As primeiras projeções sobre o número de migrantes que estariam em trânsito para Rondônia, por conta das obras do rio Madeira, eram de algo em torno de 40 mil pessoas. Agora, já se fala em 120 mil pessoas que estão se deslocando para Rondônia para participar dessa nova fase do eldorado brasileiro.

Sr. Presidente, a solução para o apagão energético do Brasil está vindo de Rondônia. O complexo hidrelétrico do rio Madeira, com potência instalada de 6 mil *megawatts*, vai assegurar energia para o País se desenvolver com segurança, sem ficar no escuro. Porém, é preciso que o Estado de Rondônia e o seu povo também sejam beneficiados com este ciclo energético.

É um novo ciclo econômico que o nosso Estado atravessa, e, ao contrário dos ciclos da borracha, do ouro e da madeira, que trouxeram muita riqueza para os exploradores, mas também deixaram suas mazelas, espera-se que este seja um ciclo de desenvolvimento sustentável, com geração de riqueza para todos, inclusão social, distribuição de renda e proteção ambiental.

O eldorado de Rondônia começou com a exploração da borracha e a construção da estrada de ferro Madeira-Momoré, no início do século XIX, quando surgiu o território do Guaporé. Essa terra foi desbravada por Marechal Rondon, que abriu as primeiras picadas para as linhas telegráficas no meio da floresta, dando início a uma das maiores diásporas da humanidade em todos os tempos e que até hoje atrai pessoas de todos os cantos do País e do mundo.

Com a soma desses fluxos migratórios, vivem hoje na Amazônia mais de 20 milhões de brasileiros. São nordestinos, paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses ou paranaenses, como eu, que se mudaram para o Norte em busca de dias melhores para suas famílias e para o País, atendendo ao chamado do Governo brasileiro na época em que se dizia para “integrar a Amazônia e não entregá-la ao estrangeiro”.

Esses desbravadores, que abandonaram tudo o que tinham em suas terras de origem para realizar a experiência de reforma agrária e colonização de Rondônia, recebiam como orientação do Governo que derrubassem até 50% da mata sobre os seus lotes

para assegurar o direito à terra. Portanto, foi o próprio Governo que permitiu o desmatamento dessas áreas, quando as suas definições legais eram regidas por outras normas.

Esse povo abriu estradas, plantou café, cacau, soja e muitas outras culturas. Implantou a pecuária, os laticínios, o comércio, as indústrias, enfim, instalou os 52 Municípios que hoje compõem o Estado de Rondônia e abriu as fronteiras da Amazônia para o mundo. Muitos deles ficaram pelo caminho, vencidos pela malária e outras doenças tropicais.

Os que ainda permanecem no meio rural são penalizados pela mudança das regras no meio do jogo e não têm acesso, hoje, a crédito rural, a incentivos fiscais nem quaisquer outras garantias do Governo Federal.

O programa Arco Verde Terra Legal, que o Governo do Presidente Lula está implantando para a regularização fundiária na Amazônia, ainda apresenta resultados modestos, mas é a esperança de que a justiça fundiária seja feita para a população de Rondônia e de toda a Amazônia. Mas ele não é suficiente para atender as necessidades do agricultor, do pecuarista e dos povos da floresta.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, defendo o desmatamento ilegal zero, o fim das queimadas, a proteção das nascentes e matas ciliares, mas desde que seja regularizada a questão fundiária, resolvidos os passivos ambientais e feito o pagamento pelo serviço de manutenção e conservação da floresta aos proprietários rurais. O agricultor precisa de compensação financeira para recuperar o passivo ambiental de outras épocas.

Os produtores rurais não podem arcar com o ônus da recuperação das matas ciliares e da reserva legal, pois não têm recursos para gerir sozinho ações dessa natureza. Foi o próprio Governo que impulsionou o desmatamento dessas áreas, em épocas anteriores, então, nada mais justo que o Governo também participe desse esforço de recuperação oferecendo compensação financeira a quem recuperar as áreas degradadas.

É preciso regulamentar o uso dessas áreas, proibindo efetivamente as atividades agropecuárias e industriais nas áreas consideradas tecnicamente impróprias, com amparo de base científica.

O Governo brasileiro precisa estabelecer os princípios básicos que nortearão a legislação ambiental e fazer a revisão do Código Florestal, deixando para os Estados o detalhamento das normas para que o façam de acordo com as realidades e características regionais. O mais urgente é buscar uma solução para

o problema da reserva legal e da recomposição das Áreas de Preservação Permanente.

Neste final de semana, vamos discutir a revisão do Código Florestal em um seminário que será realizado em Ji-Paraná, no coração de Rondônia, de onde pretendo trazer contribuições para essa discussão, Sr. Presidente.

De todo modo, é preciso que o homem seja integrado ao meio ambiente; que o agricultor tenha subsídios para continuar produzindo e, ao mesmo tempo, protegendo as matas ciliares e as nascentes. A problemática ambiental precisa ser resolvida com a participação do homem.

Ao povo de Rondônia, que me conferiu este mandato, reafirmo aqui o compromisso de trabalhar com dedicação, para que possam viver de forma integrada ao meio ambiente, à Floresta Amazônica, priorizando o combate à pobreza, o direito à educação, à produção sustentável de alimentos, à geração de energia e à industrialização do nosso Estado, baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável, com proteção ambiental, inclusão social e crescimento econômico.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar a população de Ji-Paraná, que, no próximo dia 22 de novembro, completa 34 anos de emancipação política. Então, ficam aqui os meus parabéns a todos os ji-paranaenses. É a minha cidade, de onde venho, onde fui Prefeito. Mando um abraço a todos e os cumprimento.

Muito obrigado pela oportunidade.

Até a próxima.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Ouvimos a palavra de Acir Gurgacz, que representa o PDT e o Estado de Rondônia.

Por uma deferência toda especial, cede a vez o cavalheiro Senador Mário Couto, como orador inscrito, para a Líder do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Santa Catarina, e também das professoras do nosso Brasil, Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente, de forma muito especial, ao Senador Mário Couto, que gentilmente concordou em fazer a inversão na ordem dos pronunciamentos.

Eu gostaria de fazer o registro, no plenário, da votação ocorrida na Comissão de Infraestrutura hoje pela manhã. Já tive oportunidade, inúmeras vezes, aqui, nesta tribuna, de referir-me à importância que, cada vez mais, toma corpo e à grande expectativa que há em todo o Planeta para a Conferência Mundial que se realiza na cidade de Copenhague, na Dinamarca, agora, no mês de dezembro. Nessa Conferência Mundial sobre o clima, os principais dirigentes das Nações e

delegações de praticamente todos os países vão estar presentes. E todos nós temos uma expectativa de que, efetivamente, dessa conferência possamos ter avanços significativos de compromissos, de metas que venham a ser assumidas por todos os países no sentido de redução da emissão dos gases de efeito estufa.

Todos nós sabemos que este nosso querido Planeta Terra tem suas limitações e vem sofrendo mudanças, que obviamente não poderiam deixar de ocorrer, mas uma boa parte dessas mudanças são provocadas pela nossa ação, pela ação dos seres humanos, pela forma como nós temos produzido energia, como temos produzido tudo que nós consumimos, e cada vez consumimos mais; para manter esse nível de consumo, se exige a realização de empreendimentos para termos a energia necessária para movimentar tudo em nosso planeta. Isso tem consequências e, infelizmente, boa parte dessas consequências acaba se abatendo principalmente nos países de menor renda, onde a população acaba sofrendo a reação da própria natureza a toda essa poluição, a esse aquecimento, a essa mudança do clima, o que acaba se abatendo efetivamente sobre os países de menor renda, onde a população fica muito mais vulnerável.

Então, há uma grande expectativa com relação a esta conferência, que possamos, diferentemente do Protocolo de Kyoto, ter o compromisso assinado, a meta assegurada de que os principais países responsáveis pela emissão dos gases que provocam o efeito estufa, que aumentam o aquecimento do planeta Terra, estes países, que, há muito tempo, décadas, centenas de anos, vêm sendo os principais responsáveis, assumam os seus compromissos, as suas metas.

Há poucos dias, tivemos o encontro do Presidente Barack Obama com o Presidente da China, Hu Jintao.

E, num encontro de apenas dois países, o planeta, estarrecido, assiste a dois Presidentes, a dois homens, sentarem à mesa e decidirem que não vão apresentar as metas, que, talvez, participem da conferência. É dentro desse contexto, em que os Estados Unidos são responsáveis por aproximadamente quase um quarto das emissões de gases de efeito estufa do planeta, países como o Japão, como os países que compõem a União Européia, Inglaterra, França, Itália, e outros, que a posição do Brasil tem sido extremamente importante. E eu diria, inclusive, sob vários aspectos, determinante.

Quando o Governo brasileiro, depois de um profundo debate interno, anuncia que apresentará, sim, compromissos – compromissos voluntários, porque o Brasil é um país em desenvolvimento; o Brasil não é um país que tem a obrigação, como é o caso dos

Estados Unidos, do Japão, da Inglaterra, da França, de assumir metas. O primeiro compromisso do Brasil tem de ser, obviamente, com o povo brasileiro, com a preservação das nossas riquezas, como é o caso da biodiversidade fantástica que temos na Floresta Amazônica, no Cerrado, no pouco que sobrou de Mata Atlântica, de Caatinga. Então, o Brasil, quando anuncia, depois de um longo debate interno com membros dos diversos Ministérios e da sociedade civil, um compromisso voluntário de que, até 2020, iremos reduzir as emissões projetadas de 36% até 38,9%, é uma posição extremamente arrojada, que, ao ser anunciada, coloca, por exemplo, o Presidente Barack Obama e o Presidente Hu Jintao, da China, numa posição extremamente incômoda, obrigando esses países, essas personalidades políticas a repensarem a posição de não comparecimento à Conferência de Copenhague e, principalmente, a assumirem metas, a assumirem tarefas, responsabilidades frente ao aquecimento do Planeta.

Por isso, o que foi deliberado hoje, pela manhã, na Comissão de Infraestrutura, em dois projetos que tive a honra de relatar e que foram aprovados por unanimidade, se reveste de muita importância. O primeiro deles é o projeto que cria a Política Nacional de Mudanças do Clima e o segundo cria o Fundo Nacional de Mudanças do Clima. Espero – e vou trabalhar muito para isto – que essas duas leis estejam aprovadas, sancionadas, na abertura da Conferência de Copenhague, numa demonstração clara de que o Brasil cumpre com as suas responsabilidades, sim, não só o Governo brasileiro, mas também o Parlamento brasileiro, atualizando, aprovando e institucionalizando esses compromissos que o Governo brasileiro está assumindo voluntariamente.

Por isso que, ao projeto que saiu da Câmara, aprovado por unanimidade, da política nacional de mudanças climáticas, que foi aprovado, inclusive, antes de o Presidente Lula anunciar os compromissos voluntários de redução da emissão, na tramitação, hoje, apresentei emenda, exatamente para que haja o compromisso voluntário de redução das emissões projetadas até 2020, de 36% até 38,9%, e que, depois, seja regulamentado por decreto, explicitando os caminhos e a forma como isso se concretizará. Essa emenda que apresentei foi aprovada com muito júbilo na Comissão, com elogio de todos os Parlamentares que lá compareceram pela manhã para o debate, e aprovada por unanimidade.

Então, esperamos, efetivamente, que possamos construir um acordo, porque, como isso sofreu alteração, o projeto deverá voltar à Câmara dos Deputados para uma votação ainda antes da abertura da

conferência, que acontecerá na primeira quinzena de dezembro.

Nesse sentido, é muito importante que encontremos um mecanismo dentro do Regimento do Senado para aprovarmos os dois projetos o mais rapidamente possível.

Os dois projetos estão em caráter terminativo, portanto, obrigatoriamente, se não for mudado o rito de tramitação, terá de ser ainda apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos e também pela Comissão de Meio Ambiente. E, depois de aprovado na Comissão de Meio Ambiente, é terminativo, teríamos ainda de aguardar as cinco sessões, os cinco dias de prazo de recurso, para só depois disso enviar para a Câmara, ou, se não for aprovada a alteração, enviar para a sanção do Presidente.

Então, estou propondo, estou consultando todos os Líderes, para que possamos pedir, em primeiro lugar, ao Senador José Sarney, Presidente da Casa, que revogue o caráter terminativo e que, em segundo lugar, possamos aprovar em regime de urgência. A pauta está trancada por uma medida provisória, que tenho a clareza de que é possível ser votada na próxima terça-feira.

Então, se conseguirmos construir esse acordo, ao votar o regime de urgência, mediante a revisão do caráter terminativo dado pelo Presidente José Sarney, teríamos condição, sim, de, na terça-feira, votar os dois projetos pela manhã, nas Comissões que faltam e, à tarde, no plenário. E, dessa forma, enviaríamos, ainda na terça-feira, para a Câmara dos Deputados, se for aprovada a emenda de minha autoria, incluindo os compromissos voluntários que o Governo brasileiro já anunciou, que o Presidente Lula já anunciou, e aí, sim, teríamos a chance de ir para Copenhague com a nossa tarefa parlamentar cumprida, com o Congresso Nacional também tendo cumprido a sua responsabilidade, aprovando a criação do Fundo Nacional de Mudança Climática e a Política Nacional de Mudança Climática, institucionalizando os compromissos voluntários de redução da emissão dos gases de efeito estufa, que o Brasil tem condições, sim, de efetivar até 2020.

E aí não tenho a menor dúvida, Senador Paulo Paim, de que poderemos chegar em Copenhague de forma altaneira e responder à delegação americana que, muito mais do que, “sim, nós podemos”, aqui, no Brasil, “sim, nós fazemos”. Aqui, no Brasil, a gente se compromete, explicita, legisla, deixa institucionalizados os compromissos que temos com o nosso País, com o povo brasileiro e com este querido planeta Terra, que todos nós temos a responsabilidade de cuidar e preservar para as gerações futuras.

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a comunicar ao Plenário e, mais uma vez, agradecendo ao Senador Mário Couto, pela gentileza de me permitir utilizar a tribuna antes da palavra de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o orador inscrito, Senador Mário Couto, que representa o PSDB, do grandioso Estado do Pará. Como diz o nosso Presidente, nunca antes – Camões, nunca dantes – o Parlamentar se projetou pelos seus pronunciamentos firmes, não só lá no Marajó, onde ele nasceu, com muito orgulho, no Pará, mas em todo o Brasil, pela coragem que tem em se debruçar sobre os temas de violência no País e, vamos dizer, de solidariedade aos velhinhos aposentados, sofridos...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Bondade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – ...e os temas necessários à Nação.

Tenho andado por aí e V. Ex<sup>a</sup> é muito querido hoje não só no Pará, mas em todo o Brasil.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Bondade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não transfira seu título para o Piauí, porque assim não ganharei mais as eleições lá. (*Risos*) Vão votar em Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bondade de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há muito que precisava eu falar para o meu querido Estado do Pará. Hoje não pude transferir mais. Por várias vezes a luta pelos aposentados deste País fez com que eu transferisse, mas hoje convencido estou de que preciso falar à minha terra querida, ao meu Estado querido do Pará.

Meu querido Presidente Mão Santa, na semana retrasada, deparei-me com as notícias dos jornais, *blogs*, de que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará aceitava por quase unanimidade – 21 votos a 1 – o pedido de sete pedidos de intervenção no Estado do Pará. Estava, então, provada toda aquela minha preocupação, meus queridos paraenses, que tenho eu de vir sempre a esta tribuna mostrar a incompetência do atual Governo do meu Estado.

Disse eu aqui várias vezes que não se tratava de ódio, que não se tratava de perseguição, que não se tratava de desejar o mal simplesmente para se fazer o mal. Eu queria bem à minha terra, eu rezava pelo bem de minha terra. Cheguei várias vezes aqui a pedir a Nossa Senhora de Nazaré, a Santa Padroeira do

meu Estado, que guiasse os destinos da Governadora do meu Estado.

Centenas de paraenses tombavam às ruas – tombam às ruas. A violência impera no meu Estado, tanto no interior quanto na capital. Nada se faz para combater isso.

A saúde, centenas de pessoas deixam de ser atendidas, porque muitos dos hospitais fecharam, muitos sequer abriram suas portas prontas para serem abertas. Muitos não abriram suas portas. E o povo na fila, às vezes sem ser atendido.

A educação, a cada notícia que eu recebia, as professoras reclamando, as escolas sem condições. Mesmo o Governo Federal assegurando esse direito aos governantes estaduais pelo Fundeb.

Meu Estado caminhava, caminha para trás, sob a vista de todos os paraenses, sob a lamentação de todos os paraenses. E, agora, a comprovação dos fatos: a Justiça do meu Estado acaba de aceitar o pedido de intervenção no Pará.

Senador Mão Santa, por várias vezes, fizemos aqui uma competição entre mim e V. Ex<sup>a</sup> para saber qual era o pior Governador – todos os dois do PT, tanto o do Piauí quanto o do Pará –, e eu sempre disse a V. Ex<sup>a</sup> que a minha Governadora era bem pior que o seu Governador. E está comprovado. Está aceito o pedido de intervenção no meu Estado. E não tenho dúvida de que o Supremo acatará. Não tenho nenhuma dúvida!

Aqueles que me ouviram, através da rádio Senado e da TV Senado, agora devem estar dizendo que este Senador tinha toda razão quando vinha a esta tribuna cobrar. Cobrar! Quantos ofícios fiz eu ao Ministério Público do meu Estado! Quanto pedi à Justiça que ajudasse a segurança no Estado do Pará! Sei que não é só no meu Estado, sei que é em todo o País. Mas o meu Estado é calamidade pública.

Vejam, Senhoras e Senhores; vejam paraenses!

Conseguimos, por intermédio do Ministro da Justiça, uma verba de R\$21 milhões para ajudar a segurança do meu Estado. Essa verba foi para o meu Estado através do projeto Pronasci. Chegou ao meu Estado prontinha para ser aplicada na segurança. Pergunte a mim se foi aplicada?

Depois de tanta luta nossa, depois de vários ofícios ao Ministro, depois de dezenas de pronunciamentos nesta tribuna, o Ministro resolveu ponderar a nossa solicitação. Encaminhou para o meu Estado R\$21 milhões para serem aplicados em segurança, tais como compra de veículos, armas, farda.

Ora, Senhoras e Senhores, leio a notícia agora nos jornais principais deste País que o Estado do Pará

tinha recebido R\$21 milhões e tinha devolvido dinheiro pois aplicou só R\$1,7 milhão.

Está patenteada a incapacidade. A intervenção devia sim, sob a minha lamentação, porque amo o meu Estado, mas junto a ela a Governadora devia ser casada ou então internada. Porque quem comete uma atitude dessa parece que não bate bem da cabeça. Ela teve em suas mãos R\$21 milhões para aplicar na segurança de um Estado violento! Ela própria deixou a violência entrar, ela própria deixou a violência tomar conta das ruas da minha terra, do interior tão sofrido da minha terra! Quando se concede um direito a ela para que melhore a segurança, ela não tem a capacidade de aplicar esse dinheiro e o devolve, meu querido suplente Demetrius – V. Ex<sup>a</sup>, que me escuta neste momento –; devolve, meu querido Senador. Aplica só R\$1,7 milhão e devolve o resto do dinheiro!

Ó meu querido Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, que presenciou um fato relatado por este Senador aqui há dois anos – anotei até a data: dia 14, sábado passado, fez dois anos do massacre daquela menina na cidade de Abaetetuba, no meu Estado. O Brasil todo ficou estarecido diante daquela notícia. O mundo inteiro ficou estarecido diante daquela notícia. Ó meu Deus do céu, uma menina foi presa junto com 26 bandidos, foi queimada, torturada aos treze anos de idade. O mundo todo veio abaixo. Vários oradores vieram a esta tribuna para falar. Ninguém aceitava uma atitude daquela. Perguntem-me onde estava a nossa Governadora naquele exato momento da notícia. Dançando carimbó no Salão Negro do Senado Federal. Que vergonha, meu nobre suplente!

Foi ela a Belém. Disse que tomaria as providências necessárias. E foi verdade. Não posso mentir. Tomou. Demitiu o delegado. Está demitido o delegado-geral, porque o delegado-geral, senhores e senhoras, veio aqui depor em uma comissão e disse que a menina não era normal, simplesmente para justificar o seu erro; que a menina era perturbada, só para justificar o seu erro. Notícias nos jornais. Ele então foi demitido pela Governadora. Pensei eu que fosse sério aquele ato. Pasmem, senhoras e senhores! O delegado foi readmitido. O delegado é delegado-geral de novo da Polícia Civil do Estado do Pará, aquele que chamou aquela menina de doida.

Ah, Mão Santa, faz também dois anos que 263 crianças morreram no hospital da Santa Casa de Misericórdia – 263, meu nobre Vereador de Rondon do Pará, que me escuta neste momento! Comissão do Senado Federal para ir ao Pará: vamos apurar o que aconteceu no Estado do Pará. Comissões de direitos humanos, doze Senadores. Lógico, não tenho dúvida de que a Governadora será incriminada. Foram 113

crianças num mês! Bebês! Não existe dor maior na vida de uma família do que perder um bebê. Não há dor maior! Num mês, 113 crianças! Dois anos. Ninguém foi incriminado com a história daquela mocinha de 13 anos, cuja vida acabou. Ninguém foi incriminado pela morte de 263 bebês na Santa Casa de Misericórdia. Dois anos, meu nobre Suplente. Nenhuma pessoa, absolutamente nenhuma pessoa foi punida! Nada aconteceu.

Em todos os lugares, no meu Estado, todos os lugares... Você entra na capital do Estado, na cidade de Belém do Pará e vê uma propaganda do Governo estadual em letras garrafais: “Pará, o Estado de direitos”. Que direitos, meu nobre Vereador? Que direitos são esses num Estado que está sofrendo uma intervenção? Em que os crimes acontecem e ninguém é punido, porque se trata de uma autoridade? As terras são invadidas. E aqueles que invadem não podem nem sequer ser tocados. Hoje, se alguém quiser cometer um crime, no Estado do Pará, comete o crime e corre para um acampamento de invasores porque lá está bem protegido. Ninguém ousa mexer com eles. Tudo sob a proteção da Governadora. Só não viram, até agora, a Governadora dar ordem para invadir as terras. Só isso que não tiveram a oportunidade ainda de gravar! Ainda não gravaram. Mas hoje quem quiser invadir terra no Pará pode invadir, pode queimar trator, pode queimar fazenda, pode matar boi e levar para onde quiser! Pode! À vontade! Pode. Estado de direito, vereador querido! Estado de direito!

Senador Mão Santa, desço desta tribuna certo de que não é bom uma intervenção no meu Estado, mas, como as coisas estão, eu não vejo alternativa para que se possa respeitar o cidadão paraense.

Terra boa, terras produtivas, Estado grande, um Estado de sete milhões de pessoas, Senador Paulo Paim, da dimensão de um país, onde, a começar pela culinária, tudo é bom, o povo é bom, o povo é carinhoso, o povo é maravilhoso, o Estado é rico, minérios, ferro, ouro! E uma péssima Governadora a dirigir esse Estado.

Ó minha querida Nossa Senhora de Nazaré, faça com que estes dias passem rapidamente, para que o povo do meu Estado reflita e diga a essa senhora que ela é incompetente, que ela não tem nenhuma sensibilidade dentro do seu coração, que ela acabou com o Estado, que ela fez com que tantas pessoas morressem pela sua incapacidade.

Senador Mão Santa, o seu Governador, perto da minha Governadora, é um anjo! É um anjo, Senador Mão Santa! Visite o meu Estado e V. Ex<sup>a</sup> vai ver que eu disse a pura verdade. Há pouco tempo, V. Ex<sup>a</sup> visitou o meu Estado e viu o quanto é belo, viu o quanto é

maravilhoso e viu o quanto as pessoas são bondosas, humildes, trabalhadoras, e que passam um tempo de lamentações nas suas vidas.

Senador Mão Santa, morrem no Estado do Pará doze pessoas, assassinadas à bala nos finais de semana, na capital. Duvido que alguém possa dizer para mim que eu estou errado, que a minha estatística está errada, Senador Paulo Paim. Não deve existir neste mundo violência igual.

Citem uma guerra atual em que morra mais gente que isso. Citem uma! Proporcionalmente, é muito mais violento que o Rio de Janeiro. Proporcionalmente, meu Senador, é muito mais violento que o Rio de Janeiro.

Meu querido Mão Santa, amigo, desço desta tribuna, agradecendo a paciência de V. Ex<sup>a</sup> e dizendo aos meus queridos paraenses que o Pará precisa urgentemente de alguém que possa guiar os rumos dessa gente querida e maravilhosa que hoje sofre tanto.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o contundente Senador da República que representa o Pará. Ele disse muitas verdades.

Ô Mário Couto, não está ganhando, não. O páreo é muito duro. O Governador do Piauí, que é do PT – ouviu, Mário Couto? –, me fez rezar. E o povo do Piauí está acompanhando. Três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no Governador do PT. Não me convenceram, não: medalha de ouro é ainda do Governador do Piauí.

Convidamos para usar da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O Paulo Paim cede a sua vez para a Senadora Rosalba Ciarlini. É um cavalheiro do Rio Grande do Sul.

Rosalba Ciarlini representa o Estado do Rio Grande do Norte, representa a bravura, a inteligência da mulher brasileira. Foi Prefeita de Mossoró. Mossoró é uma cidade que tem petróleo, mas a sua maior riqueza é a gente mais brava do Brasil. Foi a primeira cidade que libertou os escravos. Parece também que prenderam lá o Lampião, não foi? Eu sei que, de história mesmo, eles têm a inteligência de, por três vezes, elegê-la Prefeita. Foi extraordinária Prefeita de Mossoró, é extraordinária Senadora da República. Eu, particularmente, vibro pela nossa vocação profissional, porque somos médicos.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup>, em pouco tempo, conquistou o Brasil pelo mandato de Senadora da República defendendo as causas mais nobres. Acompanho, faço parte da Comissão de Assuntos Sociais, que V. Ex<sup>a</sup> preside com muita obstinação e muita competência.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup> terá pouco tempo ainda para discursar na tribuna porque tenho a convicção de que o povo vai arrancá-la daí e colocá-la como Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Realmente eu me sinto muito feliz em ser norte-rio-grandense. O povo norte-rio-grandense, o povo potiguar, tem na sua história muitas marcas de lutas e feitos que ficaram históricos, de vanguarda, como a libertação dos escravos na cidade de Mossoró, e a resistência ao bando de Lampião. Foi uma cidade do Nordeste que o bando de Lampião não conseguiu subjugar, porque o povo reagiu. Foi onde Jararaca também ficou porque, na realidade, foi morto na cidade. Essa luta está na história do nosso povo e nós relembramos, a cada ano, a resistência ao bando de Lampião, num espetáculo chamado “Chuva de balas no país de Mossoró”, que foi criado quando eu era Prefeita, dentro do Mossoró Cidade Junina. Todo mês de junho, nós temos as grandes festas juninas, mas o diferencial do São João, por exemplo, de Campina Grande, de Caruaru, que são tão grandes quanto o nosso – o nosso já é considerado o terceiro maior – é que a nossa festa junina tem essa base forte na cultura, no resgate da história, na valorização dos nossos artistas, porque esse espetáculo é feito todo com artistas da terra, em praça pública, em frente à Igreja de São Vicente, que foi um dos palcos dessa resistência.

Então, há vários pontos em que houve essa resistência que são preservados. Como Prefeita, tive todo o cuidado de preservar o Palácio da Resistência, a própria Igreja de São Vicente, a estação ferroviária que transformamos na Estação das Artes, que encontramos abandonada...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Naquele cinema da praça, assisti a muito filme namorando a Adalgisa. À noite, eu ia para Recife e repousava lá. Não tinha um cinema?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Senador Mão Santa, infelizmente, o Cine Pax, que faz parte também da história da cidade,...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Bem no centro.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – ...hoje está transformado em um centro comercial, mas já há um *shopping* na cidade em que várias salas de cinema serão abertas.

E por falar em cinema, aprovamos ontem, na Comissão de Educação, uma emenda na área cultural exatamente para criar, nas cidades de vinte a cem mil habitantes – esse não é mais o nosso caso, porque

temos quase trezentos mil –, espaços para o cinema; além de fomentar, apoiar a indústria cinematográfica e dar à população brasileira mais este espaço de lazer: espaços multiusos de salas de cinema que podem também ser utilizados para outras atividades culturais.

Como o senhor estava falando de feitos que marcaram a nossa história, hoje, quando realizamos a sessão solene em homenagem à igualdade racial pelo Dia de Zumbi, que será amanhã, mas que hoje já foi comemorado, já foi reverenciado nessa sessão solene, também lembramos a luta pela igualdade feminina, cuja representante, no nosso Estado, foi Nísia Floresta, uma mulher que estava à frente do seu tempo, além de tantas outras que, com certeza, estimularam e deram cada vez mais força para que, lá na cidade de Mossoró, tivéssemos o primeiro voto feminino por Celina Guimarães Viana.

É tudo isso que me faz sentir cada vez mais orgulhosa, no bom sentido, de ser uma brasileira nordestina norte-rio-grandense, Estado que admiro cada dia mais. Em todos os recantos onde tenho oportunidade de ir, encontro beleza, valores e principalmente a grande hospitalidade do nosso povo. Daí por que é necessário que tenhamos políticas de incentivo por parte do Governo Estadual – e há muitas falhas nesse sentido – para divulgar o potencial do nosso Estado e promover o turismo, que é uma fonte geradora de emprego e renda. Já estivemos em situação melhor como destino turístico. Hoje, já estamos atrás da Bahia, de Pernambuco e do Ceará, com todo o respeito ao Ceará do Senador Inácio Arruda e do Senador Tasso, mas estamos perdendo para eles. Os voos internacionais reduziram-se, e isso é muito preocupante. Esse voos que chegavam em Natal estão chegando agora em Fortaleza. Isso é algo no qual o Governo do Estado tem que tomar uma providência, divulgando e tendo realmente vontade política, sem se acomodar, sem permitir que o nosso Estado tenha esse prejuízo, porque, quando diminui o turismo, diminuem também os empregos e as oportunidades no nosso Estado.

Mas, na realidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vim aqui falar da reunião que tivemos, hoje, na Comissão de Infraestrutura, onde, além de outros projetos, apreciou-se um relatório muito bem feito e competente do Senador Francisco Dornelles, sobre as emendas da Comissão de Infraestrutura, que é presidida pelo Presidente Collor e cujo Vice-Presidente é o nosso colega Eliseu Resende, grande Democrata, esse mineiro que é um mestre para todos nós. E, na Comissão, foram apresentadas inúmeras emendas, apesar de serem necessárias apenas quatro, além das emendas de remanejamento. A emenda que apresentei, minha e do Senador Inácio Arruda, era voltada

para que pudéssemos fazer a duplicação, continuar a obra de duplicação da BR-304.

No início da reunião, ficamos apreensivos e tristes, porque o Relator não tinha acatado essa emenda, mas apresentamos o argumento de que a emenda era muito localizada, praticamente só beneficiando dois Estados nordestinos. Seria a duplicação da BR-304, Natal-Mossoró, Mossoró-Fortaleza. Na verdade, não chega a Fortaleza, mas ao entroncamento, porque essa BR vai até o entroncamento da BR-116, que liga o Ceará ao Rio Grande do Sul. Ele argumentou que seria rejeitada porque era localizada e as emendas deveriam ser mais amplas, de caráter nacional. Quero até aqui agradecer, porque o Senador Inácio Arruda, subscrevendo a minha emenda, contra-argumentou com muita propriedade: Como não é de caráter nacional? Se a BR interliga, no nosso Estado do Rio Grande do Norte, com a 405; interliga com a 226, que vai pelo interior do nosso Estado, cortando até chegar ao Sul; e que, no Ceará, ela interliga com a BR-116, que vai ao Rio Grande do Sul; e com a 101, que liga Touros, no Rio Grande do Norte, ao Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A BR-116, que também liga ao Rio Grande do Sul, vai pelo interior; e a BR-101 vai pelo litoral.

Então, quem vem do Norte para o Sul e quem vem do Sul para o Norte deverá, em qualquer momento, passar pela BR-304. O que está acontecendo? Essa BR está super-congestionada, o trânsito perigoso e difícil. Há um congestionamento de carros pesados, caminhões, porque é o tráfego das frutas, da fruticultura que sai de toda a nossa região e também do Ceará; de sal – todos sabem que o Rio Grande do Norte produz 96% do sal que é consumido no Brasil; é uma região petrolífera; e é uma região que, além de outros produtos, produz castanha. Enfim, há uma mobilidade muito grande, uma movimentação intensa no tráfego, em função do ir e vir e do escoamento da produção.

O Senador Francisco Dornelles, sensibilizado com as nossas argumentações, conseguiu colocar a emenda, já que a obra – é bom que fique bem claro – a BR-304, no trecho compreendido entre a cidade de Parnamirim, próxima a Natal, e Macaíba, também uma cidade do Rio Grande do Norte, já foi duplicada, a obra está praticamente concluída. E no outro trecho, de mais de 27 quilômetros, que sai de Macaíba até o trevo da BR-226, já está sendo aberta uma licitação para os estudos necessários para a viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra.

A obra já está iniciada, o que é uma das prerrogativas para ser incluída no Orçamento; já está no PPA (Plano Plurianual), 2008/2011; e está com indi-

cação do PAC. Então, não havia nada que impedisse de ela ser acatada.

O Senador, então, entendeu a necessidade de que também tivéssemos emendas para o Nordeste para rodovias, ferrovias, porque a emenda de ferrovia ficou para a Ferrovia Norte-Sul; a de rodovia, Senador, beneficia aqui o entorno de Brasília com Goiás, na altura de Águas Lindas. Por que o nosso Nordeste fica sem nada? Mas, graças à sensibilidade do Relator, conseguimos encontrar um meio, e foi acatada essa indicação nossa e do Senador Inácio Arruda.

Então, quero dizer que fizemos a nossa parte. Aqui conseguimos colocar como emenda de comissão uma obra que é importantíssima para o desenvolvimento, para diminuir os riscos, o perigo, para salvar vidas, porque o número de acidentes é imenso, com vítimas fatais naquele trecho, e que vai com certeza promover o desenvolvimento, as oportunidades para o Nordeste.

Então, fico feliz de termos conseguido colocar a obra no Orçamento, dentro de uma emenda de remanejamento. Alguém pode dizer que é difícil. Difícil seria se não tivéssemos colocado no Orçamento. Difícil seria se não tivéssemos fazendo a nossa parte. Estamos fazendo, cumprindo com a nossa obrigação, com o nosso dever, defendendo o nosso Estado, defendendo a nossa região e o que é bom para o povo do Rio Grande do Norte.

Agora, uma andorinha só não faz verão, aliás, não é somente uma; uma no Rio Grande do Norte e outra no Ceará, que é o Senador Inácio Arruda. Nós precisamos, para que essa obra seja agilizada, para que haja viabilidade para ser realizada, que todos da Bancada estejam atentos, trabalhando, somando. E que a Governadora, que tem a responsabilidade de conduzir ações em nosso Estado e que é da base aliada do Presidente também esteja determinada, com vontade política para realizar uma obra que é fundamental para o nosso Estado.

Quero aqui dizer a este Plenário, ao Brasil que muito mais esperamos poder defender em benefício da população brasileira. Neste caso, estamos defendendo os brasileiros, porque pode ser algo que, aparentemente, fica localizado no Nordeste. E por que não no Nordeste? Por que só pensar no Sul? O Nordeste é tão forte, tão importante e tão merecedor quanto qualquer outra Região e merece ainda mais porque é uma Região carente que vem, muitas vezes, sendo discriminada por falta até de mais apoio e mais infraestrutura.

Então, era isto que eu queria dizer: da minha satisfação de termos conseguido vencer essa batalha. Sei que ainda não vencemos a guerra, mas vamos

convocar todos para continuarmos nessa luta para, se Deus quiser, ao final, podermos gritar bem alto a nossa vitória.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Era isso que eu tinha a apresentar nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos à Rosalba Ciarlini pelo pronunciamento contundente, valorizando seu Estado, o Rio Grande do Norte.

Agora, consultamos se o Paim, que tinha cedido...

Pedro Simon, o que é que... Então, vamos...

O João Pedro inscreveu o Senador Pedro Simon...

O da vez, agora, é o Paulo Paim. Estamos alternando.

Estão trocando gentilezas aí...

Então, o Paulo Paim vai usar da palavra para uma comunicação inadiável. Ele hoje promoveu uma bela homenagem a Zumbi dos Palmares e à derrubada de preconceitos raciais. Nós estivemos presentes presidindo a sessão, que, sem dúvida nenhuma, foi uma grande homenagem à raça negra, que V. Ex<sup>a</sup> representa com grandeza.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar e pode ficar... A vaidade pode ser usada. V. Ex<sup>a</sup> é o Barack Obama nosso. Aliás, é uma mistura de Mandela, Martin Luther King e Barack Obama. Juntando os três, dá o nosso Paulo Paim, Senador do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Até as galerias gostaram do senhor, lá em cima.

Mas, Sr. Presidente, deixe-me falar rapidamente sobre esse tema para dizer que eu consegui – encaminhei à Mesa – a assinatura de todos os Líderes – foram mais de vinte assinaturas; não teve nenhum Líder que não assinou – para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado em regime de urgência.

O acordo firmado é que se vota na CCJ o relatório do Senador Demóstenes Torres, que hoje, pela manhã, esteve na sessão e me garantiu que, após a audiência pública, ele encaminhará para votação.

Claro que nós gostaríamos muito que o Estatuto fosse votado ainda no mês de novembro. Vamos dialogar lá na CCJ. Aprovado lá, ele viria, então, para o Plenário. Estamos torcendo para que a consagração da elaboração desse Estatuto, que teve o auxílio, eu diria, de todos os segmentos da sociedade... Os Democratas ajudaram, o PSDB ajudou, o PT ajudou, o PMDB ajudou, o PDT ajudou, o PSB ajudou, o PSOL ajudou, o PCdoB ajudou, o PV ajudou, assim como o PR e o PRB... Enfim, todos, todos, todos ajudaram para que a

gente chegasse a esse grande entendimento. Não há mais nenhuma divergência quanto ao tema.

Por isso que, depois de tantos séculos, nós podemos ter, no Brasil, uma lei que vá garantir o princípio da igualdade de oportunidade para todos, onde ninguém mais será discriminado pela cor da pele, seja negro, seja branco, seja índio, seja cigano. Hoje, pela manhã, havia uma delegação de ciganos presente. Eu estou acreditando, Sr. Presidente, que esse acordo que estamos construindo é possível e quem ganha com isso é a justiça, é a liberdade, é a solidariedade, é o encaminhamento feito por todos os homens e mulheres de bem deste País.

Não tenho mais nenhuma dúvida de que nós aprovaremos o Estatuto ainda antes, eu diria, de qualquer perspectiva de recesso – acredito que ainda no mês de novembro.

Quero também dar, Sr. Presidente, outra boa notícia. Depois da vigília que fiz junto com duzentos aposentados e pensionistas – foram três vigílias aqui: uma no plenário do Senado e duas na Câmara –, depois dessas vigílias, enfim, conseguimos fazer o que chamamos de uma concertação. E na segunda-feira, em São Paulo, haverá uma reunião, entre confederações, centrais sindicais, Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, para chegar a um grande acordo para que, ainda também antes do recesso, que começa lá pelo dia 15 de dezembro, a Câmara vote de forma definitiva – a Câmara vota e depois votaremos aqui – a questão do fim do fator e o reajuste real para os aposentados.

A Cobap havia se retirado da mesa de negociação. Nessa noite da vigília, que começou às 20 horas e terminou às 12 horas do outro dia – participei com eles todos todo o tempo –, dialogamos bastante e a Cobap, então, voltou para a mesa de negociação buscando um grande entendimento. Aqui, naquela noite da vigília, fiz um apelo da tribuna, Senador Mão Santa, pois gostaria muito de ver todas as centrais sindicais, confederações e Cobap construindo esse grande acordo. Como sonhar não é proibido, parece que o sonho vai se tornando realidade e na segunda-feira, em São Paulo, o conjunto do movimento sindical, todas as entidades de aposentados e pensionistas e a Cobap poderão firmar um grande acordo, um grande entendimento. Aí, então, projeto aprovado na Câmara e no Senado, o projeto iria para a sanção do Presidente.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Senado por ter aprovado dois projetos de nossa autoria que visam buscar a cultura da paz, da não violência dentro das escolas.

Cumprimento toda a imprensa pela sensibilização de que teve. Os principais meios de comunicação do País refletiram, em comentários em horário nobre ou na imprensa escrita, sobre as decisões desta Casa no que se refere à cultura de paz nas escolas.

Esses dois projetos visam a assegurar a proteção dos professores. A Senadora Rosalba participou muito e o Senador Cristovam fez a defesa, num dia histórico.

Eu me lembro que depois cumprimentei o Senador Cristovam, que é um especialista na área. V. Ex<sup>a</sup> disse: “Não, este projeto que o Paim está apresentando foi construído pelos professores e tem base filosófica, tem base no campo dos direitos humanos”. Foi por isso que V. Ex<sup>a</sup> fez a defesa. Que isso fique registrado, assim como que a Senadora Rosalba, quando foi convidada, falou na mesma linha.

Um dos projetos simplesmente deixa um tempo maior – vou passar, em seguida, para a senhora – para que o professor e a professora possam dedicar um terço das suas horas de aula para interagirem com os pais e com os alunos nessa linha da cultura de paz e não violência.

O outro visa a proteger o professor em qualquer momento que ele seja agredido, verbal ou fisicamente. Estou sintetizando aqui os dois projetos.

Senadora Rosalba, por favor.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – Senador Paulo Paim, quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela sua sensibilidade e preocupação em criarmos condições na escola... Sei que esta tem sido uma preocupação não somente do senhor, pois aqui nós temos, no plenário, o Senador Cristovam, que também tem sido, como diz o nosso povo nordestino, renitente na questão de defender a escola.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Foi homenageado hoje de manhã pelos oradores aqui.

**A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini** (DEM – RN) – E a escola que nós queremos é essa escola do território de paz. Esta semana, nós tivemos a oportunidade, lá na Comissão de Assuntos Sociais, de também aprovar dois projetos de caráter terminativo. Foram aprovados nas Comissões e agora vão à Mesa do plenário rapidamente. Em breve, espero que sejam sancionados. São projetos que criam também condições para que, na escola, possam existir mais a arte, a cultura, por meio do cinema e das mais diversas expressões, como um instrumento de aprendizado. E nós sabemos que se podem associar, no espaço da escola, cada vez mais, cultura, artes cênicas, artes plásticas, teatro, dança, enfim, todas as manifestações culturais e, ao mesmo tempo, um esporte. É disto que as escolas precisam realmente: sempre mais recursos para a educação. É

o que nós esperamos, agora, com a Desvinculação de Receitas da União, com a DRU: que nós possamos ter essas escolas cada vez mais preparadas e estruturadas, para que nós tenhamos esse território de paz. A violência é algo inadmissível dentro de uma escola, e temos que ter critérios. Mas eu queria aqui também parabenizar o Senador Paim por esta manhã, quando tivemos a sessão de homenagem; e dizer que o pedido de urgência para que tenhamos o Estatuto da Igualdade Racial realmente foi algo que eu considero importantíssimo. E disse, durante a sessão solene – e quero repetir aqui –, que, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, avoquei para mim a relatoria naquela Comissão, para que nós possamos dar toda rapidez possível a tão importante projeto e em breve estarmos aqui, no plenário, aprovando algo que é fundamental para que a Constituição brasileira seja respeitada e seja cumprida sobre algo que eu considero mais importante: que, no Brasil, todos são iguais perante a lei, todos têm direitos iguais. Muito obrigada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Rosalba.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, muitas pessoas perguntam: Paim, de onde surgiram esses dois projetos? Por uma questão de justiça, eu gostaria de ler a justificativa desses dois projetos. O que eu coloquei aqui está escrito para ficar na História desse País.

Justificativa.

Importante estudo intitulado “A vitimação de professores e alunocracia da educação básica”, elaborado pela Doutora em Educação Tânia Maria Scuro Mendes e pela aluna Juliana Mousquer Torres, traça um quadro preocupante da realidade da educação no Brasil. A pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa apontou alguns graves problemas que merecem a atenção da sociedade e do Congresso Nacional:

**a)** os professores são vítimas de ameaça e agressões verbais e físicas;

**b)** as escolas, por meio de suas equipes diretivas, geralmente limitam-se a solicitar a presença dos pais e responsáveis e efetivar o registro de advertência;

**c)** no universo pesquisado, 58% dos professores não se sentem seguros em relação às condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho. Pois bem, 87% não se consideram amparados pela legislação educacional quando se veem vítimas de agressões praticadas na sala de aula; 89% dos professores gostariam de poder contar com leis que os amparassem no que tange a essa situação.

O estudo aponta alguns elementos que explicariam o atual problema da violência sofrida pelos professores na sala de aula:

**a)** a assimetria jurídico-instrumental entre professores e alunos. O ordenamento jurídico fornece um forte aparato de proteção de um lado, sem um correspondente contrapeso do outro lado, os educadores, os professores;

**b)** a cada vez maior ausência dos pais ou excesso de fragilidade na educação dos filhos. A sociedade moderna tem exigido dos professores um papel social de substituição dos pais na função de educar;

**c)** as escolas não têm mecanismos adequados de solução de conflitos;

**d)** a inoperância dos Conselhos Tutelares. É uma boa idéia, mas está longe de atender à expectativa;

**e)** o isolamento institucional do professor. A direção das escolas tende a apoiar os alunos sempre e mesmo os familiares e nunca os professores.

Com base nas conclusões desse estudo, propomos o presente projeto de lei como estratégia legislativa de fortalecer o aparato jurídico-instrumental de proteção aos professores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente positiva o direito do menor de ser respeitado por seus educadores, art. 53, e prevê infração administrativa para o professor que não comunicar à autoridade competente maus-tratos sofridos pelo aluno. O Estatuto concebe o menor como ser em desenvolvimento psicológico e cultural, que, portanto, merece proteção prioritária por parte do Estado e das instituições sociais. Todavia, o Estatuto, ao mesmo tempo, deve apontar a natureza social do processo. A garantia do desenvolvimento adequado do menor como ator social também demanda o respeito aos atores que fornecem tais meios.

O resultado dessa assimetria jurídica é o que põe em relevo o estudo citado: os alunos precisam conviver numa cultura de paz e harmonia com os seus professores.

Sr. Presidente, eu não vou ler toda a justificativa, porque, na verdade, aqui está toda a pesquisa científica realizada. Aqui, nós apontamos as soluções que possam contribuir para o bom convívio entre alunos, professores e familiares, os pais.

Quero, mais uma vez, cumprimentar, Presidente Mão Santa, esse trabalho realizado pela Doutora em Educação Tânia Maria Scuro Mendes e pela aluna Juliana Mousquer Torres. Repito que foi um trabalho muito bem feito.

E cumprimento aqui também a Consultoria do Senado. Com essa pesquisa na mão, que recebi no Rio Grande por parte das doutoras em Educação e dos alunos, remeti-a à Consultoria do Senado, que elaborou os dois projetos, que foram aprovados por unanimidade e cuja enorme repercussão vemos com alegria em toda a imprensa nacional. E, por que não dizer, no mínimo dois órgãos internacionais pediram entrevista e cópia dos projetos.

Quero dizer que esse é um trabalho feito pelos alunos, que não querem a violência nas escolas, pelos professores e pela consultoria do nosso Senado. Eu apenas fui a ferramenta, eu fui o instrumento de uma construção coletiva da sociedade brasileira.

É assim que eu entendo o meu mandato. Quando alguns olham que eu tenho mais de 1,3 mil projetos, eu gosto sempre de dizer que eu não invento nada; eu recebo demandas da sociedade, como foi a questão da redução de jornada, que está em debate na Câmara dos Deputados, uma PEC de minha autoria e do Senador Inácio Arruda. Como todo esse debate da questão de uma mudança na Previdência que garanta o fim do fator, que garanta o reajuste integral para os aposentados, que garanta que eles possam vislumbrar para o futuro um salário melhor, para que possam viver e envelhecer com dignidade.

Eu só queria deixar claro que, quando falo na mudança do fator para voltarmos à lei antiga, não é verdade o que alguns tentam vender – e com isso eu fico chateado. Eu sou muito diplomata com todo mundo. Mesmo a quem me agride eu mando um abraço, digo que talvez ele tenha se equivocado, mas respeito a sua opinião, e vamos trabalhar juntos, vamos construir, vamos dialogar. Para mim ninguém é mau porque gosta de ser mau; algum motivo tem. E eu tenho que tentar sempre recuperar mesmo aquele que usa com maldade a forma de fugir do bom combate, ou do bom debate, no campo das ideias.

Por que eu falo isso, Senador Cristovam? Estou me referindo ao fato de dizerem que o projeto do Paim vai permitir que o cidadão pague sobre um salário mínimo e, nos últimos 36 meses, pague sobre o teto. Não é verdade. Voltando à lei antiga – já falei nesta tribuna mil vezes, mas parece que alguns não querem ouvir –, tem que voltar uma escala progressiva. Daí, sim, se você respeitou essa escala de progressão, é claro, os últimos 36 salários, ainda dentro de um aspecto de 48, é que serão base, e isso que vai garantir a integralidade dos vencimentos.

Eu diria mais: na Constituinte – eu estou no Congresso desde a Constituinte, de 1986 para 1988 –, nós nem queríamos 36; nós queríamos mesmo eram 24, queríamos a média dos últimos 24 meses, respeitamos

do a progressão. Perdemos, e passou a de 36 meses. Agora querem me vender a ideia de que o bom mesmo é considerar os últimos 90, 80 meses, ou desde que o cara nasceu, para fazer a média. Querem me convencer de que se inicia com um salário alto e se termina com um salário menor. O que é isso? Aí é considerar-me meio bobo, e bobo também não dá. O normal é o cidadão ser aprendiz, crescer na sua labuta, na sua atividade, e o salário ir melhorando.

Então, se você fizer uma escala progressiva, a tendência é, por exemplo, a mulher com 30 anos, 35 anos de contribuição, estar num bom momento, e é isso que vai servir de cálculo. Por isso, nunca aceitamos a tal média longa, como alguns dizem.

Quero apenas que respeitem o bom debate. Se tiver que mudar de 36 para 46, para mim isso também não é uma coisa de outro mundo, desde que se peguem as maiores contribuições do período. Não concordo quando mentem, faltam com a verdade, publicam em jornal que o cidadão poderá pagar a vida toda sobre o mínimo e, nos últimos três anos, pagar sobre o teto. Não pode! É proibido. Se cair o que há hoje, volta a lei anterior, e, na lei anterior, tem que haver a escala progressiva.

Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Volto a manifestar uma posição sobre a qual já conversamos muitas vezes aqui. A minha preocupação de usar o salário mínimo como índice é o fato de que a gente nunca vai poder diminuir a distância entre o mínimo e o máximo. Se todo mundo quiser ganhar sempre o mesmo número de salários mínimos, sempre haverá a mesma brecha. O senhor é um lutador pelo aumento do salário mínimo e deve ser também – eu imagino – um lutador para que a brecha diminua e não continue sempre igual. Sonho com o dia em que todo mundo, todo mundo, todo mundo vai ganhar um salário mínimo, que vai ser também o máximo, que vai ser também a média. Sei que é uma utopia distante, mas o senhor falou há pouco que é preciso sonhar, sonhar, sonhar, sonhar. Vamos supor que esse salário único não seja possível.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Por que não sonharmos com um mundo, como outros que já existem, em que a diferença entre o máximo e o mínimo salário é de três vezes? Tomemos o caso nosso, Parlamentares: por que temos que ganhar sempre, sei lá, vinte vezes – é mais, não é? – mais que um salário mínimo? Por que um Deputado, um Senador não pode ganhar menos de vinte salários mínimos quando o salário mínimo crescer mais depressa do que o sa-

lário do Senador e do Deputado? Por que o Ministro do Supremo tem que ganhar quarenta vezes o salário mínimo se o salário mínimo subir mais depressa que o dele? Se o salário mínimo sobe mais depressa do que os que estão em cima, vai diminuir o número de salários mínimos que as pessoas de cima recebem. Eu gostaria que, um dia, a gente fizesse um debate.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O momento é este. Espero só que o Presidente me dê o tempo, porque a sua tese é interessantíssima! Só quero ter o direito de poder expor a minha num segundo momento.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – O salário mínimo tem que subir mais depressa do que os outros. Podemos até dizer que quem ganha dois, três salários mínimos – talvez não, porque ainda é muito baixo –, quem ganha acima de um certo nível de salário deve ganhar de acordo com a inflação; com o tempo de trabalho, deve ir subindo o seu salário. Mas, jamais, a meu ver, é justo a gente dizer que a sociedade brasileira vai indexar os salários dos que ganham muito em número de salários mínimos. Dá a impressão de que termina sendo uma forma de manter um privilégio: todos ganhando muitas vezes o salário mínimo. E aí o salário mínimo relativamente nunca vai crescer; a desigualdade nunca vai desaparecer. A grande pergunta é se o Presidente Lula subiu o salário mínimo mais ou menos do que antes subia. Eu acho que ele subiu mais, e graças ao senhor. Se ele subiu mais o ideal é que nem todos subam igualmente.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Não vejo por que salário de Deputado e de Senador deva ser sempre de 20, 25 salários mínimos. Não vejo por que isso! Acho que tem que diminuir a proporção de salários mínimos. Nem é preciso baixar o salário dos Parlamentares, mas que se aumente mais o dos que ganham salário mínimo, para que a gente vá se aproximando e não fique essa brecha absurda que o Brasil tem hoje, na qual o País se viciou tanto, que a gente mede se o salário da gente é bom ou mal em função do número de mínimos. Aí virá um governo diferente que vai segurar o salário mínimo, e todo mundo vai ficar contente, porque está ganhando dez salários mínimos, sem perceber que talvez esteja ganhando menos do que se ganhasse sete salários mínimos, e o salário mínimo subisse mais depressa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, agora peço uma tolerância para V. Ex<sup>a</sup>.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O senhor vai ter que me dar, no mínimo, dois minutos, porque não é possível; trata-se de um tema importante.

Senador Cristovam, a sua fala me ajuda muito. Por quê? Porque a sua fala é o que, infelizmente, grande parte da imprensa está reproduzindo. Não é verdade! Mas se reproduz tanto, que quem lê pensa que é verdade. O meu projeto visa garantir exatamente isto: que quem ganha até três, quatro salários mínimos tenha direito a receber o mesmo índice dado ao mínimo. E como é neste País? Os Ministros do Supremo? Vinte e sete mil reais! Nós? Dezesesseis, dezessete mil reais! O Executivo? Treze mil, catorze mil reais!

E, quando vem o reajuste, vem inflação e vem aumento real. Agora, para quem ganha três, quatro salários mínimos – porque é uma falácia alguém achar que, Previdência, são dez salários mínimos. Mentem! Primeiro, não são dez; são dez referências, que ficam em torno de sete. Com a aplicação do fator, baixou para quatro. Assim é com 95% das pessoas deste País. Estou brigando é por aqueles que ganham três, quatro salários mínimos. Essa é a minha briga! Essa é a minha briga, Senador Cristovam! Essa é a minha briga! O meu projeto não dá um centavo de aumento, permita-me, meu querido...

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Não, é só para lhe apoiar. Acho que até três salários mínimos, como é um salário baixo, justifica, justifica...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Não, mas a Previdência é isso hoje. Se o senhor achar alguém que ganhe mais do que dois mil – o que dá quatro salários mínimos –, procure-me, porque é uma peça rara.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Seria bom deixar isso bem claro. Porque, aí, estou fechado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois é, o senhor está ajudando. É isso só.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Até três salários mínimos, acredito que deve subir, sim, igual ao salário mínimo. Não vejo problema.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É isso. O meu projeto é exatamente isso.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Mas, para quem ganha a partir de um certo valor, eu espero que o salário mínimo suba mais depressa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É exatamente isso. O que acontece neste País é que quem ganha dez, quinze, vinte, trinta salários, cem salários tem inflação e aumento real. Mas quem ganha – porque hoje 97% ficam em até quatro salários mínimos – até dois ou três...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Não dou dez anos, todos vão ganhar um salário mínimo, mas todos pobres. São aqueles que ganham até três salários mínimos. Os altos salários continuarão disparando. Essa é a minha indignação! Essa é a minha indignação! Paridade e integralidade, com reajuste real, só para os altos salários. Para quem ganha dois ou três, não: você tem que ganhar mesmo é um salário mínimo, porque é um absurdo você ganhar dois salários mínimos; é um absurdo o cara ganhar três salários mínimos ou quatro. Onde é que nós estamos?

Por isso, fico e faço este bom debate. Quem ler o projeto vai ver. Estou tratando de Regime Geral da Previdência. Estou tratando de celetista, aquele trabalhador que ganha, queiramos ou não, e são 95%, até no máximo três, quatro salários mínimos. O que é isso? Eu digo, estenda-se para o celetista, trabalhador, aos mais pobres o mesmo percentual dado ao mínimo. A impressão que passam é a de que todos vão ganhar reajuste real e daí o salário mínimo não sobe mais com o projeto aprovado pelo Senado. Não é verdade. É só para os baixos salários. Repito, 95%, 98% não passam de quatro salários mínimos. São dados, são estatísticas.

Por isso, Senador Mão Santa, estou acreditando muito neste encontro que vai ter em São Paulo entre todas as centrais e a Cobap, que voltou para a mesa de negociação, construindo o acordo; vai para a sanção do Presidente. A alternativa ao fim do fator, que confisca 40%, Senador Cristovam, só desse pessoal também, só dos pequenos, porque os grandes, não. Os grandes já não têm fator. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário não têm fator. Só quem é do Regime Geral, em que, repito, 95% percebem até quatro salários mínimos.

Mas é desse povo que nós estamos tratando no projeto, mas que, infelizmente, fazem uma confusão. Dizem: “todos vão ter aumento real”. Todos coisíssima nenhuma! É só para o Regime Geral da Previdência.

Eu estou muito tranquilo. Fiz uma fala aqui – o Senador Cristovam me ajudou, porque ilustrou para me esclarecer – de que vamos construir um grande acordo, envolvendo todos os partidos, todas as centrais, a Cobap. Acredito que, antes do fim do ano ainda, esse projeto que altera o fator e garante reajuste real para os aposentados do Regime Geral somente, onde, repito, 98% ficam até cinco; em que 95% ficam até quatro; e 93% ficam até três. É esse universo que será beneficiado com o projeto que queremos aprovar.

Fico feliz que o Senador Cristovam, com seus esclarecimentos, permitiu que eu fizesse, que eu caminhasse na mesma estrada na questão da justiça, da

igualdade e que os mais pobres tenham o direito que os grandes têm hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após o pronunciamento de Paulo Paim, que representa o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, defendendo o salário como compensação do trabalho, nós convidamos agora um Líder. Está inscrito como Líder o Senador Aloizio Mercadante. Estamos alternando; depois, é um orador inscrito. O orador inscrito seguinte é Cristovam Buarque.

O Líder Aloizio Mercadante é do PT, do Estado grandioso de São Paulo.

Ele é professor de Economia, de grande saber e que enriquece este Congresso.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em geral, eu falo dos temas nacionais, desenvolvimento econômico, políticas públicas, distribuição de renda, democracia, política internacional, mas, hoje, quero falar sobre o meu Estado de São Paulo, porque, todos acompanharam, houve mais um grave acidente na construção civil, numa obra importante, estratégica para a Grande São Paulo. A Grande São Paulo é uma área em que há 18 milhões de pessoas, cujo trânsito tem-se mantido absolutamente caótico. E o projeto do Rodoanel, que circunda a Grande São Paulo, ajuda a melhorar a qualidade do transporte.

São 170 quilômetros a obra. Faz 15 anos que está sendo construída – tem sido muito moroso o processo de construção. Já temos 32 quilômetros em funcionamento, desde 2002, que é o trecho oeste. E, agora, o trecho sul é um trecho de 61,4 quilômetros que vai interligar as rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes e Anchieta – que são as que descem para a Baixada Santista; e o trecho oeste, que une a Castelo Branco, Raposo Tavares, Anhanguera e Bandeirantes, que vão para Campinas e interior do Estado. Portanto, é uma obra que melhora muito o fluxo do transporte das estradas que circulam na Grande São Paulo.

O trecho sul foi orçado, inicialmente, em R\$2,950 bilhões. Os aditivos de contratos já chegam a R\$3,6 bilhões. Já há uma projeção de mais aditivos para um custo estimado em R\$4,5 bilhões – o que significa um acréscimo de 52% no custo originário. O Governo Federal (o Governo Lula) vem participando, praticamente, com um terço dos recursos: R\$1,2 bilhão. Nós tivemos, agora, no dia 13/11, a queda de três vigas de sustentação de um viaduto que passava pela Rodovia Régis Bittencourt. Três pessoas ficaram feridas. As imagens são de conhecimento público, são dramáticas. As pessoas ficaram em uma fila, paralisadas por sete a oito horas, toda a madrugada. No acidente, nessa

fila, faleceu mais uma pessoa, inclusive. Portanto, foi um acidente de grandes proporções. Por que é que eu subo à tribuna? Os acidentes podem acontecer em qualquer construção, e nós temos de tratar com seriedade e com responsabilidade. No entanto, a cada dia surgem informações cada vez mais preocupantes e, portanto, é uma obrigação desta Casa discutir esse tema, na medida em que um terço do financiamento é dinheiro do Tesouro Nacional, são recursos do Governo Federal.

Portanto, a primeira informação é que o Tribunal de Contas da União identificou 72 irregularidades na obra. Setenta e duas irregularidades, o que é um volume bastante considerável para uma obra desse porte. E quais são as irregularidades principais que o TCU identifica? Que, para reduzir os custos, as empresas contratadas alteraram métodos construtivos, com redução do número de vigas usadas nas pontes, substituição de estacas metálicas por pré-moldadas, a troca de areia por brita e muros de contenção. “Assim, usaram menos material de construção, mas receberam o mesmo dinheiro” (citação do próprio Tribunal).

Então há um sobrepreço, e ele considera irregularidades graves porque é uma combinação altamente danosa às finanças da União e do Estado. O Governo do Estado permitiu que essas alterações fossem feitas para antecipar em 14 meses a obra e assegurar a inauguração no dia 27 de março de 2010, conforme matéria publicada nos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**. E o prazo de desincompatibilização das autoridades é 3 de abril. No entanto, com essa antecipação de 14 meses e com essa mudança da qualidade dos materiais, começou a colocar em risco a segurança e a qualidade da obra, e a margem para agravar acidentes dessa natureza se intensificam num cenário como esse.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 17 de novembro, diz: “O Governo de São Paulo teria alterado o método construtivo e a execução do trecho sul do Rodoanel para abreviar em 14 meses a obra”.

E a primeira preocupação que nós temos de ter é por que se antecipa um calendário, comprometendo a qualidade, que é a mudança de métodos construtivos, numa obra que já tem 72 irregularidades consideradas graves pelo TCU. Inclusive esta, das vigas pré-moldadas, está no relatório prévio do TCU sobre o acidente. O TCU aponta que foram pagos 79,9% da obra, quando a execução dos serviços era de apenas 72,9%, ou seja, pagou-se antes do serviço realizado.

Outra irregularidade contratual: o trecho sul do Rodoanel está dividido em cinco lotes. O Lote 5, no qual ocorreu o acidente, tem dois contratos: um contrato para a execução das obras e outro contrato de apoio

à fiscalização das obras. O contrato de execução da obra sofreu o aditivo que alterava o regime de execução de empreitada por preço único para empreitada por preço global.

Quero lembrar que a Lei nº 8.666 – e eu participei ativamente da elaboração dessa lei, há quinze anos, que é a Lei de Licitações; nós fizemos depois da CPI dos anões do Orçamento exatamente para moralizar a Administração Pública –, no seu art. 41, estabelece: “A administração não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Portanto, não há amparo legal, do meu ponto de vista, para modificar, depois de uma licitação, a modalidade licitatória de empreitada por preço unitário para empreitada por preço global.

O que me parece mais grave? É que a fiscalização desta obra...

E aqui quero chamar atenção. Não é a fiscalização apenas desta obra porque tivemos o desabamento, uma grande cratera no metrô em que morreram sete pessoas, caminhões, equipamentos, casas desabaram... Depois tivemos o desmoronamento do túnel da Linha 4 do metrô. Depois tivemos a queda do Viaduto chamado Fura-Fila, que é um projeto em torno da Avenida do Estado. Ele também desabou. E agora esse desabamento. São quatro grandes desabamentos nas quatro principais obras que estão sendo feitas no Estado, com vítimas fatais, com prejuízos relevantes, o que mostra que há uma debilidade na fiscalização das obras. E mais, o calendário eleitoral, a mudança do metro/construção, a economia de materiais fundamentais estão colocando em risco a qualidade das obras em uma cidade tão carente de investimentos e de infraestrutura.

O dever de fiscalizar a obra é da administração, é do Governo Estadual, é do Governador José Serra. Ele tem a responsabilidade de fiscalização. O que diz a Lei nº 8.666, que acabei de citar, que é a Lei de Licitações?

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

No entanto, no trecho sul, o Governo quis terceirizar a fiscalização. Existe evidentemente possibilidade de terceirização. Ela foi terceirizada e teve aditivo de majoração dos contratos para fiscalização com consórcio supervisor Ecoenge, Figueiredo Ferraz, Maubertec, Coplaenge e Encibra Ltda. Portanto, houve terceiriza-

ção da fiscalização, mas a responsabilidade pública na Lei de Licitações, no estatuto legal do Brasil é do Governo do Estado.

E apesar de ter tido aditivo na fiscalização, é evidente que é grave o que assistimos, porque eu pude ver pela televisão, apesar de que as imagens do acidente inacreditavelmente não estão no *Google*, não se consegue acessar hoje, e é uma coisa que precisa ser esclarecida, não sei por que razão, mas vi no *blog* daquele ex-jornalista da Globo que, hoje, tem um *blog* próprio, independente, o Azenha, e ele destaca isto: que não se consegue ter acesso às imagens do acidente. No entanto, vi uma imagem na TV Record de uma viga que estava rachada antes de ser colocada e vi uma entrevista do Crea de São Paulo, onde um engenheiro especialista diz que cinco vigas teriam que ter sido colocadas ao mesmo tempo; que, na realidade, já é uma substituição do que era exigência original; que deviam ter sido feitas colunas e não vigas pré-moldadas, que reduz o custo e mantém o preço; que teriam que ter sido colocadas cinco, mas colocaram três e uma estava rachada antes mesmo de colocarem, e não sabemos exatamente como estavam as outras; e que isso poderia ter levado ao desabamento.

Então, é, evidentemente, uma falta de coordenação do projeto e uma precariedade na fiscalização que está se repetindo em obras muito importantes do Estado.

Diante do sobrepreço da obra e das 72 irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, tivemos um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta. O Ministério Público, no dia 23 de setembro de 2009, portanto, dois meses antes do acidente, que apontava esses riscos, fez um Termo de Ajustamento de Conduta, entre Dersa, Dnit, os consórcios – por sinal, tem uma empreiteira que não estava habilitada para participar da obra, foi desabilitada a empreiteira carioca, mas está participando do processo indevidamente. Também precisa ser esclarecido o porquê de ter sido permitido. E o TAC limitou em 264 milhões de reais os gastos extras com as obras do anel viário. Ou seja, além da majoração muito grande do contrato e de todos os indícios de sobrepreço, a perspectiva era um aditivo de quinhentos milhões. E esse ajuste, patrocinado pelo Ministério Público, liberou a obra, com as mudanças, enfim, que agora precisam ser avaliadas com mais rigor. Foi vetado um reajuste de mais de 240 milhões de reais que seriam incorporados à obra e foram vedados por essa decisão judicial.

Portanto, eu queria dizer que nós temos que aprofundar essa avaliação. Se há problemas de gestão; problemas de não cumprimento do dever de fiscalização das obras por parte do Governo do Estado; as

aceitações de alterações contratuais, que são dolosas ao interesse público; de sobrepreço e irregularidades graves na obra; o interesse eleitoral e uma alteração no calendário original, o que exige uma pressa, uma queda na qualidade, um risco na construção. E quero voltar a dizer que vem se repetindo ao longo dos últimos anos, especialmente neste Governo: o desabamento do túnel do metrô, com sete mortes; a queda no túnel da Linha 4 do metrô; a queda no Viaduto do Fura-Fila e, agora, o desabamento do Rodoanel.

Portanto, diferente do que fazem às vezes as vozes da Oposição, eu não farei nenhum factóide em cima desse assunto. Não acho prudente que a gente inicie essa discussão, convocando o Governador do Estado, porque eu poderia fazer isso. Eu poderia começar, como tenta a Oposição, um debate sobre outros problemas na fiscalização. Um terço da verba desse projeto é aqui aprovada por este Senado Federal, são recursos do Governo Federal. Então nós temos obrigação de acompanhar, mesmo que a Assembleia Legislativa de São Paulo esteja totalmente amordaçada, nunca conseguiu fazer uma CPI, não consegue aprovar um requerimento de informação, não consegue convidar uma autoridade para esclarecer o que quer que seja. O que é um absurdo do ponto de vista da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Agora acho que esta Casa não se curva, esta Casa tem tido uma altivez, uma independência, seja em relação ao Governo Federal e imagino que se prestará também a exigir a fiscalização por parte do Governo Estadual.

Portanto, eu pretendo discutir uma audiência pública, chamar os responsáveis técnicos pela obra, o TCU, a Dersa, o Dnit, antes de qualquer autoridade; eu não começaria pela política. Eu quero saber exatamente se isso que estou dizendo, que eu tenho lido na imprensa, nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, que têm se dedicado a essa matéria, se são de fato os argumentos procedentes, se essas são as informações que nós devemos aprofundar. Se houve sobrepreço, se houve método de alteração no processo construtivo, se houve deterioração da qualidade dos materiais, se houve antecipação de calendário, se houve terceirização e ineficiência da fiscalização, e por que as obras estão desabando em São Paulo, com a velocidade que está acontecendo, com vítimas, com danos e com prejuízos. Nós queremos discutir isso com rigor técnico. Não se trata de fazer uma disputa eleitoral, mas na obrigação constitucional como Senador de São Paulo de zelar pelo interesse público do meu Estado e zelar pelos recursos públicos que saem da União para financiar projetos do Estado, que eu apoiei, apoiei que liberassem o dinheiro. Não fiz, como fizeram

em alguns governos nossos ou prefeituras, obstrução, aprovação, protelação, impedindo que financiassem. Não, tem que financiar o que é prioritário e essa é uma obra estruturante e necessária.

Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Mercadante, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela maneira responsável como tratou o assunto, sem partidatismo, sem eleitoralismo. Em segundo lugar, o senhor tem todo direito de chamar atenção do Senado de que devemos usar das nossas prerrogativas. E qualquer convocação desse tipo, conte com a minha assinatura. Eu acho que sim, é preciso que seja explicado o que aconteceu em relação a essa obra do Rodoanel, que não é uma coisa que se limita apenas a um Estado, até porque ela tem recursos públicos que podem ter sido aprovados por esta Casa. Então, parabéns pela maneira calma, tranquila, sem partidatismo como traz o assunto e, sim, como representante de todo o Estado de São Paulo. Eu, como Senador, estou pronto, sim, para assinar qualquer convocação, para que esse assunto seja explicado pelas autoridades paulistas. Estou de acordo que se deve começar pelas autoridades menores, chegando às últimas, se for necessário.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu acho que esse é o melhor caminho. Temos maioria nas comissões. Eu não pegarei o fim de reunião para aprovar requerimento, não criarei qualquer tipo de manipulação eleitoral, não farei brincadeira com matéria como essa. Eu quero tratar com seriedade, com rigor técnico, para saber o que aconteceu.

Dois meses antes, foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta por parte do Ministério Público e do TCU. No ajuste, apontavam não só sobrepreço, mas mudança do método construtivo, deterioração dos materiais, redução de calendários e 72 irregularidades consideradas graves, mas foi autorizada a continuação da obra. E deu no que deu. Isso vem acontecendo em São Paulo, nas principais obras. Portanto, há um problema de padrão de qualidade de engenharia, de método construtivo, de aplicação dos recursos, de fiscalização de gestão, que devemos discutir, apurar e buscar corrigir. Esse é o nosso objetivo, para que essa obra possa ser concluída, evidentemente, entregando para o Estado uma obra que é fundamental.

Eu acho também que não devemos protelar a obra. Nós queremos resolver, saber, punir as irregularidades, identificar os responsáveis, para que essas coisas não voltem a acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, convido V. Ex<sup>a</sup> a vir à tribuna.

Permita-me, enquanto V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna, dizer que eu recebi, nesse momento, um telefonema das centrais sindicais que confirmam que vai haver esse encontro em São Paulo. Foi o Deputado Paulinho, do seu partido, que me telefonou agora. A intenção é formular um grande acordo, tanto na questão do fator como no aumento real para os aposentados, e levar uma proposta unitária de todos os aposentados e pensionistas, das centrais, da Cobap, das outras entidades de aposentados, para que esse acordo seja votado então na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Eu acho que é uma boa notícia. Todos juntos têm mais força para arrancar uma boa proposta.

Obrigado, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Presidente.

Eu queria pedir que marcasse o tempo porque, mesmo com a Casa sem grandes expressões, não é bom ficarmos falando sem a marcação do tempo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu fico feliz por termos tido um debate anterior em que ficou esclarecida a sua posição – que eu já sabia –, mas eu quis exatamente que ela ficasse explicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ajudou muito.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Não se trata de aumentar sempre os mesmos salários em função do salário-mínimo, mas apenas garantir os mesmos reajustes para aqueles que têm até três salários-mínimos. Isso é mais que justo.

Mas, Sr. Presidente, todos costumam dizer que, se durante o regime nazista houvesse televisão, como hoje temos ligando o mundo inteiro, não teriam acontecido aquelas tragédias brutais que o movimento nazista, que o governo hitlerista provocou. Não seria possível que o campo de concentração continuasse se o mundo tomasse conhecimento daquilo no momento em que acontecia. Não seria possível ver crematórios queimando pessoas depois de passarem por uma câmara de gás, uma sala de gás, se todos vissem pela televisão. Isso virou um consenso. Mas é um consenso que mostra uma certa cegueira porque hoje as televisões nos mostram campos de concentração, nos mostram crematórios e nós não estamos fazendo nada. Eu não falo das tragédias sociais como Darfur; eu não falo da fome crescente em grandes partes do

mundo; eu falo de algo transmitido todos os dias, todas as noites por todas as televisões, mas nós não agimos da maneira necessária para parar a tragédia. Eu falo dos noticiários, das imagens relacionadas com o aquecimento global.

Até pouco tempo atrás o aquecimento global era uma especulação de cientistas. Era uma invenção para muitos daqueles chamados do movimento verde, que inclusive eram ridicularizados; eram chamados de bicho grilo os que insistiam na necessidade do meio ambiente. Eu mesmo, como Professor, tive artigo recusado 25 anos atrás por uma revista de esquerda assinada por um marxista em que ele dizia que esse assunto do meio ambiente é uma invenção do imperialismo para impedir o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Há vinte e cinco anos apenas.

A gente está vendo hoje a realidade, não é mais uma especulação. Não é mais uma coisa de cientistas, é o que a gente vê. Ursos flutuando em cima de um pedaço de gelo, sem ter o que comer, flutuando para a morte, porque há um descongelamento da camada polar norte. Nós vemos as tempestades como nunca antes. Nós estamos vendo regiões ficando desérticas, inclusive no Brasil. Nós estamos vendo toda esta tragédia resultante do aquecimento global, inclusive da temperatura nas nossas cidades. O clima, que antes tinha uma regularidade, agora oscila entre tempestades brutais e secas fantásticas; entre temperaturas muito baixas e logo depois uma temperatura extremamente alta. Nós enlouquecemos a Terra. O planeta Terra hoje é uma entidade enlouquecida do ponto de vista climático. E nós assistimos a isso sem fazer os gestos necessários para parar.

Agora, em Copenhague, pelo que estamos vendo, mais uma vez, não se vão fazer os gestos necessários para evitar esses crematórios do século XXI, esse imenso crematório planetário do século XXI. Não vamos fazer. Os dois maiores poluidores do mundo, Estados Unidos e China, já decidiram que não é hora de parar as emissões de dióxido de carbono. Isso paralisaria a indústria. Então que continuemos destruindo o planeta para aumentar a produção industrial. E os outros países, o mais que vão fazer, pelo visto, como o próprio Governo brasileiro, é levar algumas metas de redução das emissões.

Nenhum, nenhum dos dirigentes mundiais, pelo que a gente lê na imprensa mundial nos diversos idiomas a que podemos ter acesso, nenhum deles está trazendo a real dimensão do problema e tratando-o como algo maior do que um problema de química. O problema não é químico. O problema nem é mesmo só político. O problema é de uma mentalidade que prevalece no mundo de hoje em que a felicidade e o

bem-estar estão em consumir coisas que poluirão a natureza e aquecerão o planeta. É como se fôssemos todos como aqueles malucos que tocam fogo por uma necessidade maníaca, mesmo morando dentro do quarto que pega fogo. Viramos criminosos do clima pelo vício de consumir ou, então, somos mais ou menos como aqueles viciados em cocaína que são capazes de matar e roubar para consumir o produto químico que atende ao seu vício, só que, em vez de viciados na cocaína, somos viciados no consumo perdulário, depredador, destruidor.

O problema não está na emissão de dióxido de carbono que sai dos canos de automóvel. O problema está na nossa mania de achar que o transporte tem que ser baseado no automóvel privado; cada pessoa no seu carro consumindo o combustível necessário e sofrendo todos os engarrafamentos que a gente vive.

Por isso, vamos passar por Copenhague sem trazer nenhuma proposta clara, e há uma lógica política por trás disso, Senador Paim. Os nossos presidentes, reis, *sheiks*, primeiros-ministros pensam com a cabeça do seu país e não com a cabeça do planeta inteiro. Eles falam pensando nos seus eleitores, e não na humanidade. Esse é o problema! A nossa crise é da humanidade e do planeta, e cada dirigente político é do seu país e da sua população de eleitores. E mais ainda, a nossa crise planetária vai levar décadas para fazer com que a tragédia chegue ao ponto em que a gente perceba que não tem mais jeito, enquanto que cada um de nós políticos só pensamos na próxima eleição e não na próxima geração ou até nas próximas duas ou três gerações. Esta é a tragédia em que a gente vive, a tragédia de uma mentalidade de consumidores, como cidadãos que somos, e a tragédia dos políticos prisioneiros, todos nós – não me excluo –, do curto prazo e dos nossos eleitores.

Fiz um apelo ao Presidente Lula, daqui desta tribuna, e comuniquei a assessores dele, que gostaria de vê-lo em Copenhague não como meu Presidente apenas, mas como um dos líderes do mundo que ele é, como o é qualquer outro presidente, até do menor país, embora o Presidente do Brasil tenha uma característica diferente. Primeiro, porque é um país grande que tem todos os recursos, mas que, ao mesmo tempo, é um país grande que tem todos os problemas. Somos um dos grandes poluidores, não do tamanho dos dois maiores, mas somos dos maiores poluidores. E temos recursos. Temos como usar etanol. Temos os problemas e os recursos. E temos um presidente que se destacou no cenário internacional cujo discurso é ouvido. Mas o que a gente percebe, Senador Paim, Senador Suplicy, é que, depois da queda do Muro de Berlim, depois da globalização, os presidentes ficaram

pequenininhos, todos eles. Não existem mais os presidentes líderes mundiais.

Às vezes, o presidente de um pequeno país africano, durante os anos 60, quando falava, falava para o mundo inteiro, defendendo a liberdade, o fim do colonialismo. Quando os presidentes de esquerda falavam, faziam-no em nome do socialismo e para todos os trabalhadores do mundo e não só os do seu país. Quando os presidentes do capitalismo falavam, eles falavam para todo o mundo, defendendo a liberdade que propunham como caminho. Acabou esse tempo, não há mais ninguém falando para o mundo inteiro, cada um fala para dentro do seu país e para dentro do horizonte de sua próxima eleição. Os presidentes se apequenaram no momento em que o mundo ficou global.

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista ontem ou antes de ontem, no jornal *El País*, de Madri, dizia algo parecido. “Nós globalizamos a economia e não globalizamos a política”. A economia é global e a política é nacional. Mas a política nacional vai levar a uma tragédia global por conta do aquecimento global e do aumento da desigualdade entre países, entre as populações pobres, mesmo que dentro do mesmo país.

Volto a insistir aqui e a fazer um apelo ao meu Presidente, do meu País, para que ele não se apequene, para que ele não se apequene em Copenhague falando apenas para nós, brasileiros. Que ele fale para todos os seis bilhões de seres humanos hoje preocupados com o destino dos próximos anos de suas vidas e a certeza da tragédia da vida dos seus filhos, dos seus netos e de toda a humanidade que vem depois. Que ele leve para Copenhague não apenas metas de redução da emissão de dióxido de carbono, que não vá lá como um químico, falando em emissões de dióxido de carbono. Que vá lá como ideólogo, propondo um modelo novo para a civilização, onde o transporte público prevalecerá sobre o transporte privado; onde o consumo será limitado, de acordo com as restrições ecológicas. Que ele assuma essa liderança. Até porque, quem está no fim de um mandato, tem mais liberdade de falar sem se preocupar com a próxima eleição. Deixe a sua candidata falar apenas para o Brasil, procurando votos. Mas que ele fale como estadista mundial, como um estadista capaz de dar um recado ao mundo inteiro e não preocupado apenas com a próxima eleição desta geração, mas com o bem-estar das gerações futuras.

Eu não gosto de vir aqui repetir o mesmo discurso, embora seja acusado de um político de uma nota só, que é a educação. Mas cada vez é um tema diferente na educação.

Hoje, eu inverti, estou repetindo, basicamente, um discurso muito parecido do começo da semana, ou da semana passada, tentando trazer uma dimensão nova, que é a dimensão da crise ecológica que transformou o mundo em um imenso crematório, um crematório como aqueles que existiam no tempo nazista, e que a gente diz que, se fosse transmitido pela televisão, ninguém deixava que acontecesse. Hoje, o que o crematório do meio ambiente afetado, do aquecimento global, da depredação ecológica, da extinção de espécies animais, tudo isso que é mostrado, a gente assiste, pode até chorar, mas sai dali e vai para o *shopping center* comprar mais coisas que poluem mais. Vai saber como é que financia mais a compra de um automóvel para continuar poluindo mais.

O Presidente Lula e os demais Presidentes do mundo deveriam se comportar como líderes mundiais e ideológicos e não como líderes nacionais e eleitores e trazerem uma proposta nova para a humanidade, um rumo alternativo, onde os bens culturais poderiam ter mais valia que os bens materiais, porque os bens culturais não poluem, onde o longo prazo deve ser considerado tanto quanto o curto prazo, onde a Terra, o Planeta deve ser levado em conta tanto quanto o nosso País, onde a humanidade deve valer tanto quanto a população de cada país, onde o longo prazo é fundamental. Presidentes, dirijam seus países do ponto de vista administrativo, mas, ideologicamente, sejam líderes para o mundo inteiro, porque, se não tivermos líderes para o mundo inteiro, nós não vamos ter presidentes para cada país nosso daqui a algumas décadas.

É isso, Sr. Presidente da Mesa, que trago hoje aqui, mais uma vez, como uma mensagem ao Presidente Lula. E gostaria de levar a todos os outros presidentes, mas aqui é o Senado do Brasil e ele, sim, que tem condições de ser um dos líderes do mundo. E o mais que nós podemos fazer é um apelo para que ele encarne algo maior do que o Presidente do Brasil, que ele encarne ser um dos líderes do mundo inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque. Só me permita, para que não fique dúvida, porque eu já recebi dois telefonemas, sobre qual o cálculo que existe. O teto é R\$3.200. Se você aplica o fator que reduz 40%, o salário do trabalhador vai para R\$2 mil. R\$2 mil, 465 vezes 4 dá 1.860. Aí, no máximo, o pessoal ganha até quatro salários-mínimos. Daí você tira daqui – e os dados são oficiais – 96%, não é nem 95%, 96% ficam com três salários-mínimos. Esse é o dado para tranquilizar para que ninguém fique com dúvida sobre a nossa conversa.

Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Para que não pareça que a gente quer que o salário de Senador e de Deputado seja medido em salários- mínimos. Isso a gente não pode deixar que aconteça.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está certo, Senador Cristovam Buarque.

Estou entre oradores inscritos e Liderança. Como não tinha nenhum líder inscrito... O Senador Demóstenes Torres chegou agora e é o meu Relator do Estatuto da Igualdade Racial, alguém já vai dizer... Não, ele vai falar como Líder.

Então, como Líder, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres. Em seguida volto para os oradores inscritos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho aqui hoje para falar sobre o Supremo Tribunal Federal. Veja V. Ex<sup>a</sup>, por duas vezes o Supremo Tribunal Federal decidiu acerca da perda do mandato de dois Senadores: o Senador Capiberibe, meu amigo, pessoa que respeito e que admiro, mas que teve o seu mandato efetivamente cassado. O Supremo Tribunal Federal mandou que o Senado o retirasse aqui da nossa corporação, do Poder. O mesmo aconteceu com o Senador Expedito Júnior.

Nas duas vezes tentou o Senado Federal encontrar uma maneira para que a decisão não fosse cumprida. E as duas tentativas de não cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal foram lastreadas numa certa lógica. Qual era a lógica? A lógica é de que o art. 55 da Constituição Federal dizia o seguinte:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

.....  
V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição”.

No § 3º vem uma ressalva:

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Muito bem, como a expressão está na Constituição, ela não pode ser uma expressão vazia, ela tem que ter sentido. Muitos Senadores entenderam, portanto, que se tratava de um ato complexo, um ato em que o Supremo Tribunal Federal decidia e o Senado, então assegurando ampla defesa àquele que estava por perder o mandato, poderia ou não confirmar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por duas vezes me levantei como uma voz, primeiro dissonante e, depois, com a concordância dos meus colegas, para dizer o seguinte: decisão do Supremo Tribunal Federal é para ser cumprida. Queria eu ter o poder de revogar uma decisão do Supremo Tribunal Federal! Olha que extraordinário! Um Senador podendo desconstituir uma decisão do Supremo. Era tudo o que eu queria, porque a frase corrente é: acima do Supremo só Deus, recorra para Deus. O Supremo cumpriu, efetivamente tem que ser decidido.

Então, esta palavra “assegurada”, ou esta expressão “assegurada ampla defesa”, ela só poderia ser entendida como algo que fosse alheio ao mérito da decisão do Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, o Senador que iria perder o mandato, na sua defesa, alegaria: “Não está assinado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal”, “Está falsificada a assinatura”, “Esse Senador não sou eu, meu nome é outro”. Ele poderia, dentro da mais ampla defesa assegurada pela Constituição, fazer, evidentemente, sua defesa de caráter meramente formal – meramente formal aqui dentro, sem atacar, inclusive, as questões formais decididas pelo Supremo Tribunal Federal, porque em todo e qualquer país existe uma corte, existe uma casa que zela para que o país efetivamente possa ter ali uma certeza jurídica, um norte, uma decisão.

Isso não quer dizer que o Supremo Tribunal Federal não possa, evidentemente, entrar em atrito, às vezes, com outros Poderes, mas um atrito dentro da harmonia. Quantas vezes nós não discutimos aqui e não repudiamos decisões do Supremo? Contestamos decisões do Supremo, por exemplo, a súmula com efeito vinculante. A súmula com efeito vinculante em relação ao uso de algemas, na minha opinião, é uma súmula ridícula, impossível de ser cumprida. Só quem lidou com segurança pública é que sabe como é que são essas dificuldades. Muitas vezes, eu, como Promotor de Justiça, no interior – na época era Tocantins, o Estado de Goiás e Tocantins eram um Estado só –, eu via ali um policial militar amarrar numa árvore as mãos do preso com o cadarço do seu coturno, e isso não era abuso de autoridade. E, muitas vezes, colocar algema desnecessariamente é abuso de autoridade.

Eu já vi em Goiás – eu não era Secretário de Segurança Pública, mas também já era Promotor – um preso transportado com algema na mão, quando deveria estar nas costas, sentado no banco de trás, arrancar um revólver do policial militar, atirar, matar os dois policiais militares e fugir. Algemado!

Um lutador de artes marciais, muitas vezes, precisa ser amarrado, e isso não é abuso.

Essa história que vou contar agora me foi contada por um Delegado da Polícia Federal numa palestra que

dei lá, no ano passado. Uma senhora com quase 80 anos, fraudadora, se não me engano, do INSS, quando chegaram no apartamento para prendê-la, com um mandado, ela pediu: “Posso terminar de fazer o café, meu filho?” Eles disseram: “Pois não”. Ela foi lá, pegou a água quente e despejou em todo mundo.

Então, é a circunstância que deve dizer quando uma pessoa deve ser algemada. Quando ela for algemada para espetáculo, para exibicionismo, por abuso de autoridade, evidentemente, os agentes têm de responder.

Então, a súmula do Supremo é ridícula. Mas há uma súmula, que estamos cumprindo, independentemente de ela ser ridícula ou não.

Os senhores podem testemunhar aqui o que temos trabalhado para melhorar o Supremo Tribunal Federal: súmula com efeito vinculante, repercussão geral, a lei de uniformização de jurisprudência, os subsídios que aprovamos agora. Agora mesmo, tive oportunidade de ser o primeiro signatário de uma emenda à Constituição, que foi aprovada, que irá permitir que o futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, possa também presidir o Conselho Nacional de Justiça, porque o texto originário dizia que quem tem mais de 65 anos de idade não pode presidir o Conselho Nacional de Justiça. Não tem razão! A pessoa pode presidir o Supremo e não pode presidir o Conselho Nacional de Justiça?

Então, nós temos feito nossa parte em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Mas hoje eu venho aqui para criticar o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal, ontem, não tomou uma decisão. Foi pusilânime. Foi pusilânime, como não pode ser um Poder como o Supremo Tribunal Federal. Tem que enfrentar, aguentar, inclusive, as pressões de outro Poder. Nós, do Legislativo, já estamos com a pecha de que somos mandados pelo Poder Executivo. O Judiciário não pode ter essa pecha, não pode titubear. O Judiciário tem que decidir.

No caso Battisti, o Supremo tinha de ter decidido, a favor ou contra Battisti. O Supremo “pilateou”, o Supremo lavou as mãos, o Supremo se desmoralizou. O Supremo não pode agir da forma como agiu. O Supremo nasceu para mandar, e todos nós para obedecer. O Presidente da República é uma figura como qualquer outra quando depende de cumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal, quando está pendente de cumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo rasgou o Estatuto do Estrangeiro. A frase do dia hoje, do Ministro Gilmar Mendes, é lapidar:

Imagine o absurdo, dizer que agora o Presidente está livre para, concedida a extra-

dição, não executá-la [...]. Vejam os senhores que tipo de construção arriscada, do ponto de vista de coerência e consistência jurídica.

Mas foi isso o que o Supremo fez. O Supremo rasgou o Estatuto do Estrangeiro.

Só para concluir, Sr. Presidente, o Ministro Rezek, em lição lapidar, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, disse, em *Direito Internacional Público*, 8ª edição, p. 192:

É de se perguntar se a faculdade da recusa, quando presente, deve ser exercitada pelo governo antes ou depois do pronunciamento do tribunal. A propósito, cabe assinalar que o processo de extradição no Supremo Tribunal Federal reclama, ao longo do seu curso, o encarceramento do extraditando, e nesse particular não admite exceções. Talvez fosse isso o bastante para que, cogitando do indeferimento, o Poder Executivo não fizesse esperar sua palavra final. Existe, além do mais, uma impressão generalizada, e a todos os títulos defensável, que a transmissão do pedido ao tribunal traduz aquiescência da parte do governo. O Estado requerente, sobretudo, tende a ver nesse ato da aceitação de sua garantia de reciprocidade, passando a crer que a partir de então somente o juízo negativo da corte sobre a legalidade da demanda lhe poderá vir a frustrar o intento.

Nasceu, como era de se esperar que nascesse, por força de tais fatores, no Supremo Tribunal Federal, o costume de se manifestar sobre o pedido extraditacional em termos definitivos. Julgando-a legal e procedente, o tribunal defere a extradição. Não se limita, assim, a declará-la viável, qual se entendesse que depois de seu pronunciamento o regime jurídico do instituto autoriza ao governo uma decisão discricionária.

Após o deferimento pelo Supremo Tribunal Federal, o Governo somente pode deixar de entregar o extraditando se o Estado requerente não atende os requisitos do art. 91, incisos I a V, do Estatuto do Estrangeiro (compromisso de não ser o extraditado preso nem processado por fatos anteriores ao pedido; de computar o tempo de prisão no Brasil; de comutar em pena privativa de liberdade a pena corporal ou de morte; de não ser o extraditado entregue, sem o consentimento do Brasil, a outro Estado; de não considerar qualquer motivo político para agravar a pena). Havendo compromisso, ensina Valério de Oliveira Mazzuoli,

a entrega deve ser feita. Está no livro dele, *Curso de Direito Internacional Público*.

O entendimento acima é o de Carolina Cardoso Guimarães Lisboa, professora da PUC, no Livro *A Relação Extradicional no Direito Brasileiro*, ou seja, o Poder Executivo, na última fase do processo de extradição, só poderia negar a entrega do extraditando em caso de recusa quanto ao compromisso mencionado.

Francisco Xavier da Silva Guimarães, em outro livro, *Medidas Compulsórias, a Deportação, a Expulsão e a Extradicação*, escreve na pág. 86:

O Supremo vem entendendo que o simples encaminhamento do pedido, para exame daquela Corte, pressupõe a aquiescência do Poder Executivo que o acolheu e lhe deu seguimento' (vale dizer: o acolheu preliminarmente, na primeira fase, quando podia negá-lo, e o encaminhou ao Supremo.

Assim, é óbvio, no caso Battisti, o Supremo lavou as mãos, "pilateou". O Supremo Tribunal Federal deveria ter seguido o exemplo de Winston Churchill sobre o apaziguamento do Governo inglês com Hitler, na década de 1930, quando o Governo inglês tentou aceitar a paz forjada com Hitler. Disse Churchill: "Entre a desonra e a guerra, o governo escolheu a desonra, e vai ter a guerra". O Supremo, entre a desonra e o confronto com o Executivo, escolheu a desonra, escolheu rasgar sua tradição, escolheu não decidir.

O Supremo é uma Casa para decidir, o Supremo poderia ter decidido em favor de Battisti; o Supremo não decidiu. O Supremo disse que o Dr. Tarso Genro, Ministro da Justiça, por questões absurdamente ideológicas, deferiu para o criminoso o direito de ficar no Brasil. O Supremo rasgou essa decisão do Ministro, mas, ao mesmo tempo, lavou as mãos. É isso o que o Supremo Tribunal Federal não podia fazer, o Supremo tinha que ter decidido, o Supremo tinha que ter obrigado o Presidente da República a tomar uma decisão.

Agora, só nos resta que o Presidente da República haja como um estadista: não busque um confronto com a Itália de graça!

Temos tantos criminosos no Brasil! Já ficamos com Olivério Medina, outro criminoso inominável!

E mais: se a Itália quiser, podemos mandar mais dois, três, cinco navios de bandidos perigosos. Agora, acolher um delinquente que cometeu crimes dessa monta... O Supremo disse, o Supremo reconheceu: ele não cometeu crime político. O Supremo reconheceu isso. Então, nem estamos discutindo. O Supremo poderia ter dito: ele cometeu crime político. Agora, o Supremo decidiu que o Sr. Battisti cometeu crimes comuns e que, portanto, não pode ter condição de refugiado.

Agora, o Supremo diz: não, aqui é uma Corte de passagem; aqui é uma Corte de transição. Nós decidimos que é ilegal; nós decidimos que o Ministro da Justiça agiu de forma incorreta, mas o Presidente da República é quem vai decidir se vai extraditá-lo ou não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Daqui a pouco.

Então, o Supremo Tribunal Federal do Brasil, o Supremo Tribunal Federal brasileiro tomou uma decisão pressionado, vergonhosa. Por quê? Até volto atrás: não tomou a decisão. O Supremo Tribunal Federal não decidiu, e aí como é que vamos ficar, nós, os Senadores? Porque, se o Supremo apenas sugere, estou envergonhado de ter afrontado meus Colegas. Não vou dizer envergonhado, mas eu poderia tranquilamente ter cedido à pressão de muitos Senadores e dizer: vamos enrolar. Ou o Supremo vai mandar prender o Presidente do Senado Federal por desobediência? Crime de pequeno potencial ofensivo. Não vai nunca! Pode enrolar o tanto que quiser!

Se quisermos, se o Senado Federal quiser, deixa um Senador cassado aqui cumprindo o mandato. Por que não fazemos isso, em respeito às decisões do Supremo Tribunal Federal? Para que o Supremo continue sendo a vanguarda do Direito no Brasil; para que tenha respeito, inclusive frente ao primeiro grau de jurisdição, aos tribunais superiores, aos tribunais ordinários.

O Supremo é o Supremo! O Supremo manda, e nós obedecemos. Ou não é assim mais? É o questionamento que faço.

Faço coro com o que disse o Presidente do Supremo Tribunal Federal; faço coro com o Ministro Cezar Peluso, futuro Presidente.

O Supremo não pode caminhar na linha da tibieza; o Supremo não pode ser assim! Ninguém quer enfrentar o Supremo Tribunal Federal. Queremos simplesmente que o Supremo mande. Nós até podemos discordar das decisões do Supremo, mas o Supremo tem que decidir. "Ah, o Supremo decidiu!" O Supremo decidiu que o Ministro Tarso Genro está errado. O Supremo decidiu que Cesare Battisti não é um criminoso político, é um criminoso comum, autor de crimes hediondos. O Supremo decidiu. Mas o Supremo decidiu que quem vai extraditá-lo, se quiser, é o Senhor Presidente da República.

E aí, abre-se até um questionamento: o Presidente da República, com seu linguajar peculiar, disse que, se recebesse do Supremo uma decisão determinativa, que ele a cumpriria. Ou seja, se o Supremo mandasse, ele cumpriria. Dá a impressão, às vezes, de

que o próprio Presidente pode ter tido uma informação privilegiada. Olhe, já fez uma vacina. “Se o Supremo mandar, eu cumpro; o Supremo não mandou, eu faço o que quiser.”

Há alguns dias aqui, nós tínhamos dúvidas sobre o comportamento do Ministro Dias Toffoli. Nós aqui tínhamos dúvidas, acho que todos os Senadores aqui; quem votou, quem não votou a favor do Ministro Dias Toffoli. Mas ele foi decente nesse episódio. Ele, pressionado pela Esquerda brasileira, disse “não”. O Ministro Dias Toffoli foi honrado, foi decente. Ele não aceitou a pressão e não votou, deu-se por suspeito. Se eu tinha alguma dúvida contra o Ministro Dias Toffoli, não as tenho mais. Nunca as tive, aliás. Mas, se o Senado tinha dúvida quanto à honradez, à probidade ou, mais ainda, à imparcialidade do Ministro, nós não a temos mais.

Este pronunciamento é sobre uma decisão definitiva do Supremo. Eu poderia simplesmente ficar calado. Muitos Ministros do Supremo são meus amigos antes de eu ser Senador. Agora, o Supremo tem que decidir.

O Supremo não é para dar parecer. O Supremo não é órgão consultivo. Como disse o Ministro Peluso, o Supremo não é um lugar lúdico, não é um lugar para brincadeira, não é um lugar para piquenique. O Supremo tem que se dar ao respeito, para que possamos continuar obedecendo o Supremo. Nós queremos obedecer o Supremo; e o Supremo tem que mandar, o Supremo tem que tomar a decisão correta e exata.

Critiquei aqui a súmula com efeito vinculante em relação a algemas. Mas o Supremo decidiu, e nós temos que fazer.

Não há lei, não há Estado democrático de direito, não há Corte constitucional respeitada, se o que ela fizer não puder ser cumprido. Se uma decisão do Supremo Tribunal Federal continuar a ser entendida por incentivo dos próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal como sugestão, infelizmente, o Brasil não vai a lugar nenhum, Sr. Presidente!

Concedo a palavra, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, para um aparte, ao Senador Eduardo Suplicy. Se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, diversos Senadores estão esperando. O Senador Demóstenes Torres fala, como Líder, e já falou em torno de 20 minutos, pela tolerância da Mesa e pela importância do tema. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, assim como os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, enfim, mais quatro Senadores que vão ter que viajar. Faço um apelo para que, se houver aparte, que seja rápido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Procurarei ser breve. Provavelmente, perderei até meu direito de falar...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. V. Ex<sup>a</sup> vai falar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...tal é a relevância do tema aqui colocado pelo Senador Demóstenes Torres. Avalio que será importante, pelo menos, brevemente, aparteá-lo. Com todo o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres, pelo seu conhecimento, inclusive sobre assuntos jurídicos, que é bem maior do que o meu, e como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considero que houve decisão legítima de um lado – cinco votos a quatro – bastante equilibrada, para a extradição, mas, por outro lado, por cinco votos a quatro, com o voto muito claro de cada um dos cinco Ministros, inclusive de Carlos Ayres Britto que, tendo votado pela extradição, avaliou que era importante que o Presidente da República tivesse condição de livre arbítrio para decidir se extradita ou não, se concede o direito de refúgio para Cesare Battisti.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – É sobre essa decisão que eu me rebelei. Então, já me rebelei, já dei as minhas razões.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Certo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas apenas permita-me completar.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, não vou me estender aqui, mas tenho a minha convicção, que é diferente da sua. Avalio que, – tal como V. Ex<sup>a</sup>, respeito Marco Aurélio Mello e todos aqueles que ponderaram –, primeiro, se tratou de crime político, mas sobretudo,...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – E temos de lembrar que os Ministros do Supremo puxaram nossa orelha aqui, com razão, porque nós não estávamos querendo cumprir a decisão do Supremo. Agora, como é que o Supremo dá a faculdade ao Presidente da República de cumprir ou não a decisão?

Temos de puxar a orelha do Supremo Tribunal Federal!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas é uma decisão própria deles. Eles tinham a faculdade de assim decidir e assim o fizeram, mas é preciso, também, examinar as razões que levaram a isso, razões tais como o fato de o Sr. Cesare Battisti não ter tido o devido direito de defesa, de ter havido falsos

defensores, que foram designados para fazer a sua defesa e....

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Não, me desculpe V. Ex<sup>a</sup>, mas o Supremo decidiu que não foi assim, não. O Supremo deferiu a extradição. Aí, V. Ex<sup>a</sup> está equivocado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas o Supremo não levou na devida consideração, esta é a minha opinião respeitosa para com os Ministros, e respeito o direito deles de assim fazê-lo, que não há uma testemunha sã, ocular, dos quatro homicídios atribuídos ao Sr. Cesare Battisti.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Encerro o pronunciamento, porque, uma vez que o Supremo já decidiu o mérito da extradição, não vamos ficar aqui falando sobre isso. O que estou dizendo é só que o Supremo decidiu não decidir e, aí, desculpe-me quem pensa de forma contrária, mas se o Supremo não mandar, se eu puder fazer o que eu quiser, ótimo para nós; péssimo para o Brasil.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra para o próximo orador inscrito. Pela ordem de inscrição, para tranquilizar os Srs. Senadores, tenho aqui o Senador Mão Santa, depois o Senador Osvaldo Sobrinho e, depois, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Eu quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar como Líder da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> será inscrito como Líder da Maioria.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiras que nos assistem no Parlamento e nos acompanham pelo Sistema de Comunicação do Senado, acabamos de ver a beleza da democracia.

Senador Demóstenes Torres, o povo, insatisfeito com o absolutismo simbolizado por *l'État c'est moi*, resolveu dividir o poder. Então, se hoje temos democracia, agradeçam ao Senado da República, que nós representamos.

Divisão de poder e alternância de poder.

O Demóstenes provou o que é divisão de poder e nós garantimos a alternância de poder. Este País ia ficar igualzinho a Cuba, igualzinho ao seu filhote Venezuela, ao menino do Equador, ao índio da Bolívia, ao padre reprodutor do Paraguai, à Nicarágua e à con-

fusão de Honduras. Fomos só nós, aqui... O Senado impediu isso. Nós íamos marchar direitinho.

Aqui, o Demóstenes traz o que é a democracia.

Mitterrand, lá onde nasceu essa democracia, Paim, e que governou por 14 anos – foram duas reeleições –, moribundo, Osvaldo Sobrinho, com câncer, escreveu, num livro, “Mensagem aos Governantes”. Um poder deve fortalecer os outros. Atentai bem! Ele era executivo. Essa foi a mensagem de Mitterrand.

Eu quero dizer para o Brasil que o País deve muito a Antonio Carlos Magalhães. Eu sei que ele foi Prefeito da Bahia, que ele foi Governador, Ministro, foi um bom executivo, mas, como Parlamentar, olha, ele teve coragem!

Aparentemente, o poder mais débil somos nós. E não somos. Nós temos a sabedoria, devemos ter. Nós somos os pais da Pátria. A sabedoria vale mais que ouro e prata. O Executivo tem o poder, ele tem o dinheiro, ele tem o BNDES, o Banco do Brasil, ele tem a Caixa Econômica, nomeia.

O Poder Judiciário é o poder punitivo. Ele cassa, ele prende, amedronta a imprensa. Ele não tem coragem, mas nós devemos ter a sabedoria.

Antonio Carlos Magalhães teve a coragem de nos ensinar o que é uma democracia, Suplicy. Ele fez uma CPI do Judiciário.

Eu recordo, para não esquecermos: a justiça é divina. Foi Deus quem entregou a Moisés as leis. Foi o Filho de Deus que bradou, no Sermão da Montanha: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Mas ela não é feita por Deus e nem por Jesus, não, mas por homens, muitas vezes fracos, muitos outros corruptos.

Antonio Carlos Magalhães fez a CPI do Judiciário. Que coragem, hein, Mozarildo? V. Ex<sup>a</sup>, Mozarildo, é um homem corajoso.

Eu dou esse testemunho, mas eu não tenho nada, o filho dele é até Senador, não está aqui. A CPI do Judiciário mostrou os “lalaus” da vida. Juiz “lalau”, aí, que é sinônimo.

Então, a democracia, ô Sobrinho, é para um Poder olhar para o outro e frear o outro. Agora, nós ouvimos o Demóstenes dando um freio. E, agora, eu vou dar o meu freio também, no Luiz Inácio. Eu vou ter, é! É Por isso que é bom, é gostoso.

Os Poderes têm de ser equipotentes, um olhando o outro, freando o outro. Desse equilíbrio é que nasce, floresce a beleza da democracia, não da subserviência.

Demóstenes mostrou altivez aqui, freou o Judiciário, porque nós temos mais sabedoria, nós somos mais preparados. É! Por isso chamam-se os Senadores de os pais da Pátria.

Moisés, que recebeu a lei, era o homem da lei, tinha os Dez Mandamento, de repente, viu que não era obedecido e quis largar tudo. Os bezerros de ouro, as riquezas atraíam e ele ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos, os mais experimentados e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo.” Aí, surgiu a idéia do Senado: os mais velhos e os mais experimentados. Somos nós.

Então, há o poder do dinheiro, material, do Executivo, o poder punitivo da Justiça e o poder da sabedoria. E, agora, vocês ouviram o Demóstenes frear.

Por isso, a primeira coisa que fez o Chávez foi fechar o Senado, ali, e deu no que deu.

Eu conheço a história de Cuba. Dizem que tem democracia lá. E ele tem, também... Ô, Mozarildo, você conhece Cuba? Ele tem mais de 90%. Eu andei lá, nas ruas. Está ouvindo Sobrinho? Mais de 90. Eu fui ao Parlamento de lá. Tem 300. “Ah, aqui não tem partido, mas a gente elege.” Quanto foi a eleição? Trezentos, Fidel Castro e 300, o irmão dele. Trezentos! É, estão vendo? Aqui é confuso.

Eleição aqui no Senado é um negócio que só Deus sabe o que dá.

Então, queria dizer que o Fidel, 90%; o Hitler tinha 96%. Ô Suplicy, 96%. Lá tinha um chefe da comunicação, o Goebbels, que dizia que “uma mentira repetida se torna verdade”, e aí haja mentir. Tinha até as galinhas carcejadoras, que eram só anunciando obras que fariam no livro *Mein Kampf*, e o Hitler tinha 96%. O Hitler ia com três mil soldados – a imprensa era dele – e o Goebbels dizia: “Lá vai Hitler com 20 mil soldados”. Aí era todo mundo recuando. Deu no que deu.

Aqui parece “Alice no País das Maravilhas”, ô Zambiasi: o Lula ...–, ele está quase um Padre Cícero –. Mas tudo é mentira. Nós podemos dizer; nós devemos dizer, agora, devemos provar, só para dar um freio. Principalmente eu, que sou do Partido Social Cristão, Partido de Jesus, que dizia: “De verdade em verdade eu vos digo”. Então, primeiro, tudo mentira. Emprestamos dinheiro para Banco Mundial, para BID, para o BIRD, tudo mentira.

Senador Osvaldo Sobrinho, atentai bem, o que diz sobre a dívida brasileira – tudo mentira, e aí o povo acredita –:

Bem ao contrário do que se tenta incutir no imaginário popular, a dívida pública brasileira só cresceu nos últimos anos. Segundo matéria publicada pela Agência Brasil, a dívida brasileira aumentou 25 vezes, de 1995 a 2009, chegando a R\$1,8 trilhão.

Geraldo Mesquita, você sabe escrever este número: R\$1,8 trilhão? A gente não via falar nisso não!

Agora é trilhão. Olha aí a verdade da gente. Eu não sei nem escrever esse número. Tu sabes, Pedro Simon – ô Pedro Simon, está escutando aí o telefone –, escrever R\$1,8 trilhão.

Só a dívida externa cresceu 80%. E para piorar ainda mais a situação do País das novelas e dos carnavais, um novo relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior aponta queda de 27,8% nas três categorias de produtos de exportação comercial brasileiros. Já as importações registraram queda ainda mais acentuada: 31,3% a menos do que no mesmo período de 2008. Mas a ganância politíqueira (...) do pior governo da história não para, pelo contrário, aumenta.

O Brasil já deve 1,8 trilhão de Reais!

Essa é a realidade. Isso é o que vamos pagar. Nunca antes se mentiu tanto neste País: os “Gabboels”. Sabem o que é isso? A ignorância é audaciosa.

Pedro Simon, em 1980, um sábio professor americano escreveu um livro chamado *A Terceira Onda* (Alvin Toffler). A primeira onda da humanidade foi a agricultura. O povo se fixou no campo por 10 mil anos.

Depois, veio a indústria: a segunda onda; 400 anos nas cidades grandes. E viria a terceira onda, que é a desmassificação da comunicação. É o que nos salva hoje; é o que eles não sabiam. Não é mais como no tempo de Hitler, que o que ele dizia estava dito – só ele tinha um rádio. Hoje vemos os portais, os *blogs*, os *twitters*. Desmassificou. E a verdade vem. Hoje, para ser mentiroso, como Goebbels mentia por Hitler, precisa ter coragem, porque houve uma desmassificação na comunicação. E aqui está a verdade. Daí o provérbio: “É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade”.

Uma dívida de R\$1,8 trilhão. Cadê o Mercadante para desmentir isso?

Eu era do PMDB de vergonha – está aí o Pedro Simon que chamava o partido de MDB. Lembra-se de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar? Ele dizia: “A corrupção é o cupim que corrói a democracia”.

Osvaldo Sobrinho, eu nunca vi tanto cupim neste Brasil.

Geraldo Mesquita, olha o Portal GI. Diz a imprensa: “Brasil ocupa o 75º lugar no **ranking** da corrupção”.

Continuamos corruptos, mas muito corruptos.

Ulysses já pregava que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Então, isso não é o país das maravilhas.

Oswaldo Sobrinho, na minha infância ouvia o nosso poeta Olavo Bilac dizer: “Criança, não verás nenhum país como esse”. Não podemos dizer isso. É muito corrupção, é muita mentira.

Eu diria o seguinte: o Brasil é o 75º na corrupção. Eles a mediram. Isto é sério. Várias entidades a mediram. A nota atribuída vai de 0 (países vistos como muito corruptos) a 10 (considerados pouco corruptos). O primeiro lugar em honradez é a Nova Zelândia, com a nota 9,4. A Somália, o maior corrupto, com a nota 1,1. O Brasil obteve nota 3,7. Essa é a verdade. Somos o País da mentira e da corrupção. São os números que indicam isso.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> o **e-mail** que eu recebi ontem, que diz:

Caro Senador, estou assistindo seu pronunciamento nesse momento, e gostaria que V. Ex<sup>a</sup> alertasse o Ministro da Saúde quanto as cirurgias pelo SUS.

Saúde, aqui? Isso é uma mentira! Ela é boa para quem tem dinheiro, para quem tem plano de saúde, ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Diz ainda o *e-mail*, Oswaldo Sobrinho: “Tais como, catarata, que aguardo já há um ano e meio na lista de espera.”

Isso tudo é uma farsa. A saúde está muito boa para quem tem dinheiro. A medicina está avançada. Eu tenho 43 anos como médico cirurgião. Mas só para quem tem dinheiro e plano de saúde. Essa pessoa diz que está há um ano e meio pedindo nas filas, choramingando na lista de espera.

Diz ele:

Pois saiba V. Ex<sup>a</sup> que sou diabético, hipertenso, estou de auxílio-doença já há quase um ano. E para fazer a cirurgia particular custa R\$3 mil cada vista, (...)

Deve ganhar uma ninharia. O povo está ganhando tudo... Como vai pagar?

Assina o **e-mail** Danilo Moreira Miranda, de Poço Fundo – MG.

Ontem, em pronunciamento, eu dizia que é uma vergonha, e que nós não temos de denunciar Alice no País das Maravilhas não! Eu vi aqui este Congresso varar a noite, estudar, pesquisar, Pedro Simon, para fazermos um teto, um piso para a professorinha, de R\$960,00.

Que País é este, que Poder Executivo é este, que Poder Judiciário é este que ainda não se cumpre essa lei aprovada aqui: teto? Que País é este? Que Poder Executivo e que Poder Judiciário é esse? No-

vecentos e sessenta reais. E pergunto: quanto ganha um desembargador?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – A Corte, o Juiz? E a professorinha para a qual foi feita a lei, R\$960,00. Não anda, elas não recebem. Esta é a verdade.

Então, ela ouviu.

Estou enviando uma foto minha e da minha diretora.

Boa tarde, Sr. Senador.

Venho, através deste e-mail, dar-lhe os parabéns, pois estava eu em minha casa procurando por um canal de TV e, quando apareceu na tela o canal da TV Senado, o seu discurso chamou a minha atenção, pois sou educadora há seis anos e espero o piso, o tão propalado piso pelo Luiz Inácio. Tenho apenas 24 anos e não tenho mais condições de lecionar, pois nos deparamos com uma salário miserável e com uma política de ensino que tira toda a autonomia do educador e a passa para o educando, deixando a escola uma zona. Hoje em dia, na rede pública, aluno não respeita mais professora. Há um descaso muito grande em torno do novo plano de ensino.

Gostaria que o senhor me informasse melhor sobre o piso, se realmente vai entrar em vigor no início de 2010...

Esse piso, que foi aprovado aqui e que o Poder Executivo e o Judiciário não cumprem. Então, não é o país das maravilhas, é o país da mentira.

Desde já, quero agradecer o seu discurso e quero dizer que senti firmeza nas suas palavras. É de um governo assim que nós, professores, médicos, dentistas, enfim, o funcionalismo público precisa.

Meus parabéns.

E não iria mais... É cheio de e-mail. Iria parar para o seguinte: os aposentados. Que vergonha! Que vergonha o país da mentira. Velhos, idosos honrados, que fizeram um contrato, trabalharam 40 anos. O nosso Presidente Luiz Inácio – eu não vou dizer que foi feliz – trabalhou muito pouco! Acidentou-se, perdeu um dedo e aposentou-se. Agora, os nossos velhinhos, nossos idosos, nossos avós, trabalharam muito, muito e muito. E aí inventaram um fator redutor da aposentadoria. Fizemos um contrato para eles ganharem 20 salários. Os de 20 estão ganhando 10; os de dez, cinco; e os de cinco, dois. Os velhos, a cumeira da instituição sagrada da família, sofridos, desgastados, fizeram compromissos, sonhos de ajudar os filhos, os netos,

no estudo e na doença, e não o podem fazer porque nós, governo, capamos suas aposentadorias. Ai, eles estavam fazendo vigília, sendo humilhados aqui, enganados, na Câmara Federal. O Paim, que é do Partido dos Trabalhadores, fez as leis. Eu fui o seu relator, defendi a lei do Paim, fiz ser aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na Comissão de Justiça, de Direitos Humanos, de Assuntos Sociais. Defendi aqui a lei do Paim, que está lá na Câmara, onde o Presidente da República domina. Quando passou aqui, ele disse que havia 300 picaretas. Acho que ele falou uma verdade. Está lá. E os velhos humilhados, angustiados. Os prejuízos são tão grandes, tão grandes, tão grandes. E o velho é a cumeeira da instituição sagrada da família, Sobrinho.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – O maior líder, meus jovens, do mundo moderno hoje é Barack Obama. No seu livro, em que conta a sua vida, ele diz assim: se não fossem os meus avós, eu seria um maconheiro. Então, avô é importante, é a cumeeira, é o teto da instituição sagrada que é a família. Por isso que a família desmorona, porque o Governo enganou os velhinhos aposentados, os avós.

Então, essa é a verdade, não estamos como a Alice dizia, no país das maravilhas, estamos vivendo no país da mentira.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Osvaldo Sobrinho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Osvaldo Sobrinho. PTB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. como Líder, pronuncia o seguinte pronunciamento. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Osvaldo Sobrinho.

É com grande satisfação que venho a esta tribuna para fazer um registro muito significativo para o meu Rio Grande do Sul. Aqui, quero dizer do orgulho que tive ao ser noticiado que uma jovem gaúcha se sagrou vitoriosa em concurso de redação promovido pelo Senado Federal, com o tema: “Muito prazer, sou cidadão brasileiro”.

Em concorrida cerimônia realizada hoje pela manhã no Salão Negro do Congresso Nacional, a estudante Simone Maria Gatto, aluna da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Wilson Luiz Maccarini, da cidade de Casca, no Rio Grande do Sul, foi homenageada pela criação do belo texto intitulado “O jogo da Democracia”, no qual faz um inteligente paralelismo entre o

mundo do futebol e o viver democrático. Passo à leitura do texto escrito por essa garota:

#### O Jogo da Democracia

Cada ser humano que habita o país é membro de um time, a República. Este time possui como técnico a Constituição, que tem por objetivo conquistar inúmeras vitórias, apoiado pelas estratégias da democracia. No entanto, nem sempre são obtidos resultados positivos, pois a finalização pode não sair como foi planejada, deixando assim os torcedores descontentes.

Uma equipe sempre ousa pelo triunfo. A equipe brasileira já ganhou dezenas de partidas importantes como a da alfabetização e a da redução da mortalidade infantil, mas ainda não conquistou totalmente o campeonato. Isso significa dizer que os méritos alcançados em uma etapa do jogo precisam ser refletidos na outra, para que todos possam ver o resultado positivo sendo alcançado. Além disso, se a meta é vencer, a platéia tem direitos igualitários de assistir este mérito, independente do lugar que ocupe no estádio.

Às vezes, o adversário surpreende e faz com que o capitão pare a partida, reveja os lances e mude a tática. Como se não bastasse, não raro, fazem-se necessárias algumas substituições: saem a opressão, a injustiça e a desonestidade para dar lugar à liberdade, à justiça e à honestidade. Com liberdade, justiça e honestidade, é possível chutar a pobreza e a marginalização, fazer defesa contra as desigualdades sociais e driblar todos os tipos de preconceito para, no final, erguer a bandeira da democracia.

O Brasil é este time que muito já conquistou, mas que muito ainda precisa conquistar, pois há um público enorme esperando para vibrar com cada uma das vitórias. Porque não importa por qual veia do corpo destes torcedores corre o sangue de brasileiro, o que tem realmente valor é carregar no coração o orgulho de fazer parte desta seleção e, acima de tudo, de ser cidadão de uma República chamada Brasil.”

De fato, eu me orgulho de saber que nossa juventude, aqui representada pela Simone, tem dentro de si uma profunda esperança e a expectativa de que o Brasil supere suas crises com a garra que é peculiar ao nosso povo.

Por isso, quero felicitar, da tribuna desta Casa, a cidadã Simone Maria Gatto, pela brilhante redação que fez, sob a supervisão da professora de Português

Zeniria Maria Strieski; a direção da Escola Estadual Prof. Wilson Luiz Maccarini, que, sem dúvida, teve importante papel nesse processo – a homenagem é feita na pessoa da Diretora Maria Dinorá Baccin Castelli –; a Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, o Secretário Ervino Deon, especialmente na pessoa da Coordenadora Cristini Mello Furtado; e ainda esta Casa, o Senado Federal, por essa iniciativa. Ela demonstra cabalmente que, a despeito de toda crise que esta Casa possa enfrentar, ela se mostra ativa e consonante com o que pensa nosso povo, e isso realmente é gratificante.

O Concurso de Redação do Senado Federal tem o objetivo de contribuir para o processo de formação dos futuros formadores de opinião e dos eleitores, cidadãos e cidadãs, estimulando-os a refletir sobre a importância do Estado Democrático de Direito e da participação política para o exercício pleno da cidadania e oferecendo ainda a visão do papel institucional do Senado Federal e dos demais órgãos integrantes do Poder Legislativo brasileiro.

Daqui da tribuna desta Casa, estendo essa sugestão para as Câmaras de Vereadores em cada um dos quase seis mil Municípios brasileiros. Se cada Câmara estender um processo desse para as escolas municipais do seu Município, com certeza, iniciaremos uma grande revolução cultural. E o que Senado fez? Estimulou os jovens, criou a expectativa entre os jovens. Mais de dezessete mil escolas em todo o Brasil participaram do Concurso. Na realidade, 17.746 escolas em todo o Brasil receberam o *kit* de participação para o Concurso, das quais 1.441 estão no Rio Grande do Sul.

Temos aqui, portanto, a dimensão da concorrência salutar que foi promovida para estimular a participação dos nossos jovens na construção de uma consciência coletiva e democrática.

Então, repito: quem sabe, com as Câmaras de Vereadores iniciando esse processo, com um concurso desse, oferecendo uma premiação como a do Senado, oferecendo um *laptop* para a redação vencedora, oferecendo um benefício do seu orçamento para a escola da aluna ou do aluno vencedor, e com as Secretarias de Educação dos Estados fazendo isso em parceria com as Assembleias Legislativas, isso provocaria realmente uma corrente fantástica rumo ao aprimoramento do conhecimento, da literatura e da língua mãe, ao aprimoramento cultural da população. É um processo revolucionário que, com certeza, muda todo o processo de entendimento tanto da democracia no Brasil, quanto do aperfeiçoamento da própria língua portuguesa, da nossa cultura e dos conhecimentos.

Sr. Presidente Mão Santa, colega e companheiro Osvaldo Sobrinho, quero também aproveitar esta

oportunidade para parabenizar outros dois gaúchos, os artistas plásticos Cristina Kaschny e Gerson Reichert, que, indicados por mim e pelo Senador Pedro Simon, respectivamente, foram selecionados para exporem seus trabalhos juntamente com vários artistas de outros Estados, na exposição “Artistas Brasileiros — Novos Talentos — Pinturas”, inaugurada no último dia 17 no Salão Branco do Congresso Nacional. É mais uma iniciativa do Senado Federal que busca valorizar nossa cultura, permitindo a utilização de um espaço privilegiado para a exposição de obras de artistas brasileiros, que, muitas vezes, não têm condições de mostrar seu trabalho e toda a sua criatividade em dimensão brasileira.

Portanto, parabéns à Cristina e ao Gerson! Parabéns ao nosso Senado Federal, por essas ações que projetam a imagem da Casa positivamente!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Osvaldo Sobrinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Zambiasi falou como Líder. Agora, vamos alternar com um orador inscrito, o Senador Osvaldo Sobrinho, que representa o Estado do Mato Grosso.

Antes, porém, de lhe conceder a palavra, eu gostaria de ler a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que não houve acordo de lideranças para a deliberação da pauta de hoje, ficando as matérias transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 17, DE 2009**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998

(proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 29-10-2009)

Relator revisor: Senador Roberto Cavalcanti

(Sobrestando a pauta a partir de: 15-10-2009)

Prazo final prorrogado: 07-02-2010

**2**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**3**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

**4**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para

incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

**5**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

**6**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

**7**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de

protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003 (nº 4.647/2004, naquela Casa), da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

Parecer sob nº 1.758, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nºs 1 e 3 e contrário à Emenda nº 2.

13

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003 (nº 7.087/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Parecer favorável, sob nº 2.007, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

### 15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

### 16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

### 17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

### 18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).

Parecer sob nº 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

### 19

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano, favorável ao

Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

**20****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempendedor - SCM).

Parecer favorável, sob nº 1.879, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

**27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

**28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

**29****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006,

na Casa de origem, do Deputado Celso Ruspomanno), que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, - Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e

– de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

**30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

**31****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**32****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e das outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

**33****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

**34****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "*ad hoc*": Senador Neuto de Conto.

**35****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima),

que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

**37****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**38****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 —COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Shessa-reno; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

**39****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e  
 – de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

**40**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

**41**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

**42**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008 (nº 1.000/2007, na Casa de origem, do Deputado Uldurico Pin-

to), que acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (permite ao estudante beneficiário do Prouni solicitar transferência para outra instituição participante do Programa).

Parecer sob nº 1.875, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

**43**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**44**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

**45**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.  
 – de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

46

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

47

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

48

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

49

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão

de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

50

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

51

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

52

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226,

de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

**54**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito - Futebol, que regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.

Pareceres sob nºs 2.017 e 2.018, de 2009 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 105, de 2002), das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ/CE.

**55**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003**  
(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti,

ti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

**56**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**  
(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**57**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**58**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**  
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria

da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

59

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 —COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

60

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

danía, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

61

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

62

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2009**

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "*ad hoc*": Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

63

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

64

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**65**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

**66**

#### **REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

**67**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38,

de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

**68**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo.)

**69**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

**70**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**71**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**72**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e

repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

**73**

**REQUERIMENTO Nº 1.278, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia*

*nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

**74**

**REQUERIMENTO Nº 1.279, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia*

*nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

**75**

**REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos

de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).

**76**

**REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde - Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde - Senass).

**77**

**REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

**78**

**REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).

**79**

**REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da

Câmara n°s 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado n°s 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

**80**

**REQUERIMENTO N° 1.465, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.465, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 197, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade).

(Pendente de apreciação o Requerimento n° 1.513, de 2009, do Senador Flexa Ribeiro, de retirada do Requerimento n° 1.465, de 2009).

**81**

**REQUERIMENTO N° 1.473, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.473, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).

**82**

**REQUERIMENTO N° 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara n° 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado n° 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

**83**

**REQUERIMENTO N° 1.489, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.489, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo n° 174, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

**84**

**REQUERIMENTO N° 1.490, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.490, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo n° 181, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

**85**

**REQUERIMENTO N° 1.491, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.491, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo n° 192, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

**86**

**REQUERIMENTO N° 1.514, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento n° 1.514, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O orador inscrito é o Senador Osvaldo Sobrinho, do Estado do Mato Grosso, a quem concedo a palavra.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (PTB – MT. Pronuncia os seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em meados do mês passado, o Embaixador do Peru remeteu-nos cópia de uma carta enviada pelo Presidente Alan García aos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa que participaram de encontro da União Sul-Americana de Nações (Unasul) realizada em Quito, capital do Equador, no dia 15 de setembro do corrente. Trata-se de correspondência vazada em tom muito ameno e cordial, com o objetivo de divulgar a proposta peruana, qual seja: “O Peru propõe que o Conselho de Defesa Sul-Americano estude cada país e torne públicos os montantes das despesas militares”. De acordo com o documento, devem predominar a “transparência e a informação dos gastos militares e da aquisição de novos recursos e tecnologias”.

Argumenta o Presidente Alan García que “devemos colocar as cartas sobre a mesa”, pois, do contrário, nem a Unasul nem o Conselho de Defesa Sul-Americano teriam razão de existir. Além da clara mensagem pacifista, o Peru defende uma ação social coordenada, a partir de uma grande economia nos gastos militares.

No período compreendido entre 2005 e 2009, teríamos gastado US\$23 milhões em novos equipamentos bélicos, além de outros US\$160 milhões na manutenção das Forças Armadas. Estima o Presidente peruano que, se não houvesse o dispêndio com mais armamento e se, por outro lado, tivéssemos reduzido em 15% o orçamento militar, poderíamos ter destinado US\$40 milhões com vistas ao combate à pobreza, beneficiando 30 milhões de cidadãos sul-americanos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ninguém, em sã consciência, haveria de tirar a razão do Presidente do país andino. Não se trata, por certo, de negá-lo, mas eis que convém analisar alguns de seus pressupostos.

Os historiadores, cientistas políticos e analistas militares não são unânimes em apontar quais os elementos garantidores da paz ou, em outras palavras, quais os componentes que propiciam a ida ao estado de guerra. Contudo, uma linha teórica aposta no equilíbrio das forças e na instituição de determinado poderio militar capaz de funcionar como elemento dissuasório – de decisão, digo. Essa é a filosofia a embasar a política de defesa nacional não só do Brasil, mas também de outros países. Com base em tal lógica, possuir capacidade de reação e defesa contribui fortemente para inibir agressões armadas.

A história mostra que o Brasil tem longa tradição pacifista, e nossa diplomacia sempre exerceu e continua a exercer importante papel mediador nos conflitos regionais. É este nosso papel central: o de moderador e estabilizador de conflitos.

Contudo, Sr. Presidente, o que verdadeiramente nos capacita – em conjunto com nossa secular tradi-

ção conciliatória – como ator fundamental no âmbito da América do Sul é o nosso gigantismo. Na extensão territorial de 8 milhões e 511 mil quilômetros quadrados, nos dados demográficos – somos 190 milhões de habitantes –, na força econômica e no aparato militar, somos o número um do continente. E este continente vem atravessando um período de instabilidade, a requerer os préstimos da diplomacia brasileira.

Os movimentos de Hugo Chávez vêm sendo acompanhados com alguma preocupação, e o acordo entre a Venezuela e a Bolívia provocou reações do Paraguai e do Chile, vizinhos que já travaram conflitos armados com o país de Evo Morales. Outras escaramuças ainda cercam o relacionamento entre Venezuela e Colômbia e entre esta última e o Equador. O acordo militar estabelecido pelo Presidente Álvaro Uribe com os Estados Unidos é outra fonte de atrito que gerou pedidos por mais transparência da parte de Chile, Argentina e Brasil.

A própria criação da Unasul, em 2008, foi uma tentativa de buscar denominadores comuns em uma região com grande diversidade política e social. Quanto ao acordo com os Estados Unidos, resta claro que a Colômbia deveria ter reportado seus termos ao Conselho de Defesa Sul-Americano. Em vez disso, porém, o Presidente Uribe optou por não participar da reunião de Cúpula de Quito, já que nela ocorreria a passagem da presidência rotativa do grupo para o Equador. O isolamento de Bogotá é de tal monta, que o Chanceler Celso Amorim se referiu a um “placar de onze a zero” naquela reunião.

Em tal contexto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considerar se a América do Sul vivencia uma “corrida armamentista”, conforme apontou o Presidente do Peru, ou atravessa um momento de recomposição material de suas Forças Armadas torna-se menos importante.

Nos últimos anos, o desenho político sul-americano configurou grupos de países que tendem a se opor, dando azo a seguidas turbulências. Em grandes linhas, há três grupos. Venezuela, Bolívia e Equador têm-se oposto à Colômbia e ao Peru, os quais se mantêm aliados incondicionais dos Estados Unidos. Em posição equidistante, Argentina, Chile e, principalmente, o Brasil procuram apaziguar os ânimos e trabalhar pela unidade continental.

Em seguimento à linha teórica que expus, cabe ao Brasil, simplesmente, fortalecer os meios que o alçaram à condição de líder regional e de potência mundial, com o objetivo de solidificar sua destacada importância mediadora. Nesse sentido, em um macrocenário marcado pelo incremento das compras de materiais bélicos, nosso País não pode ficar para trás. O reaparelhamento das três Forças é uma necessidade

inadiável e não significa, absolutamente, que estejamos embarcando numa corrida armamentista.

Em termos realísticos, cabe considerar que o armamento dos países da região encontra-se defasado; em várias décadas, nada se fez nesse sentido. Portanto, alguma coisa precisa ser feita. Em meio a projetos dos anos 60 do século passado, encontramos relíquias do tempo da Segunda Guerra Mundial!

Creio ser preciso assegurar o direito de cada país estipular suas necessidades de defesa e os limites de investimento para essa área. No que cabe ao Brasil, sou ferrenho partidário do programa de reaparelhamento das Forças Armadas e intransigente defensor do aumento do orçamento militar, razão pela qual cumprimento o Ministro Nelson Jobim e o Presidente Lula por terem, com sensibilidade, detectado a premência dessa recomposição.

Basta olhar nossas Forças Armadas, basta olhar nossa Marinha de Guerra, basta olhar nosso Exército e nossa Aeronáutica para sentirmos que estamos muito aquém daquilo que é necessário para um país de dimensões continentais.

Não quero, aqui, de maneira alguma, Sr. Presidente, dizer que temos de deixar a educação, a saúde e a segurança em segundo plano. Não! Sei também das nossas dificuldades e dos poucos recursos que o Brasil tem, mas acredito que é necessário se preocupar com sua segurança externa. Afinal de contas, somos um País potência; portanto, cabe-nos ser o equilíbrio das forças nesse Cone Sul.

Portanto, fica aqui essa advertência, com a carta recebida pelo Embaixador do Peru, no sentido de que todos nós devemos nos preocupar com aquilo que nos diz mais de perto e com os ventos que sopram, às vezes, de algumas coisas que acontecem na América do Sul.

Portanto, Sr. Presidente, esse era apenas um relato dessa carta que recebemos. Ao mesmo tempo, quero dizer que somos daqueles que nos preocupamos também com o futuro. Achamos que nossas Forças Armadas, na verdade, têm grande capacidade, e pessoas de muita responsabilidade fazem a segurança. Mas é necessário lhes dar as condições necessárias, para que, realmente, possam propiciar o equilíbrio nesse Cone Sul.

Sr. Presidente, passando para outro assunto, quero aqui, rapidamente, referir-me a uma visita que, ontem, fez aqui o Senador Jayme Campos, vindo de Mato Grosso, para aqui resolver problemas das suas bases políticas. O Senador Jayme Campos trouxe aqui um elenco de medidas a serem tomadas para o desenvolvimento dos Municípios de Mato Grosso; conseqüentemente, deixou-nos incumbidos de tomar as

providências necessárias. Está S. Ex<sup>a</sup> preocupado com o desenvolvimento do interior mato-grossense, com o endividamento dos Municípios e com as carências desses Municípios. O Senador Jayme Campos participou de uma reunião dos prefeitos em Cuiabá, na semana passada, e o reclame daqueles prefeitos foi muito grande. A crise pegou os Municípios em cheio, principalmente na saúde e na educação, e isso preocupa o Senador Jayme Campos, que, portanto, deixou-nos a preocupação e as medidas a serem tomadas na próxima semana, no sentido de alertar as autoridades para aquilo que é necessário para amenizar o sofrimento do povo mato-grossense.

Também pediu S. Ex<sup>a</sup> que transmitisse a V. Ex<sup>a</sup> o carinho especial que tem por V. Ex<sup>a</sup>. S. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado seus pronunciamentos. S. Ex<sup>a</sup> estava na cidade de Colinas na semana passada quando, num momento de parada, ouviu V. Ex<sup>a</sup> da tribuna do Senado e falou: “Esse é o meu Senador, esse é o Mão Santa, que defende seu povo, seu Estado e seus princípios”. Portanto, em nome de Jayme Campos, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu trabalho nesta Casa!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agradecemos, mas V. Ex<sup>a</sup> substituir o Jayme Campos era difícil. V. Ex<sup>a</sup> foi assim: quando Pelé se contundiu, todo mundo ficou desesperado, e aí surgiu o Amarildo; V. Ex<sup>a</sup> tem sido o Amarildo defendendo aquele povo do Mato Grosso e suas necessidades.

Agora nós estamos alternando. Vamos chamar um líder, o Líder da Maioria, Valdir Raupp. Valdir Raupp é do PMDB e do Estado de Rondônia.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela Liderança da Maioria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pelo segundo ano consecutivo, o Senado Federal promoveu o seu prestigiado Concurso de Redação entre estudantes brasileiros matriculados nos dois últimos anos do Ensino Médio nas 17 mil escolas estaduais e distritais.

Trata-se de iniciativa das mais louváveis da Secretaria de Relações Públicas desta Casa, cujo objetivo vai além da mera distribuição de prêmios para os alunos e as escolas participantes. Seu fulcro principal está na conscientização dos jovens sobre a importância da educação e do exercício pleno da cidadania em nosso País.

Sob o tema “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil”, os estudantes foram instados a refletir sobre o significado do Estado Democrático de Direito e do que representa ser um cidadão de fato nos dias atuais.

E o nível das redações escritas, Sr. Presidente, surpreendeu pela sofisticação dos argumentos utilizados pelos estudantes e pelo elevado grau de consciência política apresentado pelos concorrentes. Tal condição não só nos enche de esperança como nos dá a certeza de que, paulatinamente, a qualidade da educação pública de nosso País vai retomando o seu patamar histórico.

Faço tal avaliação, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tomando como exemplo a brilhante jovem Dagriane Cácia Zanchetta, aluna da Escola Estadual de Buritis, Rondônia, e autora da redação finalista do meu Estado de Rondônia. Sob o título “Uma República Injusta”, Dagriane expõe em seu texto, com uma maturidade admirável e demonstrando pleno domínio da língua portuguesa, as desigualdades ainda existentes no Brasil e a necessidade de mudarmos essa situação pelo exercício consciente da cidadania.

Quem lê a arguta redação de Dagriane, Sr. Presidente, pode constatar, em suas palavras, o vigor e a vontade de agir, tão característicos do frescor da juventude. Em seus argumentos, muito bem construídos e expostos, percebe-se com clareza a força da educação como ferramenta indispensável de conscientização, de crescimento pessoal e na consolidação do próprio Estado Democrático de Direito.

Dagriane, hoje, é um exemplo para todos os estudantes de Rondônia – e por que não dizer do Brasil – e de toda a Amazônia, com suas condições mais difíceis e precárias de infraestrutura educacional. Ao se classificar como finalista do concorridíssimo concurso promovido pelo Senado Federal, a promissora estudante de Buritis demonstrou que nossos jovens talentos estão espalhados por todo o nosso País, sem qualquer distinção de raça, cor ou origem.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar a Secretária de Relações Públicas desta Casa pela feliz iniciativa de promover o concurso e dizer que o povo de Rondônia espera que mais e mais “Dagrianes” surjam para orgulhar o nosso Estado e provar a inteligência criadora da nossa juventude.

Quero ainda parabenizar a diretora da escola de Buritis, Rondônia, Professora Fabiana Santos Silva e também todo seu corpo docente e discente, principalmente os professores e professoras dessa escola brilhante, de uma cidade, Sr. Presidente, que eu criei quando Governador. Eu ouvi V. Ex<sup>a</sup> falando outro dia da tribuna que criou não sei quantas, 50...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Eu criei 78 cidades no Piauí.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Mas o Piauí é mais antigo do que Rondônia, que tem 52 cidades. Dessas, eu, quando Governador, criei 11. En-

tre essas 11 está a cidade de Buritis, de onde saiu a Dagriane, vencedora do concurso de redação do Senado Federal.

É com muito orgulho, portanto, que falo da cidade de Buritis, uma cidade nova, já com 50 mil habitantes. É praticamente do tamanho da cidade de onde eu saí, da qual fui Prefeito por duas vezes, Rolim de Moura. Lá fui Prefeito por dois mandatos; de lá saí Governador e cheguei a Senador. Lá é o meu domicílio eleitoral. Buritis é uma cidade bem mais nova e já está do tamanho de Rolim de Moura.

Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, em não mais de dois minutos, ler a redação da Dagriane, que recebeu hoje a homenagem do Senado Federal.

O título da redação é: “Uma República Injusta”.

Somos cidadãos de uma sociedade brasileira que ainda é injusta, é inegável dizer que houve progressos.

Os indicadores sociais como analfabetismo, mortalidade infantil e graus de instrução melhoraram significativamente nos últimos anos, embora ainda estejam distantes do ideal. O desemprego, contudo, é um problema cada vez mais sério nos grandes centros urbanos.

A concentração de renda, que já era um problema sério durante o regime militar, alcançou proporções absurdas. O Brasil é um dos países onde há uma das maiores diferenças entre ricos e pobres, causa de inúmeros conflitos sociais.

Como resolver esses problemas, como tornar um país justo e democrático?

Para mudar um país, é preciso mudar seus cidadãos. Torná-los conscientes de seu potencial, das suas capacidades, investir em educação e na formação do indivíduo. Quando a maioria da população tiver consciência de seu poder, será mais fácil mudar o país e conseguir importantes conquistas.

O indivíduo que receber uma boa formação moral, ética, que tiver uma boa educação, acesso à informação, à cultura, terá condições de refletir sobre a situação do país e questionar as injustiças e as desigualdades. Saberá cumprir seus deveres e exigir seus direitos de cidadão para construir um país melhor.

Ser cidadão de uma República chamada Brasil é amar e respeitar a nossa Pátria.

Essa foi a redação da Dagriane, da escola de Buritis, Rondônia, vencedora do prêmio do concurso de redação do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, vamos chamar um orador inscrito.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Depois, o orador inscrito é o grande e extraordinário Pedro Simon, que ontem fez um louvor em salmo a sua faculdade em Caxias do Sul que encantou todos. Foi tão bonito como a Oração aos Moços, de Rui Barbosa, que comemorava 50 anos da Faculdade de Direito de São Paulo. S. Ex<sup>a</sup> passou a mesma emoção e os mesmos ensinamentos à mocidade não só gaúcha, mas de todo o Brasil.

Com a palavra, o nosso Senador, cuja ausência foi muito sentida aqui. Recebi muitos *e-mails*, telefonemas...

V. Ex<sup>a</sup> ausentou-se aqui, mas sabemos por quê: teve um infortúnio lá, familiar, com o desaparecimento de um ente querido. Aquele povo ainda está com a esperança de V. Ex<sup>a</sup> governar aquele Estado...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Realmente, eu que fui para passar uma semana lá no meu Estado, me demorei mais porque, desafortunadamente, na madrugada da minha viagem para lá, houve o falecimento de um sobrinho meu, o filho mais velho da minha segunda irmã, que era como se fosse o segundo filho que eu não tive. Eu tive um filho e duas filhas, e esse rapaz foi criado praticamente junto com o meu filho. Era paraense, formou-se em Belém, voltou para Roraima por incentivo meu. Era um defensor público concursado, dedicado e que perdeu a vida abruptamente aos 37 anos de idade, vítima de um pega, de um racha, de motociclistas numa avenida importante da Capital.

Portanto, foi um período em que atravessei bastante sofrimento e pude também, ao mesmo tempo, ver que um jovem de 37 anos, com nove anos de profissão, como defensor público, tinha prestado já um imenso trabalho à população de Roraima, dadas as manifestações que a família recebeu em função do seu desaparecimento.

Portanto, quero agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, prestaram a sua homenagem e o seu apoio ao Anderson Cavalcanti de Moraes e à sua família. E quero também estender isso a todos aqueles que, mesmo de longe, oraram pela viúva e pelas suas filhas.

Mas, Sr. Presidente, eu quero hoje abordar um tema que está me preocupando muito. Nós devemos votar, possivelmente na semana que vem aqui, depois de já votado na Comissão de Relações Exteriores, o ingresso da Venezuela no Mercosul. Há aqueles que

são a favor e, mesmo entre os que são a favor, a grande maioria ressalva que é a favor do País, da Nação Venezuela, e não a favor do governo do Presidente Chávez, porque realmente não há como ser a favor de um governo em que todos os componentes de uma democracia estão sendo corroídos, acabados.

Mas o mais grave é que não é só a questão democrática – que aliás é a principal –, mas também as de ordem econômica, de ordem tributária e de ordem jurídicas que a Venezuela não está cumprindo.

Tudo bem, isso também é contornável.

Eu votei favoravelmente na Comissão de Relações Exteriores, embora tenha feito todas essas ressalvas. E disse mais: estava votando como Senador de Roraima, porque entendia que o meu Estado é – entendia não, entendo! – a parte do Brasil que mais tem a ver com a Venezuela, porque está encaixado dentro da Venezuela.

E o que está me preocupando, Senador Mão Santa, é que... Vou até ler uma matéria publicada, um depoimento do Deputado Estadual Raul Lima, de Roraima, que, por sinal, é uma pessoa que se criou na Venezuela. O pai dele era um diamantário, um homem que lidava com pedras preciosas na Venezuela. Ele foi criado lá. Ele fala:

Racionamento diário. O Deputado Raul Lima, que esteve recentemente na Venezuela, informou que a situação do fornecimento de energia elétrica lá é muito grave. Ele esteve reunido com a Comissão da Câmara Federal que foi até a Venezuela e constatou que há uma crise social ocorrendo naquele país. A Venezuela depende em quase tudo da Colômbia (alimentação, roupas, etc.) e, no momento, existe um clima de guerra vigente entre os dois países. Todos os dias os venezuelanos enfrentam racionamento de água e de luz. O estado é de calamidade. Existem sérios riscos de problemas sociais na fronteira, e o risco de faltar energia em Roraima é cada vez mais iminente.

Por que faltar energia em Roraima? Porque a nossa energia, de Roraima, vem da Venezuela, vem da Usina Hidrelétrica Guri. Portanto, essa hidrelétrica já está com algumas turbinas paradas. Eu acho um absurdo, por exemplo, que o Presidente Lula, que esteve uma única vez no Estado, recentemente, tenha anunciado que vai construir uma usina hidrelétrica na Guiana e que essa usina poderá também fornecer parte da energia para Roraima, enquanto que existem dois projetos prontos para construir hidrelétrica dentro do Estado de Roraima. Um no Rio Cotingo, na Cachoeira

do Tamanduá, estudo todo feito, de impacto ambiental, de engenharia, tudo pronto.

Não se construía porque antes havia a questão de que a Funai pretendia aquela área para demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. A reserva foi demarcada. Não há incompatibilidade da construção de uma usina hidrelétrica numa reserva indígena. A Constituição diz claramente que depende de aprovação do Congresso Nacional. O projeto de decreto legislativo apresentado por mim para construção dessa hidrelétrica lá em Cotíngio já está aprovado aqui no Senado e está na Câmara há mais de três anos, Senador Mão Santa, e não aprovam na Câmara. Semana que vem, acho que vou me transferir para a Câmara para ficar andando de Deputado em Deputado, pedindo que se vote esse projeto, porque agora nós estamos numa ameaça real de que, se não cuidarmos, se agora já está, imagine daqui a algum tempo.

Nesta semana também, aprovamos um projeto de autoria do Senador Augusto Botelho que autoriza a construção de uma hidrelétrica no rio Mucajaí, um rio dentro de Roraima, decreto legislativo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. É outra hidrelétrica que também tem todo um estudo feito, tudo pronto, basta o Governo Federal querer fazer. Aliás, pode ser com o financiamento do BNDES, ou pode ser com recursos da União, ou pode ser pela iniciativa privada, pois existem muitas empresas interessadas na construção e na exploração dessas hidrelétricas. E, mais ainda, esta que está dentro de uma reserva indígena, pode se transformar – uma vez construída – numa fonte de recursos para aquela comunidade, porque parte do lucro, portanto, em *royalties* referentes à energia elétrica lá produzida, reverter-se-á em benefício das comunidades indígenas, que hoje, como aliás é costume em todas as reservas indígenas, estão abandonadas pelo Governo Federal.

O Governo Federal tem a preocupação de fazer charme, dizendo que demarcou reserva indígena. Cuidar de índio mesmo que é bom, não cuida, não. Cuida muito mal mesmo!

Aliás, há uma outra notícia no jornal de hoje de Boa Vista: o caso de gripe suína entre os índios ianomâmis. Vejam bem: os índios ianomâmis lá no meio do mato, como se diz, na fronteira com a Venezuela, estão com suspeita de gripe suína. E olhe quem está cuidando disto: a Funasa.

A Funasa de Roraima está um caos, comandada e dirigida por um homem que foi preso pela Polícia Federal por suspeita de roubo mesmo, improbidade administrativa. E ele continua sendo o Coordenador da Funasa. A Funasa lá realmente não cuida de nada,

não tem nenhuma capacidade de cuidar da saúde dos índios.

No entanto, estamos vendo que vamos aqui, de novo, viver, talvez na semana que vem, uma discussão sobre o ingresso da Venezuela neste Mercosul, Senador Mão Santa, que não está funcionando nem com a Argentina.

Há uma briga permanente, um desentendimento permanente entre Argentina e Brasil, Brasil e Argentina. Agora, encontraram-se o Presidente Lula e a Presidente Kirchner para reacerar certos pontos.

A Argentina e o Brasil, junto com o Uruguai e Paraguai, foram os que criaram o Mercosul. Imagine, se assim não está funcionando, calcule quando entrar a Venezuela do Sr. Hugo Chávez. Como vai ficar este Mercosul? Espero que fique com “c”, porque, na verdade, é muito preocupante.

Embora tenha que votar a favor da entrada por causa do meu Estado, por outro lado, preocupo-me muito de ver que este Mercosul, que já não funciona, pode ser agravado de maneira definitiva com a entrada de um país que é dirigido por um presidente cujo divertimento principal é fazer arenga. Já brigou com o Rei da Espanha, já brigou com os Estados Unidos, briga, agora, com a Colômbia, que é sua vizinha. Todos os jornais dizem que ele é ligadíssimo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Eu não consigo entender como é...

Sendo médico, eu, por exemplo, não acho que todo médico é santo, não. Nós temos aí exemplos de casos de médicos que cometem barbaridades. Embora seja uma profissão em que não se admite isso, há exceções.

Mas fico preocupado quando vejo certas posições, Senador Agripino, de pessoas da Esquerda – desta dita Esquerda, nem sei se isso vale mais hoje em dia – de que, se é da Esquerda, não tem problema, não tem problema. Pode ser o Cesare Battisti lá da Itália, pode ser o Hugo Chávez, que era um coronel e virou esquerdista, mas se está dentro da cartilha esquerdista, está absolvido. De saída, está absolvido.

Então, eu acho que temos que realmente discutir muito bem mesmo esta questão da entrada da Venezuela no Mercosul. Repito que sou favorável à entrada, mas não posso dizer: “Vamos fechar os olhos e dizer que não há nada”. Há e inclusive o meu Estado já está correndo riscos agora. Também li nesses dias, em um jornal em Boa Vista que, não só o contrabando da gasolina, Senador Agripino, é feito da Venezuela para o Brasil, porque lá chega a ser quase zero o valor da gasolina – R\$0,50 – enquanto no lado de Roraima é praticamente R\$3, de forma que as áreas indígenas que têm fronteira com a Venezuela, hoje, todas são

depósito de gasolina. Assim, o turista que vai para a Venezuela, para a cidade vizinha onde tem uma zona franca, que vai comprar alimentos, material de higiene, porque tudo é mais barato do que em Boa Vista, embora em Boa Vista haja uma área de livre comércio, também compra a gasolina no hotel. O Venezuelano vai levar no hotel a gasolina para ele, porque nas bombas existe um certo racionamento. Ele compra essa gasolina um pouquinho mais cara, já que passa de R\$0,50 para R\$0,80 ou R\$1, mas ainda é um bom negócio.

Então, quero aqui dizer que estou preocupado com o meu Estado em relação a essa questão da Venezuela, à crescente violência. Já denunciei aqui que o empresário de Roraima foi sequestrado no meio do território venezuelano, não é na fronteira, não; no meio do território venezuelano, pelas Farc. Tiveram, portanto, pelo menos a omissão da polícia da Venezuela, porque hoje ele está na Colômbia, digamos assim, sequestrado pelas Farc.

Sendo assim, precisamos discutir essa questão com bastante serenidade e não com esse viés apenas ideológico.

Esse é o registro que quero fazer, preocupado, repito, que estou. Vamos aceitar, mas vamos aceitar com muitos condicionantes. Acho até que a proposta de aprovar e sobrestar a validade talvez seja a mais adequada para este momento em que vivemos. A cada dia que passa o nosso Presidente Chávez cria um problema novo para o povo da Venezuela e para todo o continente. O argumento mais convincente que houve durante os debates da Comissão de Relações Exteriores é o de que isolar a Venezuela é pior, porque ele fez isso com Cuba e permitiu que Cuba, até hoje, vivesse nessa ditadura castrista que está lá, que passou do Fidel para o Raúl e que a cada dia piora ainda mais.

Encerro dizendo que espero que a semana que vem, se formos mesmo discutir essa questão da entrada da Venezuela, levemos em conta todos esses aspectos. Não é possível dizer apenas assim: "O saldo comercial do Brasil com a Venezuela é de R\$6 bilhões." É feito praticamente por dois Estados do Brasil, São Paulo e Minas Gerais. Segundo, que a questão do dinheiro esteja acima das questões democráticas, das questões de direitos humanos, sobretudo das questões de harmonia que devem existir no continente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Depois do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, vamos chamar agora um Líder, e o próximo Líder inscrito é o Senador José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte.

S. Ex<sup>a</sup> é uma das inteligências mais privilegiadas deste Brasil. Extraordinário Prefeito de Natal, extraordinário Governador, é extraordinário Senador da República. É um dos homens mais experimentados. S. Ex<sup>a</sup> é do DEM.

A meu ver, V. Ex<sup>a</sup> deveria ser é candidato a Presidente da República e pedir àquele Maia para ser o seu vice. Daria uma boa chapa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu sou extraordinário amigo de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Obrigado pelas manifestações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos chegando ao final de uma semana, mais uma semana de trabalho. E esta semana foi muito marcada por dois fatos: o julgamento do italiano Cesare Battisti, completado ontem pelo Supremo Tribunal Federal; e muitas discussões que começaram logo na segunda-feira, na Comissão de Infraestrutura, e se desdobraram, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos e, em seguida, na Comissão de Relações Exteriores, relativas à administração do pós-apagão, que é um problema permanente que pode comprometer o crescimento futuro do País e que merece um posicionamento muito firme, muito claro por parte do Congresso brasileiro.

Eu queria, rapidamente, manifestar uma opinião sobre o caso Cesare Battisti, Sr. Presidente. Há uma dúvida. Eu, agora há pouco, respondi a pergunta de uma repórter de um canal de televisão, sobre se eu achava que tinha havido dubiedade por parte do Supremo em decidir-se pela extradição do Sr. Cesare Battisti, mas entregar a definição ao Presidente da República, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Eu disse que não. Eu disse que tinha entendido como um gesto de sabedoria. A definição jurídica estava tomada. Se o Brasil quiser tomar uma posição, baseada na definição jurídica interna, tomada pela Suprema Corte de Justiça do Brasil (STF), que coincide com opinião anterior emitida por cortes européias no que diz respeito ao direito europeu... Nós temos a nossa Corte de Justiça, que decide internamente. A opinião externa é uma opinião externa, mas, no caso Cesare Battisti, foi coincidente com a decisão do Supremo Tribunal Federal: pela extradição, pelo cometimento de crime comum na Itália e pela necessidade de o Sr. Cesare Battisti ser extraditado para ser julgado, condenado, preso na República italiana.

Inclusive, a indefinição do Brasil, Presidente Mão Santa, já nos criou um problema sério. A relação do Brasil com a Itália é robusta há anos. A Fiat está aqui, a Olivetti está aqui, a Pirelli, um mundo de grandes empresas italianas está aqui, empregando muita gente, gerando muito intercâmbio. O Brasil é popularíssimo

na Itália pelo seu futebol, pelo seu carnaval, pela sua música. A relação Itália/Brasil é uma relação afável, robusta, positiva, geradora de emprego e, do ponto de vista cultura, excepcional. Mas ela está fraturada.

Pode até ser que o Embaixador do Brasil designado para a Itália tenha sido recebido ontem ou anteontem, mas, até há pouco tempo, não havia sido recebido para entrega de credenciais pelo governo italiano, numa manifestação claríssima de retaliação pelo caso Cesare Battisti. E ele está lá há meses, designado Embaixador. Ou seja, isso está prejudicando as relações Brasil/Itália sem nenhuma necessidade, principalmente agora. Se o interesse do Brasil estiver em jogo pelo Governo brasileiro, se o interesse dos brasileiros, aqueles que dependem de emprego da Pirelli, da Fiat, da Olivetti, de um mundo de empresas italianas que estão no Brasil e negócios do Brasil que estão na Itália e vice-versa... Para destravar essa nódoa na relação, basta que se cumpra a decisão que o Supremo Tribunal Federal tomou ontem, do ponto de vista jurídico: pela extradição. Mas ofereceu também, ao Presidente Lula, a outorga do direito dele tomar a decisão, como Chefe de Estado, que lhe convenha, como que para dar conforto a um fato que vem provocando polêmica política no País há bastante tempo.

Se o Presidente da República extraditar o Sr. Cesare Battisti, ele estará agindo consoante com o que manda o Direito no plano interno e no plano internacional. Estará prestigiando um país que inventou, com a Operação Mãos Limpas, o prestigiamento à ordem jurídica e ao direito ao combate à corrupção – a Itália –, estará prestigiando a esse país com quem temos relações seculares, excepcionais. Se, no entanto, ele quiser fazer graça – vou repetir: fazer graça – para a componente política que apoia e que aplaude o Governo em muitos momentos, a componente política e ideológica de extrema esquerda, ele mantém o Sr. Cesare Battisti aqui. Talvez com a manutenção do Sr. Cesare Battisti, e não é por questões humanitárias, mas por questões políticas e ideológicas de um segmento que apoia o Governo – só por isso, nada mais do que isso –, vai prejudicar, vai terminar prejudicando os interesses do Brasil.

Quem sabe, depois da cessão da Embaixada do Brasil em Honduras para o Sr. Zelaya, com a perspectiva de invasão de um próprio do Brasil, sem necessidade, nós talvez fiquemos com o Embaixador do Brasil instalado no Palazzo Doria Pamphili, em Roma, na Piazza Navona, sem ter entregue as credenciais ao Governo italiano, por conta do Sr. Cesare Battisti. Ou não possa exercer, de forma plenipotenciária, as suas tarefas de Embaixador em um país amigo, tudo por conta do Sr. Cesare Battisti.

Vale a pena isso ou vale a pena seguir a decisão jurídica do Supremo Tribunal Federal e extraditar o Sr. Cesare Battisti, cumprindo a decisão judicial nacional e internacional?

Essa é uma opinião que tenho e que exponho de forma muito clara, porque até a decisão do Supremo eu estava me reservando. Mantinha opinião, mas me reservava. Todavia, o Supremo decidiu.

O Governo brasileiro, se quiser agir na lei, se quiser agir de conformidade com as manifestações anteriores da Justiça europeia e da Justiça brasileira, toma posição amanhã; senão, vai seguir, política e ideologicamente, na contramão do Direito. Agora, vai assumir que agiu na contramão do Direito, prejudicando interesses do Brasil, interesses de emprego, de renda, das pessoas, que vão e voltam da Itália ao Brasil, do Brasil para a Itália.

Mas, Sr. Presidente, o que eu gostaria também de comentar, e o faço de forma muito determinada, é a discussão que ocorreu na segunda-feira. V. Ex<sup>a</sup> sabe que segunda-feira, principalmente em um ano pré-eleitoral, como é 2009, os Senadores e os Deputados estão muito nas suas bases, porque ano que entra é tempo de eleição e segunda-feira não é dia de *quorum* alto. Porém, na segunda-feira, a Comissão de Infraestrutura reuniu-se – parece-me que com quatro Senadores presentes – e decidiu pela convocação de uma audiência pública com 18 técnicos, para falarem sobre a questão do apagão, e mais a Ministra Dilma e o Ministro Lobão, numa sequência que viria a ser ordenada.

É evidente que a sequência ordenada será a da convocação para a audiência pública dos 18 técnicos, que vão fazer uma grande encenação, vão se prestar a um circo, vão se prestar a fazer um comício, porque avaliar tecnicamente a questão do apagão com 18 técnicos ouvindo perguntas de Senadores que não são propriamente técnicos, são políticos que têm a obrigação de fazer a interlocução da sociedade, pensar no interesse coletivo, mas não são obrigados a entender como doutores das razões do apagão e não estarão segura e completamente preparados para, do ponto de vista técnico, discutir com aqueles técnicos as razões do apagão... Chamaram para, certamente depois da discussão técnica, dizer da desnecessidade de se trazer a Ministra Dilma e o Ministro Lobão.

Em seguida, a Comissão de Assuntos Econômicos, contra o nosso voto, porque isso já foi na terça-feira, homologou a decisão da Comissão de Infraestrutura. Mas, em seguida, também a Comissão de Relações Exteriores, numa atitude em que nós tomamos a iniciativa de, ao lado do PSDB, fazer funcionar, aprovou um requerimento para a vinda exclusiva da Ministra Dilma

e do Ministro Lobão, para falarem, pelo Governo, sobre o que é que o Governo está pensando em fazer para prevenir o futuro com relação aos apagões.

Por que tomamos essa iniciativa, Presidente Mão Santa? Por dever de responsabilidade com o País.

Eu participei da discussão do marco regulatório, há quatro, cinco anos, no gabinete do Senador Mercadante, quando ele ainda era o Líder do Governo, para definição do marco regulatório, para definição do modelo, inclusive tarifário, do sistema elétrico, que privilegiava a energia velha, as estatais – energia velha era energia gerada pelas hidrelétricas antigas, as estatais – com uma tarifa mais alta, como que para garantir lucro para que as estatais, com lucro, pudessem ampliar o sistema hidrelétrico do Brasil; e garantia uma tarifa menor, menos privilegiada, menos atrativa para a energia nova, ou seja, para os investimentos nacionais e estrangeiros que viessem a se fazer – e esses investimentos são pesadíssimos – para gerar energia nova.

Eu combati o modelo porque entendia que iria acontecer o que aconteceu: o modelo estatal não se capitalizaria, como não se capitalizou, e não geraria investimentos, como não gerou investimentos. O que aconteceu em matéria de investimento foi, em grande medida, investimento por consumidores que geraram energia para seu próprio consumo ou eventuais investimentos privados feitos em escala menor do que a que deveria ter sido feita.

Mas o que é fato é que o modelo, na minha opinião, traz um defeito de origem, que é o de não estimular, não criar elementos estimulantes a investimentos para que o crescimento do País aconteça no ritmo que se deseja.

Resultado: ano passado, 2008, Senador Mozarildo, ocorreram 48 apagões. O que é que se considera apagão pelo Operador Nacional do Sistema, pelo ONS? Apagão significa a queda, por uma hora ou mais, da energia elétrica em potência igual ou superior a 100 megawatts. Cem megawatts é a energia necessária para iluminar uma cidade de 400 mil habitantes. Daí para frente é apagão. Cem megawatts durante uma hora. Ocorreram, no ano passado, em 2008, 48 apagões. Este ano, até agora, ocorreram 62 apagões. Tem algo estranho no sistema elétrico brasileiro. E esse algo estranho impõe o quê? Investigação, esclarecimento, sem política pelo meio.

O que eu quero é que o Governo venha aqui, mas não é pelos técnicos. Eu tenho uma proposta diferente: o Governo vem e reconhece que existem problemas. Ora, o Presidente da República disse que nem Deus poderia assegurar que não vai haver novos apagões no Brasil – está aí na manchete do jornal do sábado

passado, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Se ele próprio reconhece isso, por que o Governo não tem a humildade de chegar no Congresso, pelos seus Ministros, e dizer: “Ocorreu um problema, não somos infalíveis; agora, somos responsáveis, não vamos esconder a sujeira debaixo do tapete e vamos fazer o que Nova York fez em 1965 ou o que o Governo Fernando Henrique Cardoso fez em 1999: contratar uma equipe de especialistas da melhor qualificação internacional para fazer uma avaliação isenta sobre o que aconteceu, para prevenir apagões para o futuro”.

O que aconteceu em 1999? O Governo passado chamou especialistas. Um deles chamava-se Prabha Kundur, um indiano, tido na época como o melhor especialista em identificação de macroproblemas de geração e de distribuição energia elétrica. Esse cidadão passou três meses no Brasil, ele e uma equipe grande de técnicos brasileiros e técnicos estrangeiros, e produziram um diagnóstico claro do que aconteceu em 1999. E aplicou-se um receituário: é preciso construir termoeletricas movidas a gás para dar equilíbrio ao sistema. Entre outras coisas, isso ficou constatado, as razões do apagão de 1999 foram identificadas e um remédio foi receitado. E muito do remédio foi executado. Não tudo, mas muito foi executado.

Senador Geraldo Mesquita, por razões de ordem econômica, essas termoeletricas a gás que foram construídas de 1999 para frente – no meu Estado mesmo foi construída a Termoçu –, se estivessem funcionando, dariam... Elas não foram feitas exatamente para garantir suprimento adicional de energia elétrica, mas para garantir o equilíbrio do sistema, a segurança do sistema.

O sistema brasileiro é um sistema único no mundo. É um sistema interligado único. E baseado em quê? No modelo hidroelétrico de Furnas, Três Marias, Paulo Afonso e Itaipu. É um modelo único.

Os Estados Unidos têm um sistema interligado em cinco sistemas. São cinco sistemas ao longo do país, interligados, mas são cinco sistemas autônomos. No Brasil, temos um único. É um único sistema interligado. É impossível você mudar, porque não há como fazer outra Itaipu para isolar, não há como fazer outra Furnas para isolar e não há como fazer outra Paulo Afonso para isolar. Está tudo interligado. E o que é interligado, macro, tem deficiências, exige manutenção, exige fiscalização, exige acompanhamento técnico de primeira qualidade para que não haja o apagão. E aí entra, Senador Mão Santa, aquilo que eu acho que está faltando: compromisso do Governo. É por isso que nós quisemos... Não precisa trazer os técnicos. Quanto aos técnicos, o Governo tem que contratar gente isenta para fazer a avaliação sobre o que houve.

O que acontece no Brasil hoje? Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> é médico, eu sou engenheiro. O NOS – Operador Nacional do Sistema é um órgão privado. Técnicos de bom nível estão lá, mas há uma ligação muito íntima entre o ONS e o Governo Federal. Quem o Operador Nacional do Sistema está substituindo? E aí entra o primeiro defeito: a Aneel. O sistema elétrico brasileiro, como o de telecomunicações... As distribuidoras de energia elétrica no Brasil foram, em 90%, privatizadas. Passaram por um processo saudável de privatização – hoje eu reconheço – como a telefonia.

Para que existe a Aneel? A Aneel é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Ela foi criada, no modelo de privatização, para fiscalizar; ela tem técnicos para fiscalizar o funcionamento do sistema elétrico, gerador e distribuidor. Ela tem receita, que é paga pelo consumidor. Em cada conta de luz, há uma tarifa, uma pequena taxa para a Aneel, para que ela possa fiscalizar subestações, hidrelétricas, redes de transmissão, funcionamento do ilhamento do sistema, interligação do sistema.

Sabem quanto é que ela recolheu nestes últimos 12 meses? R\$1,68 bilhão. Sabe quanto é que o Governo liberou desse dinheiro que é recolhido nas contas e que deveria passar automaticamente para a Aneel fiscalizar o sistema? Contingenciou 55%, reteve R\$900 milhões. Para quê? Para fazer caixa junto ao Tesouro para pagar dívida ou para fazer outro tipo de investimento que não a fiscalização. Resultado... Senador Geraldo Mesquita, está bem sentado V. Ex<sup>a</sup>? Porque V. Ex<sup>a</sup> é brasileiro tanto quanto eu e quer que este País cresça tanto quanto eu, e, para ele crescer, não adianta dizer que vamos crescer 8% ano que entra. Vamos crescer se tiver energia elétrica para suportar esse crescimento; senão, não cresce não, topa no apagão. Topa no apagão, que está ocorrendo, entre outras coisas, por má gestão do sistema.

Sabem quantos técnicos, quantos fiscais a Aneel tem para fiscalizar 450 subestações e 90 mil quilômetros de rede de distribuição de alta tensão? Sabem quantos fiscais tem? Setenta e seis para o Brasil inteiro. Esta é a realidade do Brasil, e é por isso que quero que essa Comissão se instale aqui, para mostrar os podres do sistema, para que se tomem providências. Tem 76. Quem tem que ir, quem tem que fiscalizar esse mundo de investimento é a Aneel. É o modelo, a não ser que se queira mudá-lo. Agora, não se fiscaliza, permite-se que se perpetuem os defeitos, deseja-se não trazer os Ministros para tomarem compromisso aqui. Então, a gente vai correr o risco de nos depararmos, em 2012, com desinvestimento.

Sou engenheiro e tenho a obrigação de, minimamente, entender as projeções, as avaliações com

relação a investimento e produção de energia elétrica. Até 2012, está garantido, pelo ritmo de obras em curso, o ingresso de 3 mil *megawatts* por ano, que garantirão a sustentação do crescimento do Brasil, não num ritmo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – (...) muito alto, mas num ritmo razoável. De 2012 para frente, o que tem de investimento assegurado dará para gerar 900 *megawatts*. Como é que você vai querer crescer a níveis de Índia, de Rússia ou de país que está querendo crescer com uma projeção defeituosa como essa? Vou repetir, e são dados absolutamente confiáveis: até 2012, temos assegurado o ingresso de 3 mil *megawatts* por ano, para 2010 e 2011. De 2012 para frente, tem 900 *megawatts*, e não tem mais nada; não tem investimento garantido nenhum. E, da forma como está a tarifa de energia elétrica para o setor privado, é possível que não venha mais ninguém; e, se não vier, esqueçam crescimento sustentado!

O que é que eu quero? Estou denunciando a falta de investigação do sistema e anunciando fatos como essa vergonha!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – A Aneel foi desprestigiada: tem 76 fiscais, suprimem sua receita e evitam que ela cumpra sua obrigação institucional. O que é que eu quero? Quero que se revejam, se for o caso, através do diagnóstico desse grupo técnico, que já se reuniu em Nova York ou no Brasil, as causas do apagão, para que a sociedade brasileira se sinta protegida.

Não há nenhuma perspectiva de crescimento da economia se não houver por trás um suporte. Pode faltar estrada, pode faltar porto, vai se dando um jeito; cresce o Custo Brasil, mas vai se dando um jeito. Agora, sem energia elétrica, crescimento? Esqueçam! Não dá!

Estamos diante, Presidente Mão Santa, de um fato gravíssimo, e esta semana cuidou-se, sem a devida seriedade, de se tentar tapar o sol com a peneira. Houve reunião com 18 técnicos para dizer que se está cumprindo a tarefa e que não precisa mais reunir ninguém, porque até 2011 tem energia elétrica. Não! Outros apagões podem acontecer amanhã, depois de amanhã, por má gestão, por falta de fiscalização, por falta de investimento, por falta de um mundo de coisas que não sei ao certo o que é, mas desejo, como brasileiro, saber o que é – e tenho direito.

O que quero é que a Ministra Dilma e o Ministro Lobão venham aqui para reconhecer que há defeitos, que há necessidade de se trazer, como já se levou a outros países e já se trouxe aqui, um grupo de téc-

nicos da melhor qualidade para fazer uma avaliação isenta, sem politização, mas que aponte os caminhos que temos de seguir para que o Brasil tenha condições de crescer de forma sustentada. Do contrário, não estaremos, Senador Pedro Simon, cumprindo nossa obrigação; estaremos aqui fazendo discursos soltos ao vento.

Vou insistir pragmaticamente nos meus pontos de vista, não por interesse político, mas por interesse no futuro deste País.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos prorrogar a sessão por mais uma hora, para que todos os oradores possam usar da palavra.

Senador José Agripino, esse apagão comoveu, porque ele ocorreu no sul do País. No Piauí, há muito tempo, há um apagão contínuo, o apagão administrativo – o de energia é muito raro. Então, realmente, é grave o problema. Isso ocorreu porque o apagão atingiu o sul do País. O Nordeste e o Piauí vivem no apagão.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior é o décimo primeiro orador inscrito aqui. Por último, anunciaremos – os últimos serão os primeiros – o Senador Pedro Simon, o maior orador.

Senador José Agripino, ouvi V. Ex<sup>a</sup> falando. Tem de se considerar a Itália, o Renascimento, o Direito romano, que, como V. Ex<sup>a</sup> sintetizou, deve ser respeitado e deve ser fonte de inspiração para o nosso Presidente.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente e as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores presentes.

Senador Mão Santa, eu queria lhe fazer uma pergunta: o que há de comum entre a decisão adotada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a postura deste Congresso Nacional, que se sujeita à humilhação, ano após ano, de não ver equacionada e resolvida a questão das emendas parlamentares? Vou me atrever a responder: o que há de comum entre uma coisa e outra é a sujeição de dois Poderes a um Poder que se mostra cada dia mais supremo e absoluto.

Há, no imaginário de cada brasileiro, Senador Simon, ao longo dos tempos, uma expressão que já é ou, pelo menos, era um dogma, qual seja: decisão do Supremo não se discute, cumpre-se. Isso sempre ouvi falar. Perguntado, cada brasileiro iria dizer: “Olha, isso aí, eu acato”. Esse dogma, nos tempos modernos, Senador Mão Santa, sofreu uma pequena alteração, e passou-se a dizer o seguinte: decisão do Supremo discute-se, sim, mas se cumpre. Com a decisão de

ontem do Supremo – digo isto com muito constrangimento –, penso que, agora, no Brasil, vamos ter de dizer o seguinte: decisão do Supremo discute-se, sim, mas se cumpre-se desde que seja da conveniência do Presidente Lula.

Sempre entendi que ao órgão máximo da Justiça brasileira estava reservada a missão suprema e última de dar a última palavra neste País, Senador Mozarildo. A mim e, penso, a todos os brasileiros, não interessa haver uma Suprema Corte que simplesmente declare o Direito. Para isso, existem as várias instâncias do Judiciário. Para mim e para cada brasileiro, Senador Mão Santa, interessa que a Corte Suprema dê a última palavra, e essa palavra, como antigamente se dizia, não deve ser nem discutida, mas deve ser cumprida.

O Supremo Tribunal, para tomar a decisão que tomou ontem, decidiu, em um primeiro momento, acertadamente – digo “acertadamente”, porque lhe competia decidir por uma coisa ou por outra –, pela extradição do Sr. Cesare Battisti, mas, em seguida, transformou essa decisão em uma decisão simplesmente declaratória e convocou o Presidente Lula a ser mais um membro do Supremo Tribunal, sem que seu nome tivesse passado pela apreciação desta Casa. Membro do Supremo Tribunal tem de ser aprovado nesta Casa, Senador Mão Santa. É como se o Supremo Tribunal, quando decidiu remeter ao Presidente da República a responsabilidade de cumprir ou não uma decisão como aquela, estivesse, sem a autorização do Senado Federal, introduzindo o Presidente da República no Conselho de Ministros e delegando ao Presidente toda competência, responsabilidade e atribuição para dar a última palavra sobre uma decisão do Supremo Tribunal.

Eu me sinto, como brasileiro, Senador Mão Santa, ingressando num ambiente de insegurança jurídica. Já nos bastaria a sujeição, a submissão que este Congresso Nacional pratica, há muito tempo, com relação ao Poder Executivo brasileiro. Isso já bastaria. E um caso emblemático dessa sujeição é essa repetição, que já se torna enfadonha, da questão das emendas parlamentares.

Estamos recebendo prefeitos municipais, dirigentes de órgãos estaduais e federais sediados nas nossas terras, nos nossos Estados. Eles se deslocam, muitas vezes, como no caso do Acre, com muita dificuldade. É recurso que é despendido em viagem, em estada em Brasília, para discutir com a Bancada federal a alocação de emendas no Orçamento da União.

Faltam poucos dias para o encerramento do prazo para a apresentação de emendas ao Orçamento da União, e vou revelar uma coisa aqui, Senador Simon. Eu trouxe até um relatório. Em relação a este Parlamentar, as emendas do Orçamento de 2008... Esta-

mos discutindo, aqui, a alocação de emendas para o Orçamento de 2010. Das emendas do Orçamento de 2008, Senador Mão Santa, para não retroceder ainda mais, deste Parlamentar que fala, de um montante de R\$10 milhões, foram pagos, foram liberados apenas 24%. O Senador Mozarildo vai dizer: “Não, Geraldo, mas você, em 2009, liberou tudo. Ou, por outro, o Poder Executivo pagou todas as emendas que você alocou no Orçamento”. Zero, nenhuma, Senador Mão Santa! Vou repetir: nenhuma! Nenhum centavo, até hoje, foi pago, relativo às emendas alocadas no Orçamento da União pelo Senador Geraldo Mesquita. Alguém pode dizer: “Mas, da mesma forma, as emendas de outros Parlamentares também não foram liberadas”. Isso agrava ainda mais o problema. Isso não me consola, Senador Mozarildo, não me conforta, mas agrava o problema. O problema se torna mais grave ainda.

Vejam só os senhores: estamos discutindo a alocação de recursos para o Orçamento de 2010. Estou revelando à Casa que, das emendas alocadas em 2007 para o Orçamento de 2008 deste Parlamentar que lhes fala, foram liberados somente 24% do montante total. Das emendas alocadas em 2008 no Orçamento de 2009, a liberação é um número redondinho, redondo mesmo: zero. Zero! O percentual de liberação das emendas, simplesmente, é de zero por cento, Senador Simon.

Aí, eu me pergunto: qual é a utilidade desses procedimentos todos, dessa despesa toda que se faz? Vem aqui prefeito, governador, reitor de universidade, dirigente de órgão federal. A gente reúne a Bancada, discute por um dia, discute por dois dias, senta com essas pessoas, delibera. Há uma equipe de assessores nos cercando. É trabalho, e muita coisa se faz. Para quê? Para nada? Para nada!

Então, advogo duas coisas – das duas, uma: a gente ou torna esse Orçamento impositivo ou acaba com essa palhaçada de emenda parlamentar, Senador Mão Santa. Isso virou uma grande palhaçada! Isso virou uma coisa sem sentido, Senador Mozarildo. É uma coisa sem sentido!

Não tem sentido tanta trabalhadeira, Senador Mão Santa, para caber, às vezes, a um técnico, para caber a um único Poder que, eu repito, está-se tornando, cada vez mais, absoluto, mais hegemônico... Eu não sei onde a gente vai parar. Não sei onde a gente vai parar.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Geraldo, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Geraldo, V. Ex<sup>a</sup> tem razão: a saída definitiva para essa questão, não tenha dúvida, é o Orçamento impo-

sitivo, que já foi aprovado no Senado e está na Câmara. Infelizmente, a Câmara não dá andamento a isso, e a única explicação que a gente entende é que isso convém à maioria que está na Câmara. Quer dizer, é esse tipo de quadro que V. Ex<sup>a</sup> bem pintou aí. A outra saída, que eu entendo também ser um caminho, é a recente decisão do Tribunal de Contas da União, que já está atuando no Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda, de se acompanhar, no Tesouro Nacional, essa questão, inclusive com o estabelecimento dos critérios para liberação. Nós dois temos batido muito nisto, aqui: não existe nenhum critério. Aliás, tem. Tem um critério. O critério é ser puxa-saco do Presidente da República. Se puxar o saco, tem as emendas liberadas. Há até disputa de quem é campeão de liberação, ferindo os princípios da Administração Pública. Daí por que o Tribunal de Contas acatou a representação que eu fiz e já está agindo no sentido de que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda estabeleçam normas de acordo com os princípios da Administração Pública. Elas são: a legalidade, porque isso que está sendo feito e dito por V. Ex<sup>a</sup> é uma ilegalidade; e a impessoalidade – portanto, não pode ser: não libera para o Senador Mesquita, mas libera para outro Senador, porque é aliado; não libera para o Senador fulano de tal, mas libera para aquele outro, porque ele é Líder do Governo ou é Líder do partido aliado. Então, na verdade, isso é, talvez, a maior chaga que faz com que o nosso Congresso fique de cócoras na frente do Poder Executivo. Ora, e aí o Presidente Lula, que agora já tem até um filme endeusando a sua figura... Ainda bem que o título do filme é interessante, é bom que ele reflita: Filho do Brasil. Ele é filho do Brasil. Ele nem é o pai do Brasil, nem o deus do Brasil. É muito importante que ele até pense nisso, já que está no final do seu Governo, falta pouco mais de um ano, e que ele, pelo menos, corrija essas coisas, não deixe essa anarquia continuar. Agora, esperar por isso é, pelo menos, ter muita fé e continuar persistindo: Orçamento impositivo – Câmara com a palavra –; ação do Tribunal nos Ministérios – já está atuando e merece, portanto, que nós cobremos e acompanhamos essa ação.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Mozarildo, pelo aparte. Eu queria dizer mais: eu me animei. Ontem ou anteontem, abri os jornais e li uma declaração do Líder Arthur Virgílio, dizendo que deveríamos... Eu entendi que ele e seu Partido só votariam o Orçamento deste ano se as emendas fossem, pelo menos, empenhadas – as emendas do ano em curso.

Eu me apressei em vir a tribuna me perfilar com o Senador Arthur Virgílio nessa campanha. Acho que seria, já, um primeiro passo, uma primeira medida con-

sistente a ser adotada pelo Senado Federal pelo menos. “Olha, a gente só aprova o Orçamento de 2010 se as emendas de 2009 forem pelo menos empenhadas”. O ideal seria que elas fossem liberadas. Nós já estamos no final do ano, Senador Mão Santa.

E eu quero aqui, mais uma vez, esclarecer àquelas que nos ouvem, porque, às vezes, a pessoa que nos ouve deve achar: “Será que o Senador Geraldo está pedindo liberação de emenda para botar no bolso dele?” É bom que os brasileiros saibam do que a gente está falando aqui. Emenda alocada por um Parlamentar no Orçamento da União é dinheiro que vai o Município, é dinheiro que vai para o Estado, é dinheiro que vai para um órgão federal sediado no Estado, é dinheiro que vai para a Universidade Federal do Acre, não é? O Parlamentar simplesmente faz a indicação a pedido dessas autoridades – do Governador, dos Prefeitos, do reitor da universidade – porque para um Estado pobre como o meu, que é o Acre, Senador Mão Santa, muitas vezes, uma emenda dessa significa a possibilidade de a gente mudar a realidade de muita gente. Uma emenda de duzentos, trezentos, quinhentos, um milhão de reais num Município pequeno, como é a maioria do meu Estado, representa muita coisa, Senador Mozarildo. Representa a possibilidade de a gente beneficiar um grande ramal onde há vários produtores, que, no inverno, ficam ilhados, perdem completamente a produção, porque o ramal não foi beneficiado, não foi tratado. Uma emenda dessa permite ao Prefeito comprar maquinário agrícola, para beneficiar, junto com os produtores, áreas produtivas, Senador Mão Santa! Permite colocar um tomógrafo num pequeno hospital; permite uma série de ações públicas. Esse dinheiro não é para o Parlamentar, não é apropriado pelo Parlamentar. Esse dinheiro vai para o Município, para o Estado, para que ações públicas sejam realizadas.

Portanto, repito uma expressão que já usei outra vez Senador Mozarildo: acho uma perversidade fazer isso, por exemplo, com o Município, como por exemplo o de Jordão, lá na minha terra, um pequeno Município, uma população pequena que pena, sofre, mas que a liberação de uma emenda como essa significaria um pequeno avanço, uma pequena melhoria nas condições de vida de muita gente que mora por ali. No entanto, a emenda é retida; no entanto, o Supremo soberano deste País decide que a emenda do Senador Mozarildo não pode, não vai ser liberada porque ele fala mal do Governo; a emenda do Senador Geraldo também não pode. Como é que pode um negócio desse?

**O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB)** – Senador Geraldo, permita-me um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)** – Que coisa mais, eu já não diria mais nem de-selegante, isso é uma coisa que chega a ser quase criminosa. Acho que o Senador Mozarildo fez muito bem quando provocou o Tribunal de Contas da União sobre esse assunto. Queria inclusive me associar à sua iniciativa. Acho que o Tribunal de Contas da União precisa entrar nisso aí; precisa provocar uma situação que nos tire desse caos que a gente vive.

Pois não Senador, com muito prazer.

**O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB)** – Senador Geraldo Mesquita, eu gostaria de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem, de forma tão lúcida, tão esclarecedora, do problema que todos passamos aqui. É muito importante que seja nessa época. Vim do meu gabinete agora, exatamente após uma reunião incessante para estabelecer critérios e normas e valores para as emendas individuais que virão nessa próxima semana. É tudo “não pode”, “tem de ser dessa forma”, e, quando se preenche aqueles mapas, tem-se a impressão de que é tudo tão estabelecido, tudo tão disciplinado, tudo tão normatizado, que aquilo é real, senão não seria formatado de forma tão precisa. Mas a grande ilusão e a grande decepção que muitos Parlamentares, que por aqui passaram, têm no decorrer dos seus mandatos é exatamente saberem que estamos no mundo da ilusão, no mundo da fantasia, e que pior é a expectativa. Todos geramos expectativas para reitores de universidades, Prefeitos, gestores, Governadores, entidades assistenciais, hospitais, ao lhes comunicar que colocamos aqueles valores, ou seja, ao telefonarmos para nossos parceiros e os comunicarmos que foram alocados, por nossa emenda, por nossa bancada, determinados valores, as pessoas ou as entidades para as quais esses recursos foram alocados ficam na ilusão desse aporte de recursos. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>. Acho que o orçamento impositivo talvez seja a única solução...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB)** – ...realmente, porque, no tocante às emendas do ano passado, deva ter um critério de respeito, porque senão estaremos realimentando a ilusão, estaremos conscientemente sendo enganados dentro de uma postura. Mas as frustrações aqui, nobre Senador, geralmente são também de outra monta. Refiro-me ao volume de trabalho que, às vezes, é todo destruído. Nós todos passamos dias e dias neste plenário, dias e dias nas Comissões, analisando a reforma eleitoral, por exemplo. Dois grandes relatores, colegas nossos, se dedicaram a fazer com que houvesse a melhor intenção do Senado Federal de estabelecer adaptações, ajus-

tes à reforma eleitoral. Quando voltou para a Câmara, todo o nosso trabalho foi jogado na lata do lixo. Horas e horas, debates e debates neste Plenário...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – ...tudo a troco de nada; a troco simplesmente de uma determinada decisão fazer com que tudo aquilo fosse para a lata do lixo. Então, parabênizo V. Ex<sup>a</sup>. O momento de discutirmos esse assunto é este; temos esta semana e a próxima. São momentos realmente de muita ebulição. No tocante aos hotéis de Brasília, não existe acomodação. Iludidos, gestores públicos, prefeitos, reitores estão gastando as suas diárias em suas hospedagens aí, todos em busca dos nossos gabinetes, clamando por alguma emenda. Temos uma demanda de cem para atender dez. O quadro é que quando acostamos as nossas assinaturas nesses dez, lá na frente temos a real incerteza de este dinheiro ser canalizado para as obras que foram por nós destinadas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. É extremamente oportuno o pronunciamento na noite de hoje.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Para concluir, Senador Mão Santa, retorno ao início da minha fala. Acho que para o País não interessa uma Corte Suprema que apenas declare o direito. E para o País não interessa um Congresso Nacional agachado, que não consegue se impor a um Poder soberano, no que diz respeito à locação, empenho e liberação de emenda ao Orçamento da União. Nem uma coisa nem outra interessa ao País. E, pelo que vejo, isso está se tornando comum. Daqui a pouco estaremos aceitando isso como a coisa mais natural possível. E não deve ser encarado assim. Essas são situações extremas e excepcionais que devem ser retiradas do convívio dos brasileiros.

Não podemos, para encerrar, admitir nem uma coisa nem outra, Senador Mozarildo. Este Congresso precisa se impor como Poder que é. O Supremo precisa se impor como Poder que é.

Como já disse o Senador Mão Santa muitas vezes da tribuna, esse equilíbrio entre os Poderes é que sustenta a perspectiva e o sonho de uma democracia sólida em nosso País. No momento em que a gente desequilibra esse tripé e delega a um único Poder a deliberação sobre tudo e sobre todos neste País, estamos fadados a algo muito diferente do exercício de uma democracia plena. Estamos fadados a irmos por um caminho que a história mostra que é sempre tumultuado, turbulento e prenhe de sacrifício. É um caminho que exige do povo, quando enveredo pelo povo, até

sangue Senador Mão Santa. Nós não queremos viver isso em nosso País.

Portanto, fica aqui o meu posicionamento de resistência. Quero me perfilar com aqueles que pretender resistir aqui, mais uma vez. Está é mais uma tentativa. Eu vou morrer acreditando que uma tentativa como esta pode ser bem sucedida.

Vamos resistir e aprovar o Orçamento de 2010 somente se as emendas dos Parlamentares federais ao Orçamento de 2009 – e no meu caso estão intocadas – forem empenhadas e liberadas, para que Prefeitos, Governadores e instituições possam dar curso a seus projetos e atender à aspiração da população de nossos Estados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Este foi o Senador Geraldo Mesquita, homem de grande firmeza no Direito, que mostra a sua indignação com a fraqueza do Judiciário do Brasil e com a fraqueza do Poder Legislativo, ambos se curvando ao poder quase absoluto do Poder Executivo.

Agora, temos um requerimento para ser lido, antes de anunciarmos o Senador Pedro Simon, que revive aqui a grandeza do Parlamento dos tempos romanos de Cícero.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.532, DE 2009**

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos Trabalhos Legislativos no período de 20 a 24 de novembro do corrente ano, quando participarei como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, de diligência aprovada pelo Requerimento nº 33, de 2009-CMA, na cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2009. – Senador **Renato Casagrande**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Renato Casagrande.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – E, na tribuna, esta extraordinária figura, que é Pedro Simon. Ele simboliza aqui a figura de Rui Barbosa, símbolo maior da história do Parlamento do nosso Brasil.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Parlamentares, uma das

melhores notícias destes últimos dias está nas páginas da **Folha de S.Paulo** do dia 9 de novembro: a evolução positiva do tratamento do Vice-Presidente José Alencar contra o câncer.

Depois de um sem-número de cirurgias, depois de um tratamento experiência que não deu certo nos Estados Unidos, os cânceres do Presidente vêm diminuindo consideravelmente, e os seus médicos veem isso com grande euforia.

Ele próprio diz ali: “O câncer de José Alencar não interessa a ninguém a não ser a ele, à família e aos amigos. Mas a doença do Vice-Presidente, essa sim, interessa, é pública”. Ele diz também que tem recebido milhares de manifestações do Brasil inteiro, através de cartas, mensagens, remédios, ervas, rezas e tudo mais.

Eu tenho certeza, meu caro José Alencar, de que, além da ciência que lhe assiste, isso é fruto também das orações, das mensagens que lhe chegam à alma e que lhe dão força para enfrentar esse mal e lhe produzem a fé.

Eu me incluo nessa corrente de orações. Sei que é petulância minha, mas eu tenho tentado convencer Deus da importância da permanência de José Alencar entre nós por muitos anos mais, como ser humano e como homem público.

Como ser humano, principalmente nestes tempos em que estamos perdendo o verdadeiro sentido de humanidade, entendida como natureza humana, como gênero humano e, principalmente, como benevolência, clemência e compaixão. Como bondade, como solidariedade. Como valor. Como homem público, principalmente nestes tempos de descaminhos na política, de apropriação indébita do que é, essencialmente, coletivo.

Então, meu caro amigo e irmão José Alencar, você continua sendo para o Brasil uma referência, um espelho para as novas gerações. Não mais para o país do futuro, mas para o Brasil de hoje, porque o Brasil de hoje é que precisa da sua presença. Presença essa marcante em todos os homens públicos que têm personalidade firme. Como ser humano e como homem de dignidade e de fé.

Você manifesta, Zé, o desejo de voltar ao Senado. Bem-vindo desde já! Que bom tê-lo aqui quando largar a Vice-Presidência! Sem dúvida, eleito será pelo povo de Minas Gerais. Nem preciso dizer o quanto o Senado destes nossos tempos precisa de homens com a sua rigidez de caráter e de bons princípios.

A leitura dessa sua entrevista à **Folha de S.Paulo** deveria ser obrigatória, querido Mão Santa, para todos nós. Uma lição de vida e de política. Uma lição a ser

aprendida. Uma lição que já vai sendo cobrada, desde muito tempo, pelo povo brasileiro.

Nessa entrevista, você toca em questões essenciais para o nosso País. Em primeiro lugar, repito, a sua força de vontade para continuar trabalhando pelo povo brasileiro. Pelo coletivo, e não pelo individual.

Bela a sua citação de Santo Agostinho: “O homem deve viver preparado para morrer a qualquer instante e proceder como se não fosse morrer nunca”. Bela referência essa de José de Alencar na reportagem de página inteira, onde ele se retrata e diz o que sente. Para mim, é uma das afirmativas mais positivas de Santo Agostinho, exatamente na análise de reflexão que ele faz: “O homem deve viver preparado para morrer a qualquer instante e proceder como se não fosse morrer nunca”.

Outra questão que o Zé aborda é o mercado interno. O Brasil é uma síntese de tudo o que acontece no mundo. Aliás, aqui, no Brasil, temos todos os mundos: o mundo da opulência e o mundo da miséria. O mundo da mais alta tecnologia do século XXI e o mundo que mais se aproxima da realidade do século XIX. O mundo dos incluídos e o mundo dos excluídos.

Então, podemos ser verdadeiramente um espelho para todo o Universo. Assim como, em escala global, temos que incluir todos aqueles que se encontram à margem dos bens, que poderíamos chamar bens básicos. Também no Brasil, temos um imenso mercado ainda a ser saciado. São brasileiros trabalhadores que querem produzir, são brasileiros consumidores que querem adquirir; consumidores que, como trabalhadores, serão cidadãos.

Acontece que não haverá produção, consequentemente, nem emprego, nem consumo, com, ainda, as maiores taxas de juros do planeta, onde a ciranda financeira ganha de goleada da produção.

Como bem disse o nosso Vice-Presidente:

O Brasil está crescendo, saiu da crise, está forte. E, isso, apesar da política monetária. Essa política monetária é... que adjetivo eu uso... um despropósito. É uma política equivocada, não a econômica, mas a monetária. Mais de 8% ao mês, em algumas áreas mais de 10%, enquanto o setor produtivo ganha muito menos. Controlar os juros serve para conter a demanda, coisa que o Brasil não precisa fazer. O Brasil precisa estimular o consumo. Mas o Brasil está crescendo, apesar disso. Mostra como o Brasil é grande, é um colosso.

Diz José de Alencar.

Eu só posso entender, meu querido Vice-Presidente, que quiseste dizer que o Brasil é forte, apesar

dos descaminhos da nossa política monetária; dos interesses que comandam a ciranda financeira, em detrimento da produção. Que o produtor brasileiro é persistente porque, apesar dos melhores estimulantes estarem sendo direcionados para a especulação, ainda assim ele deita a semente, investe na produção, apesar do esforço despendido e de todos os riscos.

Sobre o Mercosul, temos a mesma opinião. A Venezuela é um país, e é natural que o Brasil defenda a ampliação do Mercosul. Como bem disseste, “presidentes passam”, o País fica.

Mas tão ou mais importante de tudo o que o Vice-Presidente falou na sua entrevista à **Folha de S. Paulo** foi a afirmação de que “o Brasil é o país da impunidade”. Como eu tenho repetido esta frase nesta tribuna: o Brasil é o país da impunidade. “Isso é sério...”, disse o Sr. José de Alencar. “Isso é sério e precisa mudar. Não se pune a corrupção. Eu não vejo que isso está mudando”, disse José Alencar.

Eu também não, meu caro amigo. Aliás, eu acho pior: a impunidade, no Brasil, está se transformando no maior de todos os nossos problemas. Pelo mal em si e pelo que ela irradia, multiplicando a corrupção.

Eu não tenho mais a pretensão de dizer que podemos acabar, de vez, com a corrupção. Existem alguns, inclusive, que já incluem a propina como parte do custo do seu produto. Incluem a propina como custo do seu serviço. Na mesma coluna do salário do trabalhador, do consumo de energia ou do pagamento de impostos está a propina, como custo da produção.

Eu fico imaginando, entretanto, o que seria este País se pelo menos pudéssemos diminuir a nossa corrupção pela metade. Na Previdência, na sonegação, nas propinas para os diversos escalões, nas licitações, nos financiamentos de campanha, nos mensalões, nas emendas orçamentárias.

Cada um tem um quantitativo, até porque a corrupção nem sempre deixa rastros numéricos, mas seria, com certeza, um número de dois, quem sabe três dígitos, muito mal acompanhado de nove zeros à direita. Isso, ainda admitindo que pudéssemos conviver com metade da corrupção de hoje. Metade. A metade da corrupção debelada, quem sabe daria para dizimar, total e absolutamente, a fome, o analfabetismo e as filas da corrupção. Se roubassem pela metade, se a corrupção fosse pela metade, só com isso, provavelmente resolveríamos os problemas da fome, do analfabetismo e das filas dos hospitais.

Para reduzir a fome, teríamos que produzir mais. Produzindo mais, geraríamos mais empregos. Gerando mais empregos, teríamos mais renda. Sem fome, com emprego e renda, mais cidadania.

Eradicando o analfabetismo, estaríamos construindo o País do presente e do futuro. É inconcebível que ainda tenhamos tantos milhões de brasileiros verdadeiros autistas de sua realidade. Muitos nem existem oficialmente. Nascem, vivem e morrem sem nunca terem existido oficialmente. Nunca tiveram certidão de nascimento, carteira de identidade e atestado de óbito. Quem sabe, então, autistas sejamos todos nós.

Eradicar as filas dos hospitais significa acabar com a dor, a dor física e a dor da alma. A realidade dos hospitais brasileiros mais se parece com os cenários de guerra. A falta de tudo, do médico ao remédio, faz da doença uma loteria, uma espécie de roleta que define quem pode viver e quem deve morrer.

A metade da corrupção também poderia propiciar maior incentivo aos produtores brasileiros, no campo e na cidade. Não como uma dádiva nem como um instrumento novo e alternativo para a corrupção. Recursos, mais uma vez, para produzir, gerar empregos e gerar renda. Para construir a verdadeira cidadania.

O Vice-Presidente José Alencar disse que o Presidente Lula sabe das suas opiniões, porque ele “fala isso nas reuniões internas”. Ainda bem, porque o Presidente sempre diz que, nessa matéria, “não sabe nada”. Mas o Presidente sabe, e tanto sabe que, ao invés de apoiar instituições que coíbem a corrupção, quer inibir as suas atuações. Se quer inibir é porque, pelo menos, tem notícia dos fatos.

Triste ironia! Na mesma edição do jornal em que o Vice-Presidente diz que o Brasil é o País da impunidade, há a notícia de que um projeto do Executivo prevê menos poder para uma instituição que combate a impunidade e a corrupção.

O Vice-Presidente, na página 16. O Presidente, na página 2. Do mesmo caderno! O Caderno “Brasil”!

Mas a coerência do Vice-Presidente José Alencar também está na página 2. Está escrito: “Na última semana, o Vice-Presidente José Alencar saiu em defesa do TCU e criticou as tentativas de enfraquecer o órgão. ‘A trajetória centenária dessa Casa comprova que ela sempre esteve vinculada ao conceito de transparência’, disse José Alencar”.

Ora, pelo menos dessa vez, o Presidente Lula sabe. Mais: sabe através do seu Vice-Presidente. Sabe da ciranda financeira. Sabe da corrupção. Sabe que somos um País da impunidade. Sabe, mas marcha na contramão.

Agora, quer que o Tribunal de Contas da União atue apenas depois da obra acabada! É fantástico!

O Tribunal de Contas da União vai atuar, vai fiscalizar, vai ver o que acontece depois da obra acabada! Como se o País não fosse um paraíso da impunidade! Como se os que se locupletam com o dinheiro público

devolvessem o que surrupiaram da Nação. Como se existisse caso de alguém que roubou, aplicou e devolveu depois.

Pela Constituição brasileira, o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Legislativo.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Entre outras atribuições constitucionais do Tribunal de Contas estão a apreciação das contas do Presidente da República e

Art. 71 (...)

(...)

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.”

Ora, além de marchar na contramão das investigações sobre a corrupção com o dinheiro público e o combate à impunidade, o Presidente Lula tenta solapar a nossa função constitucional de legislar. É triste, mas é verdade.

Por isso que eu peço, encarecidamente, ao meu irmão, companheiro Vice-Presidente José Alencar: continue falando; fale com o Presidente; continue falando.

E é por isso que peço, fervorosamente, a Deus Todo-Poderoso longa vida a José de Alencar. Que isso que os médicos estão anunciando, que, surpreendentemente estão dando certo a nova característica técnica lá nos Estados Unidos, aqui mesmo, nos nossos hospitais, os tumores estão regredindo no seu tamanho; e José de Alencar fala, fala até em voltar para esta Casa, meu querido amigo e meu querido Senador Cristovam; disse ele que gostaria de voltar para esta Casa.

Agora, uma questão que não abordei, quando lhe perguntaram, querendo saber o que ele fez mais para ajudar o Presidente Lula: Qual é a missão do Vice-Presidente? A resposta foi essa:

“A missão do Vice-Presidente é não atrapalhar o Presidente”. E é verdade, e é o que ele tem feito. Ele esteve na Presidência da República quase que o dobro de tempo que o Jânio Quadros esteve, quase o dobro de tempo, e com a maior dignidade, com a maior respeitabilidade, com a maior credibilidade, vem agindo.

Essa reportagem de página inteira vou afixar na entrada do meu Gabinete no Senado e vou distribuí-la aos meus amigos pelo Brasil inteiro. É emocionante!

Um homem de 77 anos, milionário, um homem que nasceu do nada, nasceu pobre, pobre, pobre, foi para Belo Horizonte trabalhar como comerciário numa instituição e, do nada, cresceu e chegou à potência. Hoje, na Vice-Presidência da República, um ano Presidente, tem essa grandeza de espírito.

Não sei, Sr. Presidente, sou um homem muito fraco para dor. Ter os cânceres que ele teve, ter os retrocessos que ele teve esses anos todos e ter a grandeza que ele tem: grandeza de espírito, grandeza de bondade, e a lucidez de olhar o seu País. Ele tem razão quando fala que a impunidade é muito triste e que tem que acabar. Ele tem razão quando diz que o valor está no trabalho que produz riqueza.

Que bom seria que o Presidente Lula ouvisse mais o seu Vice-Presidente! Tanta gente importante... Está ali o Cristovam, grande Ministro da Educação! Está lá o Frei Betto: para mim, os seus artigos eu os leio com emoção, leio, releio, sublinho e mando para vários lugares, porque ele tem uma lição de vida.

E olha que eu falo, e falo assim com o Lula porque, com toda sinceridade, no meu balanço pessoal, ele é altamente favorável ao lado positivo do Presidente Lula para o nosso País. Eu não posso fugir dessa realidade. Seria ridículo da minha parte se não visse o que é o Brasil hoje com o Lula, a diferença do Brasil de hoje com o Lula e de oito anos atrás com o Presidente anterior; a sua preocupação com o Bolsa Família, a sua preocupação com o crescimento, a sua visão internacional de mundo. Está ele agora como a grande vedete quando a China e os Estados Unidos lançam o bloco dos dois – dois sujos. Os dois não aceitam uma melhoria nas condições da natureza.

Ele desafia os dois, e os dois que lançaram uma nota em Pequim dizendo que nada sairia na reunião do fim do ano sobre a questão mundial do meio ambiente voltaram atrás. Disseram que não é bem assim, que alguma coisa poderá sair.

E Lula atacou de novo, com muita dureza e com muita correção. Se nós, Brasil – e viva a Marina! –, estamos apresentando uma proposta concreta sobre a Amazônia, de diminuição enorme de desmatamento da Amazônia, posição positiva, correta, os mais ricos e os que mais poluem podem tomar uma posição.

Eu acho que o Lula tem muita coisa positiva. Não sou daqueles, por amor de Deus, que vêem apenas o lado negativo. Não! Acho que essa de o Lula não aceitar o terceiro mandato... Um Deputado do seu Partido entrou com a emenda e já tinha um bolo de Governadores e de Prefeitos correndo atrás, ele mandou dizer que não aceitava, quando no mundo aí, por tudo o que é canto, gente falando em reeleição. Então, é positivo. Ele tem coisas boas, muitas coisas boas.

Mas eu não consigo entender é nesta questão, na questão da dignidade, da seriedade, da ética, da maneira de ver as coisas, de ver o lado social e humano da sociedade. Parece que ele tem uma orientação completamente diferente. Ele tem um “o fim justifica os meios”, que não se acaba mais. Como aconteceu aqui quando o Congresso podia ter tomado providências para reformar, para modificar as coisas profundamente erradas que estavam e estão, essa não foi a sua preocupação.

Quando ele disse que, se Jesus estivesse aqui e fosse organizar o governo, tinha de botar Judas no Governo. Esse é um conceito que ele, na sua pureza, na sua ingenuidade e, perdoe-me, no seu primitivismo. Embora Presidente da República, com grandes qualidades, ele expressou o que pensa.

É isso que ele acha. Ele é o Presidente da República, ele quer fazer um bom governo, ele tem que acertar. Vale a pena fazer um acordo com Judas e botar Judas no Governo.

Esse é o seu pensamento. Custa-me crer, mas essa é uma realidade. Se pararmos para refletir, é um conceito que precisa ser analisado.

Professor Cristovam, ontem fui para casa e, depois, vi novamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, e fiquei emocionado de novo.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> falando, conversando, usando o telefone... Eu até estava pensando: “O Cristovam não está ouvindo o que eu estou falando”. De repente, ele dá um aparte e põe ali, “pá”, exatamente o conceito de tudo o que eu queria dizer.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Eu quero agradecer ao senhor a possibilidade de estar aqui esse debate. Em primeiro lugar, quero tocar no caso do Tribunal de Contas. É óbvio que me preocupa muito o Presidente começar a querer mudar o Tribunal de Contas, sobretudo com essa coisa esquisita de avaliar depois de as obras estarem prontas. Mas há uma coisa, Senador Pedro Simon, que me preocupa mais. Quando se toca em um tribunal, não se para só nesse tribunal. Quando um poder, dos três – Legislativo, Executivo –, começa a perceber o poder de mexer no tribunal que o fiscaliza, não tenha dúvida: depois virão outros tribunais. O segundo, provavelmente, seria o tribunal eleitoral; depois, os tribunais de Justiça e, depois, o Supremo Tribunal, com o STJ no meio. Esta é uma preocupação: não se toca impunemente em um só tribunal. É o primeiro passo de um longo caminho em direção ao autoritarismo do Poder Executivo. Segundo, eu gostaria de falar sobre a sua homenagem, não

apenas a uma entrevista, mas a essa figura exemplar que é o nosso Vice-Presidente. Tenho a impressão de que, nessa geração nossa, poucos vão ter uma biografia igual à do José Alencar. Ele não é apenas uma figura ímpar na maneira de fazer política – na discricção, quando é preciso, e na firmeza, quando é preciso –, mas ele é uma figura ímpar na força pessoal, na força de dentro, naquilo que a gente tem de mais difícil, que é a força física, quando a saúde está abalada. Eu nunca vi uma pessoa com a resistência, com a firmeza e com a tranquilidade com que enfrenta uma doença grave. Eu não me lembro de qualquer outro exemplo. Nós tivemos aqui o nosso querido amigo Darcy Ribeiro. Ele enfrentava bem a doença, mas ele enfrentava no Poder Legislativo; não era no dia a dia e não chegou a ter essa duração, com todos esses momentos em que as pessoas acham que estava terminando seus dias. E ele sai do hospital otimista, corajoso, dando graças a Deus, dizendo que vai continuar o seu trabalho, que tudo depende de Deus, mas que ele vai continuar na luta, e sem perder o humor. E o terceiro ponto do seu discurso: eu acho que a gente deveria fazer um debate aqui, entre nós, só sobre a figura Lula, porque eu creio que tanto o senhor como eu temos uma característica: temos um profundo respeito pelo Presidente – eu tenho, e o senhor tem –, sua história e sua competência, mas, ao mesmo tempo, não somos balançacabeça para ele, de ficar apenas bajulando-o, como muitos. Nós fazemos as críticas, de que, aparentemente, ele não gosta. É a sensação que eu tenho. Pode ser que seja um defeito ou seja mais uma qualidade dele, mas nós temos em comum que respeitamos o Presidente. Mais: admiramos o Presidente, mas não nos curvamos para tratá-lo como Deus, como rei. Reconhecemos suas falhas. E, aí, acho que hoje dá para a gente perceber que ele virou, sem dúvida alguma, um grande estadista internacional, mas, no Brasil, não passa de um político nacional. Ele não conseguiu dar o salto para o estadismo dentro do Brasil. Dentro do Brasil, ele é um imenso, grande, maravilhoso político, mas não estadista. Estadista é o que olha 10, 15, 20 anos na frente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Repare que o mais difícil foi ser o internacional que ele fez. Era mais fácil fazer aqui do que lá fora. Lá fora, que era quase impossível...

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Que é quase impossível, ele faz.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ...ele está fazendo.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Mas tem uma diferença: é que, lá fora, ele pode falar pensando o longo prazo; aqui, ele pensa a próxima eleição. Tal-

vez isso seja o limitador... São duas coisas vinculadas. Duas coisas limitam o Presidente Lula de ser o grande estadista do século, além de ser o maior político, talvez, do século no Brasil. São duas coisas: eleição e popularidade. O estadista em alguns momentos tem de pensar menos na popularidade e mais no enfrentamento de uma proposta de longo prazo. Se, em 1940, Winston Churchill tivesse seguido as pesquisas de opinião na Inglaterra, ele teria feito as pazes com Hitler. A opinião pública queria a paz: “Deixa a França, deixa a Polônia lá para os alemães, e vamos ficar com a nossa ilha protegida aqui em vez de fazer uma guerra”. Ele pensou e disse: “se a gente fizer a paz agora, depois ele invade a gente”. E vendeu aquele famoso discurso do “sangue, suor e lágrimas”, que alguns dizem que tinha também a palavra trabalho. Vendeu o que nenhum político faz. Político não propõe suor, político não propõe lágrimas; o político propõe benesses. É o estadista que é capaz de propor o suor e a lágrima e dizer ao seu povo: “Nós vamos ter que passar anos e anos de luta. Muitos vão morrer, mas o país está acima de cada um de nós”. Isso está faltando ao nosso Presidente. Mas felizmente, pelo menos, ele pode fazer isso lá fora. E aí eu queria sugerir que ele não fosse para Copenhague como simples Presidente do Brasil, mas, sim, como um grande estadista do mundo. Não vou dizer o estadista. Não, aí seria uma arrogância de brasileiro, seria uma bajulação, mas um dos líderes, sim, dá para dizer. E mais: um dos líderes importantes do mundo, não apenas um dos líderes – nem o líder, nem apenas um. Ele pode ir lá e falar, não pensando em nós aqui, em 200 milhões; não pensando no que vai acontecer com a produção de soja nem se a produção de automóveis vai ter de diminuir ou não para manter o meio ambiente, mas pensando numa alternativa, num socialismo novo – ou num outro nome, eu chamo de educacionismo –, mas falar pensando nos seis bilhões de seres humanos que hoje estão em busca de uma alternativa, que sabem que esse crescimento econômico leva ao desastre. É preciso um outro tipo de riqueza; não é nem mesmo outro tipo de crescimento, mas outro tipo de riqueza. Não é mais a riqueza do automóvel privado, mas a do transporte público. Não é nem mais a riqueza do consumo material, mas a do consumo intelectual, cultural, espiritual. Trata-se de redefinir o conceito de riqueza. Ele, indicado pelos brasileiros, tem de levar esse projeto para Copenhague, mas tem de falar para o mundo inteiro. Estamos precisando disso. Ele tem as condições, e o Brasil tem condições também para dar a ele. O Presidente de qualquer país poderia falar isso, mas não teria a mesma repercussão. Se fosse o Presidente de um país grande, poderia ter repercussão, mas não teria o mesmo respeito. O Brasil está no

meio, tem todos os recursos, tem todos os problemas. Nós temos condições de sermos respeitados porque não somos dos grandes, que estão provocando os maiores desastres, mas, ao mesmo tempo, somos admirados porque fazemos parte dos que já provocam o desastre por sermos uma potência econômica. Seria bom que o Presidente tivesse acesso a essas nossas conversas de fim de tarde, porque não somos bajuladores, mas somos admiradores dele. Ele perceberia que a gente está dizendo que, às vezes, ele é maior do que parece; mas, quando não usa isso, ele parece menor do que realmente é, quando fica com essa idéia de se juntar a Judas, como ele diz. E ele esqueceu, naquela fala dele, de dizer que Judas sempre ganha no Brasil. Na Abolição da Escravatura, nós juntamos os escravocratas com os abolicionistas, mas ganharam os escravocratas, porque não deram terra e não deram escola, só disseram que os poucos, que estavam morrendo, iam ser libertados porque já tinha havido a Lei do Ventre Livre, e a escravatura iria acabar de qualquer jeito. Na República, fizemos aliança e, na Independência, ainda mais: fizemos uma aliança tão grande na Independência que os independentistas escolheram o filho do Rei da metrópole para ser o nosso Imperador. Os outros países todos escolheram Presidentes da República; nenhum deles fez acordo com a Espanha, fizeram guerra com a Espanha. O Brasil não faz guerra e se orgulha disso, mas é o preço que a gente paga para ficar sempre conciliando. Então, o Presidente Lula poderia radicalizar essa ideia de ser um estadista internacional e dizer: “Eu já estou terminando o meu mandato, eu já tenho popularidade no Brasil, não vou mais ficar preocupado se a produção de automóveis vai aumentar ou diminuir, não vou me preocupar se a produção de soja vai aumentar ou diminuir. Eu vou falar que é preciso um novo modelo de desenvolvimento para o mundo inteiro”. Aí sim, ele ganharia as páginas da história. Eu espero que ele faça isso, até porque ele tem sensibilidade para isso, como demonstrou ao enfrentar o Obama e o Primeiro Ministro Hu. Ele demonstrou que tem essa sensibilidade. Vai ver que ele fará isso e, aí, nós dois devemos vir aqui aplaudi-lo, mas, se ele não o fizer, viremos nós dois para criticá-lo.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – O aparte de V. Ex<sup>a</sup> honra o meu pronunciamento. Eu praticamente encerro com seu aparte, porque só atrapalharia se falasse mais.

A fala de V. Ex<sup>a</sup> sobre Darcy Ribeiro será o *post scriptum* do meu pronunciamento.

Realmente, V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem. Darcy Ribeiro foi uma criatura emocionante. Esteve aqui com a gente. Quando nós fomos visitá-lo, a imprensa publicou

que ele fugiu da UTI. Fugiu da UTI! Morre, não morre, combinou com o motorista e fugiu da UTI. Foi para uma casa que ele tinha numa beira de praia lá no fim do mundo, botou uma rede e levou não sei quantos meses escrevendo o livro mais fantástico dele, *O Povo Brasileiro*. Escreveu depois fugir da UTI, morrendo aos poucos na beira da praia. Quando lhe perguntaram: “Mas o que é isso? Você fugir da UTI? Um homem inteligente, competente como você fazer uma coisa dessa? Mas como é que você fugiu da UTI?” Disse ele: “Mas como é que eu não vou fugir? Aquele médico não entendia nada. Há dez anos, eu tive um câncer no pulmão e retirei um pulmão, e ele me diz que eu tenho pneumonia dupla? Ele não entende nada.” Fugiu e durou tempo suficiente para fazer um livro espetacular, *O Povo Brasileiro*.

Muito obrigado pelo aparte.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PEDRO SIMON.**

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Uma das melhores notícias destes últimos dias está nas páginas da **Folha de S.Paulo** do dia 9 de novembro: a evolução positiva do tratamento do Vice-Presidente José Alencar contra o câncer.

Ele próprio diz, ali, que “o câncer do José Alencar não interessa a ninguém, a não ser a ele, à família, aos amigos. Mas, a doença do Vice-Presidente, essa sim, interessa, é pública”.

Eu me incluo nesta corrente de orações. Sei que é petulância minha, mas eu tenho tentado convencer a Deus da importância da permanência do José Alencar entre nós, por muitos anos ainda, como ser humano e como homem público.

Como ser humano, principalmente nestes tempos em que estamos perdendo o verdadeiro sentido de humanidade, entendida como natureza humana, como gênero humano e, principalmente, como benevolência, clemência, compaixão. Como bondade e solidariedade. Como valor.

Ele diz, também, que tem recebido milhares de manifestações, do Brasil inteiro, através de “cartas, mensagens, remédios, ervas”.

Eu tenho certeza, meu caro José Alencar, que, além da ciência que lhe assiste, isso tudo é fruto das orações, dessas mensagens que lhe chegam à alma, e que lhe dão forças para enfrentar esse mal, e lhe reproduzem a fé.

É esta fé que está movendo esta montanha que, até mesmo para a ciência, tem se mostrado quase que intransponível.

Como homem público, principalmente nestes tempos de descaminhos na política, de apropriação indébita do que é, essencialmente, coletivo.

Então, meu caro amigo, irmão e companheiro José Alencar: você continua sendo, para o Brasil, uma referência. Um espelho para as novas gerações. Não mais para o país do futuro, mas para o Brasil de hoje. Porque é o Brasil de hoje que precisa da sua presença marcante em todos os bons sentidos. Como ser humano e como homem público.

Você manifesta o desejo de voltar ao Senado. Bem-vindo, desde já!

Nem preciso dizer o quanto o Senado destes nossos tempos precisa de homens com a sua rigidez de caráter e de bons princípios.

A leitura desta sua entrevista à **Folha de S.Paulo** deveria ser obrigatória por todos nós. Uma lição de vida e de política. Uma lição a ser aprendida. Uma lição que já vem sendo cobrada, desde muito tempo, pelo povo brasileiro.

Nesta entrevista, você toca em questões essenciais para o nosso País. Em primeiro lugar, repito, a sua força de vontade para continuar trabalhando pelo povo brasileiro. Pelo coletivo, e não pelo individual.

Bela a sua citação de Santo Agostinho: “O homem deve viver preparado para morrer a qualquer instante e proceder como se não fosse morrer nunca”.

Outra questão é o mercado interno. O Brasil é uma síntese de tudo o que acontece no mundo. Aliás, temos aqui todos os mundos.

O mundo da opulência e o mundo da miséria. O mundo da mais alta tecnologia do século 21 e o mundo que mais se aproxima da realidade do século 19.

O mundo dos incluídos e o mundo dos excluídos.

Então, podemos ser, verdadeiramente, um espelho para todo universo. Assim como, em escala global, temos que incluir todos aqueles que se encontram à margem do que poderíamos chamar de “básico”, também no Brasil temos um imenso mercado ainda a ser saciado.

São brasileiros trabalhadores que querem produzir. São brasileiros consumidores que querem adquirir. Consumidores que, como trabalhadores, serão cidadãos.

Acontece que não haverá produção, consequentemente nem emprego nem consumo, com, ainda, as maiores taxas de juros do planeta. Onde a ciranda financeira ganha de goleada da produção.

Como bem disse o nosso Vice-Presidente, “o Brasil está crescendo, saiu da crise, está forte. E, isso, apesar da política monetária. Essa política monetária é... que adjetivo eu uso... um despropósito. É uma política equivocada, não a econômica, mas a monetária. Mais de 8% ao mês, em algumas áreas mais de 10%, enquanto o setor produtivo ganha muito menos. Controlar os juros serve para conter a demanda, coisa que o Brasil não precisa fazer. O Brasil precisa estimular o consumo. Mas o Brasil está crescendo, apesar disso. Mostra como o Brasil é grande, é um colosso”.

Eu só posso entender, meu caro José Alencar, que quiseste dizer que o Brasil é forte, apesar dos des-caminhos da nossa política monetária. Dos interesses que comandam a ciranda financeira, em detrimento da produção. Que o produtor brasileiro é persistente, porque, apesar dos melhores estimulantes estarem sendo direcionados para a especulação, ainda assim ele deita a semente, investe na produção, apesar do esforço despendido e de todos os riscos.

Sobre o Mercosul, temos a mesma opinião. A Venezuela é um país e é natural que o Brasil defenda a ampliação do Mercosul. Como bem disseste, “presidentes passam”.

Mas, tão ou mais importante, de tudo o que o Vice-Presidente falou, na sua entrevista à **Folha** foi a afirmação de que “o Brasil é o país da impunidade”. “Isso é sério e precisa mudar. Não se pune a corrupção. Eu não vejo que isso está mudando”, ele disse.

Eu também não, meu caro amigo e companheiro José Alencar. Aliás, eu acho pior: a impunidade, no Brasil, está se transformando no maior de todos os nossos problemas. Pelo mal em si, e pelo que ela irradia, multiplicando a corrupção.

Eu não tenho mais a pretensão de dizer que possamos acabar, de vez, com a corrupção. Existem alguns, inclusive, que já incluem a propina como parte do custo do seu produto ou do seu serviço. Na mesma coluna do salário do trabalhador, do consumo de energia, ou do pagamento dos impostos.

Eu fico imaginando, entretanto, o que seria este País se, pelo menos, pudéssemos diminuir a nossa corrupção pela metade. Na Previdência, na sonegação, nas propinas para os diversos escalões, nas licitações, nos financiamentos de campanha, nos mensalões, nas emendas orçamentárias.

Cada um tem um quantitativo, até porque a corrupção nem sempre deixa rastros numéricos, mas seria, com certeza, um número de dois, quem sabe três, dígitos, muito mal acompanhado de nove zeros à direita.

Isso, ainda admitindo que pudéssemos conviver com a metade da corrupção de hoje.

A metade da corrupção debelada, quem sabe daria para dizimar, total e absolutamente, a fome, o analfabetismo e as filas dos hospitais.

Para reduzir a fome, teríamos que produzir mais. Produzindo mais, gerariamos mais empregos. Gerando empregos, mais renda. Sem fome, com emprego e renda, mais cidadania.

Eradicando o analfabetismo, estaríamos construindo o País do presente e do futuro. É inconcebível que ainda tenhamos tantos milhões de brasileiros verdadeiros autistas de sua realidade. Muitos nem existem, oficialmente. Nascem e morrem sem terem existido, oficialmente.

Quem sabe, então, autistas sejamos todos nós.

Eradicar as filas dos hospitais significa acabar com a dor. A dor física e a dor de alma. A realidade dos hospitais brasileiros mais se parece com os cenários de guerra. A falta de tudo, do médico ao remédio, faz da doença uma loteria, uma espécie de roleta que define quem pode viver e quem deve morrer.

A metade da corrupção também poderia propiciar maior incentivo aos produtores brasileiros, no campo e na cidade. Não como uma dádiva, nem como um instrumento novo e alternativo para corrupção. Recursos, mais uma vez, para produzir, gerar empregos e renda. Para construir a verdadeira cidadania.

O vice-presidente disse que o Presidente sabe das suas opiniões, porque ele “fala isso nas reuniões internas”. Ainda bem, porque o Presidente sempre diz que, nesta matéria, “não sabe de nada”.

Mas, o Presidente sabe, e tanto que sabe, que, ao invés de apoiar instituições que coíbem a corrupção, quer inibir as suas atuações. Se quer inibir é porque, pelo menos, tem notícia dos fatos.

Triste ironia! Na mesma edição do jornal em que o vice-presidente diz que o Brasil é o País da impunidade, há a notícia de que um projeto do Executivo prevê menos poder para uma instituição que combate a corrupção.

O vice-presidente, na página 16. O presidente, na página 2. Do mesmo caderno! O caderno “Brasil”!

Mas, a coerência do vice-presidente José Alencar também está na página 2! Está escrito: “na última semana, o vice-presidente José Alencar saiu em defesa do TCU e criticou as tentativas de enfraquecer o órgão. ‘A trajetória centenária dessa Casa comprova que ela sempre esteve vinculada ao conceito de transparência’, disse Alencar”.

Ora, pelo menos desta vez, o presidente sabe. Mais: sabe através do seu vice-presidente.

Sabe da ciranda financeira. Sabe da corrupção. Sabe que somos um país da impunidade.

Sabe, mas marcha na contramão.

Agora, quer que o TCU atue, apenas, depois da obra acabada! Como se o país não fosse um paraíso da impunidade! Como se os que se locupletam com dinheiro público devolvessem o que surrupiaram da nação.

Pela Constituição brasileira, o TCU é um órgão auxiliar do Legislativo. Artigo 71: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União”.

Entre outras atribuições constitucionais do TCU estão a apreciação das contas do Presidente da República e “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público”.

Ora, além de marchar na contramão das investigações sobre a corrupção com o dinheiro público e do combate à impunidade, o Executivo, mais uma vez, tenta solapar a nossa função constitucional de legislar e de “fiscalizar e controlar, ..., os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Já não chega a edição desatinada de medidas provisórias! Já não chega o controle das rédeas do Congresso, através da distribuição de cargos e da liberação dos recursos das emendas orçamentárias! A quem interessa um Congresso omissivo e submisso? Exatamente àqueles que insistem em fazer da coisa pública um negócio particular!

É por isso que eu peço, encarecidamente, ao meu amigo, irmão e companheiro vice-presidente José Alencar: continue falando!

É por isso que eu peço, fervorosamente, a Deus Todo-Poderoso: longa vida ao meu amigo, irmão e companheiro José Alencar!

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Este é o Pedro Simon, que faz um análise da política atual.

Eu diria o seguinte, Professor Cristovam, já que o Presidente Luiz Inácio vai à Dinamarca, a Copenhague, e o Pedro Simon, inspirado em José Alencar, disse que a impunidade é o grande mal do Brasil, lembro o nosso Ulysses Guimarães, que está encantado no mar, que já dizia que a corrupção é o cupim que corrói a democracia, e Shakespeare, antes de todos eles, que disse em *Rei Lear*: “Há algo de podre no reino da Dinamarca” – era a corrupção. “É melhor ser um mendigo em Nápoles do que rei da Dinamarca”. O povo dinamarquês soube combater a corrupção, e agora nos

reuniremos todos em Copenhague para melhorarmos a natureza do mundo.

Que o nosso Presidente Luiz Inácio reflita sobre o que disse Shakespeare no passado e reflita sobre a Dinamarca, que se reconstruiu, se engrandeceu e, hoje, é o ícone da recuperação da natureza. Mas eles combateram a podridão da corrupção, que ele não soube combater aqui no Brasil.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

Antes de ela chegar, com sua beleza, à tribuna, vou ler o expediente.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.533, DE 2009

Ofício nº 77/2009/CMA

Brasília, 10 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, aprovou em 15 de setembro do corrente, o Requerimento nº 72, de 2009-CMA, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Fátima Cleide e Cícero Lucena, conforme cópia em anexo, com o objetivo de representar esta Comissão na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima, COP-15, que será realizada no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância da realização dessa missão, requeiro autorização para a realização da viagem e as necessárias providências para o pagamento de diárias em favor dos participantes da delegação: Senadora Fátima Cleide e Senador Flexa Ribeiro. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

### REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, que seja designada uma comissão para representar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima COP-15, que será realizada no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, na cidade de Copenhague, Dinamarca.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2009. – Senadora **Fátima Cleide** – Senador **Flexa Ribeiro** – Senador **Cícero Lucena**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência designa o Senador Inácio Arruda para integrar a comissão temporária externa, criada pela aprovação do **Requerimento nº 1.520, de 2009**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no próximo dia 20 estaremos comemorando o Dia da Consciência Negra, data que assinala, também, o aniversário da morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, em 1695.

Zumbi, sem dúvida alguma, transformou-se em um grande símbolo da luta pela liberdade e da resistência negra ao escravismo.

Para o historiador Flávio Gomes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a escolha do dia 20 de novembro foi muito mais que uma oposição ao dia 13 de maio, que reverencia a Lei Áurea:

(...) os movimentos sociais escolheram essa data para mostrar o quanto o País está marcado por diferenças e discriminação raciais. Foi também uma luta pela visibilidade do problema. Isso não é pouca coisa, pois o tema do racismo sempre foi negado, dentro e fora do Brasil. Como se não existisse.

Aproveito a oportunidade, entretanto, para tecer considerações sobre o debate existente na sociedade brasileira em torno do binômio raça e classe, que coloca no centro da discussão a questão do racismo e da desigualdade social.

Apesar do prolapado mito da democracia racial brasileira, existe, subterraneamente, um racismo no Brasil que exclui os afro-brasileiros da sociedade inclusiva do direito a ter direitos, relegados que são a uma cidadania de segunda classe.

A crença de que não existe problema racial no Brasil, somada à atitude de autobranqueamento da própria população negra brasileira, disfarça os antagonismos raciais, desmobiliza a comunidade afro-brasileira e leve o poder público a tratar com descaso a questão. Ou quanto trata, o faz de forma equivocada.

A importância do tema é realçada pelas conclusões da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Co-

nexas de Intolerância, realizada há oito anos, no final de 2001, em Durban, na África do Sul.

O objetivo da reunião foi, exatamente, a elaboração de recomendações de políticas públicas para a erradicação de práticas discriminatórias e a promoção e valorização das populações discriminadas do mundo.

O critério cor tem sido adotado pelo IBGE nos censos demográficos em nosso País como um dos critérios de classificação da população. Negros e pardos são, no Brasil, de acordo com o censo, cerca de 50% da população, totalizando mais de 70 milhões de pessoas. Por conseguinte, o Brasil possui a maior população negra fora da África, e a segunda maior população negra do mundo.

Olhando para a situação real do negro na sociedade brasileira, todos os dados socioeconômicos que venhamos a analisar constataam um alto grau de desigualdade entre brancos e negros no País.

Levando-se em consideração a população economicamente ativa, os brancos têm uma média salarial de cinco salários mínimos contra dois salários para a população negra.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostra que a população branca tem mantido uma média de dois anos a mais de escolaridade do que a população negra nos últimos 50 anos.

Nenhum outro fator, que não a utilização de critérios discriminatórios, baseados na cor dos indivíduos, pode explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis à população negra, seja qual for o aspecto considerado.

Mesmo diante desse quadro desolador, o legislador brasileiro tem, historicamente, usado apenas a lei penal para resolver o problema da discriminação racial, que tem profundas raízes socioeconômicas.

Todos sabemos que a exclusão social, de um modo geral, caracteriza-se por afastar o indivíduo do meio social em que vive. Pode estar relacionada a vários fatores, sejam eles políticos, econômicos, religiosos, entre outros.

O preconceito racial é uma forma de exclusão social bastante comum no mundo. Porém, se não observarmos as condições histórico-sociais, fica difícil entender por que o Brasil, embora seja um País com população em sua maioria negra ou afrodescendentes, tem, na prática, um disfarçado racismo nas suas relações socioeconômicas.

Os nossos antecedentes históricos são a prova de que o negro sempre foi discriminado em todos os aspectos. Não tinham, por exemplo, direito à escola e, até a Lei do Ventre Livre ser decretada, não tinham direito nem sobre seus filhos, pois esses, na hora do

nascimento, eram considerados propriedades dos senhores, como eram chamados os homens de pele branca que tinham condições financeiras de manter sob seu poder vários escravos. E quanto maior a quantidade de maior seria o seu prestígio na sociedade.

Portanto, o que observamos hoje é uma extensão do processo histórico, mantendo-se a desigualdade econômica e social, com o negro em situação de submissão.

Desde a abolição da escravatura, usaram-se subterfúgios para manter o negro à margem da construção da cidadania, mascarando e esvaziando a discussão sobre os malefícios ainda hoje experimentados pela população de cor.

A produção e a difusão cultural do País reflete também o processo discriminatório. Pesquisa realizada pela Fundação Palmares, em 2006, constata que apenas 4% da programação das principais emissoras públicas do País abordam em entrevistas, programas de auditório e telejornais elementos da cultura negra, mesmo sendo metade da nossa população declarada negra ou parda.

Nesse dia da Consciência Negra urge que o poder público não silencie quanto à calamitosa situação de pobreza a que a esmagadora maioria da população negra encontra-se reduzida após séculos de espoliação.

As chamadas ações afirmativas, também denominadas discriminações positivas ou ações positivas, têm um papel fundamental, mas são apenas um dos maíôs que podem ser utilizados como instrumentos propiciadores de mobilidade social ao afro-brasileiro.

Mesmo assim elas são questionadas, são repudiadas por grande parte da população brasileira. Eu, pessoalmente, acredito que elas são um fator positivo que estamos redescobrimo neste momento em nosso País.

O Brasil tem muito a fazer para propiciar ao afro-brasileiro pleno acesso aos direitos humanos fundamentais, sendo imperioso colocar o tema na agenda de Governo – Federal, Estadual, Municipal, assim como envolver os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo.

Portanto, esta é a homenagem que faço neste dia tão importante de resgate da nossa história, de resgate de uma população que tem colaborado com o desenvolvimento e com o crescimento deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Essa foi a Senadora Lúcia Vânia, que representa o PSDB e o Estado de Goiás.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup>, o símbolo da educação, que tem um amor muito grande pela educação, outro dia, chegou aqui, olhou para a Bandeira e imaginou, no seu fértil cérebro, nela colocarmos “Educação é Progresso”.

Hoje, é o Dia da Bandeira. Então, na Presidência do Senado, neste instante, relembro e busco nossa Constituição. Relembro que Ulysses Guimarães, no dia 5 de outubro de 1988, beijou esta Constituição, chamou-a de Constituição Cidadã e disse que lhe desobedecer era como rasgar a Bandeira brasileira.

No Capítulo III da Constituição, que trata “Da Nacionalidade”, o art. 13 reza:

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e os selos nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Aí está hoje o dia que consagramos ao símbolo maior de nossa Pátria: a Bandeira. Esta é a Bandeira, as cores que aprendemos com nossas professoras. Diz-se que o verde relembra a mata, a esperança do nosso povo; o amarelo, o ouro, a riqueza; o azul, o céu; o branco, a pureza; e esse lema do positivismo, que lembra o filósofo Augusto Comte, em cuja escola implantada no Rio de Janeiro, Lafayette, estudaram aqueles que fizeram esta Bandeira. E aí está o símbolo: “Ordem e Progresso”.

E queria dizer que, como diz a Constituição do meu Estado, orgulhoso sou ao lembrar que a bandeira do meu Estado do Piauí tem as mesmas cores dessa Bandeira. Como piauiense, acho a do Piauí mais bela ainda.

Aqui temos várias estrelas, uma que representa o Distrito Federal, e as outras, os nossos Estados. A do Piauí só tem uma, que significa a estrela do céu brasileiro, a estrela Antares, e ela tem também hoje um escrito, como a Bandeira do Brasil. Poucas bandeiras têm mensagem escrita, e a bandeira do Piauí tem escrito “13 de março de 1823”, mostrando ao Brasil que nós fomos o último Estado, cujo povo foi capaz de, numa primeira batalha sangrenta, garantir a unidade do País.

Lá nós enfrentamos os portugueses, expulsando-os e tornando-nos nessa Pátria, que deveria ter sido, por intenção de Dom João VI, dividida em duas: “Filho, fica com o sul, desenvolvido, e eu ficarei com o norte”. Seria o país Maranhão. E hoje este País é grande e uno graças ao 13 de março de 1823, lembrado na nossa Bandeira. E como meu nome é Francisco, eu lembraria

ao Brasil cristão, eu, que sou do Partido Social Cristão, que Francisco, meu patrono, andava com uma bandeira muito atual, e nela estava escrito “Paz e Bem”.

Com a palavra o professor Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu quero, primeiro, parabenizá-lo por, neste último momento desta sessão, no dia 19 de novembro, lembrar que hoje é o Dia da Bandeira. Creio que poucos aqui nos lembramos disso, apesar de que logo cedo houve uma solenidade com crianças na frente do prédio. E aproveito para dizer que, de fato, a nossa Bandeira representa o ouro, o céu, as florestas, mas a gente tem que se lembrar que essas florestas estão sendo queimadas, esse ouro foi levado todo para Portugal e que o nosso céu está coberto de fuligem de um processo industrial degradador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – E não há mais a pureza do branco.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Então, a gente precisa não é mudar a Bandeira, mas voltar a fazer o céu azul e aproveitar bem esse novo ouro que está surgindo, que é o pré-sal – e eu espero que ninguém tente tirar o amarelo do ouro e colocar o preto do petróleo, mas usar bem dessa vez, e não como usamos o ouro, apenas para enriquecer a Inglaterra através de Portugal.

E que o verde volte a ser verde no Brasil, parando a degradação de nossas florestas e replantando o máximo de árvores possível.

Mas, finalmente, não quero deixar de falar de um outro componente da Bandeira, que é o “Educação é Progresso”, como eu gostaria de sugerir que fosse, não na Bandeira, mas na cabeça das pessoas. Mas o que eu queria é que o “Ordem e Progresso” pudesse ser lido por todo mundo.

Sinto um certo constrangimento quando vejo a nossa bela Bandeira, sabendo que ela não é entendida por todos os brasileiros, porque 14 milhões não sabem ler. Se eles não sabem ler, não conseguem entender o “Ordem e Progresso”. Se misturarem aquelas letras, eles vão achar que continua sendo a Bandeira do Brasil. Se escreverem em inglês, francês, eles vão continuar achando que é a Bandeira do Brasil.

A gente precisa colocar na cabeça das pessoas que o progresso com ordem só virá por meio da educação e que essa Bandeira que tem um lema escrito só se justifica plenamente se alfabetizarmos todos os brasileiros. Enquanto um único adulto brasileiro não for alfabetizado, essa Bandeira não está completa.

Então, 120 anos faz hoje que essa Bandeira foi definida como a nossa Bandeira. Cento e vinte anos! É um longo tempo em um País jovem como o nosso. Mas

em 120 anos, nesse longo tempo, a gente não foi capaz de fazer com que todos entendessem como ela é.

E mais ainda, Senador Mão Santa: quando essa Bandeira foi definida, no dia 19 de novembro de 1889, 65% da população brasileira era de analfabetos, mas 65% eram 6 milhões e meio, porque tínhamos 10 milhões.

Agora, são menos de 13%, 11%, vamos dizer. Mas esses 11% representam 14 milhões. Ou seja, nós mais do que dobramos o número de brasileiros que não entendem, não conhecem, não reconhecem a sua Bandeira nos 120 anos desde que ela foi definida como a nossa Bandeira.

Esse é um desafio que devemos ter para nós, e o Dia da Bandeira é um bom momento para fazermos essa reflexão. A Bandeira tem que ser de todos. Por isso, já que não vamos eliminar esse lema, vamos mantê-lo, façamos, pelo menos, com que todos sejam capazes de ler o lema que está na Bandeira.

Agradeço ao senhor por ter trazido a Bandeira para a conclusão dessa solenidade, que hoje deveria ser encerrada ao som do Hino Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Cristovam, entre os próprios criadores da Bandeira, houve alguém que disse que teria de haver a palavra “amor”, porque justamente o lema de Augusto Comte era “Amor, Família e Pátria”. Mas acharam que “amor” era meio feminino. Não é. Amor é o que constrói tudo, o amor é que constrói para a eternidade. O amor é que é o cimento da instituição mais sagrada, a família. Então, não predominou a ideia, não aceitaram a palavra “amor”, que traduziria a filosofia positivista de Augusto Comte.

Mas quero crer que V. Ex<sup>a</sup> pode persistir no seu sonho e no seu ideal. Faça uma emenda para colocarmos “educação” e terá o meu voto.

Há mais alguma coisa? (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 17, de 2009**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

**RECURSO Nº 17 - PLENÁRIO**  
**(PLS nº 190, de 2007)**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para o Plenário da decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), proferida na 43ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 14 de outubro de 2009, que aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.”

Sala das Sessões,

de 2009.

The block contains several handwritten signatures and notes. At the top left is a signature with a large 'A' and 'S' and a checkmark below it. To its right is a signature with a '9' above it. Below these are several larger signatures, some with numbers: 'Viana 4', 'Wald 5', and 'Amp. ... 6'. There are also some illegible handwritten notes and scribbles.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007 – Complementar**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer

**Medicina & Bem-estar**

# O PODER MALIGNO DO COLESTEROL

**A medicina descobre que o vilão do coração também aumenta o risco para doenças como Alzheimer, câncer de próstata e infecções bucais. Mas já encontra novas maneiras para enfrentá-lo**

*Cilene Perola e Mônica Tarantino*

**N**este momento, cientistas de todo o mundo estão empenhados em uma potente contra-ofensiva ao colesterol, a conhecida gordura que, em desequilíbrio, é um dos principais inimigos do coração. Há esforços para controlar não apenas sua fração ruim, o LDL, responsável pelo entupimento das artérias. Muito está se descobrindo também para elevar a parte boa, o HDL, cuja função é tirar de dentro das células a gordura depositada. Esses avanços serão apresentados no congresso da Associação Americana de Cardiologia (a sigla em inglês é AHA), que reunirá nesta semana milhares de médicos em Orlando, nos Estados Unidos.

A concentração de forças contra o colesterol se torna mais urgente por causa das descobertas recentes sobre os prejuízos que o composto apresenta em outras partes do corpo, além do coração. Os trabalhos têm mostrado a existência de conexões entre o colesterol e o surgimento ou evolução da demência senil, mal de Alzheimer, câncer, artrite reumatoide e problemas na mucosa bucal. Trata-se de uma questão nova, excitante e complexa para a medicina.

Boa parte dos estudos do gênero se dedica a investigar a relação com o funcionamento do cérebro. Uma pesquisa publicada no jornal da AHA, por exemplo, identificou ligações entre os baixos níveis do HDL na meia-idade e a perda da memória. A conclusão foi tirada a partir da avaliação de 3,6 mil pessoas com 55 e 61 anos. Entre o primeiro grupo, as que tinham baixo HDL estavam 27% mais vulneráveis ao problema do que quem tinha níveis ade-

quados. Para os indivíduos com 61 anos, o risco foi de 53%. Atualmente, a medicina define que o HDL deve estar acima de 50 mg/dl (miligramas por decilitro de sangue) para mulheres e 40 mg/dl para homens. Para os diabéticos, a recomendação é de 50 mg/dl.

No ano passado, os resultados de um estudo que durou 30 anos começaram a delinear também as relações entre o excesso do colesterol total (a soma das suas frações, boa e má) e as chances de ter mal de Alzheimer, doença degenerativa caracterizada pela perda de memória e demência. Por nove anos, de 1964 a 1973, os pesquisadores acompanharam 9,7 mil pessoas com idades entre 40 e 45 anos. Depois, entre 1994 e 2007, o grupo foi novamente examinado. "Aqueles com colesterol entre 249 mg/dl e 500 mg/dl tiveram uma vez e meia mais chances de desenvolver Alzheimer do que os que mantiveram níveis abaixo de 198 mg/dl", disse à ISTOÉ Alina Solomon, que liderou o trabalho. Mais informações fortalecem esse raciocínio. Divulgada em março, uma pesquisa da Universidade Colúmbia (EUA) constatou um declínio mais rápido do raciocínio em pessoas com histórico de diabetes e colesterol alto.

Uma das hipóteses para resultados como esses é a de que o colesterol provocaria no cérebro danos semelhantes aos causados no coração. "O alto nível de gorduras no sangue pode acarretar o depósito dessas substâncias e o estreitamento

do registro da matéria "O poder maligno do colesterol" da revista *ISTOÉ*, em sua edição nº 2088, do dia 18 de novembro de 2009.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**No futuro, o controle do colesterol poderá ser feito com o bloqueio de genes que regulam a sua produção e nanomoléculas para aumentar a porção boa**

## Medicina & Bem-estar

### INIMIGO NA MIRA

Conheça alguns dos mais recentes avanços contra o colesterol

#### OUTROS PREJUÍZOS

Estudos mostram que ele está envolvido em outras doenças, além das cardíacas. Entre elas:

- ▶ Mal de Alzheimer
- ▶ Câncer
- ▶ Artrite reumatóide
- ▶ Danos à mucosa bucal

#### NOVAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE

##### 1 AUMENTAR AS MANEIRAS DE ELEVAR O HDL, O BOM COLESTEROL

Há indicações de que, se estiver abaixo do normal, pode ser um fator de risco para o entupimento das artérias cardíacas até mesmo para quem está com o LDL, o colesterol ruim, em níveis normais

##### O que está sendo criado para melhorar as taxas de HDL

As substâncias dalcetrapibe e anacetrapibe estão sendo avaliadas em dois grandes estudos mundiais

Pesquisas que devem ser concluídas em 2012 darão aos médicos a resposta definitiva se os comprimidos de ácido nicotínico são úteis. Hoje, eles são a principal opção medicamentosa para aumentar o HDL

Nos EUA, cientistas usaram a nanotecnologia para criar moléculas muito parecidas com o HDL, com ação mais eficiente do que os remédios atuais

No ano que vem, chega ao Brasil o remédio Cordaptive. Ele é uma combinação de ácido nicotínico, usado para aumentar o HDL, com lamprolanto. A associação reduz em até 60% um efeito colateral do ácido nicotínico: uma forte vermelhidão na pele

dos vasos sanguíneos”, explica o cardiologista Marcelo Bertolami, diretor do Instituto Dante Pazzanese, em São Paulo. Por isso, o órgão afetado pode deixar de receber sangue suficiente para oxigenar os seus tecidos.”

Nos EUA, um experimento da Clínica Mayo apontou outra implicação: pessoas que apresentaram artrite reumatóide, uma doença inflamatória crônica, manifestaram níveis totais de colesterol muito baixos nos cinco anos que precederam o aparecimento do problema. Agora, procura-se decifrar o significado dessa ocorrência.

No campus da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, uma investigação feita com ratos nos laboratórios da Faculdade de Odontologia constatou que o colesterol elevado prejudica a mucosa bucal. “A cicatrização é mais difícil, o que facilita a formação de lesões que podem ser a porta de entrada para infecções”, diz Gilberto Silva, autor do trabalho. “Essa relação é tão intrigante que iniciaremos um estudo para investigar possíveis implicações no câncer bucal”, diz Marilena Komesu, orientadora da pesquisa.

A relação entre o colesterol e os tumores de fato tem instigado os cientistas. Eles querem saber quando e como ela se dá. Por enquanto, há indicações da influência em alguns tipos. Um trabalho avaliou 5.586 homens com mais de 55 anos, sendo que 1.251 tinham câncer de próstata. “Homens com colesterol total abaixo de 200 mg/dl tiveram 59% menos risco de apresentar tumores mais agressivos de próstata”, disse à ISTOÉ Elizabeth Platz, coordenadora do estudo e codiretora do Johns Hopkins Kimmel Cancer Center. “Agora temos mais evidências de que entre os benefícios do baixo colesterol está a redução do risco de tumores de próstata mais fatais.”

Divulgado esta semana no jornal “Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention”, outro estudo assinalou o papel benéfico do HDL. O acompanhamento de 29 mil homens fumantes durante 18 anos pelo National Cancer Institute dos EUA gerou o dado de que os indivíduos com HDL acima de 55 mg/dl tinham 11% menos chances de ter câncer, incluindo tumores de pulmão e fígado. Foi o maior estudo mostrando a relação entre HDL e câncer. Mas é preciso avançar para ter respostas mais claras. “Muitos desses trabalhos são controversos, mas indicam novos caminhos de pesquisa que precisam ser trilhados”, diz o cardiologista Bertolami.

No rastro desses estudos, ampliam-se também as indicações das estatinas, o principal remédio para baixar o LDL. Um estudo publicado na revista científica “Neurology” mostrou que quem toma estatina depois de um acidente vascular cerebral tem 35% menos risco de sofrer outro problema semelhante e 57% menos chance de morrer nos próximos dez anos vitimado por problemas nos vasos sanguíneos cerebrais. Elas também melhoram a condição de pacientes internados por gripe, de acordo com uma pesquisa patrocinada pelo Centro de Prevenção de Controle de Doenças americano. A investigação avaliou 2,8 mil pessoas hospitalizadas entre 2007 e 2008. As que tomavam estatinas por algum motivo tiveram duas vezes mais possibilidades de sobreviver.

Porém falta muito para domar o colesterol. “A medicina ainda está devendo na prevenção”, diz o cardiologista Raul Dias dos Santos, diretor da Unidade Clínica de Lipídes do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo, e um dos principais pesquisadores internacionais da área. “Hoje, com os recursos existentes, apenas 30% dos pacientes que já tiveram algum problema cardiovascular mantêm o LDL em torno de 70 mg/dl, o que é ideal.”

**VANGUARDA** O cardiologista Raul dos Santos está engajado na pesquisa de novos medicamentos

Isso mostra que é preciso abrir novas frentes de batalha. E é o que está sendo feito. Para baixar o LDL, estuda-se a eficácia de uma substância, a ser tomada em uma única dose semanal injetável. Seus primeiros resultados serão apresentados no encontro americano de cardiologia. Chamada de mipomersen, ela está sendo testada em seis pacientes do InCor com alterações genéticas que fazem o LDL atingir níveis muito altos, em torno de 500 mg/dl. A substância tem um mecanismo de ação completamente diferente dos remédios disponíveis e pode reduzir o LDL em mais 25% além da diminuição promovida pelas estatinas. “Em cerca de seis semanas, diminuímos o colesterol de alguns pacientes de 500 para 140 mg/dl. Mas, em outros, a droga não teve efeito”, conta Santos, coautor do estudo.

Ainda no InCor, o pesquisador Carlos Eduardo Negrão, diretor da Unida-

**O DUPLO DE RISCO DAS MULHERES**

Elas têm mais dificuldades para controlar o mau colesterol e ao mesmo tempo elevar o bom

Um estudo coordenado pelo cardiologista Raul dos Santos, de São Paulo, revelou que os homens que já sofreram infarto ou acidente vascular cerebral tinham mais sucesso em atingir os níveis adequados de LDL do que as mulheres nas mesmas condições. Dados inéditos do trabalho serão publicados na edição de novembro da revista “American Heart Journal”. Eles mostram que, além da dificuldade de controlar o LDL, as mulheres costumam apresentar níveis menores de colesterol protetor, o HDL. Em 9,9 mil pacientes, o HDL baixo foi encontrado em 32% das mulheres, contra 27% dos homens. Para eles, os inimigos que se revelaram mais

atuantes na derrubada do bom colesterol foram a diabetes e o cigarro. Para elas, a lista inclui a diabetes, a pressão alta, o cigarro e a obesidade abdominal. As mulheres da família Cruz Antônio – a mãe, Guiomar, suas filhas Gisela e Fernanda, e sua neta Marcela, 9 anos – sabem bem o que é lutar para manter os níveis da gordura equilibrados. Por causa de uma tendência genética, todas têm dificuldade, mesmo com remédios. “Mas continuamos firmes nos cuidados”, diz Fernanda.

**DISCIPLINA** Mulheres da família Cruz Antônio se empenham para equilibrar o colesterol

de de Reabilitação Cardiovascular e Fisiologia do Exercício, aprofundou o entendimento sobre outro mecanismo de controle do LDL: a atividade física. Negrão descobriu que ela faz o HDL ser eliminado mais rapidamente do organismo. Ao mesmo tempo, desencadeia reações químicas que

retardam sua oxidação. Quando essa oxidação acontece, o LDL se torna mais nocivo. “O exercício o torna menos lesivo”, explica Negrão. O trabalho foi publicado na revista da Sociedade Americana de Fisiologia. Atento aos avanços da medicina, o executivo Fábio Beltrão, 39 anos, está entre os que

**2 INCREMENTAR O ARSENAL CONTRA O LDL, O MAU COLESTEROL**

Nesse sentido, há em desenvolvimento



No InCor, em São Paulo, os pesquisadores estão testando uma injeção semanal capaz de inibir os genes que produzem o colesterol

Nos EUA, cientistas bloquearam o funcionamento de outro gene, responsável pela produção de uma proteína envolvida no aumento dos níveis deste tipo de gordura. Em cobaias, a novidade reduziu sua concentração em 56%



**3 ASSOCIAR SUBSTÂNCIAS**



A tendência é surgirem mais medicamentos combinando em uma única pílula inibidores de síntese do LDL (estatinas) com inibidores de absorção de colesterol no intestino. (por enquanto, existe apenas uma droga que faz essa união)

**4 MELHOR AVALIAÇÃO DO RISCO**



No Canadá, já se tornou rotina incluir a medida da PCR (proteína C reativa). A proteína indica a presença de inflamação no organismo, o que pode acentuar os perfis dos LDL, mesmo quando seus níveis estão normais

Estudos têm mostrado que não é necessário jejum para fazer o exame de sangue que mede os níveis de colesterol. Um obstáculo a menos para quem ainda demora para fazer o teste

## Medicina & Bem-estar

apostam nos poderes do exercício para baixar as gorduras no sangue. “Descobri que o LDL estava alto quando fiz exames para entrar no time de corrida da empresa. Agora, treino sob monitoramento”, diz ele.

Há investimentos também para elevar o HDL. Com exercícios e dieta, por exemplo, é possível melhorar até 15% o padrão desse colesterol bom. Mas o benefício dessa ordem só vale para quem tem barriguinha ou possui triglicérides – outro tipo de gordura – alto. Quem é magro não tem resultados tão expressivos. Por isso, há uma corrida das companhias farmacêuticas em busca de alternativas. Hoje, a principal opção disponível é o ácido nicotínico. O problema é que ele dá efeitos colaterais desconfortáveis – vermelhidão no rosto e suor excessivo. No ano que vem

chegará ao Brasil um remédio que deve acabar com o problema. Ele combina o ácido allopurinol, substância que impede as complicações. Também estão em estudo dois novos remédios, o dalcetrapibe e o anacetrapibe, que prometem subir em torno de 40% o HDL.

Outro foco é o conhecimento de frações pouco estudadas, como o oxicolesterol. Ele é produzido, por exemplo, quando alimentos ricos em gordura são esquentados, como frango frito ou hambúrgueres. Em estudo com cobaias na Universidade de Hong Kong, o colesterol total dos

animais alimentados com oxicolesterol subiu 22% mais do que o daqueles que não o ingeriram.

Discutem-se ainda formas mais eficientes de avaliar o risco. Uma delas é dosar, no exame de sangue, a quantidade de PCR (proteína C reativa) de pessoas com LDL normal, como já se faz de rotina no Canadá. Por quê? Trata-se de um marcador de risco de inflamação que, quando elevado, indica que o LDL pode se tornar mais perigoso. Mais um trabalho, publicado em junho na revista “Circulation”, sugere dar maior atenção ao colesterol não HDL. Ou seja, a fração total menos o HDL. O que isso indica? Uma mistura de todas as outras

partículas de gordura circulantes no sangue que podem de fato entupir as artérias. “Além do LDL, outras gorduras são prejudiciais. Verificamos que 20% dos pacientes que tinham o LDL nos níveis certos possuíam alguma outra gordura ruim fora de controle, o que é um risco”, diz Raul dos Santos.

Mas pelo menos fazer o exame que mede o colesterol vai ficar mais fácil. **Pesquisadores da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, afirmam que não é preciso jejuar antes de testar o colesterol.** Fundamentada em dados de exames de 300 mil pessoas, a pesquisa coordenada pelo pesquisador John Danesh indica que os resultados sem jejum são iguais aos dos exames convencionais. Muitos outros estudos endossam esses resultados. É uma dificuldade a menos para ajudar na batalha para conservar a saúde. ■

## A LIÇÃO DA BACTÉRIA

Cientistas descobrem micro-organismo que destrói o colesterol

Um grupo de cientistas da Universidade Complutense de Madrid, na Espanha, encontrou, entre tantos tipos de bactérias que vivem no esgoto, uma espécie que tem a capacidade especial de degradar muito rapidamente resíduos de colesterol. Deram a ela o nome de *Gordonia cholesterollivorans*. “Nós

acabamos de isolar os genes dessa bactéria para conhecer seus mecanismos de funcionamento”, disse à ISTOÉ o pesquisador Oliver Drzyzga, que liderou o trabalho. “O que eles querem é entender como o micro-organismo metaboliza a gordura de modo tão eficiente, na esperança de encontrar no processo mais uma

forma de controle do colesterol no organismo humano. “Prendemos modificá-la geneticamente para criar compostos que possam ser usados no setor farmacêutico e médico.”

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “TCU vê sobrepreço em obra da Petrobrás”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 20 de agosto de 2009.

A matéria destaca que o primeiro lote de documentos obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás aponta indícios de superfaturamento de, pelo menos, R\$121 milhões na obra da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco e acusa o presidente da estatal, José Sergio Gabrielli, de negar documentos.

Sr. Presidente, requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero registrar a matéria intitulada, “Absolvição de Sarney e saída de Marina estremecem o PT”, publicada pelo jornal *O Globo*, em sua edição de 20 de agosto de 2009.

A matéria destaca que no mesmo dia em que ajudou a enterrar as investigações contra o Presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), o PT sofreu uma baixa importante para 2010: a senadora Marina Silva (AC), ex-ministra do meio ambiente de Lula, deixou o partido.

Sr. Presidente, requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, quero fazer o registro da matéria intitulada, “Senador cria falso embate, criticam analistas”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 16 de setembro de 2009.

A matéria destaca que as declarações do Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), sobre suposto embate entre mídia e Congresso colocam em pólos opostos instituições que não competem. Essa é a opinião de analistas políticos ouvidos depois do discurso do senador no plenário do Senado, onde afirmou que a imprensa é inimiga das instituições.

Sr. Presidente, requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

A8 | NACIONAL | QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2009  
O ESTADO DE SÃO PAULO

CONGRESSO

# TCU vê sobrepreço em obra da Petrobrás

Relatório está com CPI que apura irregularidades na estatal

Leandro Colon  
BRASÍLIA

O primeiro lote de documentos obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás aponta indícios de superfaturamento de, pelo menos, R\$ 121 milhões na obra da Refinaria Abreu e Lima (Pernambuco) e acusa o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, de negar documentos. É o que diz auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), concluída no dia 3 de julho, em toda a obra da refinaria financiada pela Petrobrás em parceria com a estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), do governo de Hugo Chávez. O relatório foi entregue segunda-feira à CPI. No TCU, aguarda análise do ministro Benjamin Zylber.

Os auditores vasculharam os contratos da refinaria entre 29 de abril e 3 de julho depois de indícios preliminares de irregularidades divulgados no começo do ano. Levantaram suspeitas de superfaturamento em quatro contratos vigentes que somam R\$ 2,7 bilhões. São empresas contratadas para construir a "Casa de Força" (espécie

de usina termoeletrica), tanques de armazenamento, edificações, e fornecer mão de obra para esses serviços. Os valores pagos pela Petrobrás estão, de acordo com a investigação, "excessivos frente ao mercado".

O que chamou a atenção dos técnicos é que, desse montante, não há detalhamento sobre o uso de R\$ 1,1 bilhão. Suspeita-se da existência de funcionários

## Parecer dos auditores ainda aguarda análise de ministro do TCU

fantasmas na obra. "Pode-se estar duplicando ou triplicando a quantidade de pedreiros, serventes, guindastes", alerta o relatório, que chega a cogitar a paralisação dos pagamentos.

Do restante dos contratos, no valor de R\$ 1,6 bilhão, os auditores investigaram R\$ 347 milhões e se surpreenderam com o fato de 53% - cerca de R\$ 121 milhões - estarem acima do valor de mercado. "Os indícios de sobrepreço constatados apresentam potencial de ocasionar

prejuízos significativos à Petrobrás", afirmam os auditores, que classificam Gabrielli de "omisso" por ter ocultado informações do órgão. "É de se concluir que a conduta do responsável é culpável, ou seja, reprovável", afirma o relatório, que ainda aponta a compra de equipamentos de laboratório e cozinha por R\$ 66,6 milhões sem licitação e considera a irregularidade "grave".

A Petrobrás aproveitou um contrato de R\$ 500 milhões para construção de edificações e adquiriu da mesma empresa, sem concorrência pública, materiais de laboratório, mobília, cozinha e instrumentos cirúrgicos, informa o relatório.

Na avaliação do TCU, essa prática é "anticonômica". "Além de indicar desvio de finalidade na contratação."

O valor dos recursos sob suspeita pode ser ainda maior. Isso, porque a suposta obstrução aos trabalhos dos técnicos atrapalhou essa parte da investigação. De acordo com os auditores, o TCU só teve acesso a um quarto dos recursos previstos para a obra. "É razoável afirmar que era possível ao responsável ter

consciência da ilicitude do ato que praticara", sustentam. Ontem, o plenário do TCU negou recurso da Petrobrás para protelar a entrega das informações.

**BANDIEIRA**  
Orçada em R\$ 23 bilhões, a obra da refinaria Abreu e Lima, localizada no município de Ipojuca, em Pernambuco, teve início em 2007 e está com término previsto para 2012.

Instalada numa área de 6,3 quilômetros quadrados, terá a capacidade de produzir 200 mil barris por dia de petróleo. A obra é uma das principais bandeiras do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outra situação que também pode se enquadrar em sonegação diz respeito ao valor estimado para a execução do empreendimento. A Petrobrás informou que o valor era de US\$ 4,05 bilhões, com base na cotação de R\$ 2,50/US\$, mas somente a soma dos valores das licitações realizadas até o momento já é superior a isso. Além disso, o site da Presidência cita R\$ 23 bilhões. "Tal fato demonstra total descaso da estatal para com esta corte de contas".

## BALANÇO

### Sob suspeita

O que o TCU encontrou nas obras da Refinaria Abreu Lima

#### INFORMAÇÕES GERAIS

• **Orçamento da refinaria**  
R\$ 23 bilhões

• **O projeto**  
A refinaria terá capacidade para produzir, diariamente, 200 mil barris de petróleo pesado (brasileiro) e sintético (venezuelano)

• **Prazo de conclusão**  
2012, quando cerca de 20% da instalação está pronta

#### CONCLUSÃO DOS AUDITORES

• **Sobrepreço**  
Auditoria aponta indícios de sobrepreço "excessivo" de R\$ 121 milhões. Os auditores consideram isso "irregularidade grave". Quatro contratos, que somam R\$ 2,7 bilhões, estão sob suspeita. São serviços de fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais de construção, montagem e construção de tanques de armazenamento, entre outros

#### Exemplos

- Na construção da Casa de Força, correspondente a uma usina termoeletrica, cerca de R\$ 40 milhões estão acima do preço de mercado

- A construção de tanques de armazenamento de água bruta e diesel tem, pelo menos, R\$ 10 milhões de sobrepreço, incluindo também a mão de obra

• **Sonegação de documentos**  
A Petrobrás, segundo a investigação, não entregou documentos solicitados, incluindo contratos, processos licitatórios e pagamentos. É uma "irregularidade grave", afirma a auditoria. "Várias solicitações foram atendidas de forma intempestiva", destaca o relatório. A Petrobrás, de acordo com a auditoria, informou que a obra está estimada em R\$ 10 bilhões, quando, na verdade, o valor é de R\$ 23 bilhões

• **Compra de equipamentos sem licitação**  
A Petrobrás gastou R\$ 66,6 milhões em compras de equipamento sem concorrência. A estatal aproveitou contrato referente à construção de edificações - no valor de R\$ 500 milhões - para adquirir, por R\$ 66,6 milhões e sem licitação, materiais de mobília, laboratório, cozinha e cirurgia. Os auditores apontam "ato de gestão anticonômica da Petrobrás", além de indicar "desvio de finalidade da contratação"

Senador Alvaro Dias

# Absolvição de Sarney e saída de Marina estremecem o PT

Por ordem do Planalto, petistas ajudam a arquivar investigações no Senado

• No mesmo dia em que ajudou a enterrar as investigações contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o PT sofreu uma baixa importante para 2010: a senadora Marina Silva (AC), ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, deixou o partido. Marina alegou insatisfação com a política ambiental do PT e do governo e estuda disputar a Presidência da República pelo PV. No Conselho de Ética do Senado, por ordem do Planalto, os petistas Ideli Salvatti, Delcídio Amaral e João Pedro declararam, em voz quase inaudível, o “não” que ajudou a salvar o aliado Sarney. A votação terminou 9 a 6 e desautorizou o líder petista, Aloizio Mercadante, que se recusou a ler a carta do presidente do PT, Ricardo Berzoini, orientando o voto pró-Sarney. Em protesto, o senador Flávio Arns (PR) anunciou que deixará o partido: “O PT jogou a ética no lixo. Eu me envergonho de estar hoje no PT”. As saídas de Marina, evangélica, e de Arns, ligado à Igreja Católica, representam também um baque no eleitorado petista religioso.

Páginas 3 a 11, Merval Pereira e Miriam Leitão

**‘Oriente os senadores do PT que votem pela manutenção do arquivamento das representações, como forma de repelir essa tática da oposição, que deseja estabelecer um ambiente de conflito e confusão política.’**

RICARDO BERZOINI,  
presidente do PT, em nota

**‘O PT jogou a ética no lixo. Vai ter de achar outra bandeira. O partido deu as costas para a sociedade, o povo e as bandeiras que sempre foram tão caras a tantas pessoas. Posso dizer que me envergonho de estar no PT’**

FLÁVIO ARNS,  
senador pelo PT do Paraná

**‘Minha vontade verdadeira era de sair da liderança. Só não fiz isso para não agravar a crise na bancada. Mas o meu cargo está à disposição.’**

ALCÍZIO MERCADANTE,  
líder do PT no Senado

# Senador cria falso embate, criticam analistas

'Imprensa tem o papel de veicular informações e promover debates', defende Wanderley Reis

**Flávia Tavares**

As declarações do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), sobre o suposto embate entre mídia e Congresso colocam em polos opostos instituições que não competem. Essa é a opinião de analistas políticos ouvidos pelo Estado ontem, depois do discurso do senador no plenário.

"Em termos de representação política, eleita, claro que os políticos são os representantes legais do povo. A imprensa tem o papel de veicular informações e promover debates", diz Fábio Wanderley Reis, cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais. "Há espaço para os dois tipos de atuação."

Já o professor de filosofia política do IUPERJ e da Universidade Federal Fluminense, Renato Lessa, aponta o equívoco de Sarney em afirmar que a mídia reivindica a representação do povo. "Não vejo a imprensa se apresentar com essa intenção, mas com a tarefa de informar", diz. O pronunciamento, para

ele, deveria ser mais autocrítico, menos "triumfalista" e avaliar como o Legislativo "caminha contra a democratização". "O discurso é uma estranha maneira de comemorar o Dia da Democracia: reclamando de imprensa excessiva."

No que se refere à declaração de Sarney sobre a transparência dos três Poderes - em que afirmou que "o Legislativo faz tudo às claras" -, o historiador Boris Fausto a classificou como uma "escorregadeira". "Então, os atos secretos foram feitos à noite?", alfineta. Fausto ressaltou que a revolta de Sarney vem da convicção de que ele e sua família são "intocáveis".

A cientista política da Fundação Getúlio Vargas Maria Celina D'Araújo lamenta que o Brasil esteja discutindo a liberdade de imprensa. "Parece que nós e nossos vizinhos estamos com nostalgia do tempo em que o governo dizia o que a mídia podia fazer", diz. "Alguns políticos preferem a imprensa bajuladora, que só faz mal a quem governa e ao País." ●

## 'Ataque' não ajuda democracia

"A mídia trata de um bem fundamental, a liberdade de expressão, tornando-a efetiva em nosso País", disse o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito. Para ele, discursos como o de José Sarney atacando a mídia não contribuem para a de-

moocracia. "Sem liberdade de expressão, não há Estado de Direito." O presidente da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), Mozart Valadares Pires, comentou achar "estranho" que alguém que tenha sido presidente da transição democrática tenha feito tal declaração. ●

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A Petro-Sal se torna uma ANP do B”, publicada pelo jornal *O Globo*, de 02 de setembro de 2009.

A matéria destaca que para o especialista em energia e ex-diretor-geral da ANP David Zylbersztajn, a criação da Petro-Sal e sua influência no controle das atividades ligadas às áreas do pré-sal no regime de partilha lança dúvidas sobre o papel da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para ele, a nova estatal será uma espécie de “ANP do B” e essa alteração deverá reduzir o poder da ANP.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, quero fazer o registro da matéria intitulada “Jurista diz que cen-

sura é atentado à Constituição”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 03 de setembro de 2009.

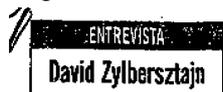
A matéria destaca que a decisão judicial que pôs o jornal O Estado de São Paulo sob censura cria um precedente preocupante no que se refere à preservação de princípios básicos da democracia, avalia o presidente da Associação Brasileira de Direito Constitucional, Flávio Pansieri.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# ‘A Petro-Sal se torna uma ANP do B’

Ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo critica falta de argumentos para mudar regime de concessão

A criação da Petro-Sal e sua influência no controle das atividades ligadas às áreas do pré-sal no regime de partilha lança dúvidas sobre o papel da Agência Nacional do Petróleo (ANP) no novo modelo, diz o especialista em energia e ex-diretor-geral da ANP

David Zylbersztajn. Para ele, a nova estatal será uma espécie de “ANP do B” e essa alteração deverá reduzir o poder da ANP no novo modelo, o que poderá torná-la apenas um braço de auxílio nas futuras licitações. Zylbersztajn também critica a falta

de argumentos concretos para que o atual regime de concessão seja substituído pelo de partilha. Para ele, o atual modelo é bem-sucedido, ainda oferece condições de aumento da arrecadação por parte do governo e tornou viável que se chegasse ao pré-sal.

**Érica Ribeiro**

**O GLOBO:** Como o senhor vê a atuação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) com as novas regras para o pré-sal?

**ZYLBERSZTAJN:** A ANP continua atuando, gerindo, dentro do que já está licitado pelo regime de concessão, inclusive as áreas de pré-sal que já passaram pelo processo de licitação, como Tupi e Iara (ambas na Bacia de Santos). Porém, nas futuras áreas, se aprovadas no Congresso as regras previstas no projeto, há novas situações onde a ANP pode se tornar um braço de auxílio. A dúvida é sobre o papel da agência reguladora com a Petro-Sal. Quando se tem uma estatal como a Petro-Sal controlando as atividades do pré-sal e o ritmo como tudo será feito, ela, a Petro-Sal, se torna uma ANP do B e o poder da ANP fica reduzido nesse caso.

• Como o senhor avalia a mudança do atual modelo de concessão para o de partilha?

**ZYLBERSZTAJN:** Ficou faltando o governo apresentar com cálculos, com alguma planilha, algo que mostrasse o real motivo de substituir o modelo de concessão pelo de partilha. Essa conta não foi feita e até agora ninguém perguntou sobre ela. O modelo de concessão se mostrou eficaz todos esses anos e a arrecadação é significativa. Foi com esse modelo, inclusive, que se chegou ao pré-sal.

• O que, por exemplo, deveria ser melhor explicado?

**ZYLBERSZTAJN:** Se alguém falasse, concretamente, por exemplo, que se chegou ao limite de arrecadação pelo modelo de concessão e que o ideal é mudar o modelo, tudo bem. Mas sabemos que o modelo atual ainda não chegou no limite. Ainda é possível aumento de arrecadação com as participações especiais. Faltou mostrar as vantagens e desvantagens de cada modelo para que fosse aberta uma discussão sobre o projeto.

• Como é em outros países?

**ZYLBERSZTAJN:** Em geral, o que se vê em países onde há modelo de partilha em vigor é uma relação promíscua entre empresas e governo. São países com regimes autoritários, com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

• O novo modelo oferece riscos à competição?

**ZYLBERSZTAJN:** Nessa nova circunstância, há uma empresa do governo, a Petrobras já tem no mínimo 30% de participação nas áreas e pode disputar os outros 70%. O que quer dizer que o parceiro da

Petrobras pode não ser uma empresa de petróleo. Pode ser um banco ou investidores. Pode haver uma ameaça à entrada de mais empresas. É preciso ver que empresas vão se sujeitar aos novos controles. O modelo pode ser um risco. Antes, pelo modelo gerido pela ANP, todos eram concessionários, inclusive a Petrobras.

• E quanto à capitalização da Petrobras? Como o senhor vê a medida?

**ZYLBERSZTAJN:** Acho que estamos nadando em incertezas, dando um cheque pré-datado sem saber ainda quanto vamos ter de fato lá na frente, no futuro. Estamos falando de algo para acontecer daqui a 15, 20 anos. Será preciso, antes de mais nada, confirmar as expectativas de reservas. Acredito que isso deverá se confirmar. Mas faltou novamente alguém explicar quanto vai custar extrair o petróleo da área de pré-sal a 300 quilômetros da costa e qual é o ganho real ao se calcular este custo no negócio. Se o governo licitasse pelo regime atual as áreas, ao contrário de empregar US\$ 50 bilhões, embolsaria US\$ 50 bilhões.

• O governo cita a criação de um Fundo Social com recursos do pré-sal para que a União possa investir em educação, saúde, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia...

**ZYLBERSZTAJN:** Mais uma vez, ninguém mostrou de quanto será o ganho pelo modelo de partilha. Os mesmos US\$ 50 bilhões poderiam ser usados em projetos de educação e saúde hoje. A necessidade existe hoje. Só daqui a uma década esse fundo começa a arrecadar dinheiro. Na minha opinião, o governo deveria guardar uma distância sanitária de vender petróleo. Mas é bom para o país ter um bom sistema de arrecadação.

• ANP TERÁ PAPEL REDUZIDO NO NOVO MODELO, na página 26

# Jurista diz que censura é atentado à Constituição

Pansieri vê decisão contra 'Estado' como 'precedente casuístico'

Clarissa Oliveira  
Daniel Brasatti

A decisão judicial que pôs o Estado sob censura cria um precedente preocupante no que se refere à preservação de princípios básicos da democracia, avalia o presidente da Associação Brasileira de Direito Constitucional, Flávio Pansieri. "A postura de se permitir a um juiz a possibilidade de restringir o acesso da sociedade civil a determinadas informações é sim uma forma de atentado contra a ordem constitucional", afirma Pansieri.

Desde o fim do mês passado, o Estado está impedido de veicular informações referentes à Operação Boi Barrica da Polícia Federal. A investigação envolve o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). "É um precedente preocupante, para não dizer casuístico. Coloca em xeque uma das principais liberdades do Estado democrático, que é o direito à informação", completou Pansieri.

Ao comentar a decisão judicial, Pansieri discordou da avaliação de que a investigação deveria correr sob sigilo de Justiça. "Hoje, nós não podemos compreender ou admitir que fatos de ordem pública possam ser omitidos da sociedade. Qualquer investigação só pode correr sob sigilo em hipótese abso-

## TJ do Distrito Federal rejeitou recurso do jornal no último dia 13

lutamente restrita. É uma dessas hipóteses se refere à defesa da intimidade de uma pessoa. Mas me parece que esse caso nada tem a ver com a intimidade do filho do senador", argumenta. "Fatos públicos, ligados ao poder público, não podem ser encobertos pelo manto da intimidade."

Da mesma forma, o ex-ministro da Justiça Célso Borja avalia que o direito à informação se sobrepõe no caso. "A liberdade de informar não se sujeita a limitações do poder público. Eventuais abusos da imprensa podem ser punidos pela Justiça, mas sempre a posteriori, após a publicação da informação", afirma Borja.

Para o jurista Dalmo Dallari, o sigilo deve ser aplicado em casos excepcionais, nos quais os dados em questão estão sujeitos a confirmação ou cuja revelação poderia trazer grave prejuízo a uma investigação em andamento. Ainda assim, argumenta, a regra fundamental é a de que não haja o sigilo. "A Constituição proíbe a censura, expressamente", destaca.

Dallari argumenta que faz parte da natureza do Poder

Judiciário decidir em situações duvidosas. "Mas um juiz não pode decidir arbitrariamente. Ele tem de se basear, antes de tudo, na Constituição e nas leis especiais que regulam cada situação, cada processo." No caso específico do Estado, ressalta Dallari, o conteúdo da decisão judicial deveria ser tornado público, para que seja possível uma discussão aprofundada na área jurídica sobre o tema.

Para o cientista social Roberto DaMatta, a censura imposta pela Justiça seria impensável nos países de tradição liberal e democrática. "Há dois valores em choque. O princípio da liberdade de informação não pode ser o primeiro a cair", afirma.

### MULTA

A censura foi imposta ao Estado por decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Ele acolheu um recurso da defesa de Fernando Sarney, que alegou "risco de prejuízo incalculável à honra" do empresário. A decisão foi tomada no dia 30 de julho passado e anunciada ao jornal no dia seguinte. O desembargador estabeleceu uma multa de

R\$ 150 mil como pena pelo eventual descumprimento da ordem de não publicar informações relacionadas à investigação policial.

No último dia 13, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal rejeitou um recurso do Estado e manteve a censura. O desembargador Waldir Leôncio Cordeiro Lopes Júnior, da 2ª Câmara Cível do TJ, não acolheu pedido de liminar em mandado de segurança apresentado pelo jornal. Invocando prudência, Lopes Júnior preferiu deliberar acerca do mandado apenas após receber informações do desembargador Dácio Vieira e o parecer da Procuradoria de Justiça. "Malgrado o inconformismo do impetrante com a decisão judicial impugnada está sendo observado o devido processo de direito", assinou. Manuel Alceu Afonso Ferreira, advogado do Estado, manifestou desagrado com a decisão. "Há prudências que são prudentes demais", reagiu.

O mandado de segurança foi a segunda tentativa de derrubada da censura. Primeiro, Manuel Alceu entrou com exceção de suspeição de Dácio Vieira, que mantém relações de proximidade e convívio social com a família Sarney. e

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão do Senado da República de 19 de novembro de 2009. Esta sessão foi iniciada às 14 horas.

Convocamos as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores e o professor Cristovam para, amanhã, às 9 horas, uma

sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 08 minutos.*)

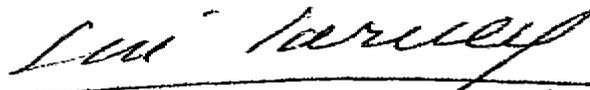
**ATO DO PRESIDENTE Nº. 466 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Dispensar, a pedido, o servidor **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, matrícula nº 105329, ocupante do Cargo Efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-08, da Subsecretaria de Atendimento às Áreas Legislativas e de Plenário – SSALEP, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, 18 de novembro de 2009.

  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE Nº. 467 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Dispensar, o servidor **JOÃO JORGE SQUEFF**, matrícula nº 105494, ocupante do Cargo Efetivo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Chefe de Gabinete Administrativo da SSADE, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor de Subsecretaria, Símbolo FC-08, da Subsecretaria de Atendimento às Áreas Legislativas e de Plenário – SSALEP, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN.

Senado Federal, 18 de novembro de 2009.

  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 468 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE**,

Designar o servidor **ADALBERTO JOSÉ CARNEIRO FILHO**, matrícula **43385**, para substituir o Diretor da Secretaria de Coordenação e Execução - SCEXEC, símbolo FC-09, em seus impedimentos e/ou afastamentos.

Senado Federal, 18 de novembro de 2009.



**JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Senado Federal**

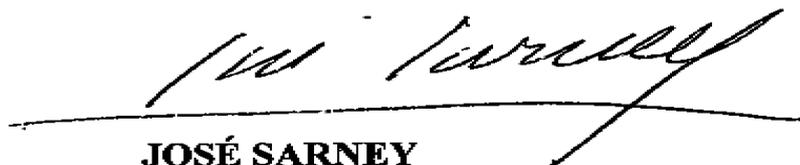
**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 469 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

**RESOLVE**,

Designar o servidor **MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS**, matrícula **27460**, para substituir a Diretora da Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, símbolo FC-09, em seus impedimentos e/ou afastamentos.

Senado Federal, 18 de novembro de 2009.



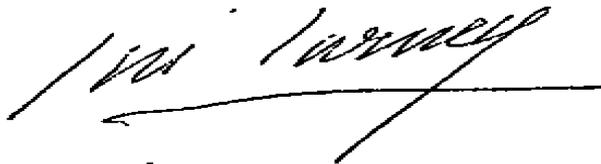
**JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Senado Federal**

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº. 470 , DE 2009**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997 e tendo em vista o constante do Processo nº 019699/09-3,

**R E S O L V E** tomar sem efeito a nomeação de **FERNANDA DE AZEVEDO ZÁCHIA** para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente do Senado Federal nº. 400, de 2009.

Senado Federal, em 18 de novembro de 2009.



**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Eпитácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**PTB** - Osvaldo Sobrinho\*\* (S)

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,21)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(19)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,18)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(24)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(23)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
<b>PDT/PSOL (9)</b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

**Secretário(a): Will de Moura Wanderley**

**Telefone(s): 3303-3514**

**Fax: 3303-1176**

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
  - Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
  - Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
  - Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
  - Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
  - Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
  - Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
  - Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- \*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.  
 \*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.  
 \*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 15/05/2009

**Instalação:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(1,4)</sup>
Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
<b>PTB</b>	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM)	

**Notas:**

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

#### 4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) <sup>(5,6)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

## **6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo final:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2009

---

### MEMBROS

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

#### Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\* Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## 2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM)

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

### 3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008  
**Designação:** 26/08/2008  
**Instalação:** 27/08/2008  
**Prazo final:** 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

**4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO**

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009  
**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU**

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### PTB

Senador Gim Argello

#### Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

**Finalidade:** Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,6)</sup>
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Almeida Lima (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Gerson Camata (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Neuto De Conto (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(3)</sup>	4. Senador Paulo Duque (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
Senador João Durval	1.

### Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE****Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7****MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>**PTB**

Senador Romeu Tuma

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

**MEMBROS**

**Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

**PTB**

Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
  4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- \*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**10) ACOMPANHAMENTO DA VISITA DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE PALESTINA**

**Finalidade:** Representar o Senado Federal durante a visita oficial do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmud Abbas, ao Brasil nos dias 19 e 20 de novembro do corrente, na cidade de Salvador - BA.

(Requerimento nº 1.520, de 2009, aprovado em 18.11.2009)

**Número de membros: 5**

**Leitura:** 18/11/2009

**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)  
(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

**REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

VAGO <sup>(3)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

VAGO <sup>(1,2,4)</sup>

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

4. Vago em virtude de o Senador Elvío Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL  
PRAZOS<sup>1</sup>**

**RELATÓRIOS PARCIAIS:** 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

**RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL:** 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

**PARECER PRORROGADO:** 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

**PARECER FINAL PRORROGADO:** 24.11.2009<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tião Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. VAGO (4,31,81,82,83,84)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (64,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) (66,69)
Gerson Camata (PMDB) (61,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,59)
Valdir Raupp (PMDB) (53)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,59,80)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,55,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,68,71)
Pedro Simon (PMDB) (54,60)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,59)
Renan Calheiros (PMDB) (62,77)	7. Almeida Lima (PMDB) (62,78)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (43)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,52)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (48)
Raimundo Colombo (DEM) (45)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,50)	5. Kátia Abreu (DEM) (51)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,46)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,26,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
<b>PTB (7)</b>	
João Vicente Claudino (44)	1. Sérgio Zambiasi (12,44)
Gim Argello (44)	2. Fernando Collor (44)

<b>PDT</b>	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
44. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

#### (Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (5)</b>	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB (8)</b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. Leomar Quintanilha (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

**Notas:**

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. João Tenório (PSDB) <sup>(2,11)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(2,3)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
<b>PTB (7)</b>	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. VAGO <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. n° 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO** <sup>(93)</sup>

**VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)** <sup>(73,79)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b> <sup>(3)</sup>	
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(36,81,89,92,94)</sup>	1. João Pedro (PT) <sup>(1,38)</sup>
Augusto Botelho (PT) <sup>(36)</sup>	2. VAGO <sup>(35,95)</sup>
Fátima Cleide (PT) <sup>(36)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(12,33)</sup>
Paulo Paim (PT) <sup>(36,50,66)</sup>	4. José Nery (PSOL) <sup>(34)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(30)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(32,67,94,96)</sup>
Ideli Salvatti (PT) <sup>(31,76,78,80,95)</sup>	6. João Ribeiro (PR) <sup>(32,71)</sup>
VAGO <sup>(37,85,86,87,98)</sup>	7. Marina Silva (PV) <sup>(32,80)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) <sup>(64)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(62)</sup>
Mauro Fecury (PMDB) <sup>(8,16,53,70,72)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(62,83,88)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(61)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB) <sup>(62)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(59)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB) <sup>(54)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(55)</sup>	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(63)</sup>
VAGO <sup>(5,9,56,88)</sup>	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(15,17,58)</sup>
VAGO <sup>(60,65)</sup>	7. Lobão Filho (PMDB) <sup>(57)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4,40)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(42)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(45)</sup>	2. Kátia Abreu (DEM) <sup>(11,49)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(6,19,51)</sup>	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) <sup>(48,77,82)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(52)</sup>	4. Efraim Morais (DEM) <sup>(43)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(13,44)</sup>	5. Eliseu Resende (DEM) <sup>(14,18,47)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(41)</sup>	6. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2,39)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(28)</sup>	7. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(25,69,75,84,90,97,99)</sup>
Flávio Arns (PSDB) <sup>(27,91)</sup>	8. Marconi Perillo (PSDB) <sup>(23)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(24,68,74,75)</sup>	9. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(22)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(29)</sup>	10. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(26)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(7,46)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(46)</sup>
Romeu Tuma <sup>(46)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(46)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque <sup>(20)</sup>	1. Jefferson Praia <sup>(10,21)</sup>

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

##### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. n° 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

### Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA  
AMAZÔNIA  
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO  
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho  
Telefone(s): 3311-3935  
Fax: 3311-1060  
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(6)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
  5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
  6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.  
 \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).

\*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

\*\*.. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Shessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (34,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. VAGO (18,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
<b>PTB (7)</b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(16)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(5)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) <sup>(15)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,10)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,4,11)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(7)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(12)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(14)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1,2)</sup>
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\* . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

### Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Shessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlina é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (55,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,56,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlina (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
VAGO (23,63,67)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,41,44,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,47)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
<b>PTB (5)</b>	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (19)
Renato Casagrande (PSB) (20)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (18,42)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,44,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (30)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (27)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (16,49)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,46)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (26)	1. Fernando Collor (26)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (13,33,50,51,55,56)	1. Cristovam Buarque (32)

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
27. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira****Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO <sup>(1)</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) <sup>(13)</sup>
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	3. VAGO <sup>(11)</sup>
VAGO <sup>(10)</sup>	4. VAGO <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(10)</sup>	5.
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PDT</b>	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

**Atualização:** 02/10/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(4)</sup>**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Fátima Cleide (RO)

**PTB**VAGO <sup>(2)</sup>**PDT**VAGO <sup>(5,7)</sup>**PR**VAGO <sup>(1,6)</sup>**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP****PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 16/11/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

<sup>3</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Damião Feliciano<sup>1</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 308 páginas

OS: 2009/18617